



Táisa de Oliveira Amendola Sanches

**Morar é pessoal, político e cultural:
experiências de precariedade e luta por moradia
em Londres e Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Angela Randolpho Paiva
Co-orientador: Prof. Kevin McDonald

Rio de Janeiro
Agosto de 2020



Taísa de Oliveira Amendola Sanches

**Morar é pessoal, político e cultural:
experiências de precariedade e luta por moradia em
Londres e Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profª Angela Randolpho Paiva

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profª Maria Alice Rezende Carvalho

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profª Maria de Gloria Gohn

UNICAMP

Prof. Emil Sobottka

PUC-RS

Prof. Orlando Alves Santos Júnior

IPPUR-UFRJ

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2020.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Taísa de Oliveira Amendola Sanches

Bacharel em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP). Mestre em Desenvolvimento Econômico (Universidade Carlos III de Madrid) e em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio). Integra o Grupo de Estudos Direitos, Reconhecimento e Desigualdade do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio (GEDRED). Tem interesse em Teoria Crítica, Sociologia, Sociologia Urbana e Políticas Públicas.

Ficha Catalográfica

Sanches, Taísa de Oliveira Amendola

Morar é pessoal, político e cultural : experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro / Taísa de Oliveira Amendola Sanches ; orientadora: Angela Randolpho Paiva ; co-orientador: Kevin McDonald. – 2020.

301 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Moradia. 3. Movimentos sociais. 4. Precariedade. 5. Reconhecimento. 6. Experiência social. I. Paiva, Angela Randolpho. II. McDonald, Kevin. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 300

Às mulheres dos movimentos.

Agradecimentos

Foram quatro intensos anos no doutorado, emendados em dois do mestrado. Seis anos no Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, que agradeço como um todo: os professores e aulas maravilhosas, ao ambiente acolhedor, o apoio cotidiano da secretaria – especialmente Ana Roxo. O departamento se tornou uma casa para mim, um lugar em que me sinto acolhida e desafiada.

Agradeço principalmente minha orientadora, Angela Paiva. No segundo semestre de 2013, quando fiz a entrevista ao processo seletivo para o mestrado, ela estava na banca. Sem me conhecer, me levou até a porta quando acabamos a entrevista, pois eu não conhecia o caminho. Depois, durante os primeiros dias de aula, me convidou a participar do GEDRED (Grupo de Estudos Direitos, Reconhecimento e Desigualdade), mesmo sem ser orientanda de nenhum dos professores líderes do grupo. A disposição em ajudar e o incentivo à pesquisa são constantes à Angela. Sou muito feliz por contar com essa parceria e amizade, que com certeza não acabam com a tese.

Além de minha orientadora, tive o privilégio de conviver com Maria Alice Rezende de Carvalho e Marcelo Burgos, que me orientou no mestrado. Agradeço os dois pelas inúmeras inspirações, pelas dúvidas que me fizeram ter e por mostrarem que o espaço acadêmico pode ser repleto de afeto e desafios.

Aos professores Maria da Gloria Gohn, Emil Sobottka e Orlando Alves Santos Júnior, sou grata não apenas por aceitarem participar da banca de defesa desta tese, como também por me ajudarem a construí-la a partir de seus textos e livros. Espero que nossos caminhos sigam se cruzando em textos e encontros.

A tese não teria sido a mesma, não fosse o período extraordinário que passei em Londres, sob a supervisão de Kevin McDonald, da Middlesex University. Agradeço pelas leituras cuidadosas de meus textos e diálogos intensos acerca dos movimentos sociais analisados.

Agradeço ainda os membros do GEDRED, pelo diálogo constante e pelos encontros enriquecedores. Especialmente ao professor Fernando Cardoso Lima Neto e à professora Patrícia Mattos, pela leitura sempre atenta, incentivo e comentários valiosos acerca da pesquisa.

A pesquisa não poderia ter sido feita da forma como foi sem que as entrevistadas e entrevistados abrissem suas casas e dividissem suas histórias comigo. Agradeço por confiarem em mim, por me oferecerem tanto aprendizado e pelas emoções compartilhadas nesses anos. Divido com vocês a luta e a esperança de um mundo mais democrático.

As amizades que fiz durante os anos de mestrado e doutorado são maravilhosas e foram fundamentais para que eu conseguisse chegar aqui. Seria injusto não mencionar algumas pessoas, como Ana Carolina Radd, Brena Almeida, Caique Bellato, Fabiana Ribeiro, Luisa Souto, Marina Schneider, Pedro Torres, Rafaelle Castro, Theofilo Rodrigues. Obrigada, queridos.

O apoio de minha família foi essencial para a realização da pesquisa e a escrita da tese. Antonio e Beatriz me mostram todos os dias como o tempo é precioso e deve ser bem aproveitado, ao passo que Bruno me oferece sua tranquilidade e me faz ter menos ansiedade em relação ao futuro. Meus pais, Regina e Rafael, e minha irmã Tatiana me inspiram a ser uma pessoa mais curiosa e atenta desde sempre. Obrigada por insistirem em permanecer ao meu lado, por serem parte de mim e por me permitirem ser parte de vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de Financiamento 001. Tenho a esperança de que outras pesquisadoras e pesquisadores possam se beneficiar deste mesmo apoio, tão bem-vindo e necessário, no futuro.

Resumo

SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola; PAIVA, Angela Randolpho. **Morar é pessoal, político e cultural: experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2020. 301p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese explora analiticamente a arena pública formada ao redor da questão da precariedade habitacional nas cidades de Londres e Rio de Janeiro a partir do acompanhamento de quatro movimentos sociais formados nessas cidades, traçando relações entre direitos, cidadania e participação. A análise desenha um panorama da questão da moradia no Brasil e no Reino Unido, formado por distintas *experiências sociais* relativas ao tema. Com base em uma metodologia que propõe a distinção das dimensões referentes às experiências (integradora, estratégica e cultural), a tese explora os limites entre privatividade e publicidade de questões relacionadas à moradia e sugere categorias interpretativas para compreensão dos movimentos sociais de luta por moradia contemporâneos e de suas demandas, que envolvem o acesso individualizado a residências dignas e o direito à cidade. Alguns temas sobressaem no desenrolar da análise, dentre eles a individualização de políticas públicas de moradia, a precariedade que experimentam os indivíduos que passam por ameaças de remoção, a importância de analisar os movimentos sociais de moradia que se organizam nas periferias, e as demandas por *reconhecimento espacial* que operam.

Palavras-chave

Moradia; movimentos sociais; precariedade; reconhecimento; experiência social.

Abstract

SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola; PAIVA, Angela Randolpho (Advisor). **Residential is personal, political and cultural: experiences on precarity and struggles for housing in London and Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2020. 301p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis analytically explores the public arena shaped around the issue of precarious housing in the cities of London and Rio de Janeiro. The arguments are based on the investigation of four social movements formed in these cities, tracing relationships between rights, citizenship and participation. The research presents an overview of the housing issue in Brazil and United Kingdom, grounded on different *social experiences* related to the theme. Based on a methodology that proposes the distinction of dimensions related to experiences (integrative, strategic and cultural), the thesis explores the limits between the private and public on issues related to housing and suggests interpretative categories for understanding contemporary social movements struggling for housing as well as their demands, which involve individualized access to decent homes and the right to the city. Some themes stand out from the analysis, among them the individualization of public housing policies, the precariousness experienced by individuals who undergo threats of removal, the importance of analysing social housing movements that are organized in the peripheries, and the demands for *spatial recognition* in which they operate.

Keywords

Housing; Social movements; precarity; recognition; social experience.

Sumário

1	Introdução	12
1.1	Objetivos e quadro teórico	15
1.2	A pesquisa de campo: caminhos e contatos	26
1.3	Entrevistas	37
1.4	Organização do texto	40
2	Moradia e cidadania	43
2.1	Estados, cidades e cultura cívica	43
2.2.1	Contextos atuais e os locais de surgimento dos movimentos sociais	66
3	Movimentos sociais	77
3.1	O sujeito como centro de análise	78
3.2	Os movimentos em Londres	86
3.2.1	<i>FocusE15</i>	86
3.2.2	<i>SaveNorthWold</i>	95
3.3	Os movimentos no Rio de Janeiro	99
3.3.1	Vila Autódromo	99
3.3.2	Comunidade do Horto	104
4	Experiências do lugar	114
4.1	Moradia como santuário – experiência de pertencimento	117
4.1.1	Da integração à diferença	128
4.1.2	Reconhecimento versus individualização	138
4.2	Moradia e dignidade: entre a depreciação do lugar e o autorrespeito	141
4.2.1	Política como cotidiano	151
5	O residencial é pessoal e político: das experiências pessoais à mobilização política	157
5.1	Experiências de identidade de classe	159
5.1.1	Igualdade como fim do sujeito?	172
5.2	Estado, conflitos e subjetividades em movimento	177
5.2.1	Precariedade e subjetividades	179
5.3	Estratégias de ação coletiva	188
5.3.1	“The Focus E15 table is innocent – release it now!”: a ocupação do espaço urbano e seus símbolos	189
5.3.2.	“A única construção que permanece é essa”: o papel da Igreja Católica na luta da Vila Autódromo	193
6	Movimentos sociais e culturas de participação	200
6.1	Os museus sociais da Vila Autódromo e do Horto: memória como instrumento de luta e de ampliação da participação	201
6.1.1	Museus e memória como repertórios de ação	205
6.1.2	Memória como construtora de solidariedade	217

6.2 Entre institucionalização e criminalização: os caminhos das redes dos movimentos sociais	222
7 Reconhecimento espacial como lógica cultural de ação dos Movimentos	234
7.1 As esferas do reconhecimento espacial	235
7.1.2 Moradia: substantivo feminino	240
7.1.3 Planejamento urbano para quem?	250
7.2 Movimentos, espaço e cultura da cidade	258
8 Considerações finais	264
9 Referências bibliográficas	277
Apêndices	292
Anexos	301

Preâmbulo – Crise

Iniciei meu doutorado em 2016, Dilma Rousseff era presidente do Brasil, e na Inglaterra o governo conservador colocava Theresa May como primeira-ministra do país. Tanto aqui quanto lá, manchetes de jornais pautavam o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento dirigido à austeridade estatal, arrefecida desde que adotada como resposta à crise econômica mundial de 2008.

A crise habitacional existente nos dois países estampou jornais e revistas científicas ao longo dos anos em que analisei a questão: a revista *City*, em 2016, publicou edição especial com o tema “moradia e seus ativismos”; a maior ocupação urbana do Brasil foi levada a cabo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Bernardo do Campo; o conjunto habitacional *Grenfell Towers* pegou fogo em Londres, mostrando a precariedade da moradia pública na cidade; o Edifício Paissandu, ocupado por integrantes de movimentos sociais de moradia, passou pelo mesmo em São Paulo. A lista parece não ter fim, e não tem mesmo. Os acontecimentos mostram claramente: há uma relação profunda entre precariedade habitacional e austeridade estatal. Essa relação leva a uma latência de mobilizações em torno do tema, que se evidenciam em períodos de maior visibilidade. Por isso, a vontade de explorar as relações entre os fatores, buscar categorias interpretativas, tratá-las sociologicamente.

Termino a tese em meio à pandemia do coronavírus (Covid-19). Novamente a questão da moradia é central. E ainda que as pessoas não possam sair às ruas para demandar, por conta do isolamento social imposto, há mobilização em torno do tema: em que tipo de cidades e casas queremos viver? Como o local onde vivemos afeta nossas relações sociais? São perguntas que dialogam com a pesquisa que apresento a seguir, e que me motivaram a iniciá-la.

1 Introdução

*Não há cidade sem casas
e nem há casas sem muros.
Os muros são como o povo.
Se renovam, se renovam.
E onde surgir um muro
mãos do povo surgirão
pra escrever a sua história,
história de suas fomes,
história de suas sedes.*
Mário Lago

Dados da pesquisa nacional por amostra domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2018, 4,9 milhões de casas no Brasil estavam construídas com tijolos aparentes ou taipa. Além disso, havia outras 386 mil residências feitas com madeira aproveitável (caixotes e tapumes, por exemplo) ou papelão. Esses números, em conjunto, informam que 7,4% das residências brasileiras se encontravam em situação precária. Nessas condições, viviam 16,7 milhões de moradores, um milhão e meio a mais que em 2017.

Na Inglaterra, a pesquisa nacional domiciliar (*English Housing Survey*¹) de 2018 mostrou que 4,3 milhões de residências encontravam-se em situação indecente para moradia, o que representa um sexto de todos os domicílios do país. A organização *Shelter*, por sua vez, estima que um milhão de casas no país não estão apropriadas para moradia, apresentando “sérios e imediatos riscos para a saúde e segurança das pessoas”² (a tradução é nossa). Ademais, um relatório escrito por pesquisadores da *University College of London*, em 2017, estima que 1,5 milhão de residências devam ser construídas no país para atender aos cidadãos que mais precisam, o que significa dobrar os investimentos em moradia realizados até aquele ano. Num país com 66,4 milhões de habitantes (dados de 2017), isso

¹ Disponível em: <https://www.gov.uk/government/collections/english-housing-survey>. Acesso em: 20 mar 2020.

² “a serious and immediate risk to a person’s health and safety”. Fonte: Shelter. Disponível em: http://england.shelter.org.uk/__data/assets/pdf_file/0004/1092757/Shelter_report_FINAL_-_WEB_-_MAR15.pdf Acesso em: 3 jun 2020.

significa que 2,25% da população se encontrava sem domicílio adequado no ano de referência.

Segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro publicada em 2018, com dados de 2015, o Rio de Janeiro é o quarto estado brasileiro com maior déficit habitacional, com 460 mil unidades declaradas como necessárias para suprir as necessidades.³ Somente na cidade do Rio de Janeiro, o déficit habitacional é estimado em 220.000 novas residências, não incluindo as residências já existentes, mas inapropriadas.⁴ Em Londres, 56.280 famílias viviam em acomodações temporárias em 2019 e em 2018 existiam 232.409 famílias na lista de espera por moradia social.⁵

A falta de moradia nas duas cidades foi acirrada durante a preparação de ambas para sediar os Jogos Olímpicos, que ocorreram em 2012 em Londres e em 2016 no Rio de Janeiro. A realização dos eventos foi marcada pelo deslocamento de grande número de pessoas, seja por remoções forçadas ou pela valorização dos bairros mais impactados. Em Londres, cerca de 1.000 famílias⁶ foram removidas apenas no bairro de Stratford, onde a estrutura para os jogos foi majoritariamente construída, e outras tantas afetadas pela valorização da área⁷. No Rio de Janeiro,

³ Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file0> Acesso em: 14 jul 2019.

⁴ Para mais dados, ver: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-recebe-75-mil-unidades-habitacionais-na-ultima-decada-pouco-menos-de-um-terco-do-deficit-de-220-mil-23640211> Acesso em: 14 abr 2020.

⁵ Dados de 2019 ainda não estavam disponíveis.

⁶ Os dados sobre despejos em Londres são divididos entre remoções feitas pelo Estado, por locatários ou baseiam-se no aumento dos valores dos aluguéis. As Nações Unidas lançaram um relatório (disponível em: http://tenant.net/alerts/mega-events/Olympics_Media_Release.pdf Acesso em: 10 jan 2020) em que previam o desalojamento de 1000 pessoas na cidade devido aos Jogos. A organização sem fins lucrativos *Shelter* lançou um documento mostrando como os bairros olímpicos foram diretamente afetados, tendo o número de moradores de rua aumentado consideravelmente e pessoas expulsas de suas casas para que proprietários lucrassem com as Olimpíadas. Disponível em: https://england.shelter.org.uk/_data/assets/pdf_file/0007/752398/When_the_golden_dust_settles_-_housing_in_Hackney_Newham_and_Tower_Hamlets_after_the_Olympics.pdf. Acesso em: 12 set 2019. No Rio de Janeiro, segundo Lucas Faulhaber e Lena Azevedo (2015), 67.000 pessoas sofreram “deslocamentos compulsórios” devido aos Jogos.

⁷ Os impactos dos Jogos no acesso à moradia na cidade foram explorados por diversos autores (Watt, 2013, 2016, 2017; Minton, 2017), mas ainda assim há dificuldade em estimar a quantidade de pessoas impactada diretamente pelo evento ou pelas políticas de austeridade que vinham sendo colocadas em prática especialmente após 2010, quando o governo instituiu o ato X, determinando que as políticas de moradia devem estar voltadas a ser *affordable*: “This wider policy context, especially the introduction of the ‘affordable rent’ model in 2010 – which means rents can be up to 80 per cent of market rents – has undoubtedly made it more difficult to deliver affordable housing in high-value areas and in particular larger family housing that is urgently needed in East London” (Watt; Bernstock, 2017, p.94).

estima-se que 67.000 pessoas tenham sido removidas de suas residências durante os anos 2013 e 2016, sendo a Barra da Tijuca um dos bairros mais afetados.

Os dados apontam a precariedade habitacional à qual milhares de pessoas estão submetidas. Tal fenômeno, bastante expressivo da contemporaneidade, tem sido analisado sob diversos ângulos na última década (Standing, 2016; Braga, 2017; Butler, 2018), e quando associado à moradia, instiga algumas questões: como os indivíduos experimentam a precariedade habitacional? Como se organizam para lutar contra ela? O que os Estados têm feito para solucionar o problema? O que o fenômeno nos diz acerca de nossas cidades e nosso tempo? Como podemos pensar uma sociologia que interprete as ações sociais a partir da precariedade?

São essas questões, dentre outras, que alimentaram o surgimento desta tese. A precariedade de que trato é comum às duas cidades acompanhadas durante a pesquisa, Rio de Janeiro e Londres, sendo a principal causa apontada para tal fenômeno um grande processo de financeirização das políticas sociais, iniciado na Inglaterra nos anos 1980⁸ e no Brasil a partir do final dos anos 1990⁹. A principal característica da financeirização é o direcionamento de políticas econômicas e sociais à racionalidade do mercado, impactando o mundo do trabalho, investimentos na produção e a economia em geral (Lavinias & Gentil, 2018). Ditos impactos atingem o cotidiano de milhares de pessoas, que experimentam seus efeitos até mesmo em suas relações sociais.

Quando relacionado à moradia, o termo é frequentemente utilizado para descrever o enfraquecimento dos meios de acesso ao direito à moradia. O fenômeno de financeirização relacionado à moradia, segundo Raquel Rolnik (2015), consiste em um processo que leva habitação a ser compreendida não mais como um *bem social*, “parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos” (Rolnik, 2015, p.32), e passa a ser compreendida como *imóvel*, ou seja, bem privado, gerador de lucros e alvo de investimentos, “um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado” (Rolnik, 2015).

⁸ A partir do governo conservador de Margareth Thatcher, como será demonstrado no decorrer da tese.

⁹ Período em que houve uma “confluência perversa”, como demonstrou Evelina Dagnino (2005), entre ideais neoliberais e políticas sociais. Explorarei o tema ao longo da tese.

Uma diferença entre os casos analisados, no entanto, deve ser pautada desde o início: na Inglaterra, o estado de bem-estar social implementado após a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para garantir aos cidadãos daquele país um mínimo de igualdade no acesso a serviços básicos, tais como educação, saúde e moradia. No Brasil, os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 – dentre os quais, aquele relativo à moradia – foram conquistados a partir de uma ampla demanda, mas ainda não são efetivados a grande parte da população.

1.1 Objetivos e quadro teórico

Colocados os fatos, o objetivo desta pesquisa é explorar, de modo específico, as dimensões sociais que relacionam precariedade habitacional e cidadania nas cidades de Londres e Rio de Janeiro. Digo de modo específico, pois opto por analisar como *experiências* individuais e coletivas de precariedade habitacional¹⁰ levam indivíduos a engajarem-se politicamente¹¹ em movimentos sociais de luta por moradia, na busca por reconhecimento. O trabalho de campo foi realizado no Rio de Janeiro e em Londres, duas cidades bastante distintas entre si, mas que se aproximam pela forma como realizam a “gestão da pobreza” e pelas respostas dos movimentos sociais urbanos, como veremos. O limite temporal da pesquisa também aproxima as cidades: através do trabalho de campo, realizado entre 2016 e 2020, foi possível sentir os efeitos das políticas públicas urbanas levadas a cabo durante a preparação das cidades para os Jogos Olímpicos, que Londres sediou em 2012 e o Rio de Janeiro em 2016, ainda que não tenha me detido nesses anos para fins analíticos. Optei por não considerar o caso de indivíduos que se encontram em situação precária de moradia e que não agem coletivamente¹² em movimentos

¹⁰ Especificamente casos de remoções ou de sua iminência.

¹¹ Os termos ação política, engajamento político e ativismo serão usados ao longo da tese para designar um esforço por parte daqueles que o exercem em transformar seu cotidiano coletivamente. Neste sentido, tomo como principal referência o trabalho de Alberto Mellucci, que propõe uma teoria da ação para analisar os movimentos sociais. Grosso modo, o autor (1989) acredita que a análise dos movimentos sociais a partir dessa metodologia possibilita solucionar o problema marxista clássico, ou seja, como passar da condição de classe para a consciência de classe. O tema será retomado ao longo da tese.

¹² Asef Bayat (2015) caracteriza as ações cotidianas dos pobres como “ação coletiva de atores não coletivos”, caracterizada por “uma invasão silenciosa do ordinário” (p.35), descrevendo o cotidiano de uma parcela da população que batalha por moradia, terra, trabalho e serviços públicos de maneira silenciosa. Esse processo cotidiano de luta pode, segundo o autor, resultar em demandas articuladas por direitos em determinadas situações sociais. Nestas ocasiões ocorreria o que James Holston

sociais, por entender que isso limitaria as dimensões da abordagem que pretendo trazer.¹³

Trato, assim, das articulações entre direitos, precariedade habitacional e reconhecimento, através de uma abordagem dos contextos de experiência daqueles que decidem engajar-se em movimentos de luta por moradia a partir da iminência de remoção. Desta forma, procuro desenhar a “arena pública” (Cefait, 2017)¹⁴ formada ao redor da questão da moradia nas duas cidades, ou seja, exploro as diferentes camadas de experiência que culminam na publicização deste problema. A partir de situações limite, como a iminência de remoções, procuro nas experiências individuais reflexões acerca da sociedade e, a partir delas, avalio as intersecções entre acesso à moradia, o processo de construção de reflexividade e posterior envolvimento em movimentos sociais.

A noção de precariedade habitacional aqui utilizada assinala uma realidade em que o direito à moradia não é ou não está sendo respeitado. O termo “precário” vem do latim *precarius* que designa, entre outros significados, “obtido por solicitação ou oração”¹⁵. Foi primeiramente utilizado (em inglês, a palavra é *precarious*) na Inglaterra, no século XVII, para descrever justamente situações relativas a direitos específicos, tais como aqueles relativos à propriedade e arrendamento: seu significado mais antigo, no país, era “passível de ser mudado ou perdido para usufruto de outro”, segundo consta na etimologia pesquisada. Em português, a palavra “precário” tem a mesma origem.

O termo é frequentemente utilizado para descrever as classes sociais mais baixas hierarquicamente, que possuem níveis limitados de capital cultural, econômico e social e que ademais são invisibilizadas (Savage et al., 2015). Dentro dessa perspectiva, o pertencimento a classes sociais vulneráveis é estruturante. A

denomina cidadania insurgente, de acordo com Bayat. Essa discussão será mais aprofundada ao longo da tese.

¹³ Como será desenvolvido mais adiante, concordo com Alain Touraine que a figura do “dissidente” é exemplar à medida que “dá um testemunho, mesmo sem esperança de ser ouvido, contra os poderes que o privam da sua liberdade” (1998, p.95). A meu ver, acompanhar as experiências dos envolvidos em movimentos sociais – os dissidentes – proporciona uma perspectiva privilegiada das diversas dimensões das desigualdades socioespaciais que se entrecruzam no cotidiano das duas cidades abordadas.

¹⁴ Daniel Cefait (2017) propõe que “pesquisar sobre as arenas públicas implica explorar essa topografia da experiência pública com seu folheado de horizontes indo da intimidade à exibição, com suas zonas de segredo de equipe ou de instituição e com sua arquitetura distribuída por auditórios, cenas e bastidores (p.138). Esta concepção informará a tese.

¹⁵ Fonte: <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/precarious-word-history-and-definition>. Acesso em: 5 maio 2019.

perspectiva que proponho aqui entende precariedade não somente como privação social e econômica, mas vai ao encontro da proposta de Judith Butler (2018), que compreende que os tipos de privação são mais sentidos pelos trabalhadores e desempregados, mas que percebe que todos nós somos dependentes de um modo de vida “vivível” e, portanto, necessitamos de uma infraestrutura mínima para manutenção da vida individual.¹⁶ O que a autora pretende é mostrar que nossa precariedade enquanto indivíduos revela um fracasso social amplo:

Ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa (...). Isso significa que em algumas das nossas experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica, o que se revela não é apenas nossa precariedade como indivíduos – embora isso também possa ser revelado –, mas também os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas. (Butler, 2018, p.27)

Dessa forma, ela busca fugir de uma concepção individualizada do fracasso, constituinte daquela perspectiva estruturante, e apontar a possibilidade de elaboração de “formas coletivas e institucionais de abordar a condição precária induzida” (Butler, 2018, p.28). Dentro dessa proposta, o conceito de precariedade passa a englobar a formação do próprio sujeito, uma vez que as ações individuais dependem dos contextos em que se inserem, ou seja, as condições de precariedade comprometem as condições de ação (Butler, 2018, p.29).

Pode-se dizer que os deslocamentos forçados de parte da população agravam o quadro de precariedade. Constituem-se em um tipo de brutalidade sistêmica e comum a grande parte dos países ocidentais, vista como resultado das políticas voltadas ao liberalismo econômico iniciadas nos anos 1980 e acirrada a partir de 2008, com o colapso econômico ocorrido então (Sassen, 2014). Por deslocamentos forçados, pode-se entender todos os tipos de expulsão gerados tanto pela valorização de terras quanto pela atuação direta do Estado, via remoções, que apontam a dito fracasso social amplo.

¹⁶ A autora dialoga com as concepções de Hannah Arendt acerca das condições necessárias para a manutenção da individualidade. Arendt (2016), ao analisar as transformações da transição para a modernidade, demarca como a esfera pública se transforma, abrindo espaço não só ao debate político de interesse comum, mas a assuntos antes considerados privados e circunscritos à intimidade. Butler (2018) defende que atualmente a política se define mais pelo atravessamento das fronteiras entre essas esferas – “a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança ou, de fato, nos espaços virtuais que estão igualmente livres da arquitetura da casa e da praça” (Butler, 2018, p.81).

O conceito “precariado” (Standing, 2014; Savage et al., 2015; Braga, 2017), de uso também recente, é normalmente empregado para descrever relações incertas de trabalho, caracterizando a experiência de “ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precária, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida” (Standing, 2014 p.37). Utilizarei a noção de precariado para descrever a situação das classes mais pobres no que se refere à sua relação com moradia, pois defendo que essa camada perde a possibilidade de ter uma identidade segura ou de *partilha do comum*, nos termos de Hannah Arendt, quando tem sua moradia ameaçada de remoção ou não possui segurança de posse, isto é, quando a situação de moradia é institucionalizada de forma precária (seja através da informalidade urbana seja da baixa qualidade de moradia social oferecida).

A base empírica da pesquisa é construída a partir do acompanhamento e entrevistas com participantes de quatro movimentos sociais de luta por moradia: Vila Autódromo e Horto, do Rio de Janeiro, e *FocusE15* e *Save NorthWold*, de Londres, que serão detalhadamente apresentados no capítulo 3. Todos os movimentos foram inicialmente organizados por pessoas que sofrem ou sofreram ameaças de remoção de suas casas ou bairros. Atualmente, exceto o *SaveNorthWold*¹⁷, se constituem em movimentos que abrangem pessoas que não são impactadas diretamente pela crise habitacional, mas compartilham os mesmos propósitos dos movimentos ou encontram em seus espaços de interação a possibilidade de experimentar subjetividades, como exploro na tese. Os movimentos brasileiros analisados formam parte do que se pode denominar grande movimento social de luta por moradia no país, compartilhando lutas com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ou União Nacional de Luta por Moradia, por exemplo. Ainda que não se identifiquem como braço de nenhum desses grupos especificamente, os grupos analisados apoiam suas ações, mas continuam operando de maneira independente. Essas características também são encontradas nos movimentos de Londres, e creio apontarem novos caminhos interpretativos, como aqueles que exploro aqui.

¹⁷ O movimento se organizou contra as transformações que eram propostas a um conjunto de edifícios de moradia pública, mas após a fim das ameaças, deixou de organizar ações coletivas. Detalhes estão descritos no capítulo 3.

Para cumprir com os objetivos indicados e buscar respostas às perguntas elencadas, utilizo como metodologia a sociologia da experiência tal qual proposta por François Dubet (1994). O autor propõe, como será visto em detalhe, uma forma de interpretação sociológica construída a partir da definição de diferentes lógicas de ação social. Tomando essa perspectiva, procuro analisar as distintas experiências em relação à precariedade habitacional e formação dos movimentos utilizando as categorias propostas de forma a explorar as ações tanto a partir do ponto de vista dos atores quanto da coletividade a qual se unem, ou seja, das relações sociais constituídas.

Ao propor a interpretação sociológica a partir da experiência social, o autor se debruça sobre o conceito de Estado-nação e procura demonstrar como a sociologia clássica, que nasce em um contexto em que a existência do sujeito estava intimamente relacionada à sua relação com uma nação, perde sua força interpretativa devido às grandes transformações das sociedades modernas. Isso se dá, em grande parte, a partir da heterogeneidade trazida pelos movimentos sociais a partir da década de 1960. Realizando uma leitura crítica das diversas escolas sociológicas, principalmente do papel central do sistema presente em muitas delas, Dubet propõe um esquema interpretativo capaz de abarcar a heterogeneidade das lógicas de ação subjetivas.

Para formular sua proposta, Dubet se utiliza de três eixos de análise que têm como influência imediata a obra de Max Weber¹⁸. O primeiro eixo sustentado é o da *multiplicidade de lógicas de ação*, “a ideia de uma diversidade analítica não hierárquica de ação” (Dubet, 1994, p.109), que admite que os indivíduos agem de maneira a seguir diversas correntes, e não somente uma determinada por um sistema específico. O segundo eixo leva em conta a *importância das relações sociais* na determinação das ações sociais, tomando como base as noções de sentido e legitimidade, também trazidas por Weber. Dubet utiliza estes dois conceitos para mostrar que as ações sociais são sempre orientadas subjetivamente e se constituem enquanto relações sociais: “uma ação é uma orientação subjetiva e uma relação” (Dubet, 1994, p.110).

¹⁸ A influência de Weber é sustentada na adoção de uma perspectiva que defende a orientação valorativa das ações dos sujeitos. Dubet defende sua proposta como um compilamento de diversas teorias da ação e das combinações que formam a experiência social. Para mais detalhes, ver Dubet, 1994, p.19; p.242.

O terceiro ponto admite que a experiência social é uma combinatória dos dois eixos trazidos anteriormente, juntamente com seu impacto no sistema social. Ou seja, a análise da experiência social deve combinar a ordem analítica e relacional das ações individuais e “compreender quais são as diferentes lógicas do sistema social mediante a forma como os atores as sintetizam e as catalisam tanto no plano individual como no plano coletivo” (Dubet, 1994, p.112). O plano coletivo, no entanto, não pode ser definido segundo a ideia clássica de sociedade, que apontaria uma coerência inexistente atualmente. Para ele, esse plano está formado por três tipos de lógicas de ação: de integração, de competição e cultural. O primeiro se refere à comunidade, o segundo aos mercados e o terceiro ao “conjunto dos valores e das normas que cimentam uma sociedade” (Dubet, 1994, p.134).

Essas três lógicas, como o próprio autor coloca, estão bastante relacionadas à concepção sociológica clássica. A lógica da integração, por exemplo, se relaciona “ao que Touraine chama de ‘nível de organização’, quer dizer, aos mecanismos de integração que estão em prática em qualquer sociedade” (Dubet, 1994, p.115). O papel da identidade do ator dentro da lógica de integração social é fundamental. Remetendo-se à George Mead, Dubet defende que a identidade integradora está intimamente relacionada à ideia do “outro generalizado”, ou do reconhecimento de uma diferença entre o Ego e Nós, “que mantém e fortalece a identidade integradora” (Dubet, 1994, p.117).

Dentro da lógica da concorrência ou de mercado, a identidade se dá mais por sua posição relativa do que por integração social. Nesse tipo de lógica, a sociedade se organiza como “um campo concorrencial” (Dubet, 1994, p.121), e o indivíduo age de maneira a criar condições para que seus objetivos sejam alcançados. Dubet demonstra que este tipo de ação não pode ser entendida como utilitarista, mas sim necessária para a manutenção do próprio *self*, como em um jogo em que é necessário manter as regras para continuar jogando: “a civilidade e a pertença ao grupo são, não já uma norma, mas uma forma do interesse bem entendido, uma condição necessária à prossecução dos objetivos” (Dubet, 1994, p.124).

A lógica cultural, por outro lado, refere-se aos valores sociais que se relacionam à subjetividade dos indivíduos, nela se expressa subjetivamente a experiência social. Essa lógica, segundo o autor, se relaciona ao processo de subjetivação. Vai, de alguma forma, na contramão das anteriores, em que os limites entre agência e sistema estavam mais bem definidos. A lógica cultural procura

explicar as ações sociais de transformação social levadas a cabo pelos próprios sujeitos, e nela se inscrevem as lutas sociais:

aqui, o conflito social não se resume à defesa das identidades ou à concorrência das potências, o que nele está em jogo é o controle daquilo que Touraine chama a “historicidade”, a capacidade dos atores dirigentes se identificarem com a criatividade social. (Dubet, 1994, p.133)

Dessa forma, é possível dizer que a sociologia da experiência propõe uma análise das ações sociais a partir da definição de diversas lógicas que perpassam os planos individual e coletivo (ou o sistema). A interpretação sociológica, para o autor, é um trabalho duplo: de compreensão do sentido da ação a partir do ponto de vista do ator e de entendimento desse “sentido no quadro de um modelo geral da organização da sociedade, das relações sociais” (Dubet, 1994, p.242). A sociologia clássica está bastante presente em sua análise, uma vez que a estrutura de observação proposta se relaciona a conceitos já definidos. No entanto, deve-se admitir que o autor inova no sentido de trazer à pauta a variedade de possibilidades de ação dentro de um plano coletivo também múltiplo.

Ainda que as lógicas de ação propostas por Dubet (1994) estejam sempre em contato, uma vez que todas se desenvolvem no plano coletivo, metodologicamente parece fundamental explorá-las separadamente. As dimensões das ações sociais sugeridas pelo autor serviram como trilha para apresentar os resultados dessa pesquisa, que procurou lançar luz às experiências de precariedade habitacional e às ações sociais levadas a cabo pelos sujeitos envolvidos em movimentos de luta por moradia. A partir dessa trilha, foi possível discernir as distintas significações das ações dos movimentos e dos sujeitos neles envolvidos, e ao mesmo tempo apresentar os contextos sociais em que se deram as experiências relatadas.

Recorri à teoria crítica do reconhecimento, especialmente à proposta de Axel Honneth (2003), para colocar em perspectiva as ações subjetivas e analisar a gramática do conflito construída em torno do tema da moradia. O autor descreve três dimensões da vida social que são essenciais ao reconhecimento mútuo: relações primárias (amor e amizade), jurídicas (direitos) e de solidariedade (comunidade de valores). Descrevendo experiências de desrespeito a essas dimensões, Honneth sugere que todas elas contêm lógicas que possibilitam o envolvimento em conflitos sociais, que por sua vez são parte do desenvolvimento histórico das sociedades. A exposição de conflitos sociais dentro da esfera pública poderia, seguindo o

raciocínio de nosso autor, ser vista como um fator chave nesse desenvolvimento, à medida que contém os ingredientes para a mudança social.

Compreendendo a precariedade habitacional como desencadeadora de diversas formas de desrespeito às dimensões do reconhecimento, como explicarei mais adiante, será possível analisar a partir de quais caminhos pode levar os indivíduos ao conflito, demandando o alargamento da esfera pública. Dialogando com a proposta de analisar os “dissidentes”, trazer a perspectiva de Honneth (2003) parece fundamental, uma vez que o autor concebe o envolvimento dos indivíduos em grupos de ativismo social como uma maneira de transformação da imobilidade que pode ser causada pela sensação de desrespeito. O reconhecimento entre grupos que enfrentam problemas semelhantes pode gerar uma forma de autocompreensão que é necessária para evidenciar as experiências publicamente. Ele vê a luta social como um processo prático em que as experiências individuais de ser ou se sentir desrespeitado são interpretadas como típicas de um grupo inteiro, de maneira que podem influenciar a demanda coletiva por reconhecimento (Honneth, 2003, p.257).

As categorias referentes às redes e formação de identidade coletiva são fundamentais ao desenvolvimento da tese, na medida em que os movimentos sociais analisados ganharam notoriedade e se estabeleceram a partir de amplo diálogo com distintos grupos e apoiadores. Nesse sentido, pode-se dizer que os movimentos são capazes de transcender o espaço onde nascem suas reivindicações e criar um tipo de solidariedade de repertório capaz de unir distintos públicos à luta que propõem. Na literatura acerca dos movimentos sociais é comum a referência à formação de identidades coletivas como peça fundamental para o desenvolvimento e estabelecimento de redes. Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow (2009, p.42), por exemplo, mostram que “as pessoas aderem à ação coletiva muito mais devido às redes de pessoas ligadas umas as outras por um laço interpessoal específico do que à organização formal ou incentivos individuais. Tal afirmação será testada ao longo da pesquisa.

Ademais, será importante retornar ao conceito de cidadania. No contexto desta pesquisa, a cidadania urbana se torna uma chave analítica importante, incorporando uma série de questões das quais trato. Se até recentemente a compreensão de cidadania estava atrelada às fronteiras e limites de cada Estado-nação, recentemente a participação política que o termo pressupõe está mais conectada a locais específicos, como cidades ou mesmo bairros (Beauregard &

Bounds, 2000). Janine Brodie (2000), por exemplo, sugere que a cidadania urbana tem uma dimensão local que incentiva maior atividade política, ao passo que a esfera pública é condensada no espaço em que as preocupações diárias dos moradores são compartilhadas. A autora, no entanto, não acredita em uma conexão óbvia entre a dimensão local reduzida e o alargamento da democracia. Durante a pesquisa, procuro apontar fatores relativos à precariedade habitacional e como impactam a participação política dos moradores.

O debate aqui proposto passa ainda pelo conceito de direito à cidade¹⁹, como definido por Henri Lefebvre (1991). O autor propõe a noção de direito à cidade como um norte, uma direção a ser seguida, ao diagnosticar o afastamento dos sujeitos sociais do processo de construção das cidades em que vivem e de seu cotidiano como consequência das transformações urbanas ocorridas a partir do avanço do capitalismo industrial. Lefebvre vê uma diferença fundamental entre o que denomina *cidade obra* e *cidade renovada*. A primeira se refere àquela em que os indivíduos participam ativamente das decisões e do cotidiano, ou seja, a cidade é propriamente construída (daí a palavra obra) por seus moradores, a segunda procura classificar as cidades voltadas ao consumo dos espaços.

A *cidade obra* se perde, segundo a análise do autor, na medida em que a noção de *habitat* substitui o *habitar*. Tal transformação se dá, segundo Lefebvre, durante a III República (1870-1940), quando a industrialização é impulsionada e os centros urbanos crescem devido ao denominado “êxodo rural”. Tal processo, por sua vez, alimenta o crescimento dos subúrbios, onde aos moradores não lhes é mais conferida a possibilidade de habitar, ou seja, “participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade” (Lefebvre, 1991, p.16). Isso porque a ideologia da propriedade privada é estendida aos trabalhadores, afastando-os do “sentido da obra” (Lefebvre, 1991, p.17). Nasce assim a cidade renovada, voltada ao consumo e ao valor de troca dos espaços, onde parece preponderar a separação entre espaço e participação pública.

Procuro contribuir ao campo dos estudos relativos ao direito à cidade na medida em que aponto a importância do acesso aos espaços da cidade e à moradia como dimensão essencial à construção de sujeitos autônomos e participantes da

¹⁹ No Brasil, o direito à cidade é definido em lei, desde 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). A lei, no entanto, não garante que tal direito seja efetivado, como será discutido ao longo da tese.

esfera pública. Para dar corpo a essa proposta, defendo unir a noção de precariedade habitacional à perspectiva de direito à cidade, a partir das experiências sociais dos indivíduos envolvidos em movimentos sociais, invocando o que Judith Butler denomina dependência mútua de “infraestruturas e de redes sociais viáveis” (Buttler, 2018, p.28).

Nesse sentido, essa tese se inscreve no campo da teoria crítica urbana, uma vez que coloca em diálogo as desigualdades sociais de acesso a políticas públicas e aquelas existentes nos espaços das cidades analisadas. Como afirma Neil Brenner, a teoria crítica urbana,

Ao invés de afirmar a condição atual das cidades como a expressão de leis transhistóricas de organização social, racionalidade burocrática ou eficiência econômica, (...) dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas. (2015, p.21)

Analisar os movimentos sociais de cidades tão distintas quanto Londres e Rio de Janeiro permite colocar em perspectiva os processos de construção dos Estados democráticos e da cidadania nos países em que se situam – Reino Unido e Brasil. É da Inglaterra que chega a referência conceitual fundamental a esse campo de análise. T. H. Marshall (1977) reúne as características que levaram à formação dos direitos sociais, civis e políticos em seu país, traçando correspondências entre a garantia de direitos e a estrutura social vigente. O autor faz uma contextualização histórica que mostra a evolução do projeto de cidadania e define etapas de fundação dos direitos civis e políticos e sociais. A trilha histórica exposta pelo autor mostra que as três dimensões estiveram amalgamadas e somente com o desenvolvimento das instituições estatais conseguiram se desligar e seguir caminhos distintos. No entanto, Marshall pontua que ainda que estejam em campos separados, o acesso à cidadania só está garantido quando os três tipos de direito são efetivados.

A análise de Marshall deixa clara a importância do Estado na garantia dos direitos relativos à cidadania, explicitando que, na Inglaterra, antes da regulamentação dos direitos, havia uma cultura de caridade que mantinha a ordem existente e a desigualdade entre *landlords* e pobres. A lei dos pobres (*poorlaw*), primeiro passo de regulamentação de direitos mínimos, nasce quando o Estado

toma para si algo que já era comum, oferecendo aos mais pobres o mínimo para sobreviverem, mas sem mudar concretamente sua vida.

Articular questões relativas à cidadania à ação coletiva dos sujeitos nesta tese significa então pensar nas formas como os contextos de experiência dos atores explicitam a cultura de participação das cidades em que os movimentos sociais se formam. Como propõe Daniel Cefaï, é fundamental examinar os “contextos de cidadania interacional” para compreender as multiplicidades das maneiras que os cidadãos encontram de se fazer cidadãos²⁰ (2007, p.721).

Acredito que analisar sociologicamente as experiências dos movimentos possibilita uma perspectiva ampla da questão da moradia nas cidades de forma comparada e seus significados políticos e sociais. Algo que fica evidente é que os movimentos iluminam características das cidades onde se desenvolvem: exclusão de classes, as formas que a desigualdade afeta especialmente as mulheres, a cultura dos países em relação ao espaço e à participação.

As entrevistas realizadas basearam-se no método de narrativas biográficas proposto por Gabriele Rosenthal (2014), que propõe que as experiências de vida narradas pelos entrevistados sejam contrastadas com a realidade da época em que os fatos ocorreram. Solicitei aos entrevistados que me contassem sua história de vida e conduzi com questionamentos acerca de seu envolvimento nos movimentos sociais²¹, procurando iluminar os processos que levaram à percepção das desigualdades associadas à moradia e demais temas de interesse. A partir dos históricos narrados, pude buscar evidências históricas a respeito dos fatos e analisar os contextos de experiência dos atores.

Ademais das entrevistas, pude acompanhar o cotidiano dos movimentos através de observação participante, seguindo a metodologia denominada “extended case”, como proposta por Michael Burawoy (1991). O autor diferencia o método nomeado dos demais que propõem observação participante na medida em que busca uma forma específica de analisar formas de resistência urbanas. Ele propõe como ponto de partida a noção de “sistema” e “mundo da vida”, de Jurgen Habermas, em conjunto com o conceito “historicidade”, de Alain Touraine. Ambos conceitos

²⁰ O autor considera que o trabalho de Marshall é fundamental, mas perde de vista essa multiplicidade ao tentar delinear gerações e tipos de direitos.

²¹ O roteiro das entrevistas, bem como os termos de consentimento utilizados, encontram-se como apêndices.

procuram, grosso modo, explicitar processos de conscientização dos sujeitos frente a uma realidade de dominação, e uma conseqüente resistência colocada publicamente através de movimentos sociais ou através de “ações racionais comunicativas” (Habermas, 2014) na esfera pública.

Burawoy (1991) propõe uma metodologia capaz de observar e participar ao mesmo tempo; ou seja, propõe que os cientistas sociais não apenas se insiram nas atividades relativas ao mundo da vida dos sujeitos analisados, mas que aproveitem o caráter de observação para colocar em perspectiva as ações do sistema:

como observadores que também estão fora dos mundos da vida que estudam, os cientistas podem obter informações sobre as propriedades dos sistemas, que integram as conseqüências esperadas e não intencionais da ação instrumental em instituições relativamente autônomas. De fato, estes podem ser entendidos apenas do ponto de vista do observador.²² (Burawoy, 1991, p.284 – a tradução é nossa)

Tal metodologia assume um caráter ontológico, na medida em que a partir dela os cientistas sociais são instados a não aceitar a supremacia de um sistema sobre o outro. Ter esse tipo de perspectiva em mente foi fundamental ao trabalho de campo, sendo que durante toda a pesquisa me preocupei em não aceitar os mundos da vida dos sujeitos acompanhados como um corpo inerte, mas uma “fonte de contestação contínua” (Burawoy, 1991, p.287), algo que me possibilitou analisar os conflitos internos aos movimentos na definição de seus repertórios de ação e pensá-los como dialógicos à cultura participativa dos países em que se inserem.

1.2

A pesquisa de campo: caminhos e contatos

Os primeiros contatos que estabeleci com os movimentos sociais acompanhados durante a pesquisa foram realizados quando eu estava grávida de minha segunda filha, ou com ela muito pequena sendo levada a tiracolo – entre o segundo semestre de 2016 e 2017. Esse fato me proporcionou uma grande empatia por parte das mulheres dos grupos e algumas dificuldades de aceitação em outros.

²² “As observers who also stand outside the lifeworlds they study, scientists can gain insight into the properties of the system world, which integrates the intended and unintended consequences of instrumental action into relatively autonomous institutions. Indeed, these can be understood only from the standpoint of the observer.”

Antes de iniciar a pesquisa de campo, já havia pesquisado bastante sobre os grupos via internet, e o primeiro contato físico após conseguir tantas informações “de fora” é no mínimo estranho: sabia algumas informações sobre as lideranças dos grupos, sua aparência, as frases que costumavam usar para falar sobre sua realidade a outros pesquisadores e à mídia. Essas pessoas, por outro lado, não faziam ideia de quem eu era e de onde vinha, e talvez por esse fato a gravidez e posterior companhia de uma bebê tenha se constituído importante fato a ser mencionado. Eu cheguei aos primeiros encontros com algumas ideias pré-definidas e curiosa para saber como seriam meus interlocutores ao vivo. São muitas as informações que não conseguimos obter pela internet: gestos, modos de olhar, cheiros, receptividade.

O primeiro encontro com os moradores da Vila Autódromo foi via *WhatsApp*. Um amigo me passara o telefone de uma das moradoras, e eu entrei em contato para agendar um evento na Universidade, em 2016. Estava grávida de minha segunda filha à época, e a empatia da moradora ao ver minha barriga foi imediata. O assunto facilitou nossa aproximação e troca de experiências em comum, o que foi importante para os encontros futuros, que tardaram em acontecer devido ao tempo que passei realizando a pesquisa em Londres.

Já na Inglaterra, conheci o movimento *Focus15* a partir da orientação do professor Kevin McDonald, que não conhecia o grupo pessoalmente, mas acompanhava sua trajetória on-line. O movimento nasceu a partir da ameaça de remoção de 29 mães em situação de vulnerabilidade que viviam em um edifício destinado à moradia social no bairro de Stratford. Entrei em contato com o grupo através de sua página na web e logo obtive resposta. Perguntei se poderia marcar uma data para me encontrar com alguma das participantes da campanha, e Ella²³ me respondeu: “venha à nossa *streetstall* no sábado, será um prazer”. Eu respondi dizendo que tinha um filho pequeno, e sugeri que o encontro fosse durante a semana. Novamente a resposta foi rápida: “nós trabalhamos e não podemos durante a semana, venha no sábado entre 12 e 2 da tarde e conversamos. Crianças são bem-vindas”.

Numa calçada larga, em frente a uma loja de eletrodomésticos bastante popular na Inglaterra (Wilco), encontrei aquele cenário pela primeira vez: uma

²³ Ella Bradbury foi uma ativista e pesquisadora do grupo *FocusE15*, comparando o movimento ao de Mães da Praça de Maio. Se suicidou em setembro de 2019. Não utilizei nome fictício para esse caso como forma de homenageá-la. Ela foi fundamental à minha aproximação ao grupo e me inspira.

mesa onde se misturavam tinta de pintura facial para crianças e abaixo-assinados a favor da moradia pública, seis mulheres e dois homens entregando panfletos, algumas bandeiras pintadas à mão penduradas em fios presos aos postes da rua, um microfone ligado a uma caixa de som, de onde reverberavam palavras de ordem como “social housing, not social cleansing, join *FocusE15* campaign, sign the petition!”. Voltaria ao mesmo cenário diversas vezes durante os doze meses que passei em Londres.

Conversei primeiro com Ella, que havia me respondido a mensagem on-line. Ela me contou que era do México e que havia se reunido ao grupo havia dois anos – fazia mestrado na cidade. Nesse dia pude conversar rapidamente com várias integrantes do grupo, inclusive Carla, quem organizou o movimento no início. Ao ouvir sobre minha pesquisa, ela repetiu um discurso pronto acerca da formação do grupo, sem muito entusiasmo, e me disse para irmos conversando aos sábados, enquanto ocorria a manifestação semanal, já que durante a semana todas elas tinham de trabalhar, me entregando um punhado de panfletos para que a ajudasse a entregar aos pedestres que passavam por ali, um local movimentado e bastante popular. Percebi que para saber mais sobre o grupo teria que estar com elas.

No sábado seguinte fui ao encontro do grupo novamente, desta vez para participar da reunião aberta que elas organizam uma vez ao mês. A sala estava cheia quando cheguei e fazia calor lá dentro, apesar do frio de mais um sábado de inverno. Ao tirar meu casaco, as participantes do grupo notaram minha gravidez, que, apesar de estar já em estágio avançado, não havia sido notada no fim de semana anterior por conta do casaco que cobria a barriga. Houve uma identificação maior por parte delas nesse dia, tanto por conta da gravidez quanto por perceberem meu esforço em estar ali presente nas últimas semanas de gestação²⁴.

Nessa primeira reunião em que estive, percebi que a dinâmica já era conhecida por alguns e bastante clara para as organizadoras: nos primeiros momentos cada um se apresentava, depois se colocava em pauta as questões que haviam surgido durante o mês – pessoas que haviam procurado o grupo por estarem sendo despejadas, eventos para os quais haviam sido convidadas, outros grupos que

²⁴ No meu último dia com o grupo, elas também me confessaram que estavam cansadas de pesquisadores que iam apenas uma vez ao seu encontro e depois desapareciam, elogiando a forma como tinha atuado durante a pesquisa.

havam conhecido. Carla e Joana, no entanto, organizavam o ambiente. A primeira, como dito, foi uma das mães desalojadas do *Hostel* em 2013, a segunda, uma das colaboradoras mais engajadas do grupo. A importância dada a encontros pessoais e à discussão conjunta dos temas trazidos por colaboradores ficou nítida nesses primeiros encontros com o movimento, algo que se confirmaria ao longo do ano.



Figuras 1 e 2 - StreetStall FocusE15. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Minha relação com o movimento ao longo do ano em que estive em Londres foi se tornando afetuosa com o passar dos meses. Ajudei em algumas manifestações semanais, entregando panfletos e falando com as pessoas que passavam acerca da situação de moradia pública na cidade. Nas primeiras vezes, levei minha filha comigo, o que nunca criou constrangimento, até mesmo pelo histórico do movimento, em que as mães levavam seus bebês a tiracolo nas manifestações, gerando grande visibilidade midiática. No último encontro mensal do grupo em 2017, apresentei parte da minha pesquisa e falei sobre a situação habitacional no Brasil. As participantes fizeram questão de enviar uma mensagem de apoio à Vila Autódromo, nós gravamos e enviei pelo *Whatsapp* e *Facebook*, criou-se uma identificação grande entre os grupos no momento, e na minha volta ao Brasil foi importante ter realizado essa conexão, os moradores da Vila valorizaram esse diálogo.

Foi através do *FocusE15* e de suas reuniões mensais que ouvi falar do grupo *SaveNorthWold*. As primeiras mensagens que troquei com as duas participantes mais ativas do grupo se deram via *Twitter*, quando perguntei se poderia encontrá-las, conversar sobre o movimento e ajudar de alguma forma, já que estavam começando a realizar manifestações de maneira mais ativa. A resposta foi a seguinte: “Oi, Taísa. A pesquisa parece valer a pena. Podemos convidá-la para uma futura reunião da comunidade, se quiser. Temos muita coisa no momento – criando uma pesquisa e considerando um plano popular. É cansativo e trabalhoso.”

Respondi que sim, que me interessaria ir à reunião e que poderia ajudar com a pesquisa. A pessoa que respondia às mensagens – Evelyn – não poderia me receber naqueles dias pois estava viajando, e passou meu contato à Daisy, que entrou em contato comigo e marcamos um encontro. Quando cheguei ao apartamento 2 com minha pequena filha a tiracolo, Daisy não pareceu muito entusiasmada com a presença. Me perguntou: você vai fazer a pesquisa com o bebê? Eu respondi que sim, e ela respondeu: “bom, como quiser”. Sua casa é um apartamento térreo num dos edifícios do condomínio. Tem dois quartos, uma sala ampla e um quintal privativo, vive com quatro gatos, com quem conversa bastante, e deixa as torneiras da casa aberta para que eles tomem água. Daisy tem cerca de 70 anos e recebeu um aviso por correio informando da possibilidade de remoção. Me explicou sobre a pesquisa enquanto eu tentava salvar a perna da minha filha dos arranhões de um dos gatos, que achava curiosa aquela presença. Depois fomos caminhar pelo condomínio, e ela me levou até um bloco de apartamentos onde eu

deveria realizar a pesquisa sobre o perfil dos moradores – como parte deles era de refugiados, ela acreditava que minha presença facilitaria o diálogo. Achei estranho esse primeiro encontro, pois falamos mais da pesquisa, como se eu estivesse lá apenas para isso, mas entendi mais tarde que a abertura do grupo se daria de forma mais abrangente depois que ajudasse com aquilo, que era urgente no momento.



Figuras 3 e 4: NorthWold Estate. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Particpei da pesquisa, entrevistei a quatro participantes do movimento e estive em reuniões do grupo e no *streetstall* organizado no final de 2017. O grupo foi mais reticente com minha presença do que o *FocusE15*, talvez por estarem menos acostumados à exposição. Foi muito difícil lidar com as reações que a presença da minha filha causava, até mesmo durante a pesquisa no bloco de apartamentos – quando um dos entrevistados me disse, de maneira grosseira, que eu deveria estar em casa cuidando dela e não ali.²⁵ Ter feito a pesquisa com este movimento, no entanto, foi fundamental para uma melhor compreensão da realidade habitacional em Londres e para conhecer melhor a região de Hackney, uma das mais gentrificadas da cidade.

Quando voltei, minha aproximação maior com a Vila Autódromo foi simples, uma vez que havia trocado mensagens durante minha estada em Londres e alguns participantes do grupo se lembravam de mim. Realizei algumas entrevistas no início de 2018 e me convidaram para integrar o Museu das Remoções. Passei a acompanhar as reuniões mensais do grupo e a conhecer melhor todos os envolvidos. Formado majoritariamente por pessoas da área de museologia, o grupo de apoiadores recebe gente nova com frequência, mas há uma rede menor que se mantém, e da qual faço parte atualmente.

A capacidade de atração do movimento formado na Vila impressiona. São muitas pessoas enviando mensagens e e-mails ao grupo constantemente, querendo participar mais ativamente ou apenas agendar entrevistas. Uma situação semelhante à do *FocusE15*. Sem dúvida, os dois movimentos se tornaram referência na luta por moradia nas cidades, e sua experiência serve como inspiração aos demais, que buscam informações e apoio quando necessitam. Ademais, por sua abertura a dividir experiências com a academia, acabam por tornarem-se referência também nessa área.

As visitas à Vila Autódromo são demoradas, não somente pelas longas conversas que sempre se estabelecem e pelos debates realizados dentro da Igreja de São José Operário²⁶, mas também pela distância em que se encontra o bairro. São

²⁵ Essa situação é compreensível. Ela tinha apenas dois meses e segundo a legislação do país eu deveria estar exclusivamente cuidando dela, mas a reação do entrevistado foi muito forte, batendo a porta na minha cara e gritando.

²⁶ O santo padroeiro da Vila é emblemático, como veremos, e a igreja é a única construção que não foi derrubada durante as remoções.

37 quilômetros entre a Cinelândia, no centro do Rio, e a Vila. O BRT²⁷, construído durante a preparação da cidade para sediar as Olimpíadas, leva até a entrada da Vila. No entanto, para a construção da estação Centro Olímpico foram removidas cerca de 140 famílias. A estação é enorme, mas pouquíssimo movimentada em dias que não há eventos nas proximidades, e nos fins de semana a quantidade de BRTs disponível é menor.



Figura 5 - Placa na entrada da Vila Autódromo

²⁷ *Bus Rapid Transport*. Há uma estação (Centro Olímpico) localizada ao lado oposto ao da Vila, na Avenida Abelardo Bueno. Há uma proposta de alteração do nome da para estação Vila Autódromo em andamento na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, feita após mobilização do movimento social.



Figura 6 - Localização da Vila Autódromo, vista da estação BRT Centro Olímpico.

Minhas idas à Vila, principalmente às reuniões do Museu das Remoções, me tomam o dia todo. O mesmo ocorre com grande parte dos apoiadores, que mesmo assim continuam indo mensalmente e realizando tarefas contínuas que incluem responder e-mails, gerenciar as redes sociais, organizar eventos e manifestações, produzir material informativo. As razões pelas quais essas pessoas se envolvem mais com o caso da Vila Autódromo do que com movimentos mais próximos de suas residências ou até mesmo a distâncias similares são diversas: o afeto com que somos recebidos na Vila (sempre tem um suco fresco ou uma comida esperando), a tranquilidade do local (a ausência da violência relacionada ao tráfico ou milícia é fundamental) e a notoriedade que o grupo ganhou ao longo dos anos.²⁸

O movimento do Horto também conta com apoiadores frequentes. O grupo recebe apoio jurídico dos alunos de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, a partir do grupo de pesquisa e extensão Terras e Lutas (Projeto Direitos em Movimento: Territórios e Comunidades), vinculado ao Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC) do Departamento de Direito. Ademais, a rede de apoiadores conta com estudantes de gestão do território da ENCE/IBGE, que estão

²⁸ Conversas informais com os ativistas me informaram sobre isso.

realizando um mapeamento das casas da comunidade, e do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que presta atendimento gratuito aos moradores que sofrem ameaças de remoção.

Meu primeiro contato com este movimento também foi virtual. Acompanhava seu histórico há anos, pois faço parte de uma lista de e-mails da qual uma das representantes da comunidade também faz. Recebo notícias sobre manifestações e ameaças de remoção e optei por entrar em contato justamente pelo movimento possuir a particularidade de ser organizado por uma comunidade da Zona Sul e instigar questões acerca da precariedade. Enviei uma mensagem pelo *Facebook* e logo agendei a primeira visita.

Ao passar pela Rua Pacheco Leão, endereço de referência de quase toda a comunidade, não é possível ter noção da quantidade de casas que existem a partir da pequena entrada do número 1235 daquela rua. É quase um mundo à parte no coração do Jardim Botânico, e visitar o espaço com os moradores impressiona. É um local histórico da cidade do Rio de Janeiro. Muitas casas são as mesmas construídas à época do Império, há um canal de água correndo entre as ruelas, construído pelos trabalhadores escravizados que trabalhavam no parque, e muito verde ao redor. As figuras 7 e 8, a seguir, dão uma ideia:





Figuras 7 e 8 - Comunidade Horto Florestal. Fonte: arquivo pessoal da autora, 2018.

As entrevistas que realizei com alguns dos ativistas do Horto foram as mais difíceis de ocorrer. A adesão ao movimento não é de todos os que vivem ali, sendo que alguns veem no grupo principal de organizadores a tentativa de ganhar prestígio político através do movimento. Isso porque, no passado, o antigo morador Edson Santos filiou-se ao Partido dos Trabalhadores após ganhar notoriedade como representante do bairro, e fez parte do governo de Luís Inácio Lula da Silva²⁹. Mas, segundo alguns moradores, não lutou pela permanência da comunidade. Atualmente há uma divisão política entre os moradores e ativistas, e se sente isso nas conversas, como será exposto ao longo da tese. Essa situação não interferiu na minha aproximação do grupo, uma vez que, ainda que haja tal rixa, os moradores e ativistas mantêm o entendimento do seu direito a permanecer vivendo no local.

²⁹ Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro em dois mandatos (2006 e 2010) e entre 2008 e 2010 assumiu o cargo de Ministro-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

1.3 Entrevistas

Realizei vinte e uma entrevistas em profundidade durante os anos da pesquisa, ademais de participar ativamente de reuniões dos movimentos, manifestações e atividades culturais promovidas. Nos quadros 1 e 2 a seguir, pode-se ter uma ideia do perfil dos entrevistados. Não informo dados como profissão ou nome real para não ferir os códigos de ética estabelecidos pela PUC-Rio e pela Middlesex University, em Anexo. Ao atentar às idades dos entrevistados, é importante lembrar que os movimentos já existem há alguns anos, e as idades referem-se à data da entrevista.

As entrevistas foram realizadas nas seguintes datas:

Em Londres – Silvia: 15 de junho 2017; Sonia: 8 de julho 2017; Carla: 19 de julho 2017; Daisy: 15 agosto 2017; Evelyn: 29 agosto 2017; Charlotte: 27 setembro 2017; Lucia: 27 setembro 2017; Joana: 16 outubro 2017; Lucca: 2 novembro 2017; Cristina: 24 novembro 2017.

No Rio de Janeiro – Pilar: 27 de março de 2018; José: 4 de junho de 2018; Fernanda: 4 setembro 2018; Helena: 19 abril de 2018; Dandara: 18 abril 2018; Anastácia: 4 setembro 2018; Inacio: 3 dezembro 2018; Bethania: 5 dezembro 2018; Julita: 3 de dezembro 2018; Pedro: 10 setembro 2018; Maria: 7 de maio 2019.

Perfil Integrantes dos Movimentos - Londres					
		Nome fictício	Trabalha?	Idade na data da entrevista	Resumo de atuação no movimento
1	NorthWold	Charlotte	Sim	NI	Participação no movimento a fez conhecer mais gente no conjunto de edifícios e a não passar pelas ameaças de remoção sozinha. Sente o fato de viver nos edifícios como uma falha pessoal.
2		Lucia	Sim	60	Decidiu se envolver pois considera sua casa um bem inestimável, tem fortes relações de vizinhança. Vive no bairro desde criança.
3		Evelyn	Sim	NI	Tomou a iniciativa de organizar o movimento. Acredita que as pessoas têm raízes onde vivem e isso deve ser respeitado. Decidiu morar no conjunto pois se encaixava em sua renda e defende a diversidade da moradia pública.
4		Daisy	Não	70	Organizou pesquisa com os moradores do conjunto de edifícios acerca de seu perfil e conhecimento sobre as propostas de transformação feitas pela Incorporadora Guinness. É a mais velha do grupo e se coloca como contrária às injustiças sociais.
5	FocusE15	Sonia	Sim	NI	Mãe de Carla. Acompanha o grupo desde o início e organiza as reuniões e eventos.
6		Carla	Sim	20	Tomou a iniciativa de organizar o movimento junto a outras 28 mulheres. Considera que ter se organizado mudou drasticamente sua forma de ser e se envolver politicamente.
7		Cristina	Não	40	Imigriante da Letônia, se uniu ao movimento depois de ter recebido aviso que seria expulsa do apartamento em que vivia com seus 3 filhos e recebido apoio do grupo.
8		Joana	Sim	NI	Integrante do Revolutionary Communist Group desde os anos 1970, apoiou o FE15 desde o início e tornou-se uma das mais atuantes ativistas. Comparece todos os sábados, organiza os encontros mensais.
9		Silvia	Sim	29	Se uniu ao grupo defendendo a relação entre moradia e saúde mental. Morou em um conjunto de edifícios sociais e diz ter sofrido diversos tipos de abuso neste período, por ser mulher solteira. Organizou um coral de músicas revolucionárias com o movimento, realizando ensaios semanais durante cerca de 2 anos. Se mudou para a Espanha em 2019.
10	RadicalHousingNetwork	Lucca	Sim	NI	Um dos fundadores do site radicalhousingnetwork, trabalha em uma thinkthank relacionada a moradia e atua em diversos movimentos. Vive em um barco nos canais de Londres e atua como articulador.

Quadro 1 – Perfil entrevistados em Londres. Fonte: produzido pela pesquisadora.

Perfil Integrantes dos Movimentos - Rio de Janeiro					
11	Vila Autódromo	Fernanda	Não	31	Filha de Pilar e José, se uniu ao movimento "de paraquedas" e atualmente entende que a luta pela Vila representa sua ancestralidade. Se transformou a partir do envolvimento.
12		Pilar	Não	49	Liderança do movimento, tem seu discurso bastante baseado na fé católica e na partilha da terra.
13		José	Sim	55	Diz ter se visto obrigado a participar do movimento para não ser um parasita. Atualmente é um ativista ligado principalmente a questão ambiental da Vila.
14		Helena	Não	53	Se envolveu ao grupo pelos laços de amizade que tem com Pilar e por acreditar que sua casa é o patrimônio que deixará a seus filhos. Atua principalmente nos momentos de conflito.
15		Dandara	Sim	50	Uma das principais ativistas. Decidiu se unir ao grupo depois que o Padre deixou a paróquia e ela percebeu que precisaria se envolver mais. Voltou a estudar História e hoje é uma das principais articuladoras do Museu das Remoções.
16		Estela (Não entrevistada formalmente)	Não	82	Lutou para permanecer na Vila pois passou quase toda sua vida ali. Foi muito atuante na época das remoções e comemorou seu aniversário de 80 anos em uma das barricadas. Atualmente se sente presa na Vila pois perdeu a infraestrutura de serviços e comércio que existia ali.
17		Maria	Não	63	Foi uma das grandes lideranças da luta contra as remoções, mas teve sua casa demolida antes do acordo e acredita que sofreu uma injustiça. Defende a permanência da comunidade e participa das atividades promovidas pelo movimento.
18	Horto	Bethania	Não	70	Envolvida na luta pela permanência da comunidade por acreditar no direito à permanência daqueles que vivem lá. Não defende o mesmo direito para moradores mais recentes.
19		Pedro	Esporádico	43	Se envolveu quando soube das ameaças de remoção no início dos anos 2000. Decidiu se unir ao grupo de pessoas mais jovens da comunidade (tinha cerca 20 anos na época), defendendo a necessidade de preservação da memória da comunidade. Influenciado pelas experiências de outras favelas na cidade.
20		Anastácia	Não	65	Liderança do movimento, se envolveu desde o início das ameaças, pois fazia parte da associação de moradores. Dedicou anos de sua vida a organização de documentos para demonstrar que a população tem direito a permanecer no local.
21		Julita	Sim	83	É funcionária do IPJB e envolvida na preservação da comunidade, pois sua casa, localizada em um terreno cedido pelo Instituto mas construída por ela, é ameaçada de remoção. Seu pai foi funcionário do Parque e ela tem muito material de memória do local.
22		Inacio	Aposentado	82	Marido de Julita, foi tesoureiro da associação de moradores durante anos e articulador político da comunidade junto ao PT.

Quadro 2 – Perfil entrevistados no Rio de Janeiro. Fonte: produzido pela pesquisadora.

1.4 Organização do texto

Para a análise que realizo, é fundamental apresentar a questão da moradia e sua relação com a constituição das democracias existentes nos dois países. Realizo essa tarefa no capítulo 2, apontando possíveis diálogos interpretativos entre as categorias utilizadas na análise da cultura cívica dos países, as respectivas políticas públicas de moradia e os movimentos sociais apresentados. Nesse mesmo capítulo, apresento um panorama geral das políticas públicas de moradia no Brasil e na Inglaterra, dados acerca da precariedade habitacional nas duas cidades e o contexto de surgimento dos movimentos sociais analisados.

Cidades tão distantes quanto Londres e Rio de Janeiro se aproximam a partir desse exercício. Sua formação, colocada em perspectiva, aponta similaridades: nos dois casos, a constituição da cidadania se dá “de cima para baixo”, e ainda que exista uma maior tradição de participação popular na Inglaterra, percebe-se que as decisões acerca dos direitos foram e ainda são muito centradas no papel do Estado. Ademais, tanto Londres como Rio de Janeiro nascem como capitais de seus países, e guardam forte herança nesse sentido. A cidade carioca experimentou abrigar a aristocracia portuguesa e ainda hoje mantém características políticas moldadas àquela época.

Enquanto capitais, ambas as cidades experimentaram forte crescimento no início do século XIX (no caso inglês) e XX (Rio de Janeiro). As políticas públicas de moradia, nas duas cidades, nascem como busca de ordem durante os períodos de expansão, marcada por uma preocupação em manter a classe trabalhadora viva e capaz de produzir. As duas guerras mundiais impactam significativamente o papel do Estado na Inglaterra, enquanto no Brasil a herança da escravidão deixa feridas marcantes. As realidades se distanciam, e voltam a dialogar com mais proximidade recentemente, a partir de políticas de austeridade estatal. A comparação faz aparecer características que foram fundamentais à análise aqui proposta.

Depois de apontar as características históricas das cidades, e a partir de um questionamento frequentemente apresentado a mim durante a pesquisa, defendo o aporte teórico que toma os grupos acompanhados como movimentos sociais e a centralidade dada às experiências subjetivas em relação à moradia. O capítulo 3 dedica-se, portanto, a apresentar mais detalhadamente a formação dos grupos

acompanhados e os principais repertórios de ação utilizados pelos atores envolvidos na luta por moradia, mostrando a centralidade dos sujeitos nessa categoria de mobilização.

Nos capítulos seguintes, adotando o quadro teórico apresentado, passo a estruturar a tese a partir das lógicas de ação propostas por Dubet, quais sejam: integradora, estratégica e cultural. O capítulo 4 é destinado à investigação das experiências individuais acerca do local de moradia. A partir das entrevistas realizadas com os ativistas, exploro a relação que estabeleceram com suas casas e espaços de vida, procurando analisar como sentimentos relativos ao local de moradia a mobilização política em torno do tema habitacional. A dignidade relativa à moradia, quase sempre mencionada quando se analisa o tema (“acesso à moradia digna”), ganha contornos mais detalhados a partir do aporte relativo à lógica de ação integradora. Dessa forma, procurei, nesse capítulo, lançar luz a como a precariedade habitacional afeta a formação dos sujeitos e como impacta a forma como os atores interiorizam os papéis relativos ao local de moradia.

No capítulo 5 exploro a trilha que leva os sujeitos a mobilizarem-se politicamente a partir dos sentimentos relativos à precariedade habitacional apresentados no capítulo anterior. A partir das lógicas de ação integradora e estratégica, analiso o processo de transição que os sujeitos encontram para transformar experiências íntimas de moradia em repertórios de interesse generalizado e de enfrentamento ao Estado. Dois fatores aparecem como fundamentais: a criação de cotidiano e a experiência de classe que emerge do convívio e troca de percepções sobre as dificuldades do dia a dia. Procuro salientar o processo de posicionamento político dos sujeitos e sua atuação conjunta em movimentos sociais, compreendidos como instâncias concorrenciais de busca de objetivos comuns.

No capítulo 6, analiso principalmente as formas de ação dos movimentos no sentido de transformar as próprias culturas de participação em que estão inseridos. São explorados os repertórios de ação dos movimentos sociais, centrando principalmente nos museus sociais organizados na Vila Autódromo e no Horto e nos usos da memória como vetor de criação de solidariedade e como instrumento de luta em todos os casos. A análise comparativa entre Rio de Janeiro e Londres foi fundamental para “fazer aparecer” características das estratégias dos movimentos que talvez ficassem invisíveis aos meus olhos caso analisasse somente o Brasil. Isso

porque as formas que os movimentos encontram de posicionarem-se publicamente dialogam amplamente com a cultura cívica de cada país, e isso se evidencia com mais força quando colocados em perspectiva.

Como ficará evidente, e também como esperado, as lógicas de ação propostas por Dubet se mesclam frequentemente, mas o método de diferenciá-las foi crucial à análise. No capítulo 7 isso se evidencia de maneira clara, quando proponho o termo *reconhecimento espacial* como dimensão fundamental da luta dos movimentos acompanhados durante a pesquisa. Tal proposta dialoga com a perspectiva da lógica cultural assinalada por Dubet, em que os indivíduos são percebidos como parte e transformadores da sociedade que os cerca. A fronteira entre agência e sistema presente nas demais lógicas já é mais tênue, e a dimensão proposta visa a pensar tal dimensão a partir dos contextos urbanos e de apagamento expostos ao longo da tese. O conceito proposto, ademais, é uma sugestão de alargamento da tipologia das dimensões do reconhecimento proposta por Axel Honneth (2003). Me utilizo de sua proposta metodológica para desenvolver tal exercício de categorização.

Ao final desta tese, não procuro comprovar hipóteses relativas às políticas habitacionais ou aos movimentos sociais analisados, mas oferecer categorias sociológicas interpretativas acerca da arena pública formada ao redor da precariedade habitacional que nos cerca. Procuro contribuir a um debate acerca das dimensões e significados que os locais de moradia representam: as relações sociais que proporcionam, os lugares sociais que concebem, como se relacionam com a formação de subjetividades, de que forma impactam a participação em esferas públicas amplas. Os limites entre privado e público presentes nessa arena são instigantes e oferecem um amplo campo de debate, especialmente quando se tomam as experiências individuais como vetor de análise, como proponho.

2 Moradia e cidadania

*Houses make a town,
but citizens make a city.*
Rousseau³⁰

Moradia é um direito. Essa frase, tão usada por movimentos sociais, expressa algo que parece óbvio: garantir habitação aos cidadãos é dever do Estado em grande parte dos países ocidentais. Mas as tentativas de constituição de uma sociedade em que bens e serviços são distribuídos de forma igualitária é uma tarefa que se depara com questões tanto conceituais como práticas: como definir quem são os que mais precisam? Como atendê-los? O atendimento deve ser universal? Tais questões, quando relativas às políticas públicas de moradia, ganham contornos muitas vezes subjetivos.

Neste capítulo, exploro as relações entre moradia e cidadania nos dois países em que os movimentos sociais analisados nasceram, em uma tentativa de colocar em diálogo cultura cívica, distribuição de direitos e acesso à moradia. Para isso, apresento brevemente o histórico de constituição das cidades analisadas e os ideais de direitos que carregaram. Em seguida, apresento as políticas públicas destinadas à habitação das duas cidades, localizando os contextos de emergência dos movimentos sociais abarcados durante a pesquisa.

2.1 Estados, cidades e cultura Cívica

Pensar nas similaridades entre Rio de Janeiro e Londres como representantes da cultura cívica dos países analisados traz aproximações entre as duas realidades, que parecem muito distantes entre si, e salienta as peculiaridades de cada uma. Um caminho a essa aproximação pode ser percorrido através da análise comparativa da constituição desses espaços urbanos, o que procuro fazer nas linhas que seguem.

A constituição urbana de Londres, ocorrida no século XII, foi descrita por Max Weber (1991), que pontua o protagonismo da realeza nesse processo. O autor mostra que a cidade, distanciando-se de outras capitais formadas como centros

³⁰ Em *Do Contrato Social*.

voltados ao mercado, se constituiu a partir da racionalização necessária para a organização de associações de terratenentes e aristocratas, que buscavam os benefícios delas consequentes. Ou seja, a cidade de Londres teria sido organizada a partir de interesses econômicos e fiscais que relacionavam os feudos à realeza. Em tal contexto, os cidadãos se constituíam enquanto pagadores de impostos, e eram, majoritariamente, terratenentes que não moravam em Londres, mas tinham residências na cidade e se dirigiam a ela para resolver questões administrativas relativas aos impostos que pagavam à coroa (aqueles que não pagavam os impostos estavam excluídos da classe de cidadãos ativos). Weber considera que a forma como se dá a constituição da cidade de Londres determina o caráter burguês-corporativo da cidade:

Quem não estava em condições de participar no gravame da garantia tributária da associação dos cidadãos, pagando os impostos reais de caso a caso, particularmente, portanto, os menos abastados, excluía-se, com isto, do círculo de cidadãos ativos. Todos os privilégios da cidade baseavam-se em concessão real ou senhorial-territorial que, no entanto, era interpretada arbitrariamente. (1991, p.453)

A Inglaterra foi o primeiro país a adotar o capitalismo como forma de organização social, como aponta Barrington Moore Jr. (1967), tendo sido a transição sustentada pela elite rural do país. Esse caminho foi trilhado a partir do crescimento da importância do comércio em uma sociedade antes bastante assentada na formação feudal descrita por Weber. Em uma descrição que não cabe aqui detalhar, Moore mostra como a terra se converteu em interesse econômico (de caráter moderno) a partir da dinastia Tudor, como consequência da perda de grande parte da produção de lã em função das guerras locais e da peste negra nos séculos XIV e XV.

O país, que havia se firmado como produtor de lã devido a sua forte agricultura, passou a sofrer com disputas entre senhores de terra e camponeses:

Aliciados pela expectativa dos lucros a ganhar, quer pela venda da lã, quer pelo aluguel das suas terras aos que as queriam e assim aumentando os seus rendimentos, os senhores descobriram diversos métodos legais e semilegais para subtrair aos camponeses os seus direitos de cultivo nos campos abertos, bem como os seus direitos de utilizar a terra comum para pastagem do seu gado, apanhar lenha para combustível e outros direitos semelhantes. Embora a superfície realmente afetada por essas vedações pareça ter sido muito pequena – menos de um vigésimo da área total nos países mais fortemente sujeitos a *enclosure* – contudo, esse fato, se é

realmente um fato, não significa que a situação nesses locais não fosse grave. (Moore Jr., 1967, p.28)

Os *enclosures* se mostraram como princípio da concepção moderna de uso da terra, e a disputa por ela, ao interferir negativamente no mercado de lã do país, passou a ser uma preocupação da realeza.

As transformações na concepção e usos da terra mudaram as relações sociais do país, uma vez que os senhores feudais se aproximavam cada vez mais de um perfil comercial, e mesmo os pequenos proprietários de terra (*yeomen*) encontraram formas de obter maior rentabilidade a partir de sua produção. São esses pequenos proprietários os maiores propulsores das transformações em relação ao uso da terra, a partir do estabelecimento dos *enclosures* das propriedades. Ademais, é também essa classe de proprietários que levará o comércio a protagonizar papel fundamental na modernização das cidades inglesas, especialmente Londres, nos séculos XVI e XVII, e à guerra civil que marcou a transição ao capitalismo no país.

O Rio de Janeiro, por sua vez, nasce como entreposto comercial e centro administrativo de Portugal, e torna-se sede da Corte no século XIX, conhecendo, como salienta Maria Alice Carvalho Rezende (2000, p.6), “uma enorme clivagem entre a vida social e a esfera estatal organizada” desde sua origem. A cidade, como capital da colônia, foi locus de manutenção do poder da coroa portuguesa e dos direitos corporativos a ela relativos. Essa característica marcou sua cultura política, em que, mesmo com a modernização do Estado, a forma de organização das elites se manteve centrada na exploração agrícola e num tipo de poderio rural até mesmo depois da Proclamação da República, como pontua Luiz Werneck Vianna (1996).

José Murilo Carvalho (1996), ao analisar a formação do Estado brasileiro, aponta as características da elite portuguesa que se mantiveram no país tropical, compondo um amplo corpo burocrático dependente da Coroa. Sua análise mostra que Portugal enviou ao Brasil parte da elite local e manteve uma padronização da burocracia na colônia através de sua formação intelectual, principalmente feita na Universidade de Coimbra³¹. Essa homogeneização da elite local facilitava a manutenção do poder da Coroa e, juntamente com a ordem escravocrata, impedia a formação de uma classe média no país: “A manutenção da escravidão, um

³¹ O autor mostra que a Espanha teve o costume de criar universidades em suas colônias, possibilitando a formação de elites locais. No Brasil, até nisso dependíamos de Portugal, que por sua vez buscava a padronização e homogeneização da elite local.

compromisso da elite com a propriedade de terra, reforçou mais ainda o aspecto de redução da mobilidade social” (Carvalho, J. M., 1996, p.36). Isso, por sua vez, atuava como impedimento da modernização do país.

O autor diferencia a formação da nobreza inglesa e portuguesa, apontando o fato que o segundo grupo herdou características e exerceu papel fundamental na formação do Estado brasileiro:

A aristocracia inglesa não dependia do emprego público para sustento material. O que ela prestava era quase um serviço litúrgico, para usar a expressão weberiana, de vez que podia viver das gordas rendas de suas terras. A de Portugal dependia cada vez mais do emprego para sobrevivência, donde sua dependência do Estado e seu crescente caráter parasitário. (Carvalho, J. M., 1996, p.27)

A análise de formação das elites políticas dos países aponta as principais diferenças entre as duas realidades, segundo o autor. Seguindo aquela realizada por ele, mostra-se que o papel do Estado na Inglaterra tendeu a ser menos relevante que em Portugal. Ainda que em ambos os casos tenha existido uma tendência à padronização da elite, na Inglaterra ela se dava mais por compartilhamento de capital cultural, enquanto em Portugal visava-se a formação de um corpo burocrático voltado à administração pública.

Ainda que no Brasil não tenha ocorrido uma revolução e a derrubada do Estado absolutista, como ocorreu na Inglaterra em 1688, em ambos os casos a modernização estatal foi acompanhada da manutenção de instituições e de antigas lideranças políticas. Luiz Werneck Vianna (1996) considera que a modernização brasileira é marcada por processos de conservação e de mudança simultâneos. A transformação é desencarrilhada pelo “rastros do ciclo revolucionário” europeu, como coloca Vianna, enquanto a elite dirigente local conserva seu poder e o protege do “surto libertário” disseminado na Europa a partir de 1848. O resultado disso é um Estado que deteve para si a teoria liberal, utilizando de seus preceitos à contagotas, e manteve a sociedade subordinada em sua rusticidade, seguindo a tradição escravocrata e agrícola.

O legado da escravidão no Brasil e a ordem competitiva instaurada com a industrialização na Inglaterra são fatores que não podem ser menosprezados ao comparar os dois países. No Brasil, como mostrou Florestan Fernandes, o fim do regime escravocrata não significou a instauração de um sistema de assistência e garantias que possibilitasse a transição da população escravizada ao sistema de

trabalho livre. Nenhuma instituição e tampouco o Estado se responsabilizaram pelos então trabalhadores libertos, fato que marcou a formação social do país para sempre.

A nascente vida urbana do país foi um obstáculo ainda maior ao ajustamento da vida dos negros à nova ordem de trabalho. Ainda que, como salienta Florestan Fernandes, o Rio de Janeiro tenha realizado a transição à ordem competitiva capitalista de maneira menos radical³², a urbanização do país “interferiu no ‘destino humano’ do negro e do mulato, agravando sobremaneira suas dificuldades de adaptação ao novo estilo de vida” (Fernandes, 2008, pos.1314).

A cidade do Rio de Janeiro, por ser capital da colônia, contava com a maior concentração de negros e mulatos à época da abolição, e assim como ocorreu em São Paulo essa parcela da população sofreu marginalização por conta da presença de imigrantes europeus, que passaram a ocupar os postos de trabalho disponíveis. Carlos Hasenbalg (2005) mostra que, na área rural, os trabalhadores recém libertos foram incorporados ao mercado de trabalho em ocupações similares àquelas que exerciam quando escravizados. Devido à existência de extensas áreas de exploração do café e açúcar, e da dificuldade dos senhores de terra em pagar salários, aos trabalhadores libertos foram oferecidas empreitadas ou arrendamento de terras como sistema de trabalho. Essa realidade, no entanto, não era característica das cidades, como salienta Hasenbalg:

No Brasil subdesenvolvido, onde se concentrava a maioria das pessoas de cor, os ex-escravos foram absorvidos com facilidade, após a abolição, por um sistema de relações sociais caracterizado pela dependência senhorial e o clientelismo. Durante as décadas seguintes, esse grupo permaneceu, em sua maior parte, ligado ao setor agrário da região. (2005, p.171)

Na cidade do Rio de Janeiro, existem poucos dados acerca da ocupação dos trabalhadores nos anos diretamente posteriores à abolição da escravidão, mas as informações disponíveis, apresentadas por Hasenbalg, mostram a tendência à incorporação das mulheres negras ao mercado de trabalho doméstico e à competição entre negros e imigrantes aos postos mais qualificados de trabalho. No entanto, as transformações urbanas da cidade no início do século XX, relativas à

³² Em São Paulo, segundo Fernandes, a ideologia mercantil foi disseminada mais rapidamente, colocando os trabalhadores libertos em uma situação de marginalização que os impossibilitava de tirar proveito das oportunidades que surgiam na cidade.

industrialização e à expansão urbana, viriam a transformar as relações sociais existentes.

Enquanto Londres conta com a fábrica como centro de organização do trabalho e da classe de trabalhadores durante o período de expansão urbana (final do século XVIII), o Rio de Janeiro tarda um pouco mais a encontrar esse rumo, que se inicia durante a República Velha (1889-1930). Maria Alice Rezende de Carvalho (1983) mostra como a fábrica foi locus fundamental de imposição de ordem, e espaço para disseminação de uma cultura comum que está no âmago da formação das cidades.

A industrialização das cidades representou, tanto aqui quanto lá, não somente a organização do trabalho em lugares comuns – até então diluído no campo –, como trouxe a necessidade de acomodação da população nos espaços que se transformavam nas cidades como as conhecemos atualmente. Maria Alice Carvalho (1983) pontua que, no caso do Rio de Janeiro, a urbanização buscava não somente a acomodação das pessoas ao novo espaço, mas também à ordem:

Impunha-se, naquele momento, a criação de padrões disciplinares modernos, capazes de construir a ordem na sociedade brasileira, sistematicamente ameaçada pelo que se considerava o caos oriundo da falência dos mecanismos violentos de controle sobre os escravos e pela ausência de mecanismos de contenção dos trabalhadores livres que convergiam às cidades. (Carvalho, M. C., 1983, p.5)

O tema da cidade, como coloca Maria Alice Carvalho, é imposto aos países que passaram pela transição agrícola-industrial (1983, p.VII), dentre eles a Inglaterra. O caso do Brasil se diferencia justamente no que diz respeito à ordem buscada pelos setores dominantes – forma encontrada para ajustar os trabalhadores livres ao mercado que se expandia – através da violência e da instauração da polícia, ainda no século XIX. O entendimento de ordem àquela época, como explica nossa autora, estava pautado na manutenção dos papéis sociais de subordinação e autoridade, considerados como “naturais e imutáveis” (1983, p.24). Os movimentos de questionamento desses lugares sociais, mostra Maria Alice Carvalho, provocavam “enorme instabilidade social” (1983, p.24), e a resposta a eles baseava-se na busca por uma forma de convivência em que tal contestação não existisse, o que remetia ao passado rural. A transição ao urbano no Brasil, portanto, manteve o caráter de dominação característico do mundo rural:

A gradual desestruturação do “mundo do trabalho” enquanto instância privilegiada na ordenação dos segmentos subalternos não se fez acompanhar de um imaginário “moderno”, urbano, no rastro do iluminismo europeu. Ao contrário: o conhecimento da sociedade que a prática da classe senhorial conformou (...) supôs uma ordem que buscava sua coerência nos valores tradicionais. (Carvalho, M. A., 1983, p.26).

Capital do país à época, final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro era vista como local da desordem e distante da identidade nacional moderna que se buscava alcançar. Os discursos higienista e de transformação que nascem com o século XX trazem consigo a intenção de cura e de busca pela ordem que se acreditava ser símbolo da modernidade. Nos anos 1920, o Rio de Janeiro passou pela maior reforma urbana de sua história, que buscou a inserção da cidade no mercado capitalista através do aumento de sua capacidade portuária e do ordenamento do espaço urbano, que visava a “desconcentração urbana”, como frisa Maurício de Abreu (2003). A reforma, no entanto, teve um grande impacto à população mais vulnerável – majoritariamente negra – da cidade, que perdeu postos de trabalho e foi expulsa de seus locais de residência:

De um lado, no plano material, ela resultou no arrasamento de diversos bairros centrais, que não só abrigavam as mais diversas atividades geradoras de emprego, como também eram local de residência de numerosa população operária. De outro, determinou o desaparecimento gradual de toda uma gama de serviços ligados ao transbordo de mercadorias que, se oneravam os custos de circulação, davam também ocupação remunerada a numerosa força de trabalho. (Abreu, 2003, p.222).

A urbanização das cidades do sudeste do país foi essencial para a diminuição da desigualdade racial deixada como herança da ordem escravocrata que prevaleceu até o final do século XIX. Ainda que as desigualdades socioeconômicas da cidade do Rio de Janeiro afetassem mais a população negra, nos anos 1930 a situação passa a ser mitigada, mas nunca realmente enfrentada, devido à diminuição da imigração em massa às cidades dessa região e, por conseguinte, da redução de trabalhadores para competir com os negros no mercado de trabalho. A urbanização também oferece mais oportunidades educacionais à população do que aquelas encontradas em regiões do país que ainda eram predominantemente rurais. Os indicadores também apontam a população negra como a mais afetada pela desigualdade, ainda que a urbanização do país tenha oferecido alguns caminhos de mobilidade social (escolas, serviço público e exército, como aponta Hasenbalg), eles foram insuficientes para abrandar tamanho problema.

O início das políticas remocionistas na cidade do Rio de Janeiro, que vem de mãos dadas com as reformas relativas à modernização, agravam as desigualdades socioespaciais da cidade. Lícia do Prado Valladares (2005) busca remontar a história do surgimento e evolução das favelas no Rio de Janeiro no intuito de “construir uma sociologia da sociologia das favelas” (p. 23), através de uma linha histórica simbólica, que perpassa 1) o mito de origem, 2) o momento de transformação da favela em problema social e urbanístico, 3) a época em que passa a ser encarada como um problema administrativo, e 4) um último período, em que a favela passa a ser definida através de dados estatísticos oficiais. A autora mostra que as diversas políticas remocionistas que o Estado do Rio de Janeiro promoveu desde o surgimento das favelas estão intimamente relacionadas a essa periodização.

Se a origem das favelas se dá no ano de 1897, e remonta a uma história de luta e resistência em Canudos, é somente quando reconhecida como problema pelo Estado, por volta de 1920, no segundo momento apontado por Valladares, que as políticas de remoção começam a tomar forma. Desde então, diversas têm sido as justificativas utilizadas para promover a remoção de favelas, o que demonstra que o Estado tende a enxergá-las como locais de desordem, passíveis de políticas públicas que visam transferir as pessoas que ali vivem a locais que atendam aos padrões reconhecidos pelo governo.

Em Londres, um século antes, a questão da ordem urbana também era central. Felix Driver (1988) mostra que, ao final do século XVIII, havia uma verdadeira obsessão, na Inglaterra, acerca da densidade populacional das cidades, que era tema de discussão em diversas instituições de pesquisa que buscavam encontrar formas de contenção dos problemas gerados pelo crescimento das cidades. Em diversas áreas do conhecimento – de medicina à física – o tema foi central, segundo Driver, existindo diversos ensaios discorrendo sobre as tentativas de relação entre densidade populacional, crime e desmoralização: “o perigo de ‘contaminação moral’ era um tema constante” (1988, p.281). As cidades, neste contexto, ofereceriam o ambiente ideal de fermentação de “doenças morais”, sendo os locais de moradia da classe trabalhadora um exemplo disso – descritos como “animalescos”, foram objeto de políticas habitacionais que visavam o ordenamento:

O movimento para reformar as habitações da classe trabalhadora visava romper e redistribuir as ‘multidões’. A reorganização da economia espacial interna das

famílias era vista como a chave para a reforma moral do indivíduo. Sem essa intervenção, os pobres eram praticamente indistinguíveis dos animais. O que era necessário era o design de novos ambientes – novos espaços – nos quais formas alternativas de comportamento, hábitos morais alternativos, deviam ser cultivados. A habitação modelo, portanto, sintetizou a fé dos cientistas sociais na possibilidade de melhoria através da reforma ambiental.³³ (Driver, 1988, p.281 – a tradução é nossa)

A centralidade da questão da ordem urbana se colocou como obrigatória na Inglaterra e em outros países europeus no século XIX. A industrialização fez com que uma massa de trabalhadores se dirigisse às cidades, e passasse a viver em situações precárias de saneamento, ocasionando doenças e pragas. A revolução industrial ocorrida no país foi a grande propulsora dessa realidade, tendo transformado radicalmente as relações sociais e tornado possível a existência do proletariado (Engels, 2010).

Tanto é assim que Friedrich Engels escreve uma série de artigos³⁴ tratando da questão da moradia frente ao avanço da industrialização. O autor mostra que a construção de moradias aos trabalhadores das indústrias seria “capitalisticamente rentável” (2015, p.89), por manter os funcionários em condições de salubridade para trabalhar, mas que não foi levada a cabo pelos capitalistas por não ser de seu interesse: “O capital – isso está definitivamente constatado – não quer eliminar a escassez de moradia, mesmo que possa. Restam apenas dois recursos: a ajuda mútua dos trabalhadores e o auxílio do Estado” (Engels, 2015, p.90).

Engels expõe então que o Estado tampouco remediou a falta de moradias, uma vez que ele próprio estava formado por proprietários de terras e capitalistas, frequentemente em confronto com os trabalhadores e classes espoliadas (2015, p.99). Restava então a união entre os trabalhadores, mas a busca por ordenamento do espaço urbano feita pelo Estado simplesmente não desejava a desordem personificada por eles.

³³ “The movement to reform working-class housing aimed to break up and redistribute the 'swarms'. The reorganization of the internal spatial economy of the household was seen as the key to the moral reformation of the individual. Without such intervention, the poor were virtually indistinguishable from beasts. What was necessary was the design of new environments-new spaces-in which alternative forms of behaviour, alternative moral habits, were to be cultivated. Model housing thus epitomized the faith of social scientists in the possibility of amelioration through environmental reform.”

³⁴ Entre 1872 e 1873, Engels publicou alguns artigos (em jornais) sobre a questão da moradia na Inglaterra resultante do avanço do modo de produção capitalista. Em 1887 publicou o livro *Sobre a questão da moradia* em que compilou os textos publicados, ajustando-os ao formato de livro. Ver Engels, 2015. Em 1845 o autor já havia publicado *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, descrevendo a precariedade habitacional em Manchester, grande polo industrial do país à época.

As políticas públicas que nascem como resposta do Estado às necessidades da parcela mais pobre da população se constituem como uma forma de intervenção no sentido de manter condições de salubridade mínimas para que os trabalhadores pudessem continuar suas atividades laborais. A *poor law*³⁵ é reconhecidamente um exemplo de política pública que marca o princípio, ainda no século XIX, da atuação do Estado como responsável pelo bem-estar da população. Os princípios orientadores da lei consistiam na custódia – por parte de empregadores – dos trabalhadores apontados como os mais pobres, visando sua manutenção física. Para serem elegíveis a esse benefício (um trabalho remunerado), por outro lado, os trabalhadores perdiam o direito ao voto e eram submetidos a condições precárias de trabalho. A perspectiva do Estado era de culpabilização dos indivíduos pela pobreza que enfrentavam, e se assumia que esta era definida em termos monetários; ou seja, a pobreza era compreendida mais como um fracasso individual do que como uma questão coletiva, como aponta Julia Parker (1975)³⁶.

E. P. Thompson analisa as tensões sociais da época, e aponta ao valor atribuído ao trabalho em meados do século XIX como ideologia reinante – as classes trabalhadoras realmente esforçadas não precisariam de apoio do Estado (2012, p.534). A união de trabalhadores em torno de questões em comum era vista como desordem frente ao Estado, mas ainda assim experiências de cooperação tiveram grande êxito no período, influenciando formas de organização alheias ao Estado que se utilizavam de linguagem contrária às injustiças comuns ao sistema capitalista.

Relatando o nascimento de uma sociedade de cooperação de tecelões nas cidades inglesas de Halifax e Huddersfield, o autor mostra que com uma contribuição mínima semanal, os tecelões conseguiam empregar membros desempregados, apostando em uma organização social cooperativa e solidária:

³⁵ Existem algumas versões da Lei dos Pobres. A primeira é baseada em um decreto de 1601, que oferecia subsídios aos trabalhadores mais pobres como forma de protegê-los da fome. Porém, entre 1833 e 1823 a burguesia passa a ver com maus olhos o sistema de ajuda, afirmando que o Estado iria à falência se continuasse a pagar tais montantes. Em 1834 é aprovada uma nova lei, da qual me refiro no parágrafo, que se resume ao acolhimento das pessoas mais pobres em *workhouses*, onde devem trabalhar para receber assistência. Para mais detalhes, ver Friedrich Engels, 2010, p.318.

³⁶ A autora (Parker, 1975) percebe que há uma distinção entre mercedores ou não de políticas públicas que é inerente a esse processo de constituição de uma sociedade pautada no bem-estar social, e vê essa diferenciação como constituinte da cultura política inglesa. Tal discussão, da qual tratarei mais a fundo ao longo da tese, aponta o debate acerca do caráter concorrencial mencionado acima e está presente na atualidade, dialogando também com a perspectiva da luta por reconhecimento de que trata Axel Honneth (2003).

Os objetivos da sociedade incluíam a proteção mútua de todos os membros contra a miséria e ‘o alcance da independência através de um capital comum’. Os meios de atingir esses objetivos incluíam uma contribuição semanal para um fundo comum, e aplicação do capital em atividades profissionais, o emprego dos seus membros ‘quando as condições permitirem’ e: Por último – Vivendo em comunidade recíproca, com os princípios de cooperação mútua, bens reunidos, igualdade de esforços e dos meios de desfrute (Thompson, 2012, p.542)

O mesmo tipo de ideologia se espalhou em diversas experiências cooperativas na Inglaterra, formando parte da cultura da classe trabalhadora. Tal tipo de repertório é marcante até os dias de hoje, como será explicitado ao longo da tese. A questão da moradia trazida por Engels, no entanto, não foi solucionada através de cooperativas, e continua afetando a classe trabalhadora.

O Rio de Janeiro, por sua vez, ainda que buscando a ordem moderna a partir da industrialização, sustentou a tradição coronelista em relação a classe de trabalhadores, mantendo-os segregados da ordem urbana, e deixando-os à própria sorte. Assim como na Inglaterra, não era de interesse dos capitalistas a resolução da falta de moradias na cidade, agravada no início do século XX. Sem que o industrialismo envolvesse a cidade completamente (Burgos, 2005), e portanto sem o compartilhamento do “chão de fábrica”, a principal forma de integração encontrada pelos trabalhadores foram as manifestações culturais e religiosas alheias ao mercado e ao Estado.

Por outro lado, a expansão do mundo urbano e da ordem burguesa, segundo Werneck Vianna (1996), foram ingredientes fundamentais para o alargamento da abrangência da cultura liberal, que deixa de habitar somente o espaço estatal e passa a fazer parte da intelectualidade que se formava no país. A análise feita pelo autor mostra que essa expansão oferece um novo caminho à revolução burguesa no Brasil, que a partir de então segue o padrão de uma modernização conservadora:

vai ser em torno do cânon liberal, principalmente por meio do sindicalismo operário, em suas postulações por direitos sociais, e da juventude militar, em sua denúncia do sistema eleitoral a serviço das oligarquias agrárias, que o elemento da antítese encontra a sua primeira raiz na sociedade brasileira com a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com a rebelião do tenentismo que culminou com a Coluna Prestes. As amplas demandas por modernização econômica e social são acolhidas por setores tradicionais das elites, sob a liderança dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que, com o apoio de parte do tenentismo, das camadas médias e da vida popular nos centros urbanos, iniciam, com a chamada Revolução de 1930, um novo andamento à revolução burguesa, já agora sob a chave clássica de uma modernização conservadora. (Werneck Vianna, 1996)

Werneck Vianna mostra como a esquerda brasileira, principalmente através do PCB, cumpriu papel fundamental de oposição à ordem mantida pelo Estado conservador. Através de mudanças moleculares, o partido pretendia transformar as instituições políticas e econômicas do Brasil. No entanto, a proposta de modernização de Juscelino Kubitschek, e o avanço capitalista que a acompanhava, aprisionaram a esquerda aos fatos, ao passo que tais transformações inviabilizavam parte do programa de transformação lenta e gradual propostas pelo partido.

Como forma de comparar as formas de efetivação dos direitos relativos à cidadania nos dois países, é relevante tomar como base a proposta de Bryan Turner (1990). O autor defende que a instauração de políticas públicas que garantem cidadania são usualmente o resultado de lutas e de processos violentos, sendo que o Estado, nesses contextos, funciona como um estabilizador de conflitos. A partir dessa primeira consideração, Turner propõe que as lutas sociais devam ser abordadas como importante “aspecto crítico da histórica ampliação da cidadania”³⁷ (1990, p.194 – a tradução é nossa), uma vez que grupos sociais competem entre si de forma a ampliar seu acesso a recursos e acabam por posicionar o Estado em meio ao conflito.

Organizando uma crítica sistemática à análise elaborada por Marshall³⁸, que compreendia os direitos como privilégios oferecidos pelo Estado, Bryan Turner (1990) considera fundamental incluir questões étnicas e nacionalistas ao conceber debates acerca da formação da cidadania no mundo moderno, ademais de levar em consideração também as perspectivas que compreendem os direitos como resultado de lutas organizadas por grupos subordinados.

O autor propõe uma análise pautada em dois tipos ideais para definir as formas de acesso a direitos relativos à cidadania nos países: de baixo para cima, ou seja, conquistados através de lutas populares; ou de cima para baixo, oferecidos como privilégios de poucos. Relacionados às duas formas descritas, Turner propõe que sejam inseridas as fontes de onde o acesso a direitos derivam, se do espaço

³⁷ “It is necessary to have a broader notion of ‘struggle’ as a critical aspect of the historic growth of citizenship.”

³⁸ Esse autor, em *Cidadania, classe social e status*, discorre acerca das características sociais que seriam necessárias para a obtenção do status de cidadão, capaz de igualar basicamente os indivíduos como membros de mesmo “valor social” na coletividade política. Marshall considera que o passo fundamental para esta equalização foi a universalização da educação, que possibilita o acesso a uma formação cultural básica, “pressuposto necessário para o exercício igual de direitos políticos” (Marshall, 1967, p.192).

privado ou do público. A partir dessas categorias, o autor sugere o seguinte esquema interpretativo de acesso à cidadania:

De baixo	De cima	
Contextos revolucionários	Democracia passiva	Espaço Público
Pluralismo liberal	Autoritarismo plebiscitário	Espaço Privado

Quadro 3 – Modelos de Cidadania. Fonte: elaborado pela autora, baseado em Turner, 1990.

As categorias resultantes da combinação dos quatro fatores propostos pelo autor – contextos revolucionários, democracia passiva, pluralismo liberal e autoritarismo plebiscitário – seriam capazes de explicar as diferentes formas históricas de constituição da cidadania em contextos díspares, o que possibilitaria a análise de realidades distintas da Inglaterra (algo impossível a partir da teoria marshalliana, segundo ele).

Turner realiza um percurso histórico para encontrar as origens do termo cidadania (*citizenship*) em diferentes contextos, unindo-os ao esquema interpretativo proposto, e percebe que especialmente na Inglaterra o conceito nasce para descrever os habitantes das cidades, enquanto aqueles que viviam fora de seus limites eram descritos apenas como “sujeitos” (1990, p.203). O autor recorre a Weber para lembrar que a formação das cidades foi fundamental ao desenvolvimento de concepções de liberdade, individualidade e civilidade. Isso porque Weber considera que, grosso modo, as relações sociais estabelecidas nas cidades, que seguiam regras comuns a todos, possibilitavam uma padronização de igualdade que levava a uma liberdade inexistente no meio rural, marcado por padrões não generalizados de convivência.

Através da tipologia que propõe, Turner diferencia os processos de ampliação da cidadania em países como Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos. Os dois primeiros casos, segundo o autor, mostram claramente a diferença de tradições de participação política em dois países onde o Estado é reconhecidamente o condutor da cidadania (em contraposição aos dois outros casos). Na Alemanha, o acesso à cidadania parece se dar de forma passiva em relação ao Estado, visto como única fonte de autoridade pública (Turner, 1990, p.207), enquanto na Inglaterra, “a luta contra o Estado absolutista (...) levou à execução do rei, à expansão da

autoridade parlamentar, à defesa da tradição da lei-comum e ao estabelecimento de direitos religiosos individuais”³⁹ (Turner, 1990, p.207 – a tradução é nossa).

Turner lembra, no entanto, que a longa tradição inglesa de pautar alguns direitos como individuais (não generalizados) determina uma estrutura rígida e desigual de classes, uma vez que o acesso à cidadania depende de direitos de propriedade, o que exclui grande parte da sociedade de uma efetiva participação política. As duas guerras mundiais foram fundamentais para a modernização do Estado britânico, que mesmo tendo se modernizado a partir de então manteve uma dominação institucional bastante presente (através da Coroa e da Casa dos Lordes, por exemplo) fortalecendo o caráter passivo da cidadania no país.

A qualidade passiva da constituição da cidadania inglesa⁴⁰, como descrita por Turner, se assemelha às análises acerca da formação cidadã no Brasil. O autor inglês acredita que a comparação que propõe evidencia como o espaço público é culturalmente organizado (Turner, 1990, p.211), o que por sua vez ilumina as formas de compreensão da *privatividade (relativo ao privado)* em cada país. Lembrando Hannah Arendt, o autor pontua a importância de levar em conta as transformações nas categorias de público e privado ao analisar a constituição cidadã de diferentes contextos, ao passo que estas seriam capazes de assinalar os interesses representados na formação das leis de cada país. A tipologia proposta resulta no seguinte esquema:

De baixo	De cima		
Tradição revolucionária francesa	Caso passivo inglês	+	Espaço
Liberalismo americano	Fascismo germânico	-	público

Quadro 4 – Tipos ideais de cidadania. Fonte: elaborado pela autora, baseado em Turner, 1990.

Tomando a tipologia proposta por Turner para analisar o caso brasileiro, Angela Paiva (2003; 2011) considera fundamental ter em mente a concepção de

³⁹ “The struggle against the absolutista state in England had lead to the execution of the king, an expansion of parliamentary authority, the defense of the English common-law tradition, and the assertion of individual religious rights.”

⁴⁰ O argumento de Turner, apresentado de forma reduzida no texto, discorre ainda sobre a localização geopolítica da Inglaterra e o processo de desmilitarização ocorrido no país como fatores fundamentais para a passividade descrita. As guerras mundiais, segundo o autor, criaram condições de mobilização política por direitos, seguidas de mediação estatal.

democracia como garantia de direitos a grupos ampliados. A autora considera que, assim como na Inglaterra, a cidadania no Brasil é conquistada “de cima para baixo”, ou seja, o Estado é a força de modernização do país. Como coloca Paiva:

Quando a cidadania é conseguida “de cima”, ou seja, é outorgada e com ênfase na esfera pública, surge uma participação cidadã desigual excludente, uma vez que alguns poucos são agraciados com tal privilégio, o que termina por gerar uma cidadania predominantemente passiva, visto que estariam ausentes os traços universalistas da concepção de direitos individuais. (2003, p.212)

No caso brasileiro, ademais, deve-se levar em conta os períodos ditatoriais percorridos. Werneck Vianna (1996) mostra que o golpe de 1964 e o início do regime militar coroam a manutenção da cultura política reinante. A resposta social ao regime ditatorial segue o padrão molecular, segundo o autor, tendo como pauta a conquista de direitos pelas classes subalternas e sido marcado pelo surgimento de movimentos sociais demandantes do alargamento de políticas sociais, inclusive de moradia.

Os anos 1990 foram caracterizados por um verdadeiro *boom* da sociedade civil organizada (Alvarez et al., p.38) e de emergência de novos sujeitos sociais, com suas contradições e demandas opostas. O cenário de tal período contribuiu para o estreitamento da distância entre cultura e política no país, transformando a perspectiva acerca da cidadania. Evelina Dagnino (1994), escrevendo durante o ápice desse florescimento democrático, percebe a transformação acerca do exercício da cidadania como resultado de conflitos sociais, e lembra que a compreensão do conceito pode ser cerceada ou ampliada dependendo do contexto histórico e político. A autora faz questão de pontuar que a luta por cidadania não se conclui quando há reconhecimento legal dos direitos demandados, principalmente em contextos marcados pelo autoritarismo social: “Supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil enquanto arena política, como o enraizamento do autoritarismo social” (Dagnino, 1994, p.109).

Na Inglaterra, os anos 1980 foram marcados pela diminuição do Estado e ampliação da ideologia liberal. O governo conservador de Margaret Thatcher instaurou um período de austeridade que se tornou tendência no país desde então, como será detalhado ao longo da tese, e a atuação da sociedade civil se transformou. Bryan Turner (2001) considera que há uma “erosão” da cidadania como

compreendida até então, por conta do fim do Estado de bem-estar social, e novas demandas aparecem como propulsoras das lutas por direitos, tais como aquelas voltadas ao meio ambiente e aos cuidados às comunidades precárias e de atenção a dignidade humana. Voltarei a isso ao longo desta pesquisa.

A breve introdução ao histórico de constituição das cidades e dos modelos de cidadania conquistados nos dois países visa a abrir caminho para a apresentação das políticas públicas de moradia, que por sua vez constituem-se importante lente para a análise que proponho na tese. As políticas públicas de moradia, tanto em Londres como no Rio de Janeiro, nascem da busca por ordenamento do espaço urbano devido ao crescimento demográfico experimentado em ambas as cidades. Analisá-las em conjunto aos movimentos sociais relacionados se constitui valioso foco de observação da cultura cívica nas duas cidades.

2.2

Políticas públicas de moradia e os contextos de surgimento dos movimentos

As políticas remocionistas levadas a cabo nas duas cidades no passado mostram algumas similaridades. No Rio de Janeiro, as políticas de remoções de favelas se iniciam nos anos 1920, quando Pereira Passos, prefeito da cidade à época, promoveu uma grande transformação da região central do município, tomando como exemplo a reforma promovida em Paris⁴¹ anos antes. Ainda que a palavra remoção não fosse oficialmente utilizada então, as primeiras políticas públicas com esse objetivo buscavam justificativa na necessidade de abertura de grandes vias de circulação. A presença de favelas no centro da cidade era vista como uma espécie de “lepra” a ser combatida (Valladares, 2005), uma vez que inviabilizariam a tentativa inserir a cidade no circuito industrial.

A cidade inglesa também passou por grandes transformações durante o final do século XIX e início do XX, período em que a população das regiões centrais da capital começa a diminuir e a dos subúrbios a crescer, devido à industrialização. Richard Dennis (2008) demonstra que durante os anos 1850 as primeiras remoções

⁴¹ A reforma realizada em Paris ocorreu no final do século XIX e início do XX, quando Haussmann assumiu as obras públicas da cidade, tendo como um dos intuitos criar largas avenidas que facilitassem a circulação na capital francesa. O investimento do excedente de capital no ambiente urbano transformou Paris em um grande centro de consumo e o modo de vida na cidade foi alterado durante este período, segundo Harvey (2012).

de favelas acontecem na região central da cidade, quando se iniciam as construções dos *estates* (como são chamados os conjuntos de moradia pública) para abrigar parte da classe trabalhadora em locais próximos a seu trabalho, com uma justificativa de ordenamento – “melhor um bloco de casas supervisionado de perto do que uma favela desordenada” (Dennis, 2008, p.111).

A industrialização do país faz com que uma grande quantidade de trabalhadores passe a morar nos centros urbanos, como visto, e a intervenção do Estado se faz necessária para manter a ordem, sem a qual a eficiência industrial seria colocada em xeque. Mas se a preocupação com moradia nasce da necessidade de manter os trabalhadores em condições saudáveis para trabalhar, o rumo que a política de habitação toma na Inglaterra é determinado pelas ações realizadas a partir disso. David Mullins e Alan Murie (2006) mostram que países com história de industrialização similar tomaram caminhos diferentes, e por isso é importante reconhecer que “o desenvolvimento de políticas habitacionais está inserido num amplo contexto social, institucional e histórico” (Mullins & Murie, 2006, p.13).

Os mesmos autores mostram que a industrialização e a consequente urbanização acelerada das cidades inglesas levaram aos primeiros passos em direção a uma política habitacional, ainda no século XIX. A base dessa política foi estabelecida em aluguéis privados de residências, o que não solucionou o problema para aqueles mais pobres, pois estes não tinham condições de pagar os preços solicitados, passando a viver em favelas.

As primeiras ações tomadas no sentido de melhorar as condições de vida dos mais pobres foram feitas de forma a controlar doenças. Em 1890, os *Councils*⁴² passam a se responsabilizar pela manutenção das residências, verificando itens como ventilação e provimento de água. Além disso, os *Councils* controlavam a construções de novas casas e sua administração (Mullins & Murie, 2006, p.16). Em 1909, eles são autorizados a intervir no planejamento urbano dos bairros e definir os usos por zoneamento, logo passando a se responsabilizar por remover favelas e

⁴² Os *Councils* de Londres representam as 32 regiões administrativas da cidade. São organizações que unem diversos partidos e que trabalham em nome de todos seus membros, independentemente da persuasão política. Os *Councils* discutem as diversas ocorrências das regiões que representam, junto ao prefeito e a outras autoridades, para “obter o melhor negócio para os londrinos e para garantir que nossas autoridades tenham os recursos, liberdades e poderes para fazer o melhor trabalho possível para seus moradores e empresas locais”. Disponível em: <https://www.londoncouncils.gov.uk>. Acesso em: 4 nov 2019.

realocar as pessoas em locais com valores negociados, ainda que não houvesse nenhum tipo de obrigação em subsidiar os preços de aluguel.

Somente após a Primeira Guerra Mundial a política habitacional passou a ser mais direcionada a subsidiar moradia aos mais pobres, uma vez que “demandas por moradia passam a ser mais articuladas e o estado mais inclinado a responder a elas” (Mullins & Murie, 2006, p.19). Além da construção de residências por parte do Estado, no período entre guerras houve também o início do controle de preços de aluguel. Em 1919, foi estabelecida, através do *Housing and Town Planning Act* (Decreto relativo à habitação e planejamento urbano) a obrigação, por parte das autoridades locais, de realização de pesquisas acerca das necessidades locais de moradia e a execução de planos para sua provisão. A partir daí, as medidas tomadas foram estabelecendo as autoridades locais como peças-chave e permanentes no fornecimento e administração de moradia pública.

Mullins e Murie (2006) veem uma transformação na política habitacional do país nos anos 1930, quando, segundo os autores, há uma virada em seu foco, que passa a ser dado às condições das moradias, mais do que à insuficiência de casas. Com essa mudança, as favelas passam a ser o alvo principal, e sua eliminação um objetivo a ser alcançado. Pela primeira vez, o governo passa a transferir a responsabilidade pela construção de novas casas ao setor privado, e entre 1932 e 1939 um total de 265.500 residências foram construídas para realocar as pessoas removidas das favelas. Essas residências foram feitas em tamanhos pequenos, e com qualidade inferior, segundo os autores, além de estarem localizadas nas margens das cidades, onde não havia acesso a empregos, escolas e serviços públicos (Mullins & Murie, 2006, p.24).

Assim como em Londres, as políticas habitacionais do governo populista de Getúlio Vargas na década de 1930 visavam a oferta de condições salubres para a classe trabalhadora. Segundo Bonduki, que analisou as origens da habitação social no Brasil, esse governo via na oferta de moradia popular uma “condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país” (2013, p.73). Além disso, havia o entendimento que a oferta de moradia seria essencial para a criação de trabalhadores “padrão”, que significavam sua “base de sustentação política” (Bonduki, 2013), o que reforça a concepção de “cidadania regulada”, como proposto por Wanderley Guilherme dos Santos (1994).

Durante os anos 1940, as cidades brasileiras passam por grandes transformações devido a uma união de fatores: aumento demográfico, escassez de material de construção devido à Segunda Guerra Mundial e crescente industrialização e modernização dos centros urbanos. Esses fatores contribuíram para a transformação do setor imobiliário em uma área rentável, uma vez que a propriedade imobiliária constituía um ativo financeiro em um país que não contava com um mercado de capitais propriamente dito (Bonduki, 2013). No Rio de Janeiro, o setor público, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões financiou, à época, uma grande quantidade de empreendimentos imobiliários. O governo, frente a um acelerado processo de construção de novos edifícios, congelou o preço dos aluguéis de forma a tentar controlar o mercado.

No Reino Unido, os efeitos da Segunda Guerra Mundial foram catastróficos, sendo que cerca de 4 milhões de casas foram danificadas ou destruídas no país. O governo trabalhista que assumiu o país logo depois adotou medidas de reconstrução dos serviços públicos básicos, incluindo seguridade social e serviços de saúde e educação (Bonduki, 2013, p.28), dando início ao chamado Estado de bem-estar social. Nos anos posteriores à guerra, a quantidade de moradias públicas construídas na cidade avançou consideravelmente: foram 3.364 habitações entregues em 1945 e 190.368 em 1948. A partir de 1955, no entanto, os investimentos voltam a desacelerar (300.000 casas haviam sido construídas até então), e nos anos 1960 as construções públicas passam a ser feitas em formato de prédios com muitos andares (bastante incomuns à paisagem londrina) o que contribui para uma visão negativa dos *estates*.

No Brasil, a eleição de Juscelino Kubitschek, já mencionada, permite a diversificação do mercado devido a um “desenvolvimentismo associado às grandes empresas internacionais produtoras dos bens duráveis, setor que ocupava o núcleo da acumulação capitalista mundial naquele momento”, como ressalta Luiz Cezar Ribeiro (2015, p.19). Os fluxos migratórios ao Rio de Janeiro continuam acelerados durante o período e, nos anos 1960, inicia-se uma etapa de muitas remoções de favelas na cidade. Cria-se a COHAB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara), que passa a ser a responsável pela área de habitação no governo, tendo como meta remover as favelas e solucionar os problemas de moradia no estado. Em 1964, o governo federal cria o Banco Nacional de Habitação – BNH, responsável por financiar a construção de habitações populares de forma a “resolver

o ‘problema-favela’ e ‘aquecer a economia’” (Brum, 2012, p.85), unindo a construção de moradias públicas ao rendimento de capitais, novamente.

O financiamento da moradia através do BNH perdura até 1986, quando se inicia um período de remodelação institucional, mas de poucos recursos voltados à pasta. Somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995) os programas habitacionais são retomados, desta vez buscando a diversificação das formas de financiamento, “que, em certa medida, se alinhavam com o debate internacional e marcavam uma rejeição aos programas convencionais baseados no financiamento direto à produção de grandes conjuntos habitacionais” (Cardoso et al., 2016, p.16). Os projetos foram mantidos até 1998, quando a crise econômica impossibilitou a continuidade de empréstimos devido aos altos juros e o endividamento público dificultava a continuidade do investimento federal. Em 1999, é criado o Programa de Arrendamento Familiar, que unia recursos federais aos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O caráter descentralizador do programa foi um passo importante na política habitacional brasileira, continuada durante as gestões posteriores.

A tendência em unir políticas habitacionais ao aquecimento econômico passa a ser tendência nas duas cidades. No final dos anos 1970, a política habitacional inglesa sofre uma importante transformação, quando a gestão liderada por Margareth Thatcher cria o programa *Right to buy*, que possibilitava a compra de unidades habitacionais localizadas em conjuntos de moradia social pelos moradores, como será mais bem detalhado no próximo capítulo. A política colocou em prática o Manifesto lançado pelo Partido Conservador durante as eleições de 1979, que enfatizava a propriedade privada, a venda de moradias de conjuntos habitacionais públicos e o fomento ao setor de aluguel privado (Mullins & Murie, 2006). O governo conservador permaneceu no poder até 1997, tendo tempo suficiente para concretizar um projeto que, segundo David Mullins e Alan Murie, tinha como elemento chave a expansão da propriedade privada e uma abordagem democrática baseada na expansão de um capitalismo popular fundamentado na ampliação da quantidade de proprietários de imóveis: “a propriedade de casas era vista como um meio de ampliar o acesso aos bens de capital, e não simplesmente

como uma política de habitação”⁴³ (Mullins & Murie, 2006, p.42 – a tradução é nossa).

Em 1997, o Partido Trabalhista assume o governo britânico com Tony Blair como primeiro ministro, gerando grandes expectativas acerca das políticas habitacionais, que foram logo dizimadas quando o responsável pela área afirmou que seguiria os planos de gastos com o setor propostos pelo governo anterior. No entanto, ainda que os gastos não tenham aumentado, houve transformações que melhoraram a rede de segurança social da população mais vulnerável. Dentre elas, a garantia de acomodação temporária por pelo menos dois anos aos moradores de rua e sua inserção dentre as prioridades na lista de espera por moradia social. Em 2000, o governo lança o *Green Paper on housing*, no qual propunha algumas transformações não muito radicais ao *Right to Buy*, dentre elas a priorização de acesso à moradia social por *key workers* (professores, enfermeiras, cuidadores, por exemplo).

A maior transformação veio em 2003, quando o governo lançou o *Sustainable Communities Plan*. O plano previa distintos padrões de encaminhamento de políticas públicas a depender das necessidades apontadas pelas então criadas *Regional Housing Boards*. A promoção de grupos de interesse baseados em interesses locais deu um grande impulso a políticas específicas para áreas do Reino Unido não contempladas anteriormente, mas foi contestada por autoridades locais que perderam poder, e que por sua vez acusaram a escolha dos membros do *board* de antidemocrática. Algo que se evidenciou a partir da regionalização, no entanto, foi a relação entre desigualdade social e local de moradia (uma vez que áreas distantes de Londres foram contempladas em suas especificidades), segundo Mullins e Murie (2006), mas não houve grandes transformações acerca da predominância da perspectiva relativa a financeirização. O governo trabalhista de Tony Blair permanece no poder até 2007, trazendo outras transformações também em relação à participação de movimentos sociais, seguido por Gordon Brown, que permanece até 2010. Desde então, o governo conservador continua protagonizando o poder, como será detalhado ao longo da tese.

No Brasil, uma das grandes transformações em relação às políticas urbanas se deu em 2001, com a definição do Estatuto da Cidade. Sua função é garantir o

⁴³ “home ownership was viewed as a means of broadening access to capital assets rather than simply as housing policy”.

cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, o que significa o estabelecimento de “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art.1º). Além desta lei, foi implantada a Medida Provisória nº 2.220/2001 – que oferece posse de terra/imóvel àqueles que ocupem uma área de até 250 metros quadrados por no mínimo cinco anos, dentre outras coisas. A definição do Estatuto foi o resultado de uma ampla agenda de mobilizações em torno do tema desde a redemocratização, mas não foi imediatamente contemplado por políticas públicas específicas que fizessem a agenda ser cumprida.

A eleição de Lula, do Partido dos Trabalhadores, em 2002, ampliou as esferas de participação pública em torno do tema, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, possibilitou a instauração do Conselho Nacional das Cidades, importante esfera de discussão acerca da agenda urbana no país. Como ressalta Raquel Rolnik, o Conselho foi central na formulação e negociação de políticas, uma vez que

tanto setores governamentais (dos três níveis de governo) como os segmentos da sociedade civil (setor empresarial, sindicatos, organizações profissionais, ONGs, entidades acadêmicas e de pesquisa e movimentos populares) são representados. (Rolnik, 2009, p.35)

A representação dessas esferas era decidida através de eleições realizadas em conferências nacionais, sendo que a de 2003, responsável por eleger o Conselho Nacional das Cidades, “foi precedida por 1.427 conferências municipais, 185 conferências regionais e 27 estaduais, envolvendo 3.457 municípios” (Rolnik, 2009, p.35).

A política habitacional também foi incentivada durante o governo de esquerda, sendo que os gastos com habitação de interesse social foram impulsionados com recursos federais e gestão localizada baseada em definições dos conselhos gestores. Em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida é instaurado, incentivando a construção de moradia voltada principalmente aos mais pobres. O Programa, porém, sofreu diversas críticas durante os anos de execução, principalmente pelo caráter relativo à financeirização, uma vez que transferia ao mercado a execução das obras e administração dos empreendimentos. De fato, os governos de esquerda impulsionaram o caráter mercantil dos programas de moradia, revelando a relação

entre política pública de habitação social e mercado existente no país, despontando o que Shimbo (2010) denomina como *habitação social de mercado*.

O Programa Minha Casa Minha Vida previa, em sua criação, a adesão aos princípios do Estatuto da Cidade⁴⁴, sugerindo que as empreiteiras responsáveis pela construção dos conjuntos habitacionais priorizassem a construção em áreas urbanas consolidadas, por exemplo. Por sua vez, o Estatuto da Cidade recomenda que os municípios sigam o zoneamento previsto em seu plano diretor, e esses muitas vezes sequer possuem regulamentação própria. Ou seja, as leis se entrecortam, e a execução do PMCMV como idealizado é obstruída, de forma que municípios e empreiteiras encontram nele possibilidades de maiores ganhos de capital.

Ainda que os países guardem algumas semelhanças em relação às políticas públicas urbanas e habitacionais, é importante frisar que no Brasil, mais do que na Inglaterra, elas não foram generalizadas de modo a reconhecer a população mais pobre como possuidora de direitos efetivos⁴⁵. Diversas análises apontaram o desencontro entre crescimento urbano e políticas públicas efetivas, fato que contribuiu para o acirramento da desigualdade social nas cidades brasileiras. Rolnik, especificamente, mostra que grande parte da população não tem acesso ao mercado formal de terras ou moradia, recorrendo à informalidade e à irregularidade. Segundo ela, é possível afirmar que, no país, a precariedade urbanística atinge 40% dos domicílios:

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos precários foram autoproduzidos por seus próprios moradores com os meios que se encontravam à sua disposição: salários baixos, insuficientes para cobrir o custo da moradia, sem acesso a recursos técnicos e profissionais e nas terras rejeitadas ou vetadas para o mercado formal, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além das vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais. Assim foi sendo produzida a cidade “fora da cidade”, eternamente desprovida das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. (Rolnik, 2009)

O caráter corporativo e burocrático que une as realidades analisadas é, como veremos, agravado nas últimas décadas, caracterizando o denominado processo de

⁴⁴ Sua função é garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, o que significa o estabelecimento de “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (art.1º).

⁴⁵ Isso será mais bem explorado ao longo da tese, mas é possível dizer que, na Inglaterra, muitos direitos conquistados se perderam a partir de políticas de austeridade, enquanto no Brasil nunca foram generalizados de fato.

financeirização da moradia pública, que permeia o ambiente de formação dos movimentos sociais analisados nesta tese.

2.2.1

Contextos atuais e os locais de surgimento dos movimentos sociais

Os contextos atuais das duas cidades apontam para uma crise no setor habitacional, comum a distintas realidades do mundo hodierno, que consiste na transformação da maneira como entendemos a habitação. Conforme proposto por diversos autores (Rolnik, 2015; Madden & Marcuse, 2016) esta mudança de perspectiva se deve aos processos de financeirização⁴⁶ dos projetos de habitação pública⁴⁷, segundo os quais há uma crescente percepção da moradia como investimento. Esta tendência, colocada em prática em parte dos países ocidentais, levou milhares de pessoas a viver em condições precárias nas últimas décadas.

Ademais de ambas as cidades conviverem com transformações dos projetos de habitação pública, sintetizados na seção anterior, recentemente foram submetidas a mudanças relativas à preparação para os Jogos Olímpicos, que Londres sediou em 2012 e o Rio em 2016, fato que intensificou o processo iniciado anteriormente. Durante a preparação e a realização desses eventos, a agenda anterior de financeirização torna-se muito clara, e foi posta em prática como condição para as cidades hospedarem os jogos.

A cidade do Rio de Janeiro, além de sediar os jogos Olímpicos, foi um dos municípios que recebeu jogos da Copa do Mundo de 2014, o que contribuiu para que os interesses econômicos, sociais e políticos se voltassem aos bairros mais próximos dos eventos, aprofundando as desigualdades socioespaciais da capital do Estado. Orlando Alves dos Santos Júnior denomina de “governança empreendedorista neoliberal” (Santos Jr., 2015, p.454) o processo segundo o qual

⁴⁶ O fenômeno de financeirização dos projetos de moradia pública pode ser entendido, grosso modo, como a subordinação do uso social dos projetos de habitação pública ao seu valor econômico. Ou seja, ao invés de atender à demanda social por moradia, os projetos focam seus resultados nos lucros possivelmente gerados pela construção e oferta das unidades habitacionais. Raquel Rolnik propõe uma definição contratual para esse fenômeno, que ocorreria quando “os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição” (2015, p.13).

⁴⁷ Em Londres, onde a habitação pública foi a base do Estado de bem-estar social, esta transformação é mais visível. No Rio de Janeiro os projetos de habitação pública foram usualmente desenvolvidos como contrapartida às remoções realizadas pelo Estado, mas o Programa Minha Casa Minha Vida, de caráter nacional, traz à tona a questão da financeirização e entendimento da moradia pública como geradora de lucro.

criam-se ambientes favoráveis à geração de lucro, sustentados na cultura empreendedora, com foco em parcerias público-privadas subordinadas ao mercado, e portanto direcionadas a áreas específicas da cidade onde o capital produz rentabilidade. Este tipo de governança contribui para o acirramento das desigualdades socioespaciais, uma vez que não leva em conta o conjunto do território, como salienta Santos Jr.

No Rio de Janeiro, especificamente, o autor delinea três padrões coexistentes, “juntamente com a lógica do universalismo de procedimentos, na organização e no funcionamento da administração urbana das cidades” (2015, p.460), sendo eles, resumidamente: 1) clientelismo urbano, característico das ações do poder legislativo municipal, que pauta suas ações na lógica de troca de favores; 2) patrimonialismo urbano, vinculado às práticas mercantis que guiam as obras públicas da cidade e 3) corporativismo urbano, que reflete a relação entre poder público e organizações da sociedade civil, dentre elas, os movimentos sociais. Santos Jr. acredita que, em relação a este último padrão,

A frágil cultura cívica e o baixo associativismo vigente na metrópole fluminense, por um lado, bem como a fragmentação e reconfiguração dos movimentos sociais durante a década de 2000, por outro, vêm dificultando a constituição de uma aliança entre o escasso mundo civicamente organizado e o vasto segmento da população urbana que se mobiliza politicamente apenas de maneira pontual e temporária, o que impede o corporativismo urbano de se transformar em uma base de sustentação do universalismo de procedimentos como padrão de gestão (2015, p.462).

Ou seja, não há um padrão de política pública seguido na cidade, sendo que diferentes gramáticas são estabelecidas dependendo dos atores envolvidos. Como preparação da cidade para as Olimpíadas, Santos Jr. percebe, no entanto, que três regiões foram impactadas de maneiras similares na cidade: Barra da Tijuca, Zona Sul e Zona Portuária. As áreas passaram por processos de valorização devido às obras relativas à preparação da cidade, que seguiram a mesma lógica mercadológica. O contexto favoreceu a mercantilização de áreas da cidade que estavam fora do espectro de interesse do capital anteriormente, transformando as estruturas urbanas e as políticas públicas direcionadas a esses territórios.

A estas transformações do espaço urbano estão associados processos de “valorização imobiliária, gentrificação e elitização social” (Santos Jr., 2015, p.471). O termo gentrificação, usualmente empregado para descrever processos urbanos relacionados à valorização de espaços centrais das cidades antes degradados e sua

ocupação por classes mais altas, é utilizado pelo autor ressaltando três aspectos: 1) a dimensão de classe – uma vez que os territórios antes ocupadas pelos mais pobres passam a ser visados pelas classes média e alta 2) a renda da terra, ao passo que os territórios transformados se caracterizavam por seu baixo valor de mercado e tornam-se interessante fonte de lucro a incorporadoras e mercado imobiliário que se beneficiam da valorização gerada pelos Jogos; e 3) a estratégia de classe adotada entre poder público e agentes privados, que teriam implementado “ações voltadas para a promoção da gentrificação” (Santos Jr., 2015, p.471).

Nesse sentido, a marca que caracteriza as transformações urbanas do Rio de Janeiro durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, segundo Santos Jr., é “a subordinação do poder público à lógica do mercado” (2015, p.480). Dessa forma, as populações mais pobres que vivem em locais que passam a ser valorizados pelo mercado são as mais vulneráveis devido às transformações do espaço urbano durante este período e, posteriormente, com o espraiamento desta lógica a políticas urbanas.

O Secovirio (Sindicato da Habitação)⁴⁸ lança relatórios anuais com o perfil do mercado imobiliário do Rio de Janeiro. O documento relativo ao ano de 2010⁴⁹ informa que os imóveis de 4 quartos localizados no Bairro da Gávea tiveram uma valorização de 88,4% no ano. Também no centro, imóveis menores (1 quarto) foram bastante valorizados: 83%. Os dados mostram que a cidade passou por uma temporada de investimentos no período que antecedeu os Jogos e a Copa. Segundo o mesmo documento, os imóveis nas proximidades dos locais de jogos tiveram valorização de 152% nos seis meses posteriores ao anúncio da cidade como sede das Olimpíadas.

Como mencionado, estima-se que 67.000 pessoas tenham sido removidas de suas casas e bairros entre 2009 e 2013 (Azevedo & Faulhaber, 2015, p.36), somente na cidade do Rio de Janeiro. Essas expulsões, que foram realizadas sob o pretexto da localização inadequada dos imóveis, incluíram reassentamento através do programa do governo Minha Casa Minha Vida⁵⁰. Dentre os casos de remoção nos

⁴⁸ Disponível em: <https://www.secovirio.com.br/noticias/publicacoes/2/?categoria=panorama-do-mercado-imobiliario>. Acesso em: 9 ago 2019.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/62808917/panorama-do-mercado-imobiliario-do-rio-de-janeiro-2010-secovi-rio>. Acesso em: 9 ago 2019.

⁵⁰ O Programa, de iniciativa federal, passou a ser implementado no país em 2009. Foi criado com o intuito de oferecer habitação à população com faixa de renda de até 10 salários mínimos, ampliando o mercado habitacional brasileiro e o acesso a ele, especialmente para famílias de baixa renda. Uma

anos anteriores aos Jogos, incluem-se aqueles realizados na Vila Autódromo. Durante, antes e depois das remoções realizadas na comunidade, o apoio de universidades e redes construídas foi fundamental, como será discutido no capítulo 6. A presença constante da Defensoria Pública da União foi também essencial, principalmente através do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), especializado em conflitos fundiários urbanos. O NUTH foi criado em 1989, a partir da demanda social e da crescente compreensão da moradia social como direito⁵¹.

A Comunidade do Horto, ainda que distante dos locais de realização dos Jogos Olímpicos, figurava, junto à Vila Autódromo, na lista de favelas a serem removidas pela prefeitura nos anos preparatórios da cidade para receber o evento. Em 7 de Janeiro de 2010⁵², o Jornal *O Globo* divulgou uma relação de 119 favelas que a Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania pretendia remover até o final de 2012, com a justificativa de estarem localizadas em locais considerados de risco ambiental.

O local onde se localiza a comunidade do Horto não sofre as consequências diretas do preparo da cidade aos jogos, uma vez que não abriga nenhuma das construções voltadas ao evento, mas o bairro Jardim Botânico se valoriza a partir de transformações simultâneas à preparação da cidade, tais como a instalação da emissora Rede Globo nos arredores do parque e a extensão, em 2013, da área reservada ao Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico, o que garante que a área não será edificada.

O avanço das ameaças de remoção na comunidade tem um pico no ano de 2005, quando o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico coloca publicamente sua intenção de expansão e solicita a reintegração de posse de residências localizadas na comunidade. Segundo levantamento da Fundação Fiocruz,

das características do PMCMV é oferecer ao setor privado grande parte das responsabilidades acerca dos empreendimentos construídos sob a marca do programa. O governo, representado pela Caixa, fecha acordo com empresas de construção que se comprometam a construir as unidades habitacionais definidas, respeitando uma determinada faixa de preço. Por exemplo, se o valor definido para a construção das unidades habitacionais destinadas à Faixa 1 for R\$ 50.000,00, a empreiteira terá que entregar as casas prontas por este valor, que inclui a compra do terreno. Os conjuntos habitacionais construídos em parceria com o PMCMV revelam a relação entre política pública de habitação social e mercado existente no país, despontando o que Lucia Shimbo (2010) denomina como *habitação social de mercado*.

⁵¹ Para mais informações, ver Mariana Medeiros (2019).

⁵² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Acesso em: 6 novembro de 2019.

Na tentativa de reintegração de posse, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) levou ao local tropas de choque e atiradores de elite para acompanhar a atuação do Oficial de Justiça, o que gerou a hospitalização de cinco pessoas e a morte de um morador.⁵³

As disputas no Horto, como discutirei em mais detalhe adiante, evidenciam algo cada vez mais frequente nos grandes centros urbanos: a disputa por espaços verdes e ambientalmente preservados. Parece ser possível caracterizar a disputa pelo espaço urbano no Horto segundo o conceito gentrificação verde, como proposto por Kenneth Gould e Tammy Lewis (2016). Os autores diferem este tipo de gentrificação do termo original para demarcar situações em que os vetores de valorização das localidades são projetos ecológicos e sustentáveis que, ao aumentarem as áreas verdes em determinados espaços das cidades, acabam por valorizá-los. Os autores elencam três perguntas para verificar a existência deste fenômeno no espaço urbano, relacionadas às categorias raça, classe e moradia, traduzidos da seguinte forma por Torres et al.:

o "esverdeamento" embranquece uma área? (Does greening whiten?); o "esverdeamento" produz riqueza? (Does greening richen?); e "esverdeamento" faz elevar o preço do aluguel e das moradias? (Does greening raise rents and housing prices?). (2019, p.694)

É interessante notar que, tanto no caso da Vila Autódromo como do Horto, as leis que determinam o direito de regularização fundiária ou função social da terra constituem oportunidades políticas essenciais para a ação dos movimentos sociais. Por outro lado, foi durante os mandatos do PT no governo federal que as ameaças de remoção se intensificaram. O forte peso do Estado, sobre o qual tratamos anteriormente, se mostra decisivo à formação dos movimentos sociais.

James Holston (2013) ao analisar as relações entre cidadania e constituição de espaços periféricos na cidade de São Paulo, argumenta que as leis, principalmente de acesso à terra e moradia, são determinantes para a formação dos diversos atores que “encenam” a cidadania no país, configurando um tipo de “política de diferenças legalizadas” (Holston, 2013, p.59). Essa perspectiva dialoga com aquilo que Julia Parker apontava como sendo uma das dificuldades na constituição do Estado de bem-estar social inglês. Pautar as políticas públicas entre

⁵³ Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-comunidade-do-horto-florestal-luta-contr-especulacao-imobiliaria-e-remocao-do-jardim-botanico>. Acesso em: 10 jan 2020.

merecedores ou não leva a uma desigualdade de acesso que é dada com embasamento jurídico. Os movimentos sociais (mas não só eles)⁵⁴, por sua vez, são capazes de desestabilizar esse falso equilíbrio e expor as desigualdades persistentes.

A política de diferenças no Brasil é alimentada pelo caráter mercadológico que o acesso a direitos vem tomando nas últimas décadas, ao passo que o acesso à moradia é cada vez mais um privilégio daqueles que podem pagar para ter acesso a esse direito. Por sua vez, em Londres, a crise habitacional, no sentido apontado aqui, ilumina as desigualdades existentes no país. O programa *Right to buy* inaugura o processo de financeirização da moradia pública no país, que por sua vez evidencia a questão mais profunda da desigualdade inglesa: o uso e direito à terra. Nos casos analisados em seguida, essa questão fica evidente.

A zona mais impactada pelas Olimpíadas foi o East End, parte da cidade onde se situavam quatro dos seis “bairros olímpicos” (*Olympic boroughs*) – Hackney, Tower Hamlets, Newham, Waltham Forest, Barking & Dagenham e Greenwich (os dois últimos fora do East End). O *FocusE15* nasceu no bairro de Newham, onde o impacto dos jogos olímpicos foi especialmente forte, como demonstrou o geógrafo Paul Watt (2013). O autor examinou as transformações realizadas no bairro durante a preparação da cidade para os Jogos através de relatos visuais e percepções de jovens moradores da região. A análise retrata um bairro passando por transformações que acabam por expulsar os moradores de seu bairro, tais como falta de oportunidades de trabalho para jovens do perfil socioeconômico daqueles que participaram da pesquisa.

A região de Upper Clapton, situada em Hackney, é onde se encontra o *NorthWold Estate*. A localização exata do conjunto habitacional não foi diretamente afetada pelas Olimpíadas, uma vez que não abriga construções destinadas aos Jogos, mas, assim como a comunidade do Horto, sofre as consequências dos processos de financeirização da moradia pública na cidade.

As transformações ocorridas nestes bairros, durante a preparação da cidade para as Olimpíadas, traduzem, assim como no Rio de Janeiro, uma agenda prévia de mudanças urbanísticas. Segundo Ashok Kumar⁵⁵ (2012), os Jogos Olímpicos

⁵⁴ James Holston argumenta que a resistência não é a única forma de agência dos cidadãos que se veem apartados de seus direitos. O autor situa agência nas formas de acesso à terra, trabalho, serviços urbanos e direitos. Ver Holston, 2013, p.35.

⁵⁵ Disponível em: <https://ceasefiremagazine.co.uk/olympics-opportunity-cleanse-city/>. Acesso em: 9 abr 2020.

proporcionam a oportunidade ideal para que governos coloquem em prática planos de reconfiguração das cidades a partir da expulsão dos mais pobres. O que aconteceu em Londres e no Rio de Janeiro não foi exclusividade dessas cidades. A principal diferença entre as duas é que, no Rio de Janeiro, o Estado parece ser o grande executor das remoções violentamente realizadas, enquanto em Londres o aumento de preços dos aluguéis e a renovação dos prédios públicos, com aval estatal, parece ter expulsado um maior número de pessoas.

Desde o final dos anos 1990 já se discutia como processos de gentrificação se tornavam cada vez mais frequentes na cidade de Londres, onde bairros antes considerados degradados foram ocupados pela classe média, passando por uma valorização e conseqüente expulsão dos moradores das classes mais baixas. No entanto, os conjuntos habitacionais representavam áreas preservadas destes processos, por carregarem consigo o estigma de seus habitantes, uma vez que os conjuntos eram usualmente descritos como “inferno na terra” (Hanley, 2017) e “*no-go areas*” (Watt, 2009). O poder público era responsável pela moradia de 30,7% das famílias londrinas em 1981, sendo que em bairros menos valorizados esse número era ainda mais significativo – chegando ao máximo de 82% em Tower Hamlets (Watt, 2009). Mas isso se transforma a partir do programa *Right to buy* e da agenda neoliberal imposta desde então. O programa, como será exposto mais detalhadamente no próximo capítulo, oferece a possibilidade de compra de apartamentos nos conjuntos habitacionais, o que até então era impossível. A compra, oferecida às pessoas que vivem nos conjuntos, é feita por aqueles que tem condições de fazê-la, enquanto os demais, sem condições financeiras de arcar com a compra, veem o estoque de residências públicas diminuir consideravelmente.

Juntamente com a possibilidade de compra de imóveis antes públicos, nos anos 1990 se torna cada vez mais abrangente o poder de incorporadoras privadas na administração dos imóveis públicos. David Mullins e Alan Murie (2006) mostram como modelos de gestão empresarial passaram a dominar a política pública de moradia no país, baseando-se em ideias como eficiência. O papel dos sindicatos e conselheiros locais, até então bastante importante, deixa de ser central, e investimento em moradia pública passa a significar oportunidades de investimento ao setor empresarial.

Nota-se assim que a marca de “subordinação do poder público à lógica do mercado” descrita por Santos Jr. (2015) é também uma característica das

transformações urbanas londrinas das últimas décadas. Algo que diferencia as duas cidades, no entanto, refere-se ao uso e posse da terra. Em Londres, a mercantilização é ainda mais lucrativa do que no Rio de Janeiro, uma vez que a posse da terra não está inserida nos processos de financeirização da moradia pública. A terra inglesa não é vendida como no Brasil, mas sim seu direito de uso por determinado período. Em Londres, bairros inteiros são controlados por administradoras privadas, relacionadas aos donos da terra. É o caso, por exemplo, do bairro de Bloomsbury, central e supervalorizado, gerenciado pela *Bedford Estates*⁵⁶ e propriedade do Duque de Buccleuch.

Um estudo publicado em 2019 mostra que na Inglaterra, 30% da terra são de propriedade da aristocracia, que lucra com a venda do direito de uso e demais encargos provenientes das distintas formas de exploração do território. O gráfico 1 abaixo mostra que 17% da terra tem seu uso não declarado. O autor do estudo acredita que parte deste valor refere-se a propriedades não declaradas da própria aristocracia, uma vez que suas terras pertencem a eles há séculos.

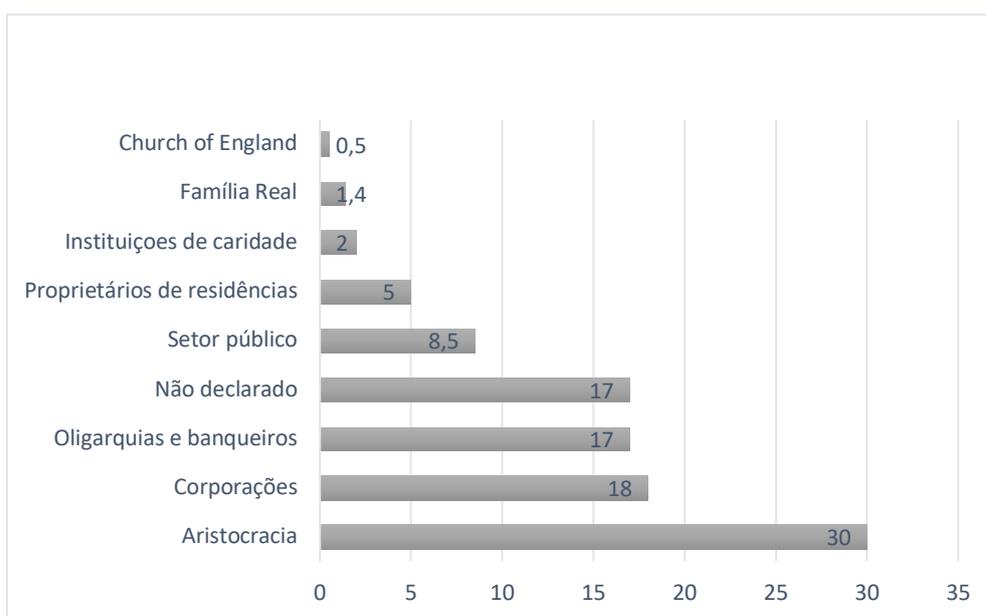


Gráfico 1 - propriedade da terra na Inglaterra (%). Fonte: elaborado pela autora.⁵⁷

⁵⁶ No site da administradora, informam: “Since 1669, much of the Bloomsbury area has been owned, managed and developed by The Bedford Estates. For the past three centuries, we have been dedicated to the continuous improvement of the Bloomsbury area, which is now a highly sought after Central London location”. Para mais informações, acessar: <https://www.bedfordestates.com>. Acesso em: 10 jan 2020.

⁵⁷ Com base nos dados publicados no jornal *The Guardian* (disponível em: <https://www.theguardian.com/money/2019/apr/17/who-owns-england-thousand-secret-landowners-author>, acesso em: 4 abr 2020), que utiliza dados do livro *Who Owns England?* de Guy Shrubsole.

O setor público, ou seja, os governos central e local e as universidades, detém 8% da terra do país. Desde 2011, o governo central tem incentivado a venda destas terras para a construção de moradia acessível⁵⁸, através de um projeto que seria finalizado em março de 2020⁵⁹. Um estudo realizado pela *New Economics Foundation*⁶⁰, no entanto, mostrou que até setembro de 2019, apenas 6% das moradias construídas nessas terras foram destinadas a um fim social. O estudo mostra, ainda, que a forma como foram realizadas as tratativas impossibilitaram desde o início uma maior efetividade do programa na resolução da crise habitacional:

Terrenos públicos poderiam ser usados para benefício público ao aliviar a crise de moradia, mas vender para o maior lance está descartando isso desde o início. Isso ocorre porque os licitantes mais altos se comprometeram a pagar mais pela terra e, portanto, são incentivados a extrair o maior lucro da terra. Terrenos caros levam a casas caras. E com cada local vendido, a disponibilidade de terrenos adequados para a habitação diminui à medida que mais terras são perdidas nos empreendimentos de luxo.⁶¹ (NEF, setembro de 2019 – a tradução é nossa)

Desta forma, um projeto que poderia ser eficaz corroborou a uma maior desigualdade na distribuição da terra, uma vez que esta tem sido vendida a incorporadoras e administradoras que gerenciam grande parte da moradia pública no país atualmente.

No Brasil, a realidade é bastante distinta. Apenas uma pequena porcentagem do território brasileiro é ocupado por conglomerados urbanos, como mostram Gerd Sparovek et al.:

Do total do território brasileiro, constatamos que 36,1% são classificados como terras públicas e 44,2% como terras privadas em 4.537.242 polígonos de unidades de terra individuais, cobrindo 682.513.148 ha (80,3%) do país. Um adicional de 3,1% do país (26,3 milhões de ha) é coberto por áreas urbanas e de água. As terras públicas são compostas principalmente por áreas protegidas (24,2% combinando

⁵⁸ A ideia de aumentar o estoque de *affordable housing* tem sido usada como solução para a crise habitacional no país. Para mais informações: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/6251/2140164.pdf. Acesso em: 13 mai 2020.

⁵⁹ Devido a crise gerada pela Pandemia do coronavírus, os documentos relativos ao programa não foram atualizados até a data de finalização desta tese.

⁶⁰ Para mais informações, ver: <https://neweconomics.org/2019/09/mass-sell-off-of-public-land-fails-to-deliver-social-housing>. Acesso em: 3 jan 2020.

⁶¹ “Public land could be used for public benefit to alleviate the housing crisis, but selling to the highest bidder is ruling this out from the beginning. This is because the highest bidders have committed to pay the most for the land, and therefore are incentivised to squeeze the most profit from the land. Expensive land leads to expensive houses. And with every site sold, the availability of land suitable for housing diminishes as more land is lost to luxury housing developments.”

unidades de conservação com reservas indígenas) e terras não designadas (6,4%), enquanto os assentamentos da reforma agrária ocupam 4,9% do território nacional.⁶² (2019, p.2 – a tradução é nossa)

A legislação do país, que determina a função social da propriedade e que, através do Estatuto da Cidade, incentiva os municípios a elaborarem Planos Diretores que definam os distintos fins das terras públicas urbanas, pode ser encarada como reflexo de um ambiente mais democrático para a resolução do problema habitacional. Isso porque, da forma como a legislação do Brasil se organiza, pode ser caracterizada como importante oportunidade política aos movimentos sociais, que têm nela um canal aberto para demandar zoneamentos urbanos que direcionem à construção de moradia social. No entanto, a conta não é tão simples.

Nos casos analisados aqui, Vila Autódromo e Horto se situam em terras da União, e as experiências da pesquisa mostram que o acesso ao direito à moradia não se define pelas leis ou pela formalidade dos processos. O reconhecimento jurídico do direito à moradia, unido à destinação da terra em que vivem ser caracterizada como pública ou reservada a fins sociais não garantem a permanência dos moradores onde vivem. João Sette Whitaker Ferreira, comparando os ambientes de surgimento dos instrumentos de regulação urbanísticos no Brasil e Europa ocidental, pauta ainda mais uma diferença:

Enquanto lá os instrumentos urbanísticos surgem no pós-guerra, concomitantemente à estruturação do Estado do bem-estar social, no Brasil os instrumentos urbanísticos aparecem como uma tentativa de reação face a um modelo de sociedade e de cidade estruturalmente organizadas de forma propositalmente desigual, o que muda completamente seu potencial e seu possível alcance. Aqui, trata-se de reverter *a posteriori* um processo histórico-estrutural de segregação espacial, o que significaria, em essência, dar ao Estado a capacidade de enfrentar os privilégios urbanos adquiridos pelas classes dominantes ao longo de sua hegemônica atuação histórica de 500 anos. (2005, p.16)

Em ambos os países, colocadas as diferenças, o papel do Estado como regulador da destinação do uso do solo aparece como fundamental. Ainda que o

⁶² “Of the total Brazilian territory, we found that 36.1% is classified as public lands and 44.2% as private lands in 4,537,242 polygons of individual land units covering 682,513,148 ha (80.3%) of the country. An additional 3.1% of the country (26.3 million ha) is covered by urban and water areas. Public lands are comprised mainly of protected areas (24.2% combining conservation units with indigenous reserves) and undesignated lands (6.4%) while agrarian reform settlements occupy 4.9% of the national territory.”

mercado jogue um importante papel no cenário descrito, cabe ao Estado a regulação necessária à democratização do espaço urbano.

A pesquisa apresentada aqui mostra uma efetiva expulsão dos moradores mais pobres das áreas valorizadas das cidades, com aval ou direcionada pelo Estado. No Rio de Janeiro, a violência e a truculência por parte do Estado são notórias, sendo o caso da Vila Autódromo emblemático nesse sentido⁶³. No caso inglês, por outro lado, as expulsões não envolvem destruição das casas por retroescavadeiras e nem agressões físicas aos moradores. As experiências de perda do local de moradia, no entanto, unem novamente as realidades. Em uma das ocasiões em que estive com as integrantes do grupo *FocusE15*, apresentei a elas um vídeo sobre a Vila Autódromo; ao final, as participantes me disseram que se sentiam como os moradores da Vila.

Ao longo da tese, os pontos apresentados aqui serão aprofundados a partir da experiência de precariedade vivenciada pelos moradores das duas cidades. Embora breve, a comparação entre a formação das cidades e suas políticas habitacionais apresentada é fundamental à análise que será desenvolvida adiante. As duas cidades, embora distantes espacialmente e historicamente, passaram por grandes transformações urbanas que dialogam entre si. No desenvolvimento desta tese, será possível fazer um aprofundamento maior acerca das políticas urbanas de cada contexto, a partir dos efeitos sentidos por aqueles que entrevistei, e verificar as particularidades e semelhanças das experiências relativas à precariedade habitacional.

A luta por moradia, nos dois países, aparece como uma perspectiva de demanda molecular por cidadania, frente a Estados que cada vez mais mercantilizam e individualizam o acesso à moradia. Fica latente, a partir do exposto, a falta de espaço de participação popular nas políticas públicas relativas à moradia. Por isso, analisar os movimentos sociais é fundamental para compreender como os sujeitos se reconhecem frente à imposição do Estado.

⁶³ Exemplos podem ser vistos nas reportagens disponíveis em: <http://rioonwatch.org.br/?p=18463> e <http://rioonwatch.org.br/?p=29490>. Acesso em: 13 mai 2020.

3 Movimentos sociais

*Farinha e cachaça é fermento pra massa
Quem não tá no bolo disfarça a desgraça
Sonho é um doce difícil de conquistar
Seu padeiro quer uma casa pra morar*
Criolo

Durante a realização desta pesquisa e participação em congressos e seminários, foi constante o questionamento acerca da definição dos grupos que acompanhei como movimentos sociais. Desta indagação, pode-se supor que alguns interlocutores não entendam as pessoas em situação de precariedade que entrevistei como sujeitos capazes de sustentar movimentos sociais⁶⁴. Alexis Cortés Morales (2018), ao pesquisar acerca do movimento favelado no Rio de Janeiro entre as décadas 1970 e 1980, se deparou com situação similar: percebeu que a literatura não tratava o movimento como tal, pois valorizava mais a perspectiva segundo a qual a “racionalidade política dos favelados” seria utilizada para “instrumentalizar o sistema político”, ou seja, a racionalidade dos sujeitos favelados não seria utilizada como forma de contestação e organização social, mas como forma de conseguir benefícios pessoais ou coletivos.

Como forma de dialogar com estes questionamentos e apresentar as principais teorias que tomo como base analítica, neste capítulo exploro as clássicas concepções de movimentos sociais de forma a situar o leitor na discussão que desenvolvo em seguida. Apresento os principais conceitos utilizados nos estudos de movimentos sociais, que ajudam a interpretar aqueles analisados aqui, e em seguida exponho o histórico de formação dos grupos acompanhados durante a pesquisa e suas principais formas de reivindicação.

Esta proposta dialoga com a metodologia proposta, baseada na sociologia da experiência de Dubet (1994). Dentre as lógicas de ação definidas pelo autor, há aquela referente à concorrência ou estratégia. Segundo a perspectiva que adoto aqui, os movimentos sociais podem ser encarados como estratégia dos sujeitos,

⁶⁴ Não acredito que todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade tenham desejo ou consigam expressar suas demandas coletivamente. O objetivo da tese também é lançar luz aos caminhos percorridos pelos dissidentes para chegar aos movimentos, mas consciente das dificuldades existentes em se “protagonizar lutas por reconhecimento”, como coloca Sobottka (2015, p.700).

tanto como forma de alcançarem demandas coletivas, quanto de exercerem sua cidadania plenamente. Ao apresentar as principais teorias acerca dos movimentos, procuro oferecer uma base argumentativa que sustente a análise que se dará em seguida.

3.1

O sujeito como centro de análise

Colocar o sujeito como central nessa análise parece fundamental. Touraine (1998) defende que, mesmo em países onde a modernização é endógena, é possível pensar em movimentos sociais formados por sujeitos racionais que buscam transformar a sociedade à maneira que consideram apropriado. Essa perspectiva serve de base à discussão levada a cabo aqui, e pode ser colocada em diálogo com a sociologia da experiência de Dubet (1994), algo que seria impensável se utilizadas as categorias analíticas de movimentos sociais que não levam em consideração o sujeito.

A concepção de movimentos sociais que tomo como guia nesta tese, portanto, foi proposta por Alain Touraine (1998), que relaciona a formação dos grupos aos sujeitos envolvidos. Para o autor, os movimentos sociais são formas de apelo à liberdade do sujeito e ao mesmo tempo lutas contra o poder e formas de combate por uma nova sociedade. O autor considera que o que melhor define os movimentos sociais “é a ligação que estabelecem entre orientações culturais e um conflito social que comporta aspectos reivindicativos e políticos ao mesmo tempo que societários” (Touraine, 1998, p.151). Ou seja, nos movimentos se unem várias minorias, grupos de pressão, orientações culturais e formas de poder que demandam transformações culturais e políticas. O autor pontua que, ainda que pareça possível analisar os grupos de pressão separadamente, o intento é infrutífero, pois defende que “nenhuma ação coletiva é pura defesa racional de interesses ou afirmação de valores comunitários” (Touraine, 1998, p.152). No entanto, a hipótese de que grupos sociais reivindicativos se tornem movimento social deve sempre estar presente, segundo Touraine, “para compreender os comportamentos coletivos que se afastam dele e os que já o anunciam ou animam” (1998, p.152).

Ainda que a concepção de movimentos que considero mais apropriada à análise que proponho seja a exposta, é importante também trazer a contribuição de

outros autores de distintas escolas interpretativas para o diálogo, sem descartar os principais pontos de suas propostas. A clássica definição de Alberto Melucci (2001), por exemplo, é fundamental. O autor entende os movimentos sociais como profetas que trazem as mensagens daquilo que está nascendo, e aponta algumas características fundamentais para sua definição enquanto categoria de análise. Segundo Melucci, “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (1996, p.35). Ou seja, movimentos são organizações coletivas definidas a partir do compartilhamento solidário de demandas que toma forma de luta e possibilita a definição de adversários em comum na busca de ruptura com as regras vigentes.

A teoria da ação proposta por Alberto Melucci (2001) está ancorada em cinco princípios básicos que, segundo o autor, podem ser observados na formação dos movimentos sociais. O primeiro refere-se ao conflito que é condição para que o grupo se estabeleça. Assim como Axel Honneth (2003), que acredita que na base de formação dos movimentos está o desenvolvimento de uma gramática comum do conflito por indivíduos que dividam lacunas similares no que tange seu amplo reconhecimento, Melucci percebe os movimentos sociais como expressão de conflitos existentes na sociedade: “para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente” (2001, p.34).

O segundo princípio colocado por Melucci se refere tanto à solidariedade quanto à ruptura de compatibilidade com o sistema ao qual o movimento se opõe. Ou seja, os movimentos sociais, além de exporem conflitos existentes, colocam em questão todo o sistema que torna possível a legitimidade das relações que viabilizam a realidade problemática existente. Nos movimentos sociais de luta por moradia aqui acompanhados, esse princípio é claramente identificável, como ficará evidente adiante. A luta por moradia não expõe apenas a demanda por unidades habitacionais, também procura tornar o sistema político urbano mais justo.

O princípio da solidariedade colocado por Melucci o situa novamente em diálogo com Honneth⁶⁵. Assim como o autor alemão, Melucci acredita que os movimentos, enquanto fenômenos coletivos, “implicam solidariedade, isto é, a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (Melucci, 2001, p.35). Eles se diferenciam de outras ações coletivas justamente pela identificação afetiva que é comum entre seus membros. Melucci diferencia os fenômenos coletivos daqueles que denomina como de agregação, que se caracterizam por reunir indivíduos atomizados que agem de forma aproximada no tempo e no espaço, mas que não constroem uma relação de reconhecimento⁶⁶.

Outra característica que Melucci observa como regente dos movimentos sociais é sua autonomia em relação aos sistemas políticos e econômicos vigentes. Nos casos em que o conflito está direcionado ao sistema político, o que se busca é a sua ampliação, ou seja, “luta pela ampliação da participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros” (Melucci, 2001, p.41).

Por fim, o autor lembra que os movimentos sociais contêm sempre “uma pluralidade de significados analíticos” (Melucci, 2001, p.43). Ou seja, não são uma realidade a ser observada pelo cientista social. Para Melucci, a análise não pode identificar a ação com aquilo que os atores dizem de si, devendo-se extrair a pluralidade de fatores. “Uma aproximação analítica dos movimentos implica na decomposição do objeto segundo o sistema de relações sociais investido pela ação e segundo as orientações que tal ação assume” (Melucci, 2001, p.33). Ou seja, o significado do fenômeno varia em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz parte. Nos casos aqui analisados, essa perspectiva é fundamental, pois busco relacionar como a cultura cívica das duas cidades – tão distantes – influenciam os repertórios de ação dos movimentos. Como lembra Manuel Castells (1983), seguindo raciocínio similar, análises dos movimentos sociais urbanos devem articular as relações entre luta urbana e luta política, os processos de

⁶⁵ Os livros dos autores que tomo como referência aqui são *A Invenção do Presente*, de Alberto Melucci, e *Luta por Reconhecimento*, de Axel Honneth. O primeiro foi publicado em 1991 e o segundo em 1992.

⁶⁶ O autor coloca que estes fenômenos também devem ser objeto de análise, e lembra que os movimentos sociais contêm, “no seu interior, componentes de agregação que se manifestam, por exemplo, nos rituais, na circulação dos símbolos nas manifestações de massa, e assim por diante.” (Melucci, 2001, p.36).

formação das cidades e o cotidiano vivenciado por seus moradores devem ser levados em conta, ademais das formas de participação política.

Mario Diani e Ivano Bison (2010) propõem a atualização das acepções de Melucci e definem as experiências relativas aos movimentos sociais como orientadas à expressão pública de um conflito social.

A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos.

Nas propostas de Melucci (1996) e Diani e Bison (2010) está presente a herança deixada por Charles Tilly (1995), talvez a maior referência em teoria de movimentos sociais, quem propôs uma abordagem que levasse em conta o caráter contencioso dos grupos analisados. Tilly (1995) criou a categoria *repertórios de ação contenciosos* para definir as formas de ação fundamentais para a existência de movimentos sociais, que não podem ser analisados a partir das experiências individuais dos atores envolvidos – o que para ele seria um reducionismo individualizante imenso:

A palavra repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo de escolha relativamente deliberado. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas não descendem da filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. As pessoas aprendem a quebrar janelas em protesto, atacar prisioneiros com pilhagem, derrubar casas depredadas, organizar marchas públicas, petições, realizar reuniões formais, organizar associações de interesses especiais. Em qualquer ponto particular da história, no entanto, eles aprendem⁶⁷ (Tilly, 1995, p.42 – a tradução é nossa)

Em análise mais recente, Tilly se uniu a Sidney Tarrow e Doug McAdam propondo uma perspectiva de mapeamento dos confrontos políticos. Segundo os autores, repertórios podem ser definidos como expressões da interação histórica e atual entre movimentos e seus opositores, envolvem memória e aprendizado. Os

⁶⁷ “The word repertoire helps describe what happens by identifying a limited set of routines that are learned, shared, and acted out through a relatively deliberate process of choice. Repertoires are learned cultural creations, but they do not descend from abstract philosophy or take shape as a result of political propaganda; they emerge from struggle. People learn to break windows in protest, attack pilloried prisoners, tear down dishonored houses, stage public marches, petition, hold formal meetings, organize special-interest associations. At any particular point in history, however, they learn.”

autores, ademais, apresentam o debate de formação de identidades que está por trás de todos os estudos de movimentos sociais, e consideram que seria necessário criar uma “verdadeira microbase relacional para explicar a formação de identidades coletivas novas e transformadas”, o que, por sua vez, não lançaria luz às relações entre movimentos e seus outros significativos: “antagonistas, aliados e agentes culturais mais amplos que restringem e incentivam a ação coletiva” (McAdam et al., 2009, p.14)

A solução, segundo os autores, é pensar o processo de formação relacional de identidades coletivas, que se daria, portanto, mais através das relações antagônicas com os outros significativos amplos do que nas relações sociais mais próximas. No entanto, a perspectiva dos autores vai mostrar, mais adiante, a importância das redes sociais domésticas para a formação dos movimentos. Eles optam por dizer que as microrrelações são importantes à formação dos movimentos, mas não tanto à sua análise. Acredito que é possível analisar as relações dos movimentos com seus antagonistas significativos sem perder de vista uma abordagem que reconheça as experiências subjetivas de participação em movimentos sociais – especialmente o de moradia, por unir formas de precariedade relativas à esfera privada. Portanto, utilizar a categoria repertórios de ação é fundamental no desenvolvimento desta tese. Como descrito, repertórios envolvem o aprendizado através da luta, algo que é comum a todos os movimentos sociais analisados aqui.

Segundo as perspectivas apresentadas, o antagonismo dos movimentos estaria bastante relacionado ao Estado e às instituições sociais vigentes. Kevin McDonald (2002), que tem como inspiração a clássica perspectiva de subjetivação de Alain Touraine, se coloca contrário a essa perspectiva ao sugerir que os movimentos sociais contemporâneos demandam menos resposta estatal e mais reconhecimento de subjetividades. Segundo McDonald, as experiências dos atores envolvidos em movimentos sociais devem ser o foco para compreender o que de fato se busca através da formação dos grupos. Isso porque o autor acredita que a perspectiva que coloca a macropolítica como alvo central dos movimentos acaba por apontar, aos indivíduos, o papel de “agentes a serviço do movimento”, privilegiando o caráter civil da identidade dos atores, um fator pouco explicativo da experiência subjetiva de fazer parte dos movimentos sociais contemporâneos. Nessa perspectiva, a sociologia tradicional, acostumada a manter padrões explicativos relativos à classe e estrutura, se vê confrontada por pontos de vista

focados na psicologia e na patologização de questões relativas à identidade (que incluem educação, saúde, políticas urbanas etc), que por sua vez categorizam o mundo social em funcionalidades e disfuncionalidades. Para o autor, precisamos encontrar caminhos de interpretação que levem em conta as lutas por memória, criatividade, dignidade e subjetividade.

Geoffrey Pleyers (2018), trazendo a perspectiva de McDonald, busca analisar os movimentos sociais que denomina como de “experiência”⁶⁸, indicando serem aqueles que os indivíduos se organizam na busca de experiências subjetivas mais do que por querer transformações através da sociedade civil organizada, e coloca que

En lugar de centrarse en la búsqueda de un impacto político, estos movimientos defienden y construyen su experiencia, entendida en el doble sentido de la palabra: la experiencia vivida y la experimentación. Por un lado, estos activistas buscan defender la autonomía de su experiencia vivida frente a la influencia de la sociedad global y de los poderes económicos en todos los aspectos de la vida, y se rebelan contra la manipulación de las necesidades y de la información. Estos movimientos son una llamada a la libertad personal contra las lógicas del poder y de la producción, del consumo y de los medios de comunicación masivos. (Pleyers, 2018)

Defendo também que a perspectiva subjetiva, relativa à experiência, não se dê em oposição àquela que busca maior impacto político. Acredito que os movimentos sociais abarcam a busca por experiências subjetivas daqueles que se envolvem na medida em que estas experiências busquem a transformação de um espectro maior do que o próprio sujeito, mudar a si mesmo e pautar a transformação política a partir da organização coletiva são características não excludentes. Até porque é somente a partir da construção histórica dos movimentos sociais que é possível, hoje, pensar em experimentações relativas a participar deles.

É especialmente relevante trazer este debate ao analisar movimentos sociais de luta por moradia, pois nestes conflitos algumas formas de busca por experiência subjetiva são indissociáveis da demanda por políticas públicas. Alguns dos relatos que apresento ao longo da tese mostram como a participação nos movimentos se dá muitas vezes pela experiência de participar – “não queria passar por isso sozinha”, lutar pelo local de moradia como intento de salvar a própria história –, e outras tantas pela mudança de estrutura de classes e contra o capitalismo.

⁶⁸ Cita como exemplos o MST e os altermundialistas.

Os movimentos sociais de luta por moradia, nesse sentido, colocam em perspectiva debates acerca das fronteiras entre privado e público, lugares sociais demarcados de maneira distinta nas cidades do Rio de Janeiro e de Londres. Através da análise desenvolvida ao longo da tese, será possível introduzir um debate nesse sentido. De forma abrangente, Judith Butler (2018), ao pensar nas formações de assembleias a partir dos anos 2010 (e de experiências como a da Praça Tahrir), coloca como fundamental a retomada da concepção de esfera pública e privada realizada por Hannah Arendt ([1958] 2016) para mostrar as transformações ocorridas na disputa pela publicização de questões antes circunscritas à esfera privada. Butler defende que a perspectiva de Arendt é limitante do que se pode considerar como político pois “ignora e desvaloriza formas de ação política que emergem precisamente nesses domínios pré-políticos ou extrapolíticos” (Butler, 2018, p.88).

Butler (2018) considera fundamental a criação de um vocabulário capaz de abarcar as formas de atuação pública daquelas pessoas que convivem com a precariedade, que são privadas de direitos, que participam de ocupações. Segundo ela, Hannah Arendt é fundamental ao lançar luz à existência de uma esfera privada, pois expõe que o atendimento a certas necessidades humanas é fundamental ao aparecimento público. No entanto, se distanciando de Arendt, Butler acredita que a situação precária a que nossos corpos e nossa existência são submetidos quando privados de direitos e infraestrutura, “expõe a nossa sociabilidade, as dimensões frágeis e necessárias da nossa interdependência” (Butler, 2018, p.131). O que Butler procura dizer é que a precariedade também faz parte da aparição pública, que nossas necessidades íntimas não precisam estar satisfeitas para que somente assuntos considerados políticos sejam levados a público, pois à medida que a precariedade expõe justamente a fragilidade dos direitos e da infraestrutura, ela deve ser tratada publicamente:

Não podemos lutar por uma vida boa, uma vida possível de ser vivida, sem atender às exigências que permitem a persistência de um corpo. É necessário reivindicar que os corpos tenham aquilo que precisam para sobreviver, uma vez que a sobrevivência definitivamente é uma pré-condição para todas as outras reivindicações que fazemos. Ainda assim, essa reivindicação se prova insuficiente, porque sobrevivemos exatamente para viver e porque a vida, por mais que requeira a sobrevivência, deve ser mais do que sobrevivência para ser uma vida possível de ser vivida (Butler, 2018, p.229)

Dessa forma, defendo que os movimentos sociais abarcados nesta tese sejam analisados a partir de uma variedade de perspectivas que sejam capazes de lançar luz a essas ações empreendidas por sujeitos muitas vezes não reconhecidos como políticos, mas que ao expor sua precariedade estão reivindicando a transformação justamente do que se acredita ser a esfera política. Novamente, como defende Butler,

a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes, chamando atenção para a maneira como a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança ou, de fato, nos espaços virtuais que estão igualmente livres da arquitetura da casa e da praça (2018, p.80)

É nesse encontro entre movimentos sociais e mudança social baseada nas experiências subjetivas da cidade que se pode incluir as propostas da teoria crítica urbana, mencionada na Introdução. O espaço urbano, como defendido por Neil Brenner,

não pode mais ser visto como um lugar relativamente limitado ou distinto; ao invés, se tornou uma condição planetária generalizada na qual, e através da qual, a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas (2015, p.26).

Os movimentos inserem-se nessa disputa pelo urbano, ao mesmo tempo em que são ancorados em seu espaço para poderem realizar suas reivindicações. A teoria crítica urbana, nesse sentido, corrobora com o que Butler defende acerca das ações humanas serem dependentes umas das outras e dos espaços onde ocorrem.

Ananya Roy (2017) também se une a esse coro ao propor a análise das formas de urbanização do sul global a partir de uma perspectiva que considera a favela como “geografia icônica” das condições urbanas e humanas encontradas nos países desta região. A autora procura desenhar o que denomina como “urbanismo subalterno”, mostrar como o espaço subalterno das favelas é um registro das formas de habitação e ação política dos cidadãos. Esse intento é realizado de forma a lançar luz à necessidade de criar formas específicas de análise para estas realidades, posto que não se enquadram nos itinerários interpretativos empreendidos no norte global: “o urbanismo subalterno, com sua ênfase no subalterno como agente político, é uma recuperação do suplemento da modernidade, o Outro colonizado” (Roy, 2017,

p.13). Ao comparar as realidades de Londres e Rio de Janeiro, será interessante perceber os contrastes e os limites analíticos das teorias eurocentradas tão comuns aos estudos urbanos e de movimentos sociais.

Por fim, é importante frisar que esta tese, de alguma forma, se insere na proposta que Cefaï denomina como “microsociologia das interações ordinárias” (2007, p.720) através da qual é possível acompanhar a formação do que se entende como questões de interesse público e que podem ser direcionadas ao confronto, no caso de formação de movimentos sociais. Segundo Cefaï, por meio de uma abordagem micro sociológica é possível

entender o que os atores estão fazendo e o que dizem, de prestar contas do que são as modalidades que moldam sua experiência – e de não credenciar as reconstruções feitas por observadores, comentaristas e analistas ansiosos demais para determinar cadeias de causalidade, para desenharem tabelas sintéticas e para produzir modelos gerais.⁶⁹ (2007, p.724 – a tradução é nossa)

O autor lembra que a realização de uma pesquisa deste porte requer reflexividade na investigação e cuidado na escolha das categorias ou na condução da análise, além de acompanhamento etnográfico dos sujeitos, através de observação direta ou participante. Foi o que busquei realizar nestes anos de pesquisa, como apresentado na Introdução.

3.2 Os movimentos em Londres

3.2.1 *FocusE15*

A campanha que deu início ao movimento ocorreu em agosto de 2013, quando 29 moradoras do hostel⁷⁰ *Focus E15*, localizado no bairro de Newham, na região leste de Londres, receberam a notícia, enviada pelo *Council* de Newham, que

⁶⁹ “En regard de l'analyse culturelle, nous avons également opté pour une démarche microsociologique. Il n'y a là, répétons-le, aucun parti pris de principe. Seulement le souci de comprendre ce que font et ce que disent les acteurs, de prendre leurs comptes rendus pour ce qu'ils sont - des modalités de mise en forme de leur expérience -, et de ne pas accréditer les reconstructions des observateurs, commentateurs et analystes trop pressés de déterminer des chaînes de causalité, de se donner des tableaux synoptiques et de produire des modèles généraux. Bien entendu, cette posture est difficile à tenir. Elle requiert une réflexivité extrême dans la discipline d'enquête, dans le travail de description, dans le choix des catégories ou dans la conduite de l'analyse”.

⁷⁰ Denominado como hostel ou foyer, o prédio onde moravam as mães era um local destinado à habitação provisória de mães e pais em situação de vulnerabilidade social, como será explicado adiante.

teriam que sair dos apartamentos em que viviam. A cidade de Londres é dividida em 32 *Councils*, como mencionado, que são áreas administrativas da cidade. Cada um é responsável por administrar, em conjunto com os *boroughs* (regiões), questões como habitação, limpeza urbana e saúde. São organizações multipartidárias que contam com membros eleitos quadrienalmente. O leste de Londres foi uma das regiões mais impactadas pelas transformações que ocorreram na cidade como preparação aos Jogos Olímpicos de 2012, uma vez que grande parte dos espaços destinados aos jogos foi construído nessa parte da cidade.

O hostel em que as 29 mães viviam era um empreendimento administrado pela companhia East Thames⁷¹ e contava com 210 flats, sendo todos destinados a jovens adultos entre 16 e 24 anos⁷². As mães moravam em uma área especial do edifício, destinada a pais e mães em situação de vulnerabilidade⁷³, onde supostamente eram oferecidas atividades específicas de cuidados com o bebê. O site da companhia mostra, em notícia veiculada em janeiro de 2012, que no Natal do ano anterior (2011) as mães aproveitaram as festas após a companhia que administrava o hostel ter recebido uma grande doação de uma instituição de caridade. Um ano e meio depois, essas mães receberiam a notícia de remoção, que daria início ao movimento.

Segundo Carla⁷⁴, uma das mães que moravam no hostel, a vida nesse edifício não era satisfatória, mas ela continuava a morar em seu apartamento por falta de opção. Se saísse de lá, as autoridades a fariam assinar um documento em que ela diria estar intencionalmente sem moradia⁷⁵. O hostel não era uma opção agradável, segundo ela; além dos apartamentos serem pequenos, era recomendado que as

⁷¹ As informações sobre a administradora encontram-se em: <https://www.east-thames.co.uk>. Acesso em: 21 abr 2018.

⁷² “O *FocusE15 Foyer* é o maior foyer do Reino Unido e oferece alojamento especializado e apoio a jovens entre os 16 e os 24 anos. Dezesseis das unidades de alojamento são para pais jovens que têm acesso a sessões especializadas de habilidades para a vida e habilidades parentais, incluindo nutrição para bebês, mantendo seu bebê saudável. Eles também têm uma biblioteca de brinquedos para os pais e uma área de recreação para seus filhos”. Disponível em: <https://www.east-thames.co.uk/news/jan2012/young-mothers-see-new-year-smile>. Acesso em: 4 nov 2017.

⁷³ O tipo de moradia oferecido neste hostel, denominado como “foyer”, é baseado em normas comportamentais: os moradores deveriam seguir regras para continuar vivendo ali, com horários de entrada e saída e necessidade de autorização prévia para receber visitas.

⁷⁴ Nome fictício. A entrevistada tinha 18 anos e estava grávida de 8 meses quando recebeu a notícia de remoção.

⁷⁵ Declarar-se *intentionally homeless* é uma das possibilidades dadas pelas autoridades inglesas quando se busca por moradia pública. Caso a pessoa não aceite as ofertas dos *Councils*, esse documento é apresentado e a pessoa, ao assiná-lo, sai da lista de espera por habitação. Pelo movimento social analisado, este documento é uma forma coercitiva de fazer com que os mais pobres aceitem condições degradantes de moradia.

vizinhas não conversassem entre si, pois “nunca se sabe quem mora ao lado”. Mesmo assim, a notícia da remoção afetou bastante as moradoras, já que isso significaria ficar longe de redes de apoio construídas no bairro. A justificativa apresentada pela administradora do hostel era que o *Newham Council* havia cortado o orçamento destinado a subsidiar as unidades habitacionais destinadas a mães e bebês, recomendando às afetadas que buscassem por possibilidades de aluguel privado nas cidades próximas a Londres, como Birmingham (a 200km de Londres), Manchester (330km) ou Hastings (110km), onde poderiam encontrar preços mais próximos ao subsídio que receberiam do governo. A busca por moradia, no entanto, encontrou impedimentos – muitos locatários não aceitam pessoas que recebem benefícios governamentais.

A ideia de realizar a campanha coletiva contra as remoções teve início quando a administradora do hostel convidou as moradoras para uma reunião e elas se deram conta que eram todas iguais. Foi então que as mulheres começaram a trocar ideias e decidiram fazer uma petição ao *Council* do bairro e organizar manifestações públicas. Em uma dessas ocasiões, o grupo de mães conheceu o *Revolutionary Communist Group*⁷⁶ (RCG), que fazia sua campanha nas ruas de Stratford⁷⁷. Conversando com o grupo comunista, perceberam a importância de realizar manifestações regulares, e conseguiram apoio para imprimir *flyers* e materiais de campanha.

A visibilidade do grupo começou a crescer quando jornalistas passaram a acompanhar o caso, ganhando notoriedade na web através de um artigo publicado no jornal *The Guardian* em 2014, que relatava a ocupação de um edifício de moradia pública realizada pelas manifestantes (Watt, 2016, p.314). Depois da matéria e de um vídeo⁷⁸ publicados no jornal, a quantidade de seguidores on-line (na rede social *Twitter*) do grupo passou de 300 para 7000 seguidores⁷⁹ (Watt, 2016, p.315). Até julho de 2018, o grupo contava com 14 mil seguidores no *Twitter* e 16 mil no *Facebook*.

⁷⁶ Informações sobre o grupo estão disponíveis em: <http://www.revolutionarycommunist.org>. Acesso em: 10 jan 2019.

⁷⁷ Bairro que faz parte da região de Newham.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/video/2014/oct/08/london-housing-newham-mums-focus-e15-video>. Acesso em: 9 abr 2019.

⁷⁹ O texto foi publicado no jornal *The Guardian* em 2014. Escrito por Aditya Chakraborty, um dos mais respeitados jornalistas da área. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/23/real-politics-empty-london-housing-estate>. Acesso em: 9 abr 2019.

É interessante observar como a percepção de igualdade foi fundamental para o engajamento no movimento social, como será desenvolvido no capítulo 3. Não somente para dar início ao movimento como também durante sua história, as participantes foram criando redes que expressam a necessidade de formação do que denomino *solidariedade de repertórios*. A história do movimento se transforma a partir do momento em que conhecem os participantes do RCG e iniciam uma troca de informações fundamental para o crescimento e notoriedade do *FocusE15*. Além disso, muitas participantes atuais do movimento não são diretamente atingidas pela escassez de moradia, mas se envolvem com o grupo por acreditar que essa questão é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

O leste de Londres, como já mencionado, foi uma das regiões mais impactadas pelas transformações que ocorreram na cidade como preparação aos Jogos Olímpicos de 2012. O movimento *FocusE15*, apesar de ser frequentemente relacionado às Olimpíadas, não emergiu como resposta aos jogos, mas em um dos bairros mais afetados pela austeridade que se tornou evidente durante a preparação da cidade para o evento. À medida que ganhou notoriedade e novos integrantes se uniram à causa, os repertórios de ação do grupo se transformaram.

A ocupação de um bloco de apartamentos vazios em um edifício destinado à habitação social foi uma das ações de maior impacto do movimento. Realizada de 21 de setembro a 6 de outubro de 2014, para marcar o primeiro aniversário do movimento, a ação consistiu na ocupação de um bloco de apartamentos no edifício *Carpenters Estate*, localizado em Stratford e administrado pelo *Council* de Newham, mesmo responsável pela remoção das mães no ano anterior. Tinha por objetivo chamar atenção ao fato de muitos apartamentos estarem vazios enquanto muitas pessoas encontravam-se sem casa no bairro. Na ocasião, os governantes responsáveis pela região alegaram que o prédio precisava passar por uma reforma que sairia muito cara, e que portanto havia sido parcialmente esvaziado para que fosse possível realizar um *redevelopment*⁸⁰, uma expressão que traduz um fenômeno bastante comum em Londres – antigos prédios destinados à moradia pública são colocados abaixo, total ou parcialmente, e em seu lugar são construídos novos edifícios, onde somente uma pequena porcentagem dos apartamentos é destinada à habitação social.

⁸⁰ Como mostra reportagem do dia 24 de setembro de 2014, disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-london-29322319>. Acesso em: 13 mai 2019.

A ação do movimento foi considerada exitosa pelas integrantes, pois não apenas conseguiu demonstrar a necessidade de mais moradias públicas na cidade como também promoveu a desmistificação do perfil das manifestantes, que levaram seus bebês e crianças de colo. A ocupação resultou em grande notoriedade na mídia e gerou uma importante reação governamental⁸¹. Além da quantidade de seguidores ter aumentado consideravelmente, os jornais abriram espaço para falar sobre o movimento. O periódico *The Guardian* publicou textos escritos pelas manifestantes⁸², algo que foi fundamental para a adesão ao movimento por apoiadores não necessariamente impactados pela falta de moradia na cidade.



Figura 9 - Ocupação do Carpenters Estate em 2014. Fonte: focuse15.org

O destino do *Carpenters Estate* não foi definido em 2014. Em 19 de julho de 2019, o *Council* de Newham anunciou que o redesenvolvimento do conjunto seria feito, e que um mínimo de 50% dos apartamentos seria destinado a aluguel social. O movimento *FocusE15* se manifestou rapidamente, colocando a necessidade de mais moradia pública no bairro, como mostra a figura 10.

⁸¹ “Newham Council took the campaign to court in an attempt to evict the occupation. However, against a backdrop of overwhelming public support for the campaign, the council eventually agreed to let the occupation continue for the full two weeks as originally planned.” Fonte: focuse15.org.

⁸² Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/23/why-occupying-boarded-up-east-london-council-house-social-housing>, acesso em: 9 ago 2019; <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/05/focus-e15-mums-fight-for-right-to-home>, acesso em: 7 jul 2019.

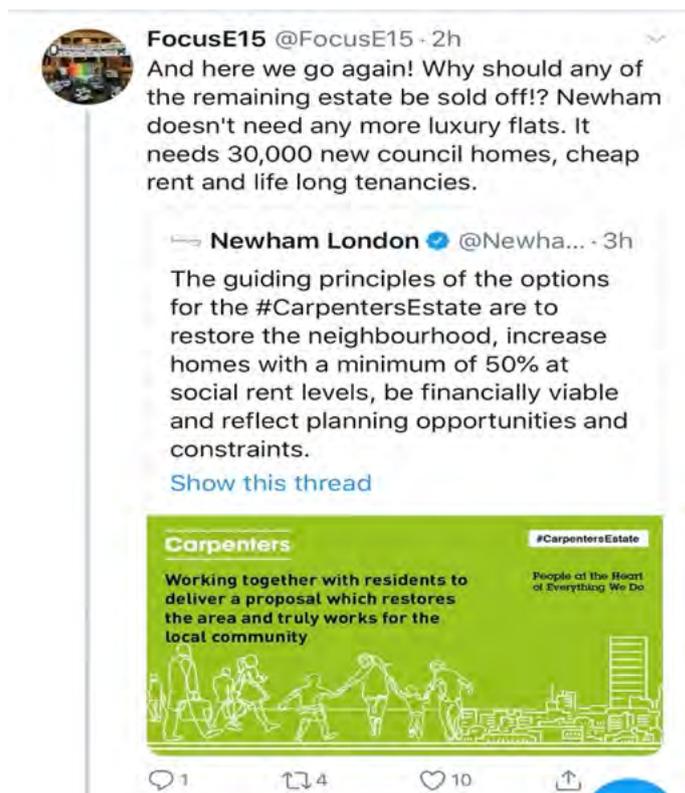


Figura 10 - Manifestação *on-line* em 19 de julho de 2019. Fonte: arquivo pessoal.

Um repertório de ação baseado na ampla luta por moradia na cidade foi também fundamental para maior adesão de integrantes ao grupo. Paul Watt (2016) considera que as ações deste movimento social as distanciam dos demais, uma vez que possuem uma perspectiva espacial distinta. Ao invés de buscar salvar as moradias em que viviam, a partir de uma postura defensiva enfocada em proteger os espaços pelo discurso do pertencimento, o autor acredita que o movimento buscou criar o que denomina *smooth space*, ou seja, espaços desnivelados, uniformes, onde as pessoas possam transitar⁸³. Ao não lutar apenas por permanecer nos apartamentos do antigo hostel, mas também pela democratização e ocupação dos espaços vazios na cidade, o movimento adotou um repertório de ação inovador, fundamental para que ganhasse notoriedade e se mantivesse ao longo dos anos.

Watt (2016) considera, ademais, que ainda que as mães tenham procurado permanecer no bairro, recorrendo ao discurso do pertencimento e da rede de apoio constituída, sua maneira “nômade” de agir, não tendo estabelecido um foco de permanência em apenas um bairro da cidade, deu origem a uma campanha

⁸³ A isso pode-se relacionar as concepções lefebvrianas de espaço construído e vivido, acerca do que discutiremos no capítulo 7.

difamatória que alegava que o grupo de mães “não conhecia seu lugar”. Nos capítulos a seguir veremos como as subjetividades em relação ao local de moradia e ao envolvimento no movimento social – dentre elas algumas relacionadas ao fato das integrantes serem mulheres solteiras da classe trabalhadora – influenciam a luta por habitação e o que nos informam sobre as cidades que analisamos. O outro movimento londrino analisado, ao contrário do *FocusE15*, adota um repertório de ação baseado na proteção de suas casas e suas ações visam mostrar o pertencimento ao bairro, e por isso é interessante colocá-los em perspectiva.

Além da ocupação do bloco de apartamentos, desde o início o *FocusE15* se reúne todos os sábados, em uma rua do bairro de Stratford, por duas horas (entre 12 e 14h), entregando panfletos e pedindo assinaturas para seu abaixo-assinado pelo fim dos cortes em moradia pública. Os lemas adotados pelo movimento conseguem traduzir a questão imobiliária de Londres, onde o preço dos imóveis, a falta de abertura dos proprietários em alugar seus apartamentos a beneficiários do governo e a falta de políticas públicas que impulsionem a moradia pública têm sido os grandes responsáveis pela crise.

Além disso, o grupo promove uma reunião mensal aberta ao público, em que são discutidas as próximas ações e casos de ameaça de remoção, dentre outras atividades, tais como apresentações musicais relacionadas ao movimento anticapitalista, encenações teatrais e ensaios de um coral organizado pelo grupo⁸⁴. Todas as reuniões são anunciadas durante a manifestação semanal e nas redes sociais, tal como mostra o exemplo da figura 11:

⁸⁴ No período desta pesquisa, acompanhei cinco destas reuniões, sendo que em uma delas expus um panorama geral acerca da realidade habitacional do Brasil. Disponível em: <https://focuse15.org/2017/12/29/focus-e15-campaign-meetings-finding-ways-to-educate-and-organise/>. Acesso em: 10 jan 2020.

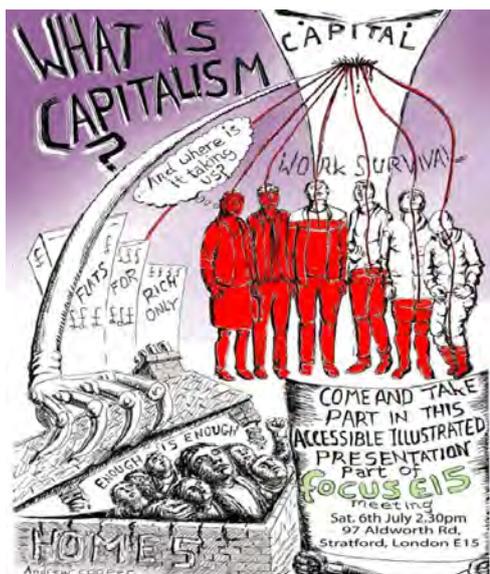


Figura 11 - Convite para encontro mensal do movimento *FocusE15*. Fonte: site focus15.org.

Analisando as postagens do grupo no *Twitter* durante o primeiro ano de ativismo através da rede social⁸⁵, nota-se que as ações estavam bastante circunscritas à luta contra as remoções. No ano de 2015, o movimento organizou uma grande marcha contra as remoções da cidade e suas ações baseavam-se majoritariamente em apoiar pessoas e comunidades ameaçadas de remoção. As imagens da figura 12, retiradas do histórico da rede social no período mencionado, mostram as ações do grupo:

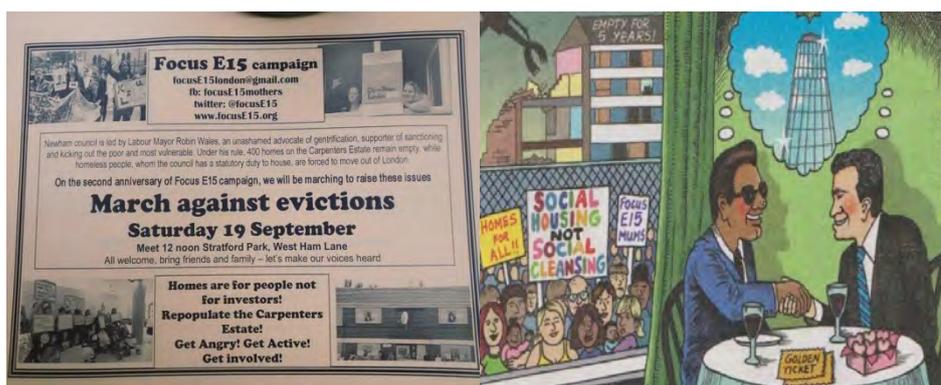


Figura 12 - Histórico atuação *FocusE15*. Foto à esquerda, de 27 de julho de 2015, com o seguinte texto: Vamos à rua para nosso segundo aniversário, espalhe a notícia e venha junto (We are taking 2 the Street for our 2nd Anniversary let everyone know get on the street). Foto à direita, de 22 de julho de 2015, com a seguinte frase: We could pop up anywhere.

⁸⁵ A conta do movimento foi criada em julho de 2014. Essa análise se baseia no histórico entre 1 jul 2014 a 31 jul 2015.

Durante o primeiro ano, o movimento já experimentava formas de manifestação distintas, e tiveram uma música de protesto composta e inspirada em sua história⁸⁶. A letra diz:

I'm of this place, my story is here
 It holds together the thread of my years
 My tale is written on the streets where I stand
 I'm living my life is in this city
 I'm not worth the land that I live on
 Though I've lived here for all of my life
 Three generations have rooted me here
 Now I'm shipped off and kept out of sight
 This place has been changing for many years now
 So much has been lost, too much has closed down
 It's harder to find somewhere to be still
 And there's nowhere to be without spending
 For all of its faults, this place is my home
 Three generations have called it their own
 My life it is here, it's not in the north,
 In the east or the west, or wherever we're forced
 We must make way for progress if that's what this is
 So the land can be sold for the highest bid.

Ainda que o movimento apresente o caráter nômade mencionado por Paul Watt, a música reflete demandas por permanência no bairro de Newham e evoca as gerações que viveram no bairro como forma de reivindicar moradia na localidade. Nos próximos capítulos veremos os diferentes discursos e repertórios utilizados e os fatores que influenciam em sua escolha.

Nos anos mais recentes, a atuação do grupo é ampliada, e as postagens vão desde apoio a pessoas sofrendo iminência de remoção a mensagens anticapitalistas, como o convite para a reunião mensal mostrado acima (figura 11). Em 2017, enquanto eu realizava minha pesquisa, o grupo postou mensagens de apoio ao *Save Northwold*, e foi assim que tomei conhecimento do outro movimento analisado. A mensagem foi a seguinte:

SOLIDARITY TO Northwold Estate!

At one of the campaign meetings this year we heard directly from some brilliant residents from Northwold estate. Northwold estate in Clapton, East London, is a Guinness Trust estate built in the 1930's with some later developmental additions. Tellingly, the Guinness Trust slogan is '*business with a social purpose*' and contrary to their claims to be easing the housing crisis through providing 'affordable' housing, Guinness Trust have, in recent years, doubled rents. Their plans are to demolish a

⁸⁶ Os autores são Jimmy Aldridge & Sid Goldsmith – Moved On. Fonte: Focuse15.org.

third of Northwold estate by building luxury flats which can be sold at market prices of up to £1 million. (...)
Active resistance is spreading on the estate, with a committee now formed and 60-70 people coming out to the first public meetings.

3.2.2 Save Northwold

Ao tomar conhecimento do movimento que estava se organizando no *estate* denominado *NorthWold*, entrei em contato através de sua conta no *Twitter* (@SaveNorthWoldE5). Parecia uma ótima oportunidade acompanhar o início de formação de um grupo de resistência às transformações urbanas de Londres e seguir os acontecimentos desde então. Uma das pessoas que organizou o *SaveNorthwold* já havia buscado informações e troca de experiências com o *FocusE15* e percebi que estavam bastante interessadas em tomar parte do que podemos chamar grande movimento social por moradia da cidade – do qual fazem parte inúmeros grupos mais localizados buscando salvar suas moradias.

O acompanhamento do movimento desde o início de sua formação revelava-se uma boa oportunidade de observar a formação de identidades coletivas. Francesca Polletta (1998) aponta a importância de estarmos atentos aos “episódios iniciais de ação coletiva” capazes de gerar “identidades de movimento em nome das quais as pessoas estão dispostas a sacrificar seu bem-estar pessoal” (Polletta, 1998, p.138). Estas identidades de movimento se relacionam à idade dos participantes e à fase de vida pela qual passam (estudantes, no caso analisado por Polletta), por exemplo, e são fundamentais para pensarmos o tempo de duração de algumas ações. A autora analisa as narrativas – artigos, discursos, cartas – dos estudantes que realizaram *sit-ins* como forma de protesto durante os anos 1960 e argumenta que esses discursos possuem uma “configuração temporal” que os possibilita “integrar eventos passados, presentes e futuros”, fundamentais para “alinhar identidades coletivas durante os períodos de mudança” (Polletta, 1998, p.139). Analisar as ideias correntes à época das ações coletivas possibilita verificar os tempos em que se inscreve a formação da subjetividade necessária para o engajamento nos movimentos, o que não seria possível através da pura observação dos *frames* relativos às demandas dos estudantes.

Partindo dessa premissa, acompanhei a movimentação no *estate* desde esse primeiro contato, em fevereiro de 2017. Na época, algumas residentes haviam

solicitado apoio do professor Paul Watt, da Universidade de Birkbeck (em Londres), que passou a organizar uma pesquisa sobre o perfil dos residentes do *estate*, para que as próprias organizadoras do movimento soubessem qual era o grau de informação acerca da ameaça de remoção dos edifícios. Apoiei o grupo nessa pesquisa, levantando o perfil de um dos blocos do condomínio, que conta com 30 apartamentos. Foi uma boa ocasião de entrada em campo e de apropriação da realidade dos moradores do condomínio. O bloco onde realizei a pesquisa era majoritariamente destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade que estavam ali temporariamente.

O conjunto de prédios foi construído em 1938 como moradia pública no bairro de Hackney, na região leste de Londres. Atualmente o conjunto (figura 13) conta com 580 apartamentos, sendo que 140 destes foram adquiridos por moradores nos anos 1990, através do *Right to Buy*, o conhecido projeto de privatização da moradia pública em Londres.



Figura 13 - NorthWold Estate. Fonte: arquivo pessoal, 2017.

Nos anos 2000, o conjunto de edifícios foi comprado pela incorporadora Guinness, através de uma ação governamental de terceirizar a oferta e manutenção

de moradia pública na cidade. O conjunto é residência de cerca de 1700 pessoas que, em 2016, passaram a sofrer ameaças de remoção para o redesenvolvimento (*redevelopment*⁸⁷) dos edifícios. A incorporadora Guinness, que é uma das maiores do Reino Unido, realizou reuniões com os moradores do conjunto oferecendo as seguintes opções para o projeto de redesenvolvimento:

1. Construção de novos apartamentos nas áreas vazias do conjunto
2. Demolição parcial e redesenvolvimento de todo o conjunto
3. Demolição total e redesenvolvimento do conjunto

Apesar da baixa participação de moradores nas reuniões que a incorporadora organizou para discutir as propostas (apenas 130, segundo estimativas da organização *Architects for Social Housing*), um grupo passou a se organizar, fundando o movimento *SaveNorthwold*. O grupo, formado majoritariamente por proprietários de imóveis, criou uma página no *Twitter* e realizou reuniões buscando contato com outros residentes para alertá-los sobre a realidade, além de contatar outros movimentos da cidade. Além disso, foram organizadas manifestações contra o projeto da incorporadora, produzindo *bottons* e camisetas com a logo *SaveNorthwold*.

A incorporadora do conjunto de edifícios, ao saber da organização do grupo, fechou o *community hall* destinado a encontros coletivos, disponibilizando seu uso apenas para locações privadas, a preços exorbitantes. Segundo o levantamento feito pela ASH, tal atitude “efetivamente priva a comunidade de um lugar para organizar a resistência aos planos da Guinness para demolir as casas dos moradores e expulsá-los de Hackney”⁸⁸ (a tradução é nossa). As reuniões do grupo se davam nas casas de alguns deles, o que talvez desencorajasse muitos outros a participar, dadas as diferenças de classe e ocupação que existem no conjunto – apresentadas ao longo da tese.

Durante os meses em que passei realizando a pesquisa em Londres, pude acompanhar as reuniões do grupo e participar das manifestações. Foi especialmente interessante acompanhar um grupo em formação para ter oportunidade de entrar em

⁸⁷ O termo poderia ser traduzido como modernização, mas não passa a ideia de demolição e reconstrução que a palavra *redevelopment* expressa. Portanto, optei por utilizar redesenvolvimento para explicitar o significado das propostas.

⁸⁸ “This effectively deprives the community of a place to organise resistance to the Guinness Partnership’s plans to demolish residents’ homes and drive them out of Hackney.” Disponível em: <https://architectsforsocialhousing.co.uk/2016/09/16/the-future-of-northwold-estate/>. Acesso em: 10 jan 2020.

contato com um discurso ainda não moldado para atender a pesquisadores e pessoas de “fora”, ouvir os dilemas acerca dos repertórios de ação a serem tomados e também acompanhar as diferentes realidades dos moradores de um mesmo condomínio, que refletem as políticas habitacionais do país ao longo dos anos, como mostrarei nos próximos capítulos.

Em março de 2018, uma das participantes do movimento me escreveu a seguinte mensagem, via *Twitter*:

Nós “vencemos”, ou seja, conseguimos atrasar a Guinness por tempo suficiente para fazê-los repensar em relação à mudança do clima econômico e político... Por isso, estamos aliviados, mas agora temos que garantir que eles mantenham a propriedade e que o preenchimento não destrua nosso espaço, luz e luz do dia...⁸⁹ (a tradução é nossa)

Ou seja, o perigo de demolição de alguns apartamentos e de remoção de alguns moradores não seria levado a cabo, mas a construtora iria construir novas unidades habitacionais nos espaços vazios do condomínio, ou seja, onde havia áreas de recreação ou de uso comum⁹⁰.

Desde então, o movimento tem realizado reuniões mensais para acompanhar os projetos da incorporadora Guinness e mantém o perfil no *Twitter* (sob o novo nome *We Saved NorthWold E5*) onde publica mensagens de apoio a outros movimentos, questiona a quem se destina o projeto de construção de novos apartamentos no condomínio e divulga manifestações em favor da moradia pública na cidade.

O grupo simboliza um grande movimento existente na luta por moradia na cidade de Londres que une os diversos condomínios de moradia pública através da demanda por permanência e pela criação de políticas públicas específicas para habitação. Uma simples busca no *Twitter* revela essa realidade, são grupos como

⁸⁹ “We “won” ie we managed to delay Guinness long enough to make them rethink in relation to changing economic and political climate... So we are relieved but now have to make sure they maintain the estate and that infill doesn't destroy our space, light and daylight...”

⁹⁰ Quando recebi a mensagem, imaginei que seria questionada sobre manter este movimento como parte dos grupos analisados para a tese, e assim como quando decidi que acompanharia a formação do grupo, mantive o posicionamento. Isso porque a intenção é lançar luz sobre as formas de resistência à precariedade habitacional, entender como essa realidade têm reflexos subjetivos nos integrantes dos movimentos, e analisar como aproveitam as oportunidades políticas no horizonte. Ademais, como procuro apontar, o movimento é representativo da realidade urbana na cidade de Londres e da resposta da população nesse sentido.

@savecressingham⁹¹, @savecentralhill⁹² ou @UpTheElephant⁹³, que compartilham as postagens dos demais e demandam moradia social na cidade, além de lutar por sua permanência nos distintos *estates*. Esse grande movimento busca transformar o imaginário criado ao redor dos condomínios de residência pública em Londres, que os denomina como *sink estates*, termo que “tornou-se a âncora simbólica para políticas de habitação social que resultaram em considerável sofrimento social e intensificação de deslocamentos urbanos” (Slater, 2018, p.879).

O diálogo entre grupos e com a academia é um ponto a ser analisado. No caso do *SaveNorthWold*, a primeira ação do grupo foi contatar a universidade para realizar a pesquisa interna, e nas postagens do grupo nas redes sociais é comum recorrerem a artigos científicos sobre moradia ou divulgarem ou participarem de eventos acadêmicos sobre o tema.

3.3

Os casos cariocas

3.3.1

Vila Autódromo

As remoções realizadas na comunidade da Vila Autódromo durante a preparação da cidade para as Olimpíadas ficaram internacionalmente conhecidas pela forma violenta com que foram realizadas e devido a uma grande cobertura da mídia, mas sua história de luta contra políticas desse tipo vem de muito antes de 2016. A comunidade Vila Autódromo foi fundada nos anos 1960 por um grupo de pescadores que decidiu viver ao lado da Lagoa de Jacarepaguá e do Autódromo então denominado “Nova Caledônia”, inaugurado em 1966⁹⁴. Sua população começa a crescer entre 1970 e 1980, quando se constitui a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA). O fato coincide com o lançamento

⁹¹ Definição do grupo na rede social: “Save the beautiful leafy Cressingham Gardens community estate. Politicians and Lambeth Council to demolish estate as part of regeneration”. Acesso em: 10 jul 2019.

⁹² Definição do grupo na rede social: “Central Hill Estate is a vibrant and diverse community at risk of demolition by Lambeth Labour council. We fight to save social housing. Also <http://centralhill.london>” Acesso em: 10 jul 2019.

⁹³ Definição do grupo na rede social: “Local campaign to stop Delancey's destructive plans for Ele & Castle + win regeneration that works for the community *We fight on*”. Acesso em: 9 ago 2019.

⁹⁴ O autódromo passou por reformas a partir de 1973 e em 1977 foi reinaugurado com o título de Autódromo Nelson Piquet (Santos Neto et al., 2016).

do Plano Piloto dos bairros Barra e Jacarepaguá, desenhado por Lucio Costa e lançado em 1969 com o objetivo de, aos poucos, transferir parte da centralidade da cidade para a Barra da Tijuca. Também é nesta época que os bairros mencionados passam a receber mais investimentos e tornam-se opção mais comum de moradia entre os cariocas, além de ser destino de muitos trabalhadores da construção civil atraídos por novas oportunidades de trabalho. O número de habitantes do bairro expressa bem as transformações ocorridas: em 1970 a Barra da Tijuca tinha 31.057 habitantes, em 1980 essa quantidade sobe para 51.299, e no censo de 2010 possuía 135.924⁹⁵, um crescimento de 165% em 30 anos (1980-2010).

As transformações urbanas propostas por Lucio Costa são retomadas em 2009, quando a cidade do Rio de Janeiro é anunciada como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, sendo a Barra da Tijuca o local destinado à construção do Parque Olímpico e da Cidade dos Atletas (hoje batizada como Ilha Pura). Em 2013, uma reportagem do jornal *O Globo*⁹⁶ relembra o Plano Piloto e sugere que finalmente o projeto pensado em 1969 estaria sendo colocado em prática:

O momento vislumbrado pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa em 1969, época da criação do Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, começa a tomar forma. A área de quase cinco quilômetros quadrados — cerca de 10% da Barra —, destinada pelo autor para receber o Centro Metropolitano da Guanabara, virou um enorme canteiro de obras, onde sobem atualmente um shopping, um hotel e prédios comerciais (O Globo, 7 ago 2013)

O plano, no entanto, não previa que o investimento privado estivesse tão presente 44 anos depois, como a própria reportagem admite ao final. A preparação para os Jogos Olímpicos de 2016 cobriu o bairro de iniciativas privadas, sendo aquelas levadas a cabo por incorporadoras e construtoras de imóveis as mais significativas, posto que “viam a possibilidade de expansão de seu império de condomínios fechados e bairros planejados para a região recém valorizada” (Cavalcanti, 2017). Em meio a esse turbilhão de investimentos, ao lado do Parque Olímpico e na fronteira com o bairro de Jacarepaguá, se encontra a Vila Autódromo.

⁹⁵ Fonte: Portal GeoRio, 2018.

⁹⁶ Reportagem completa disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/plano-lucio-costa-os-descaminhos-da-ocupacao-da-barra-8231929#ixzz5OSaZefJd>. Acesso em: 6 jun2018.

Somente na Vila Autódromo⁹⁷, cerca de 600 famílias foram removidas devido à preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Às famílias removidas foram apontadas distintas opções de realocação e, em alguns casos, foram ofertadas compensações financeiras. A primeira grande parcela de moradores, removidos no início das tratativas, foi reassentada num empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida localizado nas proximidades da Vila e denominado Parque Carioca. A campanha para a mudança da população ao empreendimento foi grande, segundo relatos. A gestão da prefeitura à época organizou a visita dos moradores à prefeitura, onde mostraram uma maquete do empreendimento, assinalando que o local contaria com piscina, e propagandeando a vida que teriam como mais satisfatória do que aquela da Vila Autódromo. Fernanda, uma das entrevistadas durante esta pesquisa, relata a forma como a Prefeitura agiu à época:

Quando eles fizeram o Parque Carioca, ali da Estrada dos Bandeirantes, que foi pra onde foi boa parte das pessoas, eles fizeram panfletos com tubo-água, com tobogã, com piscina, aquilo deixou as crianças, assim, ensandecidas, porque a criança ouvia os adultos falando “ah, porque tem piscina lá, seu filho vai ter piscina, vai ter tubo-água, vai ter espaço-gourmet...”. Até nomes assim que não são muito da realidade da classe operária eles utilizaram. “Vai ter espaço-gourmet, vai ter churrasqueira, vai ter espaço pra fazer festa...”. Cara, as crianças ficavam... muita criança ficou... também teve esse relato, das crianças que pediam pra ir por conta desses panfletos, dessa lavagem cerebral que era feita, dizendo o que tinha... “vai ser legal lá, você vai ter piscina, aqui você tem piscina? Não”. Cara, que crueldade! Hoje, a gente tem relatos atualmente das pessoas que já estão lá há 2, 3 anos, que não é bem assim. Que pra entrar na piscina tem que pagar, que tem piscina que nem funciona mais. O tubo-água nem existe. (Fernanda. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Além do grupo de famílias que se mudou para o Parque Carioca, há famílias que se mudaram para a Colônia Juliano Moreira, também um empreendimento do Minha Casa Minha Vida, e aquelas que receberam compensação financeira para se mudar. As ofertas monetárias foram feitas quando um grupo menor de pessoas ainda permanecia na Vila, sendo a forma encontrada pela Prefeitura de desmobilizar individualmente o movimento social. A luta por moradia, ainda que coletiva, visa, dentre outras demandas, o acesso a um imóvel. A oferta de altos valores pelo governo, ao individualizar a solução, acabava por enfraquecer a coletividade que lutava pela permanência. Voltarei a isso ao longo da tese.

⁹⁷ Para informações detalhadas do processo de remoção da Vila Autódromo, bastante documentado, ver: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-comunidade-vila-autodromo-luta-ha-decadas-contra-a-prefeitura-por-direito-a-cidade-contra-a-especulacao-imobiliaria>. Acesso em: 12 mai 2019.

As ameaças de remoção da comunidade remontam aos anos 1990⁹⁸, segundo relatos dos moradores. Uma das moradoras da localidade conta que as intimidações aumentavam conforme o valor do metro quadrado no bairro crescia. Em uma das conversas que tivemos, ela me disse que sentia como se tivesse mudado de bairro, mesmo sem ter saído de lá: “mudei de bairro sem mudar de lugar”. Isso porque quando comprou o terreno em que morava, em meados da década de 1990, ela dizia ser moradora de Jacarepaguá, depois disse que a Barra foi chegando até lá, ou seja, o bairro teria crescido para englobar o Parque Olímpico e o anel de valorização trazido com ele.

Essa expansão simbólica do que se entende por Barra da Tijuca é uma expressão da valorização imobiliária do bairro. Outro exemplo disso é ilustrado pela fala de uma compradora de imóvel do empreendimento Ilha Pura⁹⁹, que se mostra desolada em saber que seu endereço corresponde ao bairro Camorim, e não à Barra, como as incorporadoras o vendiam à época dos Jogos e motivo de compra por parte de muitos. Em postagem recente na rede social Facebook, em 1 de agosto de 2018, ela afirma: “os imóveis são oferecidos como Barra da Tijuca, mas o CEP é Camorim”¹⁰⁰.

Em 2005, a Vila Autódromo foi incluída em uma Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Lei Complementar 7432¹⁰¹. Essa lei, promulgada em decorrência da confirmação da cidade como sede dos Jogos Parapan-americanos (2007) e Olímpicos, permitiu a construção do futuro Parque Olímpico no local antes destinado ao Autódromo de Jacarepaguá, ao mesmo tempo que significou uma importante oportunidade política para a atuação do movimento social. A valorização imobiliária da região encontrou na Vila Autódromo, então, um

⁹⁸ Entre 1996 e 1998 os moradores conquistaram, em atuação conjunta à Defensoria Pública, a assinatura de 162 termos de concessão de uso dos imóveis da comunidade por 99 anos.

⁹⁹ O empreendimento Ilha Pura foi construído para abrigar os atletas durante as olimpíadas, sendo àquela época denominado Vila dos Atletas. São 3.604 apartamentos, dos quais cerca de 300 foram vendidos. O menor valor divulgado à época das Olimpíadas era de R\$ 700.000,00 por um apartamento de 2 quartos.

¹⁰⁰ Disponível em: Grupo Ilha Pura – Compradores Lesados: <https://www.facebook.com/groups/350391105442582/>. Acesso em: 9 ago 2018. Uma reclamação similar foi mencionada pela professora do IESP, Mariana Cavalcanti, durante sua apresentação no XIV Congresso da BRASA, realizado na PUC-Rio entre 25 e 28 de julho de 2018.

¹⁰¹ A lei autorizou os seguintes usos ao espaço do antigo Autódromo: Residencial multifamiliar; comercial e serviços; hoteleiro; equipamentos esportivos; e destinados a atividade de lazer e diversões de natureza turística. A faixa marginal de proteção da lagoa era excluída para qualquer uso. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/18379Lei%20Compl%2074_2005.pdf Acesso em: 12 set 2019.

obstáculo aos planos de construção da chamada “Barra Olímpica” e a prefeitura iniciou um grande movimento de remoção da comunidade, que incluiu desde a realocação em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida (Parque Carioca e Colônia Juliano Moreira) à negociação direta com alguns moradores, como mencionado. As diferentes ações da prefeitura resultaram em respostas da comunidade, que foram desde a desmobilização por parte de alguns à elaboração de um Plano Popular de Urbanização, realizado em conjunto com universidades.

De cerca de 650 famílias moradoras da Vila, restaram 20. Meses antes das Olimpíadas, as últimas casas da antiga Vila foram derrubadas, e os moradores que permaneceram foram obrigados a viver em containers durante um tempo. A entrega das 20 novas casas, localizadas ao lado do imenso estacionamento vazio onde antes vivia uma comunidade inteira, foi feita em julho de 2016, dias antes do início dos Jogos Olímpicos.

Durante o processo de remoção, as famílias se uniram em um movimento social que engloba a participação de universidades¹⁰², pesquisadores e formadores de opinião¹⁰³ e passou a organizar diversas campanhas, como a *Urbaniza Já!* e *Ocupa Vila Autódromo*. Os moradores que permaneceram justificam sua luta por questões afetivas que mantinham com a localidade e pelo sentimento de injustiça que aflorou durante as ameaças de remoção, como veremos nos capítulos seguintes.

A experiência de se perceber como diferente – a consciência de que por serem pobres teriam que sair do bairro – fez com que os moradores se organizassem em torno de sua igualdade, que era mantida justamente pela proximidade em que viviam. Os moradores relatam que se apropriaram mais de seus direitos a partir da troca estabelecida pela rede que se constituiu em consequência das reuniões de mobilização e que, em meio às remoções, veio a gerar o Museu das Remoções, uma iniciativa que se propõe a “registrar as práticas sociais da Vila Autódromo e reconstruir a relação entre o território e a memória da comunidade” (Bogado, 2017, p.280).

¹⁰² A comunidade, em conjunto com pesquisadores das Universidades Federal Fluminense (UFF) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaboraram um Plano de Urbanização da Vila Autódromo, como resposta aos projetos de reassentamento apresentados pela prefeitura. O Plano Popular Vila Autódromo foi premiado pelo *Deutsche Bank Urban Age Award Rio* em 2013. Disponível em: <https://www.db.com/cr/en/concrete-Urban-Age-Award-2013.htm>. Acesso em: jul 2018.

¹⁰³ Formadores de opinião como Camila Pitanga e Gregorio Duvivier gravaram vídeos de apoio à campanha, em 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/personalidades-aderem-campanha-lancada-por-moradores-da-vila-autodromo-18784228>. Acesso em: 10 jul 2018.

As atividades do Museu buscam não só manter a memória da comunidade viva, promover atividades culturais e o diálogo entre diversos atores sociais envolvidos na luta pelo direito à cidade, mas também são um meio de reivindicação da efetivação do acordo entre prefeitura e moradores da Vila assinado em 2016, que até a atualidade não foi cumprido. O Museu, segundo a perspectiva adotada nesta tese, se constitui repertório de ação do movimento social, como defendo no capítulo 7, mantendo a rede de apoiadores ativa. A página do grupo no *Facebook* conta hoje com 2,7 mil seguidores¹⁰⁴ e é o principal meio de divulgação das atividades do movimento¹⁰⁵, sendo as mais recentes uma Ocupação da Estação BRT Centro Olímpico, com o objetivo de demandar a mudança de nome da estação, e a exibição de um filme na Vila Autódromo, que retrata a luta durante a preparação da cidade para as Olimpíadas.

Além do Museu das Remoções, existem hoje na cidade do Rio de Janeiro diversos museus sociais – na Rocinha (Sankofa), no Pavão-Pavãozinho (Museu de Favela), na Maré (Museu da Maré) e na Comunidade do Horto (Museu do Horto), dentre outros. As iniciativas surgiram a partir de uma política pública do extinto Ministério da Cultura iniciada em 2009, chamada Pontos de Memória. Na ocasião, a iniciativa apoiada pelo governo federal na capital fluminense foi o Museu de Favela, e a partir de então o modelo passou a ser difundido. No capítulo 6, a formação e objetivos dos museus serão apresentados com mais detalhes.

3.3.2 Comunidade do Horto

A essa época¹⁰⁶ se liga a construção dos dous grandes portões, de bello estylo, encimados pela corôa real portugueza e que ainda hoje se podem ver no jardim, um dando entrada aos viveiros, outro à casa do Salitre, habitação de trabalhadores.

Não contente desse começo e seduzido pela belleza daquelle ponto, o príncipe regente, por decreto de 13 de junho do mesmo anno, mandou preparar, perto da casa do inspector da Fabrica de Polvora, terreno necessario ao estabelecimento de um jardim de aclimação, destinado a introduzir no Brazil a cultura de especiarias das Indias Orientaes. Em 11 de outubro, de acordo com o decreto citadom foi nomeado um intendente para o novo jardim que passou a denominar-se Real Horto.

(...)

Apenas coroado rei do reino unido de Portugal e Brazil, para dar mais extensão à cultura de plantas uteis no paiz, aumentou o real horto tornando-o publico sob a

¹⁰⁴ Dados de outubro de 2019.

¹⁰⁵ Além do *Facebook*, o Museu está em diversas redes sociais, como *Instagram*, onde tem 1.700 seguidores e *Twitter*. Declaro a quantidade de seguidores apenas como informação, não como forma de avaliação de estratégia da organização.

¹⁰⁶ Ano 1808, segundo parágrafos anteriores.

denominação de Real Jardim Botânico. Foi, então, anexado ao Museu Nacional. (J. Barbosa Rodrigues, 1895, p. III)

As linhas acima constam no livro *Hortus Fluminenses ou Breve Notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, de 1895. Após descrever a construção do jardim e os decretos que o fundaram, o autor mostra que em 1833 foi decidido limitar o terreno do jardim e organizar seus respectivos trabalhadores¹⁰⁷, que passaram a viver dentro dos limites territoriais estabelecidos.

Passaram-se 185 anos¹⁰⁸ desde que o livro foi escrito, e o local onde antes habitavam os escravizados se transformou em uma comunidade de cerca de 600 famílias¹⁰⁹, distribuídas em onze localidades (Grotão, Morro das Margaridas, Caxinguelê, Chácara do Algodão, Hortão, Clube dos Macacos, Dona Castorina, Vila São Jorge, Pacheco Leão, Solar da Imperatriz e Major Rubens Vaz), sendo que muitas delas se dizem descendentes desses trabalhadores de outrora. Além dessas famílias, a comunidade do Horto também se formou devido à instalação de instituições e empresas nas proximidades do Jardim Botânico e como resultado de políticas remocionistas da cidade realizadas nos anos 1960, sob o governo de Carlos Lacerda.

As empresas e instituições estabelecidas na localidade, tais como a antiga Lavanderia Glória (atual Toalheiro Brasil) e Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto), cujas instalações foram autorizadas através de decretos do governo federal por se tratar de uma área da União, trouxeram consigo alguns funcionários que passaram a viver no Horto, pela praticidade que essa situação proporcionava e por ter sido permitido à época. Atualmente existem ainda as casas das antigas Vilas Operárias, sendo que uma delas, denominada Chácara do Algodão (por se tratar de

¹⁰⁷ Um diretor, dois jardineiros, um feitor dos escravizados, um agente e sessenta escravizados. Os escravizados “habitavam o espaço de terreno que ainda hoje se encontra com construções, em frente ao portão que conduz à residência do Director do Jardim e tinham roças particulares no terreno que medeia hoje, entre a estufa e o Aquário.” (p.XII)

¹⁰⁸ Há estudos que defendem que a comunidade do Horto surgiu antes disso, tendo abrigado quilombos. O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, elaborado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 2013, menciona essa possibilidade. O estudo encontra-se disponível on-line: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5038768/4138246/PMMAp.pdf> acesso em: 4 fev 2019. Há ainda menções a essa possibilidade em Bizzo (2005) e Souza (2012), vide referências bibliográficas.

¹⁰⁹ Alguns moradores confirmam este número. No Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, elaborado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 2013, a quantidade de famílias indicada é de 582. No Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística para o Assentamento Horto, publicado pela UFRJ em 2011, o número de famílias indicado é 605.

operários da Companhia Tecelagem Carioca), foi tombada em 1987¹¹⁰ (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2012).

Em relação ao aumento populacional devido às remoções do governo Lacerda, ela se deu quando moradores de uma das favelas removidas à época, localizada nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas, foram levados a morar no Condomínio Dona Castorina (conhecido como “Balança”), construído pela Companhia de Habitação Popular (Cohab) e localizado na Rua Pacheco Leão, ao lado das residências dos moradores da comunidade do Horto. Os moradores do condomínio relatam que quando se mudaram para o local foram hostilizados pelos moradores da comunidade, mas atualmente se identificam como moradores do Horto e são representados pela Associação de Moradores local (Amahor).

As famílias atualmente residentes no Horto, independente de sua origem, não possuem nenhum tipo de segurança em relação à sua permanência na comunidade e sofrem ameaças de remoção, sendo a principal justificativa a proteção ao meio ambiente e ampliação da área do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico. Segundo Armando Miranda Filho (2013), advogado que analisou o caso da comunidade, até meados dos anos 1980 a comunidade viveu no local com tranquilidade, mas nesta década, com a criação do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e uma maior regulamentação do meio ambiente, foi constatado que “boa parte dos moradores não possuía quaisquer vínculos com a administração pública que juridicamente justificassem a permanência no local” (Miranda Filho, 2013, p.27) e centenas de pedidos de reintegração de posse foram realizados pelo poder público, “com o objetivo de retomar as áreas onde se localizam as habitações, mediante a remoção de seus moradores” (Miranda Filho, 2013, p.27). As ameaças de remoção, no entanto, não chegam a áreas próximas à comunidade, como o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e o Condomínio Parque Canto e Mello, o que faz com que moradores denunciem por “racismo ambiental” os administradores do Jardim Botânico e o poder público.

O termo “racismo ambiental”, utilizado pelos moradores do Horto para denunciar a realidade em que vivem, foi criado, segundo Henri Acselrad (2002),

¹¹⁰ “O tombamento da ‘Chácara do Algodão’ foi uma das primeiras manifestações de preservação no bairro do Jardim Botânico, solicitado pela Associação dos Moradores em 10 set 1986. Por seu interesse histórico, ecológico e cultural, as edificações remanescentes da Cia. de Fiação e Tecelagem Carioca constituem um valioso documento da história têxtil carioca.” (IRPH, 2012, p.7)

pelo reverendo Benjamin Chavis a partir do resultado de pesquisas realizadas pelo Movimento de Justiça Ambiental norte-americano, no final dos anos 1960. Os estudos realizados pelo Movimento, em articulação com sindicatos preocupados com saúde ocupacional, grupos ambientalistas e organizações de minorias étnicas, demonstraram que locais habitados por populações de minorias étnicas estavam mais expostos a abrigar resíduos tóxicos perigosos. Segundo Ascelrad, dentre os fatores explicativos desta relação traiçoeira, estavam

A disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos, típicas das comunidades de minorias, a ausência de mobilidade espacial das minorias em razão de discriminação residencial e, por fim, a sub-representação das minorias nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos. (2002, p. 53)

O conceito é bastante utilizado para descrever situações em que minorias étnicas são expostas a problemas ambientais e poluição, de forma a demandar o reconhecimento da desigualdade ambiental e propor ações de mitigação que visam a equalizar o alcance relativo ao meio ambiente saudável. No caso da comunidade do Horto, o termo é utilizado como forma de denunciar as tentativas de remoção da população local, que se identifica aos seus antepassados negros escravizados e segregados por políticas públicas. Isso porque a justificativa mais presente nos processos de remoção é aquela que relaciona o espaço ocupado pela comunidade do Horto ao Jardim Botânico, que por sua vez declara a intenção de ampliar sua área de visitação e multiplicar as pesquisas na área botânica (Ipjbrj - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2014). A ocupação da área do entorno do Jardim Botânico por residências estaria prejudicando o meio ambiente, segundo a organização do parque, o que impactaria negativamente a instituição e as pesquisas de ponta desenvolvidas ali. Dessa forma, o parque acusa a população de degradar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que, através dos pedidos de remoção, nega à população mais pobre do entorno seu acesso ao meio ambiente saudável.

Como forma de organização no enfrentamento das ações de reintegração de posse levados a cabo, e pela legitimação das Vilas Operárias localizadas na comunidade, foi fundada, em 1982, a Associação de Moradores do Horto (Amahor). A organização percebe as ameaças de remoção como resultado da

valorização imobiliária do bairro e aponta a recente percepção da localidade como “favela que degrada o meio ambiente” como justificativa para a retirada da comunidade (Bizzo, 2005). No intuito de lutar pela permanência da comunidade, demonstrando que não se tratam de invasores os moradores, a associação, em parceria com universidades e apoiadores, organiza um movimento social que tem realizado um trabalho intenso de recuperação da memória, demonstrando não só que muita gente construiu sua vida na localidade, mas também a preocupação com o meio ambiente que sempre esteve presente no entorno.

Um dos moradores do Horto conta que as tentativas de remoção no ano de 2005 constituíram-se uma força de propulsão para a organização da parcela mais jovem da comunidade:

Em 2005 teve a tentativa de remoção da Dona Anália e mais outras 2 casas aqui no Horto Florestal. (...)

T: Foi a primeira tentativa?

Foi a primeira. Assim, com tropa de choque e tudo mais, foi a primeira, em 2005. Aí todos os moradores se mobilizaram, principalmente nós, jovens. Aí o negócio não rolou. A gente conseguiu impedir. (Pedro. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Vital para a defesa e mobilização dos moradores foi a medida provisória 2220, de 2001¹¹¹, que previa a autorização de direito à concessão de uso para fins de moradia àqueles que ocupassem terrenos de até 250 metros quadrados por 5 anos ininterruptos, desde que não fossem proprietários de outro imóvel urbano ou rural. Segundo relatos dos moradores, a organização social dos moradores se transformou a partir de então. Até essa data, tentavam individualmente, através do apoio de advogados ligados à Associação de Moradores, se proteger nas tratativas com o Estado, mas a medida provisória abre caminho para a organização coletiva.

Mesmo após a vitória e a permanência das famílias em 2005, a comunidade volta a ser ameaçada em 2013, quando ocorre a ampliação da área de domínio do Parque e a caracterização de grande parte das famílias como invasoras. O anúncio de que todas as famílias seriam removidas da comunidade deixou em choque grande parte dos moradores, que em sua maioria apoiavam o Partido dos Trabalhadores

¹¹¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2220-4-setembro-2001-396074-norma-pe.html>. Acesso em: 7 dez 2019.

(PT)¹¹² e acreditavam que a ministra do meio ambiente à época (Izabella Teixeira) não autorizaria a ampliação do Parque, que é gerido pelo governo federal. Liszt Vieira, diretor do Parque à época, significou também uma decepção à comunidade. Assim como Edson, Liszt era filiado ao PT. Um dos moradores da Comunidade do Horto, e responsável por encampar a campanha de Edson Santos, descreveu assim seus sentimentos em relação a este período:

Eu fiz o comitê eleitoral dele aqui, eu tive inclusive que pedir uma autorização dizendo que a casa era minha. E assumi isso. Eu era líder no lugar onde eu trabalhava, em São Cristóvão. Eu trabalhei 50 anos ali, eu conhecia aquele comércio, a igreja lá ajudei a construir. Eu entrava dentro daquelas favelas, era Mangueira, Tuiuti, Telégrafo, eu entrava da melhor maneira. Às vezes me convidavam pra ir a reuniões, aí tinha que dar uma piscadinha no farol do carro pra entrar, mas eu militava dentro da área também. Eu levei campanha do Edson pra todas essas favelas. (...) Aqui hoje ainda é a zonal eleitoral do PT, (...) só que eu estou com o Edson por aqui, aliás, a comunidade toda. O policiamento que teve aí pra desapropriar, foi tudo na época dele, quer dizer, é muito chato isso, né. (Inacio. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Ainda que Inacio demonstre grande insatisfação política a respeito da política levada a cabo pelo ex-companheiro de partido, uma parte considerável da comunidade ainda apoia o político, apresentando razões para isso. Tal situação, por si, é um pequeno retrato do debate instaurado no país atualmente. Especialmente em relação às políticas públicas de moradia, era-se de esperar que durante os governos do PT as remoções em favelas fossem abrandadas, mas não foi o que aconteceu. No caso do Horto, especificamente, os processos de reintegração e ameaças de remoções foram encabeçados pelo IPJB, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Em 2010 foi criado o Museu do Horto¹¹³, unindo arquivos que mostram o amplo conhecimento que os moradores do Horto possuem sobre as plantas e animais locais, fotos das festas e reuniões comunitárias do passado e registros dos documentos que buscam comprovar a existência da comunidade desde o século

¹¹² Edson Santos de Souza, filiado ao Partido desde 1994, morou e teve seu berço eleitoral na comunidade do Horto. Foi vereador da cidade do Rio de Janeiro de 1989 a 2006, tendo sido presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular. Presidiu também a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal entre 2008 e 2010. A comunidade do Horto o apoiava majoritariamente, mas se dividiu após os governos presididos pelo PT, uma vez que as ameaças de remoção não foram atenuadas durante o período, e a comunidade não conseguiu a regularização fundiária pela qual luta.

¹¹³ O site do Museu encontra-se temporariamente fora do ar.

XVI. Laura Olivieri de Souza (2012), que desenvolveu sua tese de doutorado acerca do Museu, apresenta da seguinte forma a iniciativa:

É um projeto social de memória, criado para dar visibilidade às características históricas de resistência e produção social, cultural e política dessa territorialidade, evidenciando que este lugar, tão tenazmente tratado pelos atuais agentes do poder público, possui e sempre possuiu, uma importância econômica e uma integridade social capaz de gerar processos solidários criadores de sentido e representação, apesar de tantas tentativas de desqualificação e estigmatização. (Souza, 2012, p. 23)

O perfil do Museu no *Instagram*, criado em outubro de 2019, traz uma mensagem similar em sua descrição: museu com objetivo de pesquisa, organização e divulgação da memória e história do Horto, como forma de demandar a permanência e luta contra as remoções. Recorrer à memória local tem sido um importante instrumento de luta pela permanência em locais ameaçados de remoção na cidade do Rio de Janeiro, como mencionado. Este tipo de recurso relaciona fortemente a história das comunidades ao espaço onde vivem. Não se trata apenas de preservar as relações sociais existentes, mas de localizá-las espacialmente. No caso da comunidade do Horto, esse esforço ganha força pois a ameaça de remoção é focada na preservação do meio ambiente, sendo que o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico demanda parte da área relativa à comunidade.

No intuito de propor uma alternativa para “compatibilizar as dimensões dos assentamentos humanos e da preservação do ambiente natural” (LabHab, UFRJ, 2011), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), gestora das terras, e o Laboratório de Habitação da Faculdade de Habitação e Urbanismo da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) prepararam um Projeto de Regularização Fundiária para a comunidade do Horto. O trabalho¹¹⁴, desenvolvido entre 2009 e 2011, estabelece a necessidade de relocação de 88 unidades habitacionais, ao passo que a proposta do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico propunha a remoção de 142 unidades.¹¹⁵

¹¹⁴ Os pesquisadores ouviram não só as demandas dos moradores, levando em conta também o posicionamento do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico.

¹¹⁵ Como consta no projeto: “A previsão de unidades imobiliárias passíveis de relocação, de acordo com os critérios anteriormente apresentados, totaliza 88 UIs, enquanto a Proposta JBRJ implica no reassentamento de 142 UIs. Esta estimativa, de caráter preliminar, levou em conta apenas as unidades imobiliárias cadastradas (605 UIs), de modo a permitir a análise da presente proposta, sem a interferência de fatores, tais como, a ocorrência de coabitação e demais critérios socioeconômicos de enquadramento do potencial beneficiário no processo de titulação (renda familiar, tempo de moradia, posse ou propriedade de outro imóvel etc.), que serão utilizados em etapa posterior.” (UFRJ, 2011).

Em 2018 a Comunidade do Horto entrou com um pedido de conciliação com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, e diversas reuniões foram realizadas entre oficiais da justiça e representantes do Parque e da Comunidade. Segundo documento da Advocacia Geral da União de dezembro de 2019, os moradores apresentaram proposta de solução do conflito, segundo a qual “387 moradias seriam consolidadas e 131 realocadas”. O IJPB, por sua vez, defendeu o fim da Câmara de Conciliação proposta pelos moradores em 2018, informando que embora haja vontade do IPJB na resolução consensual do conflito, tendo inclusive realizado estudos a fim de encontrar uma solução legítima para o conflito, existe um contexto fático-jurídico que inviabiliza a apresentação de proposta de conciliação, no momento. Com efeito, conforme relato, há 189 decisões judiciais de reintegração de posse favoráveis ao Instituto, apenas 11 desfavoráveis e 50 processos pendentes de julgamento. Além disso, há decisão do Tribunal de Contas da União determinando o prosseguimento dessas ações e propositura de outras, bem como manifestação desfavorável à suspensão dessas reintegrações, mesmo estando em curso um procedimento conciliatório. (AGU, 20/12/2019)¹¹⁶

Enquanto um acordo entre o movimento social e poder público não é estabelecido, a comunidade segue convivendo com ameaças de remoção constantes, o que leva a um debate acerca da compreensão de meio ambiente que envolve a situação. Os moradores, como visto, têm se utilizado da categoria racismo ambiental para descrever as ameaças com as quais convivem, enquanto o Jardim Botânico enaltece a irregularidade das ocupações em seu entorno, no intuito de manter a “conservação da biodiversidade, a realização de pesquisas científicas em botânica e áreas correlatas e a manutenção de suas coleções vivas, coleções históricas e arquitetônicas” (Ipjbrj, 2014, p.2). A ocupação humana, segundo a perspectiva do poder público, é prejudicial ao meio ambiente que, no caso do Jardim Botânico, deve ser preservado. Os moradores, que em parte foram levados a viver na localidade justamente para trabalhar com a preservação do Jardim, veem a opção de remoção como sinônimo da mudança de perspectiva do Instituto, que não tem mais interesse na mão de obra local e não percebe a comunidade como parte de sua história.

¹¹⁶ Disponível em: <https://sapiens.agu.gov.br/ecarta/documento/359091564> Acesso em: 10 jan 2020.



Figura 14 - Casa vazia após remoção dos moradores, Comunidade do Horto, Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

O movimento, além de criar o Museu, se une a diferentes iniciativas universitárias no intuito de aumentar a visibilidade da luta e gerar segurança jurídica aos moradores. São realizados atendimentos jurídicos às famílias mensalmente, em um projeto em parceria com o Departamento de Direito da PUC-Rio; a UFRJ realizou o estudo e projeto mencionados acima, e desde o início de 2019, um grupo da mesma universidade realiza o projeto “Comunidade Horto Florestal: Ação e Transformação”, uma atividade de extensão a alunos da universidade que oferece cursos diversos na comunidade, no intuito de trabalhar questões relativas à sustentabilidade social, econômica e ambiental¹¹⁷. Caminhadas na floresta, festas populares e mutirões de limpeza também são organizados, com participação pública, no intuito de democratizar o acesso à comunidade e alertar acerca da situação vivenciada pelos moradores. O movimento organiza manifestações nas imediações da comunidade com frequência e as divulga em suas redes sociais¹¹⁸,

¹¹⁷ Página do grupo na rede social Facebook: <https://m.facebook.com/comunidadehortoflorestal/>. Acesso em: 5 out 2019.

¹¹⁸ Perfis nas redes sociais: Horto Fica (<https://www.facebook.com/www.museudohorto.org.br/>), Museu do Horto (<https://www.facebook.com/Museu-do-Horto-171077956243078/>), Moradores do Horto (R)existe (<https://www.facebook.com/groups/moradoresdohorto/>). O site do Museu do Horto, que contava com fotos e material histórico, foi retirado do ar pois a plataforma que hospedava deixou de existir. Outro site está em construção.

como o registro apresentado na figura 15, além de participar de grandes manifestações de luta por moradia na cidade.



Figura 15 - Manifestação Horto, 2016. Fonte: Foto publicada na rede Facebook, acesso em outubro de 2019.

Ademais, é importante mencionar que representantes do Horto e da Vila Autódromo estão constantemente presentes nas reuniões do Comitê Popular formado na cidade nos anos anteriores à Copa e às Olimpíadas. O Comitê segue realizando reuniões periodicamente, com representantes de favelas de todo município, e organiza manifestações contrárias às remoções. A Pastoral de Favelas também se constitui congregadora dos movimentos sociais dos bairros cariocas. Em junho de 2019, uma moradora do Horto e outra da Vila Autódromo estiveram em Nova Iorque em um evento promovido pela organização Comunidades Catalisadoras em conjunto com a Pastoral de Favelas, representando a luta por moradia e contra as remoções no Rio de Janeiro¹¹⁹.

¹¹⁹ Depois de apresentarem-se nos Estados Unidos, as integrantes contaram sua experiência em um evento na Pastoral de Favelas. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/347564519248989/>. Acesso em: 5 out 2019.

4 Experiências do lugar

*It is said our work is not about individuals but about the bigger cause. This is true but there would be no bigger cause without the individuals fighting for it; so, whilst Mary was speaking for all on the Carpenters, she was aware of the strength of character and personality required to take on the council, the university and the private developers. She knew that it took someone special; that at the heart of every cause, there are exceptional individuals. And Mary Finch was one in a million.*¹²⁰

Tomo o termo *experiência do lugar* emprestado de Kevin McDonald¹²¹ (1999) neste capítulo, onde pretendo analisar os tipos de experiência social relativos aos lugares de residência, que foram expostos a mim pelos participantes dos grupos de luta por moradia acompanhados durante a pesquisa. A partir dessas experiências, busco traçar relações possíveis entre local de moradia e o processo de reconhecimento dos indivíduos enquanto atores sociais autônomos. A análise de experiências relativas ao lugar de moradia não é criação de McDonald. Pode-se dizer que E. P. Thompson (2012)¹²² foi um dos primeiros autores a relacionar experiências de lugar e percepção de classe, além do célebre trabalho de Pierre Bourdieu¹²³, outra grande referência nos estudos que relacionam espaço de vida e experiências relativas ao lugar, que propõe a expressão “efeitos do lugar”¹²⁴.

Esta proposta dialoga com a lógica da integração proposta por Dubet, unida ao foco no sujeito de Touraine, já apresentadas. Neste capítulo, exploro como as

¹²⁰ Homenagem prestada pelo *FocusE15* à ativista Mary Finch, falecida no início de 2020.

¹²¹ Quem me orientou durante meu período de pesquisa em Londres.

¹²² No célebre livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2012), E.P. Thompson recupera correspondências e passagens da nascente imprensa, trazendo à luz a forma como a percepção de classe aflora nos trabalhadores ingleses a partir do compartilhamento de experiências em comum e de seu distanciamento de outras realidades, como a francesa por exemplo. O reconhecimento de classe, mostra Thompson, é fundamental para a construção da própria classe, e as experiências em comum são fundamentais nessa formação. A experiência dos jacobinos na França inspirou a formação de classe inglesa, e o chão da fábrica foi local fundamental para a difusão da experiência francesa e difusão de ideias.

¹²³ Refiro-me ao livro *A Miséria do Mundo* (1997).

¹²⁴ O autor propõe o uso do termo para lançar luz às hierarquias sociais espacializadas que produzem efeitos simbólicos, justapondo posições sociais de pessoas e espaços. Segundo a perspectiva do autor, Lugares estigmatizados, por exemplo, degradam aqueles que neles habitam ao passo que são degradados pela posição social daqueles que os habitam, impossibilitando a mobilidade social.

experiências de vida dos sujeitos em determinados locais de moradia podem levar a um processo de subjetivação e de integração aos movimentos sociais. O termo experiência de lugar proposto por McDonald procura sintetizar experiências de vida de jovens moradores do subúrbio de Melbourne relativas ao seu lugar de moradia, que tiveram influência para a formação de suas subjetividades. Os jovens expressam sentimentos de cisão comunitária e desintegração, pois viviam em uma realidade de exclusão ao mesmo tempo em que eram obrigados a participar socialmente em grupos de trabalho, escola e em ambientes diversos:

Para estes jovens a experiência de integração normativa, a construção de uma experiência de comunidade, de uma experiência de “nós”, é fundamentalmente construída em termos do “seu” subúrbio. Em um mundo em que eles têm pouca participação, seu subúrbio é deles mesmos. Através dos significados atribuídos a viver em seu subúrbio, eles constroem uma experiência de “nós”, oposta ao que eles chamam de “o outro lado”. (McDonald, 1999, p.24, tradução nossa)¹²⁵

Para desenvolver sua perspectiva, McDonald se utiliza da sociologia da experiência como proposta por François Dubet (1994), fundamental também para a análise aqui proposta, como visto. Dubet concentra-se no sentido que cada indivíduo dá à sua experiência social e utiliza a conceituação de *ação social*¹²⁶ de Max Weber para propor uma chave analítica não hierárquica, ou seja, uma perspectiva que não relaciona diretamente o comportamento dos indivíduos ao poder estatal.¹²⁷ Dentro desta perspectiva, as ações dos sujeitos não são dadas de maneira autônoma, o poder que o sistema exerce sobre os indivíduos está presente, mas se admite que tais ações não são recorrentemente conscientes.

As experiências dos indivíduos aqui descritas mostram como o local de moradia é fundamental para o compartilhamento de ideais, e como experiências coletivas de lugar influenciam indivíduos a se organizarem em movimentos de vizinhança, que representam a classe em que estão inseridos socialmente. As

¹²⁵ “For these young people the experience of normative integration, the construction of an experience of community, of an experience of ‘us’, is fundamentally constructed in terms of ‘their’ suburb’. In a world in which they have little stake, their suburb is their own. Through the meanings attached to living in their suburb they construct an experience of ‘us’, one they oppose to what they call ‘the other side’”.

¹²⁶ Max Weber categoriza diversos tipos de ação social para explicar as motivações dos indivíduos para agirem da forma como agem. Dubet propõe que a sociologia da experiência seja capaz de definir a “experiência como uma combinação de lógicas de ação” (1994, p.107) e se utiliza da obra de Weber para desenhar esta proposta.

¹²⁷ Segundo Dubet, esta chave não hierárquica considera a existência de uma pluralidade de ações relacionadas a diversos sistemas, e não apenas um sistema e uma lógica de ação (1994, p.108).

lógicas de ação definidas por Dubet serão aqui utilizadas para descrever as formas distintas de experiência de lugar que puderam ser observadas em campo. Neste capítulo, o foco será na *lógica da integração*, ou seja, nas ações subjetivas relativas à moradia que estão intimamente ligadas ao processo de identificação de si e do outro generalizado, que levam os indivíduos a se perceberem enquanto atores sociais capazes de participar ativamente em mobilizações políticas, uma vez que, “para transformar uma experiência de dominação em conflito, o ator social deve ser capaz de produzir uma identidade positiva a ser afirmada, celebrada e defendida” (McDonald, 1999, p.66 – tradução nossa)¹²⁸.

Essa lógica se relaciona à primeira dimensão do reconhecimento descrita por Axel Honneth (2003), referente às relações primárias de afeto e amor, pois é a partir da afetividade que os indivíduos aprendem a se enxergar nos demais e começam a tomar consciência do significado de suas ações da perspectiva do outro, ou seja, a “generalizar em si mesmo as expectativas normativas de um número cada vez maior de parceiros de interação” (Honneth, 2003, p.135). O autor julga possível utilizar o termo reconhecimento para ilustrar esse processo de construção da experiência de enxergar em si mesmo os outros, uma vez que, ao fim e ao cabo, este processo também busca esmiuçar o surgimento da compreensão de *sujeitos de direito*. Conforme os indivíduos passam a se enxergar nos outros, adquirem a capacidade de diferenciar as obrigações que lhes competem e os direitos adquiridos ao conectarem-se a uma coletividade.

As experiências aqui apresentadas são relações moleculares (tomando a expressão proposta por Antonio Gramsci) que se estabelecem no terreno das duas cidades e mostram como, mesmo em situações que parecem tão diversas, os laços estabelecidos no local de moradia são representativos na construção de um tecido social que emerge como movimento social e nos informa sobre as possibilidades de construção de uma *cidade obra*, em que moradia seja reconhecida como parte de um sistema de valores sociais que vai além de um direito constitucional.

Tudo isso posto, é a partir das falas das participantes dos grupos sociais de luta por moradia expostas em seguida que pretendo apontar a influência que o lugar de moradia exerce sobre as pessoas, conformando sua subjetividade, percepção em

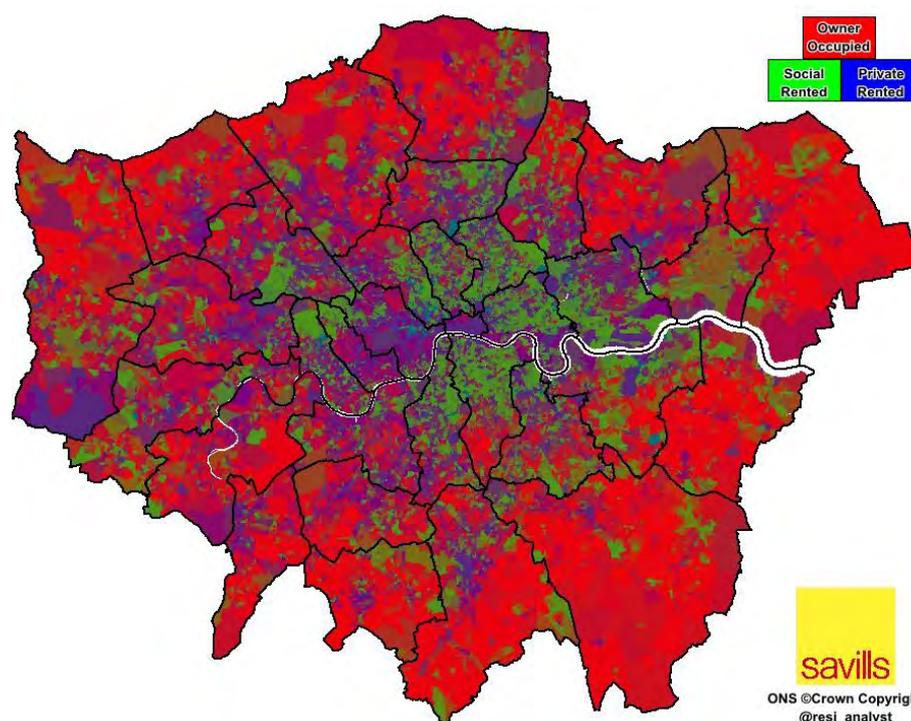
¹²⁸ “to turn an experience of domination into a conflict, the social actor has to be able to produce a positive identity to be affirmed, celebrated and defended”

relação a direitos, autonomia, pertencimento, dentre outros fatores que acabam por levá-las a demandar moradia digna publicamente.

4.1 Moradia como santuário – experiência de pertencimento

Moradia pública, em Londres, está por todos os lados. Impressiona andar pela cidade e ver a quantidade de *Council Estates*¹²⁹ existentes nas áreas mais centrais e nos bairros mais valorizados. Para uma pessoa que não vive em Londres, a impressão é que estamos em uma democracia habitacional plena – poucos moradores de rua, prédios de moradia pública em todos os bairros e principalmente no centro da cidade. Para se ter uma ideia desta realidade, o mapa 1 mostra a localização das moradias sociais em verde (em vermelho estão as moradias ocupadas por proprietários e em azul, aquelas alugadas).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612352/CA

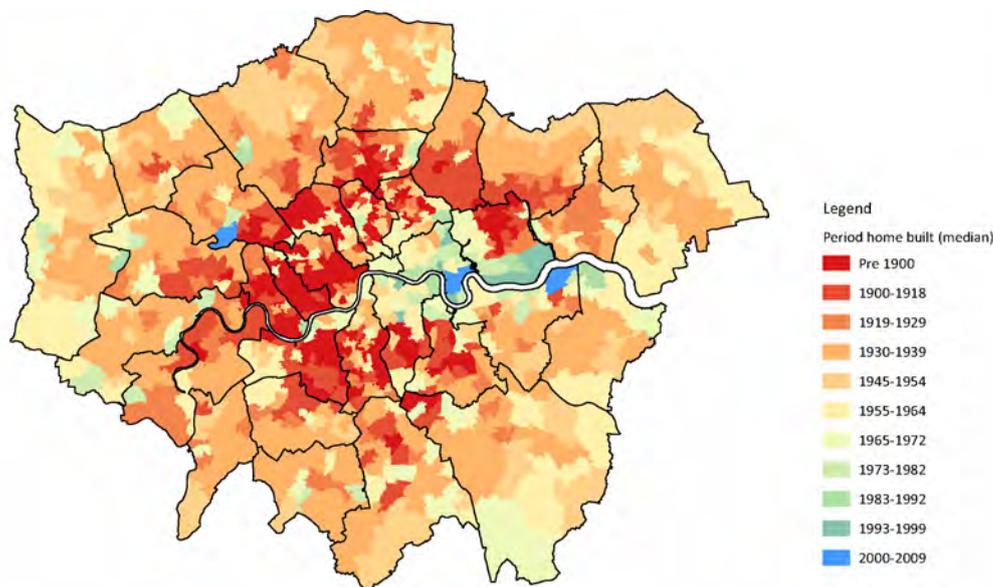


Mapa 1 - Localização moradia social em Londres. Fonte: Savills, junho de 2018.

A área central da cidade localiza-se nas proximidades do rio Tamisa, bem ao centro do mapa. Os bairros de Westminster e City of London representam o centro político e financeiro de Londres. Além disso, os imóveis desta região são também

¹²⁹ Como são chamados os edifícios de moradia pública.

os mais antigos da cidade, construídos no início do século XX, como mostra o mapa 2.



Mapa 2 - Data construção imóveis de Londres. Fonte: London Data Store. Junho de 2018.

Os mapas acima traduzem parte da história da moradia social em Londres, que floresce no período pós Segunda Guerra Mundial, durante a qual aproximadamente quatro milhões de residências foram destruídas ou danificadas (Hanley, 2007). A política de reconstrução da cidade após esse período é lembrada como sendo de grande otimismo, quando “havia um sentimento de que a sociedade poderia ser beneficentemente transformada através do fortalecimento das condições de vida da população” (Hanley, 2007, p.51), e um período em que o governo estabeleceu políticas que incluíam seguridade social e sistemas nacionais de saúde e educação.

Não por acaso a mãe de Lucia¹³⁰, uma das entrevistadas desta pesquisa, ouviu dizer que na Inglaterra estavam distribuindo ouro à população durante o pós-guerra. Segundo a entrevistada, que chegou à Londres na barriga da mãe, era essa a lenda que corria no Caribe, então, de onde sua mãe saiu sem saber que estava grávida, em busca de melhores condições de vida¹³¹. Sua mãe chegou à Inglaterra em 1948,

¹³⁰ Nome fictício.

¹³¹ Neste caso, fica latente a importância da metodologia proposta por Gabriele Rosenthal à pesquisa. É importante contrastar, como propõe a autora, a realidade narrada daquela vivida: “Na reconstrução da história de vida vivenciada visa-se decifrar sua gênese, enquanto que na

vinda no famoso barco *Windrush*¹³², com 492 caribenhos a bordo, em uma viagem que durou 6 meses, segundo seu relato. Lucia nasceu alguns meses depois, no bairro de Hackney, onde mora até hoje.

Lucia é negra e vive sozinha no andar térreo de um dos edifícios do *NorthWold Estate*, localizado na região leste da cidade de Londres. Mora no bairro desde que nasceu, e no edifício há 20 anos. Ela se mudou para a casa atual quando seus filhos eram crianças, e o apartamento em que vivia, que era responsabilidade do *Council* de Hackney passou a ser administrado por uma associação privada, chamada CCHT. Naquela época, Lucia conta que foi realizada uma consulta popular para saber onde os moradores gostariam de morar – permanecer no apartamento antigo, que estava decadente, ou se mudar a outro. Como ela tinha filhos, conseguiu um apartamento maior, e resolveu se mudar para o local em que vive atualmente, como *leaseholder*¹³³. Ela conta que, quando soube que parte do prédio em que vive atualmente possivelmente seria demolido, resolveu se unir aos outros moradores e organizar o grupo *SaveNorthwold*, principalmente porque quer continuar morando em sua casa e no bairro de Hackney. Sua casa, segundo ela mesma colocou, é seu santuário:

Este é meu lar! Isso é... isso é de onde eu venho, é meu santuário! É de onde venho e para onde meus filhos podem vir a qualquer momento, eles têm a chave e podem vir e sair a hora que quiserem. Essa é a única coisa que tenho para deixar para eles quando me for. Se alguma coisa acontecer comigo e eu morrer, isso será deles. Não tenho nada mais. Quando Hackney¹³⁴ não tinha nada, os pobres moravam em Hackney. Eu sou da geração de pobres, da classe trabalhadora. Eu trabalhei suficiente para comprar alguma coisa e deixar para meus filhos. Você sabe, isso é...¹³⁵ (Lucia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

reconstrução da história de vida narrada se analisa o surgimento processual da autoapresentação biográfica quando de sua elaboração oral – ou também por escrito – e interativa” (Rosenthal, 2014, p.232).

¹³² O barco foi um dos primeiros a levar uma grande quantidade de pessoas ao Reino Unido no pós-guerra, muitas delas atraídas pela riqueza do país que se reconstruía, como foi o caso da mãe de Lucia.

¹³³ Está comprando o direito de uso do imóvel em parcelas. Esse tipo de ação é possível nas moradias públicas da Inglaterra, como especificado no capítulo 2.

¹³⁴ Hackney é um bairro no leste de Londres, onde está localizado o *Northwold Estate*. Era conhecido, até os anos 2000, por ser bastante violento. Uma das ruas que faz fronteira com o Estate era conhecida como *Murder Mile* (milha do crime). Atualmente é um dos bairros que mais sofre com o processo de gentrificação.

¹³⁵ “This is my home! This is... this is where I come, this is my sanctuary. This is where I come, my boys can come anytime, they got keys to come in and out as they please. This is the only thing I've got left to give them when I go! Something happens to me and I pass away, it's gonna be theirs. Wha- I haven't got anything else. Where Hackney... where Hackney years ago didn't have anything; poor people lived in Hackney. I'm from the poor generation, the working class. So I've worked my way enough to be able to buy something I can leave my children. You know, this is...”

Lucia faz parte da comunidade negra que vive em Hackney, mas reclamou por hoje ser a única negra do grupo *SaveNorthwold*, formado majoritariamente por moradores mais recentes do conjunto de edifícios, que simbolizam o fenômeno de financeirização¹³⁶ da moradia pública na cidade. A grande maioria do grupo de luta por moradia é de proprietários dos imóveis, situação que se tornou possível principalmente a partir do programa *Right to buy*.

A política habitacional estabelecida nos anos pós Estado de bem-estar social, quando a oferta de serviços básicos na Inglaterra já estava estabilizada, erodiu a ideia de habitação social no país, como mencionado anteriormente. A oferta de moradia passou a ser realizada seguindo-se a ideia de acessibilidade mais do que necessidade; a política voltada à necessidade atendia todos que precisavam de moradia, independentemente de seus ganhos mensais, já aquela voltada à acessibilidade passa a ser direcionada aos que não tem ganhos suficientes para pagar pelo valor pedido por moradia no mercado, oferecendo-lhes subsídios para compra¹³⁷ ou aluguel (Mullins & Murie, 2006). O que ocorreu a partir daí foi a fragmentação do programa nacional de habitação social, que passa a ser menos importante como política pública e fundamental como fonte de renda do governo.

O governo conservador de Margareth Thatcher assumiu com a promessa de expandir as políticas de moradia própria no país, sendo seu principal programa o *Right to buy* – que oferecia o “direito de compra” de moradia, como o próprio nome diz, aos que precisassem. Este tipo de política era vitrine de uma abordagem segundo a qual a oferta de propriedade de moradia era um meio de expandir o acesso a ativos de capital mais do que simplesmente uma política pública de habitação. A partir de então, as políticas habitacionais possibilitaram a compra de blocos inteiros de moradia social por incorporadoras e proprietários em geral,

¹³⁶ O fenômeno de financeirização dos projetos de moradia pública pode ser entendido, grosso modo, como a subordinação do uso social dos projetos de habitação pública ao seu valor econômico. Ou seja, ao invés de atender à demanda social por moradia, os projetos focam seus resultados nos lucros possivelmente gerados pela construção e oferta das unidades habitacionais. Nos próximos parágrafos ficará mais evidente a forma como este fenômeno transformou o perfil dos habitantes dos *council estates* da cidade.

¹³⁷ Essa transformação na política afeta principalmente aos indivíduos que não tem nenhuma capacidade de comprar os imóveis. Atualmente ainda há uma grande demanda, também realizada pelo grupo *FocusE15*, de mudança de perspectiva em relação a política pública relativa à moradia. Enquanto o governo se propõe a oferecer *affordable housing* os movimentos demandam *social housing*, o que traduz justamente essa mudança de paradigma. A privatização da moradia pública deixa de atender justamente aqueles que mais necessitam.

ofereceram-se descontos àqueles que quisessem comprar apartamentos públicos com defeitos, e os benefícios concedidos aos que precisavam de moradia foram alterados, como explorado no capítulo 2.

Pode-se dizer que Lucia está bastante integrada à sua comunidade¹³⁸ local e conhece muita gente na vizinhança, como ficará claro adiante, mas as transformações que ocorreram no bairro ultimamente têm mudado isso. O bairro onde está situado o conjunto de prédios em que mora é uma das localidades mais impactadas pelo processo de gentrificação, e o projeto de remoção de parte do *estate* é uma consequência da valorização imobiliária resultante disso. Segundo as propostas feitas pela incorporadora à época das entrevistas, mencionadas no capítulo 3, o projeto arquitetônico original, que pode ser visto na figura 16, perderia algumas características.



Figura 16: *NorthWold Estate*. Fonte: arquivo pessoal da autora, registro em 7 ago 2017.

O projeto de atualização dos edifícios (ou mesmo a construção de novos apartamentos nas áreas disponíveis) seguiria um padrão construtivo diferente, e os apartamentos seriam mais amplos e iluminados. As opções que foram dadas aos moradores durante o processo de negociação variavam de acordo com o tipo de

¹³⁸ Ainda que esse fator não tenha sido fundamental para seu engajamento no grupo *SaveNorthWold*, que é formado principalmente por moradores mais recentes.

ocupação do imóvel. Lucia, como mencionado, paga prestações do apartamento como compradora¹³⁹, então a ela seria oferecida uma unidade habitacional no novo empreendimento, que teria uma porcentagem das unidades voltada à moradia social, mas suas prestações seriam atualizadas de acordo com o novo valor de mercado.

Falando sobre as transformações no bairro, Lucia diz que pessoas como ela – da classe trabalhadora – estão sendo mandadas embora para que aqueles que têm mais dinheiro ocupem o lugar. Com essas mudanças, tem se perdido também o sentimento de vizinhança, como coloca a moradora:

Da forma como eles estão fazendo, logo não saberemos quem são nossos vizinhos. Você sabe, é só... eu não quero isso. Eu conheço meu vizinho de porta, eu conheço aquele outro ali, eu conheço várias pessoas. Tudo bem que sou um pouco intrometida, mas você sabe... Eu conheço as pessoas, e você pode andar nas ruas e as pessoas vão te reconhecer e você vai reconhecê-las também.¹⁴⁰ (Lucia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

No local onde Lucia vive hoje, ela alcançou um alto grau de integração, que Serge Paugam (2015), ao analisar os laços sociais responsáveis pela integração social e solidariedade, relaciona à experiência de distinção das classes mais altas. O autor sugere que as classes mais altas se revelam mais prováveis a uma integração social segura pois reúnem um entrecruzamento de laços sociais (familiares, participativos e relativos à cidadania) que asseguram melhores chances de distinção social. A integração segura, segundo o autor, é marcada pela distinção, não tanto de gosto ou cultural, mas de acesso a registros normativos que ligam os grupos à sociedade (Paugam, 2015, p.66), indicando que as classes mais altas teriam mais chance de acesso a direitos e serviços que lhes garantiria um grau elevado de integração social.

¹³⁹ O termo usado, *leaseholder*, se refere a uma licença de uso. A organização fundiária ainda segue o sistema feudal no país, ou seja, há aqueles que têm a propriedade da terra (*freehold*) e aos outros cabe o uso da terra (*leasehold*). A maioria dos *freeholders* são aristocratas que recebem os impostos daqueles que usam sua terra. No caso analisado o termo é o mesmo, mas não se trata especificamente do uso da terra. A moradora tem direito de uso do apartamento pois se trata de moradia pública. Ela nunca terá a posse total da casa, mas seu direito de uso é extensivo a seus filhos por um prazo determinado. No caso das terras, geralmente a concessão é dada por 99 anos.

¹⁴⁰ "The way they're doing it you're not gonna know who your neighbours are. You know, it's just... I don't want that. I know my next door neighbour there, I know her there, I know this one... I know quite a few people, I mean, I am nosy, so... But you know, I know people, and you can walk the road and people would recognize you and you recognize them"

O autor define quatro grandes tipos de laços sociais: 1) de filiação, 2) de participação eletiva, 3) de participação orgânica, e 4) de cidadania. O primeiro diz respeito à filiação por consanguinidade ou adotiva. Segundo o autor, este laço é responsável pela segurança afetiva dos indivíduos. Os laços de participação eletivas, por sua vez, são aqueles estabelecidos com pessoas com quem aprendemos a conviver fora da família: a vizinhança, os grupos de amigos, as comunidades locais, as instituições religiosas, esportivas, culturais etc. Paugam considera que a participação dos indivíduos nesses grupos constitui uma necessidade de se integrar e mostrar autonomia para decidir em quais poderão afirmar sua personalidade.

O terceiro tipo de laço social descrito – de participação orgânica – distingue-se dos laços eletivos, pois se relaciona ao exercício de uma função determinada pela organização do trabalho. O autor se inspira no conceito de solidariedade orgânica, de Emile Durkheim, e considera esse tipo de relação aquilo que faz com que os indivíduos se sintam úteis socialmente. Por fim, os laços de cidadania repousam sobre o princípio do pertencimento a uma nação. Segundo esse princípio, a nação reconhece a seus membros direitos e deveres, ao passo que a “confiança dos indivíduos nas instituições é uma condição para o exercício da democracia e de respeito aos princípios de civilidade referentes ao espaço público” (Paugam, 2015, p.59).

O caso de Lucia poderia ser compreendido como um exemplo de integração segura, ainda que ela não pertença à elite do país. Lucia tem acesso a direitos civis e sociais, seus laços afetivos e familiares foram construídos no bairro e sua participação no mercado de trabalho também se dá na localidade. No entanto, a iminência de remoção mostra como a sociedade inglesa não está tão bem integrada quanto se pode imaginar – os seus direitos sociais são mantidos de maneira frágil. A sugestão de Paugam (2015), de que este tipo de integração é relativo à elite, se confirma, pois à ameaça de erosão de direitos estão mais vulneráveis os mais pobres. A possibilidade de ser obrigada a mudar de bairro poderia destruir todos esses laços e, justamente por conta da possibilidade de perda desta integração, Lucia decidiu se unir ao movimento pelo direito de permanecer onde mora.

Ao mesmo tempo em que justifica seu engajamento no grupo de luta por moradia como forma de salvar seu santuário e sua relação identitária com o bairro, Lucia também percebe sua casa como importante garantia a ser deixada para seus filhos (“Essa é a única coisa que tenho para deixar para eles quando me for.”). Sua

relação com o local onde vive é também econômica e lhe proporciona segurança em relação ao futuro, fundamental para a construção de sua autonomia e história de vida no local, o que será discutido adiante.

Em Londres, jovens como os filhos de Lucia, recém saídos da casa dos pais, encontram muita dificuldade em adquirir um imóvel ou mesmo arcar com o valor de um aluguel. Em oposição a essa realidade, existem grupos de ativistas como o *Generation Rent*¹⁴¹, que demanda que os conselhos locais passem a ter mais controle do valor dos aluguéis privados, ao invés de deixar nas mãos do livre mercado e de incorporadores, como ocorre hoje em dia.

No caso do Horto Florestal, no Rio de Janeiro, situação semelhante ocorre, aproximando as realidades. Até os anos 1960, a população que vive no bairro não convivia com nenhum tipo de ameaça de remoção. A primeira ameaça se deu durante o governo Carlos Lacerda, em 1961, que aventou a possibilidade de construção de um cemitério na área, sendo o projeto descartado após ampla mobilização social (Ettern/Ippur, 2017). Depois disso, incertezas pipocaram quando a Serpro e a Light se instalam na comunidade, ambas nos anos 1970. No entanto, em nenhuma dessas ocasiões houve um direcionamento remocionista como começa a surgir nos anos 1980. Como mencionado, a área onde se localiza grande parte das moradias da comunidade é da União, tendo sido cedida para fins habitacionais aos antigos trabalhadores do Jardim Botânico e das demais indústrias situadas ali no início do século XIX. Após as ameaças de Lacerda e da instalação das companhias mencionadas, a comunidade passou por um período de certa segurança, quando Leonel Brizola – governador do Estado à época – promoveu a construção da estrutura necessária para o saneamento da comunidade.

Em 1982, no entanto, um dos moradores do Horto recebe uma notificação de reintegração de posse, e a partir de então mais de duzentas ações judiciais com o mesmo caráter “foram propostas pelo poder público com o objetivo de retomar as áreas onde se localizavam as habitações” (Miranda Filho, 2013, p.27). Alguns moradores identificam as ameaças à instalação da Rede Globo no bairro, em 1976, fator que promoveu a valorização do bairro Jardim Botânico. Parte dos moradores defende que as ameaças de remoção se devem à valorização imobiliária, outros

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.generationrent.org>. Acesso em: 5 abr 2019. No capítulo 6 analisarei as interseções entre organizações como esta e os movimentos sociais.

defendem que a família Marinho (da Rede Globo) tem interesse na área, enquanto outros apontam o racismo ambiental como fator preponderante.

Assim como no caso de Lúcia, os moradores do Horto temem perder as casas por questões afetivas e de segurança financeira em relação ao futuro. Independentemente de quais interesses sejam responsáveis pelas ameaças de remoção, grande parte dos entrevistados concorda que suas vidas se constituíram no bairro e que suas casas são a segurança que podem oferecer aos seus descendentes. Uma das moradoras mais antigas do Horto, filha de um antigo funcionário do Jardim Botânico e ela mesma atual pesquisadora do IPJB, justifica que seu irmão, de 85 anos, que nunca trabalhou para o parque, permaneça morando na localidade: “Meu pai já faleceu. As coisas continuam porque... onde meu irmão ia ficar? Na chuva?” (Lucia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora).

Outra moradora do Horto justifica a permanência da comunidade pela história construída na localidade:

Uma comunidade que tem uma história, a memória dos moradores, memórias que têm mais de 100 anos em algumas famílias, não pode ser tratada como invasora. Isso é um absurdo. E o patrimônio maior da comunidade é justamente a memória de todos, o relato dos moradores, a identidade que tem o local, as histórias bucólicas que cada um conta de seus tempos, das brincadeiras... Enfim, isso é patrimônio nosso. Incontestável. (Roberta. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

O caso dos moradores do Horto difere daquele do condomínio londrino na medida em que as casas da comunidade são, majoritariamente, fruto da autoconstrução a partir da concessão das terras. No entanto, existem semelhanças que podem ser traçadas. Em ambos os casos, as moradias ou o terreno onde se localizam são concedidos pelo Estado para fins habitacionais e podem ser requisitados segundo interesse do governo¹⁴². Ao descrever os tipos ideais de

¹⁴² No caso do Horto, as terras são da União e a maioria das casas, mesmo aquelas que estão localizadas na Rua Pacheco Leão, são fruto de autoconstrução. O governo cedeu as terras aos funcionários para que construíssem suas casas, mas não as reconhece como propriedade dos moradores. Há ainda algumas casas dos antigos funcionários do parque, construídas à época do Império, que permanecem no território. Em 2011 foi promulgada lei que permite a regularização fundiária em terras da União, e com base nela os moradores têm lutado para se manter no local. No caso do conjunto *NorthWold*, há diferentes tipos de ocupação – *leaseholders*, *social tenants*. No entanto, nenhum dos moradores possui propriedade da terra onde se localizam os edifícios. O Reino Unido ainda mantém a posse das terras em mãos da elite do país, uma herança do sistema feudal, como pode ser visto em mais detalhe no capítulo 2. Há separação entre propriedade de terra (*freehold*) e uso da terra (*leasehold*). Os *freeholders* são em sua maioria aristocratas. As concessões de uso – *leasehold* (que inclui o caso de Lucia, Evelyn, e de muitos moradores do *estate*) valem cerca de 99 anos, implicando no pagamento anual de um foro ao proprietário da terra.

integração social, Paugam (2015) aponta a desigualdade existente no acesso a direitos, e classifica um tipo de integração relacionado à distinção de classe. O autor menciona as redes de institucionalidade e solidariedade mais comuns às classes altas, tendo estas os direitos garantidos e possibilidade de acesso a distintos tipos de capital. Nos casos analisados, ainda que as moradoras tenham atingido um alto grau de solidariedade comunitária, o direito de moradia pode ser colocado em risco a qualquer momento.

A luta por moradia nos casos expostos parece não apenas uma forma de demanda por direitos redistributivos relacionados à habitação, mas também uma forma própria de autorrespeito comumente relacionada às lutas identitárias (Boxill, 1976). Isso porque é possível afirmar que as entrevistadas atingiram o que Honneth (2003) classifica como grau mínimo de autorrespeito, fundamental para seu envolvimento na luta por moradia. Segundo o autor, o autorrespeito é construído à medida que os indivíduos adquirem capacidade de participar ativamente na esfera pública, reconhecendo-se como iguais. Este reconhecimento de igualdade só é possível através do reconhecimento jurídico, que deriva do sentimento de reciprocidade, uma vez que somente a partir do momento em que enxergamos a nós mesmos nos outros é possível compreender que os outros membros da sociedade são pessoas com os mesmos direitos que nós. O reconhecimento jurídico, segundo Honneth, “só pôde se constituir na sequência de uma evolução histórica” (2003, p.180). Isso significa que, para que fosse possível, foi necessária a transição prévia à modernidade, que trouxe consigo a universalização da compreensão dos indivíduos como tais, não mais definidos a partir de características relativas a privilégios familiares, honra ou dádiva.

A literatura acerca da transição para a modernidade e a consequente equalização da percepção dos indivíduos enquanto cidadãos está bastante centrada nas transformações ocorridas nos países europeus. Charles Taylor (2000), ao tratar das políticas de reconhecimento que na contemporaneidade são exigidas por movimentos sociais demandantes de igualdade, volta a este período histórico para refletir acerca das razões que fizeram com que identidade e reconhecimento fossem questões tão caras à nossa sociedade.

Segundo o autor, duas mudanças foram fundamentais para que identidade e reconhecimento fossem questões centrais a partir da modernidade. Em primeiro lugar, Taylor (2000) menciona o colapso das hierarquias sociais relativas à honra.

Os regimes monárquicos alimentavam desigualdades baseadas em títulos, relações familiares e posses e sua queda trouxe consigo a noção de dignidade, fundamental para a construção dos Estados democráticos, pois a ela se relacionam os direitos humanos e a premissa de igualdade. Outra mudança fundamental foi o nascimento, no final do século XVIII, do ideal de autenticidade, que se dá em contraposição à normatividade imposta pela Igreja até então. Os indivíduos passam a perceber sua própria capacidade de dar um sentido moral a suas ações, ou seja, de estabelecer limites de respeito antes definidos pela Igreja.

Taylor (2000) defende que estas transformações ocorreram devido ao que denomina “virada subjetiva da cultura moderna” e menciona Jean-Jacques Rousseau como grande referência na produção dessa virada. Rousseau teria articulado algo que já vinha acontecendo na cultura da época, ao tratar de assuntos como natureza humana, amor próprio e sentimento de existência. Essa virada é fundamental para o ideal moderno de autenticidade, segundo Taylor, porque tem como premissa a percepção segundo a qual

ser fiel a mim mesmo significa ser fiel à minha própria originalidade, que é algo que somente eu posso articular e descobrir. Ao articulá-la, estou também definindo a mim mesmo, realizando uma potencialidade que é propriamente minha. (Taylor, 2000, p.245)

Nesta medida, lutar pelos direitos à memória e à história relativos ao local de moradia parece expressar por si só uma forma de autorrespeito, pois é uma forma de articular a própria identidade (de que fala Taylor) e definir a si mesmo. Dubet, ao traçar as diferentes lógicas de ação que perpassam as relações sociais, aponta a integração como tipo de experiência que perpassa a formação identitária dos sujeitos. Esta experiência dialoga com o processo de construção de autorrespeito de que falam Honneth e Taylor, mas amplia a perspectiva na medida em que desobriga a relação entre autorrespeito e institucionalidade jurídica da modernidade, que parece estar presente na perspectiva de Honneth.

Dubet defende que o conflito pode ser capaz de reforçar o sentimento de pertença dos indivíduos e, como consequência, sua identidade integradora. Nos casos aqui analisados isso se confirma, pois é a partir da ameaça de perda do local de moradia que as pessoas passam a recorrer à identidade comunitária. Ao mesmo tempo que lutam por um direito, constituem uma identidade coletiva e expressam

autorrespeito ao demandar reconhecimento de sua identidade. Mas isso não é uma regra, como veremos.

4.1.1 Da integração à diferença

Como forma de colocar os casos anteriores em perspectiva, e refletir acerca de questões como autorrespeito e dignidade a partir de distintas perspectivas, podemos citar alguns estudos que analisam os condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida nas favelas do Rio de Janeiro. Em análises realizadas por Wellington Conceição (2014, 2016) e Bruno Coutinho (2018), por exemplo, fala-se da distinção que os moradores dos condomínios estabelecem em relação àqueles que permanecem na favela. Ao analisar o caso dos condomínios construídos no Complexo do Alemão¹⁴³, Coutinho coloca que

Muitos desses moradores “de dentro” – os que naquele momento passavam a residir em uma estrutura predial –, assumiram e reproduziram a fala governamental difundida sobre os “condomínios de classe média”. Morar em um “condomínio” tornou-se a representação de ascensão econômica e reconhecimento da cidadania, contribuindo por outro lado para a aceitação e a consolidação das políticas de habitação popular na região. (2018, p.27)

Ainda que os empreendimentos estejam localizados dentro dos limites das favelas, e que os condôminos sejam ex-moradores delas, ocorre certa diferenciação à medida em que os proprietários dos apartamentos se reconhecem como portadores de mais direitos do que aqueles que seguem na informalidade, ainda que a forma como se desenhou a política pública reproduza a lógica do mercado privado de imóveis, o que ao fim e ao cabo os iguala à classe média e alta.

Em outro exemplo, Wellington Conceição (2014), ao acompanhar os “encontros de integração”¹⁴⁴ realizados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida na Zona Norte do Rio de Janeiro, registrou um exemplo emblemático desta diferenciação por aqueles que passam a contar com acesso formal à moradia. Em um dos encontros, a assistente social da prefeitura informou aos moradores acerca

¹⁴³ Conjunto de favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro.

¹⁴⁴ Uma série de oficinas que antecedem o recebimento das chaves dos apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida. “Esses encontros são realizados pelo PAC-Favelas no Rio de Janeiro para atender algumas recomendações do COTS (Caderno de Orientação Técnico Social), documento que orienta os trabalhos sociais a serem promovidos pelo PAC e pelo PMCMV (quando este último atende reassentados).” (Conceição, 2014, p.3)

das regras que deveriam ser seguidas no condomínio, sendo que uma delas determinava que animais domésticos (gatos, cachorros) deveriam andar encoleirados quando em áreas públicas. Uma das moradoras, na ocasião, retrucou “Eu não vou botar coleira em gato. Quem põe coleira em gato é madame”, ao que outra respondeu: “mas agora você é madame” (Conceição, 2014, p.12). Conceição analisou o caso trazendo a perspectiva da disciplinarização dos corpos vistos como outsiders:

Os “encontros de integração” são, portanto, parte de um grande processo disciplinador-civilizador em curso. Atuam nos condomínios populares em sintonia com o controle policial das UPPs e a (in)visibilização das favelas pela sua pseudo inserção no tecido urbano. Se justificam por inserirem o padrão normativo civilizado às classes populares, consideradas indisciplinadas e perigosas, entraves ao desenvolvimento político e econômico na cidade do Rio de Janeiro (2014, p.15).

Nos dois exemplos, a forma como os beneficiários internalizam o acesso à moradia reflete a forma como a provisão de direitos foi tradicionalmente construída no Brasil, mais como privilégio de poucos do que como justiça. José Murilo Carvalho talvez seja o autor que mais nos ajuda a pensar este processo histórico. Em seu livro *Os Bestializados* (1991), se volta à época da Proclamação da República para analisar a cultura cívica brasileira. Ele coloca que ao contrário da euforia e protagonismo esperados à época, o que se viu por parte dos cidadãos foi apatia. O autor então sugere que não existiam, no Rio de Janeiro à época, cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, uma vez que não se havia chegado nem mesmo a um acordo sobre como deveria ser o relacionamento entre Estado e cidadãos. O governo era visto como mero provedor de serviços básicos e os cidadãos seus consumidores. A relação entre as partes se dava através de reclamações por melhorias nesses serviços: “na maior parte das vezes era reação de consumidores de serviços públicos. Era reação a alguma medida do governo, antes que tentativa de influir na orientação da política pública” (Carvalho, J. M., 1991, p.145).

Haveria assim, um abismo entre interesses públicos comuns e participação comunitária. O brasileiro teria, segundo o autor, uma postura mais de súdito do que de cidadão frente ao Estado, “de quem se coloca como objeto da ação do Estado e não de quem se julga no direito de influenciar” (Carvalho, J. M., 1991, p.147). Carvalho lembra, no entanto, que a percepção de não se sentir capaz de influenciar

é parte da cultura política do país, mais do que anomia ou inação dos cidadãos. Isso porque no Brasil, assim como nas culturas ibéricas, a formação do povo é comunitária, predominam famílias e grupos de trabalho, enquanto política e Estado são marcados pelo fisiologismo.

O Rio de Janeiro, especificamente, herda a cultura ibérica e, ademais, é uma cidade predominantemente consumidora e de pesada tradição escravista (em 1822, os escravos somavam 46% da população, segundo José Murilo Carvalho). A essa realidade se soma o fato de a cidade ter sido capital do país e seu centro administrativo, o que coloca na balança uma pesada burocracia trazida pelo domínio do Estado. De acordo com José Murilo Carvalho, o advento da República trouxe ainda mais um elemento complicador para esse quadro: introduziu elementos da tradição liberal individualista, como aqueles que Taylor analisa, mencionados na seção anterior, porém sem avanço da liberdade e da participação. À população, nessa realidade, restou tentar ajeitar sua vida à nova realidade, criando formas de autorreconhecimento alheias ao Estado, no convívio estabelecido em festas populares e durante o carnaval, “na política a cidade não se reconhecia, o cidadão não era cidadão, inexistia a comunidade política. Diante dessa situação não era de estranhar a apatia e mesmo o cinismo em relação ao poder” (Carvalho, J. M., 1991, p.156).

A forma como a política pública de moradia foi construída no Brasil, especialmente durante a vigência do Programa Minha Casa Minha Vida, quando passa-se a oferecer a propriedade privada dos imóveis aos beneficiários, alimentou a relação provedor-cliente entre o Estado e os cidadãos, assim como ocorre em Londres¹⁴⁵, como explorado no capítulo 2. No Brasil, no entanto, esta relação de “individualização institucionalizada” como denomina Emil Sobottka (2015), aliada à existência de uma esfera pública marcada pela desigualdade, dificulta a ruptura dos “ciclos de apropriação simbólica”, em que “o governante transforma a política pública em uma ajuda que ele ou seu grupo político concedem e pela qual os destinatários lhe devem alguma reciprocidade” (Sobottka, 2015, p.700).

No caso da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, o acesso à propriedade privada esteve no cerne do processo de remoção. O então prefeito Eduardo Paes ofereceu a parte dos moradores, em contrapartida à sua saída da comunidade, o

¹⁴⁵ Através do programa *Right to Buy* e da crescente financeirização das políticas públicas de moradia, apresentadas no capítulo 2 e no início do 3.

valor de mercado referente a suas casas, algo inédito neste tipo de negociação, em que geralmente não se reconhece o direito à terra. Além disso, “o prefeito afirmou ainda que o apartamento do Parque Carioca seria entregue quitado pela Prefeitura (...), e que as famílias já receberiam o documento de propriedade, o que possibilitaria sua imediata venda ou aluguel” (Oliveira et al., 2018, p.148). Tomando estas medidas, a prefeitura individualizou a negociação, buscando enfraquecer a mobilização coletiva dos moradores.

Uma antiga moradora da Vila Autódromo, que decidiu aceitar uma proposta de indenização da prefeitura por não concordar com o projeto de urbanização proposto, se refere àqueles que aceitaram sair da localidade da seguinte forma:

muitos acharam que conseguiram resolver a vida deles com isso. Inclusive se alguns acharam que resolveram a vida deles com isso, aí entra a parte do individualismo. A luta serviu pra eles. Porque nem tudo é igual pra todos, entendeu? A luta serviu pra eles. Então, parabéns pra eles. Só que a maioria dessas pessoas são pessoas que não fizeram parte da luta. Geralmente as que são beneficiadas são as que não perdem seu tempo pro bem-comum, perdem pro umbigo. Aí são essas que costumam destruir a luta, porque elas é que partem pro tipo de negociação que está interessando, e que elas acham que vai realizar o sonho delas (Maria. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

A antiga moradora reconhece que os moradores que conseguiram indenizações, como ela mesma, o fizeram por conta da luta pela permanência. Ao mesmo tempo, Maria também aponta o fato que, ao aceitarem as propostas, esses indivíduos destroem em parte a luta do movimento. Ou seja, muitos daqueles que tiveram acesso à moradia através da luta não participaram do movimento. Porém, pelo fato de a política pública individualizar as soluções habitacionais, foram beneficiados ainda que não fizessem parte do coletivo que demandava a efetivação da política. A fala de Maria sintetiza muitas questões involucradas nos movimentos de luta por moradia que esta tese procura analisar, dentre elas a formação de sujeitos em uma realidade em que direitos sociais são efetivados a partir de políticas públicas individualizadoras, ou seja, a formação de movimentos sociais coletivos frente a demandas de solução individualizada como o acesso à habitação.

Maria acredita que as indenizações recebidas pelos antigos moradores não teriam sido ofertadas se não fosse pela tradição de luta existente na comunidade: “por que que a Vila teve a sorte, ou azar, dessas ofertas grandes de indenização? Porque havia uma base de luta muito forte desde que essa comunidade veio se instalando aqui” (depoimento verbal prestado à pesquisadora.). Ou seja, ao passo

que o movimento foi capaz de usar a memória de luta (como veremos nos capítulos seguintes) em favor da comunidade e de seu acesso às devidas indenizações, a própria oferta monetária e de propriedades privadas foi fonte de desestruturação coletiva, pois sendo a solução uma propriedade privada se torna mais difícil a integração do sujeito à luta coletiva.

Quando François Dubet (1994) discorre acerca da identidade integradora refere-se à incorporação das expectativas de outros no processo de socialização, refletindo “uma atribuição social graças à qual o ator se constitui como ser social” (Dubet, 1994, p.115). Buscando compreender as ações dos participantes do movimento social levado a cabo na Vila Autódromo a partir da lógica da integração, é possível imaginar que a ameaça de remoção reforçou o sentimento de pertença por parte de alguns moradores, uma vez que, “com muita frequência, o conflito reforça o sentimento de pertença dos indivíduos e, por conseguinte, a sua integração, a sua identidade” (Dubet, 1994, p.117). Por outro lado, pode-se supor que a oferta de propriedade privada opera uma ação contrária, de desintegração.

Dubet é consciente das possibilidades antagônicas às lógicas de ação por ele apontadas, e as denomina como “condutas sociais patológicas”, que são geralmente “interpretadas como resultantes de uma falta de socialização, que por sua vez remete para uma falta de integração do sistema” (1994, p.119). Abordagens sociológicas acerca de processos de desintegração tendem a focar na relação com o sistema, tais como os estudos sobre delinquência juvenil realizados na Escola de Chicago e mencionados por Dubet, ou o estudo sobre os adolescentes moradores do subúrbio de Melbourne, realizado por Kevin McDonald (1999), e apontam experiências de crise na socialização que levam os jovens a apresentar desvios de conduta. Ao explanarem as experiências de crise de formas tradicionais de socialização (trabalho, escola etc.), os estudos com base na lógica integradora também lançam luz à reação dos atores envolvidos: a formação de gangs (no exemplo usado por Dubet) e de grupos periféricos (no caso descrito por McDonald). A questão de disputa na Vila Autódromo, no entanto, ainda que inclua a relação com o Estado (um sistema desacreditado), coloca como central a disputa entre coletividade e indivíduos, lançando luz a processos de integração e desintegração de base comunitária.

Diversos são os motivos que impulsionaram os antigos moradores da Vila a aceitarem a proposta de indenização: a violência do processo de remoção, os altos

valores oferecidos, a percepção de melhoria de qualidade de vida nos apartamentos do Parque Carioca. Uma questão, no entanto, foi mencionada de maneira recorrente em todas as entrevistas¹⁴⁶: muitos aceitaram para manter a integração familiar. Como lembra Fernanda, uma das moradoras atuais da Vila:

muita gente saiu porque viu muita gente saindo. Tinha pessoas, teve uma fase que teve mais gente, tipo, em torno de 100 famílias, digamos. Aí as pessoas viam todo mundo indo embora, e a prefeitura com discurso de que não ficaria ninguém, essas pessoas, mesmo querendo ficar, ficavam com muito medo. E uma coisa que sempre digo: assim, eu não julgo essas pessoas por terem saído, porque foi uma pressão muito grande. Por exemplo, a minha família não tinha criança. Quem tinha criança, a preocupação de não ter um teto pro filho... Imagina, hoje eu tenho teto, amanhã eu não tenho. Então, eu me colocava nesse lugar de quem tinha filho pequeno. Você lutar com adulto é uma coisa, você lutar com criança, tendo idoso... a minha família já tinha idoso, mas não tinha criança. Então, é muito louco. Na verdade, o medo é muito grande. As pessoas negociavam... teve também dois momentos aí: uma foi a negociação por medo, por pressão, e a outra foi a negociação pelas ofertas. (Fernanda. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Pode-se notar, na fala de Fernanda, as ações que levam à desintegração da comunidade durante os momentos de crise, mas também se nota que distintas lógicas integradoras estão inseridas nas decisões de parte dos moradores em abandonar a luta, dentre elas os acordos familiares ocorridos. Aqui é fundamental retomarmos a teoria do reconhecimento como proposta por Axel Honneth. Como mencionado, o autor propõe uma atualização sistemática do trabalho de Hegel, definindo as “estruturas das relações sociais de reconhecimento” de forma a evidenciar que diversas formas “de desrespeito social foram de fato fonte motivacional de confrontos sociais” (Honneth, 2003, p.122).

A primeira categoria relativa à estrutura das relações sociais de reconhecimento refere-se a todas as relações primárias de afeto, dentre elas as familiares. Honneth adota a proposta do psicanalista inglês Winnicott como fundamento para propor que o amor pode ser entendido como “uma relação particular de reconhecimento recíproco” (Honneth, 2003, p.174), que prepara o indivíduo para ter confiança em si mesmo, possibilitando o grau de segurança necessário para o desenvolvimento de outras camadas de autoestima e

¹⁴⁶ Ainda que tenha entrevistado apenas uma pessoa que aceitou a indenização, em todas as entrevistas perguntei sobre aqueles que haviam aceitado a proposta da prefeitura. Não realizei entrevistas com aqueles que se mudaram, pois escaparia do escopo desta pesquisa.

autoconfiança, indispensável para a autonomia necessária à participação na vida pública.

É interessante observar que a integração à família, um vetor fundamental para o desenvolvimento da primeira esfera social do reconhecimento, levou, em alguns casos da Vila Autódromo, a uma desintegração no movimento social. Por outro lado, o que levou os moradores remanescentes a permanecerem na comunidade foi a percepção do acesso à moradia como um direito a ser conquistado e mantido, a partir da contribuição de defensores públicos e de um grupo de apoiadores, além de seus próprios núcleos familiares. Ao propor uma análise das distintas lógicas de ação, Dubet aponta distintas estratégias subjetivas adotadas em condutas de crise relacionadas à lógica integradora, defendendo que

A identidade integradora, a fim de se manter, esforça-se por ver o mundo segundo o princípio da defesa dessa identidade; assim, ela apela de modo imediato para os valores, para a representação dos próprios princípios da integração, para os que parecem mais estáveis e menos negociáveis. A custa de um trabalho particular de transformações e de denegações, os atores conseguem manter a sua identidade no seio de um meio ambiente mudável. (Dubet, 1994, p.120)

Os indivíduos, portanto, expostos ao terror das remoções e tendo que optar em permanecer na luta ou se mudar, optam pelos princípios que lhes parecem menos negociáveis. A estratégia do governo, ao oferecer altos valores pelas moradias e a propriedade privada de apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida, favorece a opção pela desintegração ao movimento, ao passo que o acesso à moradia regular é um importante fator de manutenção das famílias. É interessante notar como o Estado opera uma ação desintegradora, apontando uma falência de seu papel regulador. Isso será fundamental à forma de organização do movimento social, que apesar de ver o Estado como opositor, não direciona suas ações somente a ele, como será explorado mais adiante.

No caso de Londres, foi possível verificar como o espaço pode ser importante fator de desmobilização. Exemplo disso ocorreu durante a realização desta pesquisa. Antes de iniciar as entrevistas com os participantes do *SaveNorthWold*, apoiei os participantes a realizarem um levantamento, em todo o *estate*, acerca dos moradores que estavam informados sobre as propostas da incorporadora e como reagiriam a elas. Parte das pesquisas que realizei cobriam um edifício parcialmente destinado a imigrantes em situação de vulnerabilidade, que supostamente viveriam

ali por um tempo determinado. Alguns não receberam bem a minha presença, pois não entendiam bem o inglês e achavam que aquilo poderia se referir ao governo, outro me disse que eu deveria cuidar da minha vida e da filha que eu levava comigo. Uma das moradoras do mesmo edifício e participante do movimento me explicou essas reações dizendo que seria muito difícil envolver aquelas pessoas no grupo, uma vez que para elas qualquer solução que se apresentasse seria satisfatória, desde que tivessem uma casa – não importando onde.

Lucia também me disse algo similar, ao se referir aos moradores antigos que não se envolveram no movimento social, como mostra o trecho de nossa conversa:

Lucia: Eu acho que as pessoas são preguiçosas em sair e apoiar; a menos que tenha a ver com eles ou... eles não são, eu não acho que muitas pessoas entendem, você sabe, o que realmente pode acontecer com elas; eles apenas acham que estão bem e não percebem o impacto que isso pode causar em suas vidas. E muitas pessoas estão por aqui há tantos anos e suas famílias estão por aí, mas elas não estão - não acho que elas entendam isso... não é para elas.

T: Você acha que é porque essas pessoas não são proprietárias, principalmente?

Lucia: Em parte eu acho que é porque eles não são donos disso, e então eles só pensam que vão ganhar um novo lugar, mas o que eles não percebem é que o aluguel vai subir e eles não poderão pagar o aluguel. Porque eles fizeram a mesma coisa aqui em Brixton, e muitas pessoas perderam suas casas, e então eles tiraram um monte de gente e levaram pra Birmingham, Liverpool, Manchester – eles não conhecem ninguém lá em cima [no norte do país], por que alguém gostaria de ir pra lá? Então eu não acho que eles perceberam. E quando lhes digo isso, a Guinness me diz: "Não os assuste"; e eu digo: "Eu não estou assustando eles, estou dizendo a verdade. Porque eu sei, porque eu tenho amigos que passaram por isso". Você sabe, até mesmo um dos caras que trabalhou para eles me disse: "Sim, eles fizeram isso no meu bloco". E eu perguntei: "Onde você mora agora?". Ele vive fora de Londres!¹⁴⁷ (Lucia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

A falta de entusiasmo em participar do movimento social pode demonstrar apenas que as pessoas ainda não tenham se dado conta do que de fato pode ocorrer,

¹⁴⁷ "I find that people are lazy in coming out and supporting; unless it's to do with them or - they're not, I don't think a lot of people understand the major, you know, what, it can really happen to them; they just think it's alright and they don't realize the impact it can make on their lives. And a lot of people that's on the estates have been around for so many years, and their families have been around, but they don't - I don't think they understand that... it's not for them.

T: Do you think it's because they don't own their places, mostly?

Half of it I think it's because they don't own it. So they just think they're just gonna get a new place but what they don't realize is the rent's gonna go up. And they're not gonna be able to afford the rent. 'Cause they did the same thing here in Brixton, and a lot of people lost their homes, and then they moved a lot of people out - Birmingham, Liverpool, Manchester - don't know anybody up there, why would you want to go there? So I don't think they realized. And when I'm telling them, Guinness said to me "Oh, don't frighten them"; I said "I'm not frightening them, I'm telling the truth. 'Cause I know, 'cause I've got friends that you've done it to so I know that". You know, and even one of the guys that worked for them, he said "Yeah, they did it in my block. I said "Where do you live now?". He lives out of London!"

como menciona Lucia, mas a segurança de ser atendido pelo governo independentemente do que ocorra também deve ser um fator a ser levado em conta. Tanto no caso dos imigrantes quanto no dos moradores antigos, o que explica sua ausência – segundo as moradoras entrevistadas – é, em parte, a certeza que terão outro local para morar, ainda que seja longe de Londres. A lógica da integração proposta por Dubet pode ser compreendida, aqui, a partir da comunidade jurídica. Se no caso da Vila Autódromo o acesso à propriedade privada operou uma força desintegradora ao movimento, no caso do *SaveNorthWold* o reconhecimento jurídico efetivo o faz, na medida em que também oferece soluções individualizadas de moradia aos envolvidos, propondo o direito à realocação em um local distinto. Em ambos os casos, são percepções individualizadoras do acesso à habitação social que levam à desintegração do coletivo de luta por moradia.

O reconhecimento jurídico do direito à moradia poderia, então, ser compreendido sob distintas perspectivas. Uma delas leva em conta a demanda pela efetivação de um direito que se sabe existente – a demanda pelo acesso a uma moradia (propriedade privada ou não); em outro ocorre a demanda pelo direito e pelos símbolos a ele relacionado – o reconhecimento de permanência de uma comunidade no local onde criaram vínculos, por exemplo. Em ambos os casos, a própria percepção do direito é fundamental para a construção do autorrespeito e da demanda por sua efetivação. Como coloca Honneth,

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica. (2003, p.197)

Por esse caminho, a relação entre o ideal de propriedade privada e o direito à moradia pode ser debatido. Honneth (2015), ao propor que a filosofia política se centre menos em leis e mais em práticas sociais, mostra como a percepção sobre o acesso à propriedade privada está relacionada à ideia de liberdade. O autor retoma novamente Hegel, que considerava o direito à propriedade privada como uma forma de liberdade subjetiva que se contrapõe ao Estado: “para que sua ‘vontade livre’ possa se tornar uma ‘vontade efetiva’”, ao sujeito deve corresponder um direito que, garantido e protegido pelo Estado, será o de ter uma série indeterminada de objetos à sua exclusiva disposição (Honneth, 2015, p.135).

Ainda que não fique claro quais são os objetos que devem ser de uso exclusivo dos indivíduos, a questão fundamental desta diferenciação entre “vontade livre” e “vontade efetiva” é a possibilidade de o “indivíduo reconhecer a individualidade de sua vontade livre” (Honneth, 2015, p.136). O autor aponta as mudanças decorrentes das tecnologias de informação como transformadoras dos ideais de intimidade, liberdade e acesso ao Estado, lembrando que os direitos subjetivos nasceram como forma de garantia à individualidade e à liberdade, mas “logo se fez necessária uma formulação precisa dos direitos que devem ser associados à reivindicação de estar protegido das intromissões à própria liberdade” (Honneth, 2015, p.138). Os direitos à propriedade garantem, de certa forma, proteção e liberdade:

os direitos sociais de participação e de liberdade garantidos com o auxílio do poder coercitivo do Estado servem principalmente ao propósito de assegurar a cada sujeito, em igual medida, um espaço de proteção individual, no seio do qual, e valendo-se de seu juízo, são ponderados, postos à prova e verificados seus próprios objetivos de vida (Honneth, 2015, p.152).

Isso nos leva novamente ao debate acerca da crise habitacional mencionada no início desta tese, que é consequência, em grande medida, da privatização dos projetos de moradia social e do entendimento de habitação como sinônimo de propriedade privada geradora de lucro mais do que como bem social, o que deixa a população mais vulnerável sem acesso ao direito à moradia, na medida em que não podem arcar com os valores impostos. Tino Buchholz (2016), ao analisar a questão da moradia na Holanda e Alemanha, considera fundamental colocar em perspectiva as relações entre lutas por reconhecimento relativas a direitos por moradia, sejam eles constituídos, tais como direito à propriedade privada e à habitação, sejam aqueles ainda por ser instaurados, como o direito à cidade¹⁴⁸, isto é, o autor considera que dentro das lutas por moradia cabem demandas tanto por propriedade privada e habitação quanto por um reconhecimento mais amplo relacionado ao direito à cidade. Analisar as relações entre moradia e reconhecimento nos possibilita, ainda, outra abordagem, relativa às comunidades de valores criadas nas vizinhanças e bairros. Há casos em que o reconhecimento jurídico não foi

¹⁴⁸ No Brasil este direito é reconhecido por lei, mas nos casos analisados pelo autor (Hamburgo, na Alemanha, e Amsterdam, na Holanda), não.

alcançado, mas as pessoas decidem se mobilizar para preservar a comunidade em que estão inseridas e para demandar o direito à permanência.¹⁴⁹

4.1.2 Reconhecimento versus individualização

A partir desse debate, é interessante retornar à terceira dimensão dos tipos de reconhecimento descritos por Honneth, que diz respeito à solidariedade, ou à capacidade de *empatia* entre os sujeitos, independentemente de seu *status*. Tal dimensão se relaciona mais às características individuais de cada um, a uma forma de vínculo criada pelo compartilhamento de subjetividades semelhantes. Sugere um grau de igualdade entre indivíduos – tomando a concepção de indivíduo que nasce com a modernidade – que universaliza a ideia de “dignidade humana”. Segundo o autor, a partir da igualdade básica fundada no princípio de dignidade, os sujeitos podem reunir-se em grupos onde compartilham subjetividades que os unem:

Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis. (Honneth, 2003, p.211)

Esta perspectiva pressupõe, na linha argumentativa do autor, a universalização do conceito de “dignidade humana”, ocorrida com a transição para a modernidade, e é um eixo central para a teoria crítica de Honneth. Utilizar essa perspectiva para a compreensão das formas de solidariedade construídas em um país como o Brasil, portanto, pode ser colocada em xeque. Emil Sobottka (2015) realizou essa tarefa de maneira exemplar, ao examinar como a teoria do reconhecimento pode servir de referência em contextos como o brasileiro. Através de uma pesquisa empírica realizada com mulheres beneficiárias de um programa nacional, o autor buscou lançar luz a como casos de sofrimento causados por situações de desrespeito podem desencadear lutas por reconhecimento.

¹⁴⁹ No caso da Vila Autódromo, por exemplo, somente a partir da mobilização é que os participantes tomaram conhecimento de seu direito de permanecer na localidade. Foi fundamental para a formação do movimento a informação relativa ao direito que os moradores possuíam em permanecer na terra, uma vez que a área se caracteriza como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS).

Uma questão que veio à tona na pesquisa de Sobottka foi a “falta de meios linguísticos e simbólicos para expressar a consciência da injustiça num marco mais amplo e articulado” (Sobottka, 2015, p.696) vivenciada pelas mulheres. Ademais, foi observada uma impossibilidade de partilha das experiências de injustiça e injúria entre as mulheres. Tais obstáculos impossibilitaram a formação de resistência coletiva, segundo nosso autor, o que confirmaria o argumento de Honneth, sendo esse portanto um importante marco referencial. No entanto, Sobottka enfatiza que o autor alemão se esquece de mostrar que processos como dessimbolização e individualização institucionalizada dificultam o protagonismo em lutas sociais, o que remete ao caso da Vila Autódromo, em que a individualização das negociações, por parte do poder público, desencadeou a desmobilização de parte do movimento.

Seguindo uma trilha similar, Jessé Souza (2012) defende que no Brasil há uma falha na universalização do conceito “dignidade humana”, e critica a aplicação do conceito de reconhecimento a casos brasileiros. O autor propõe que a concepção de dignidade proposta por Charles Taylor (já mencionada) seja complementada, uma vez que acredita que no Brasil uma grande parcela da população não é reconhecida como digna de igual valor. Souza defende que a naturalização da desigualdade, ou a falha na universalização do conceito de “dignidade humana” (que é característica do Brasil), deve ser compreendida como resultado do processo de modernização em grandes proporções implantado desde o século XIX no país. Isso porque a desigualdade e sua naturalização são impessoais, ou seja, mantêm padrões modernos, e por isso sua percepção é tão difícil no cotidiano. Ainda segundo Souza, para criarmos maneiras de acabar com essa desigualdade precisamos compreendê-la segundo o racionalismo ocidental e refletir sobre como se desenvolve em nosso contexto de “modernidade periférica”. Fazendo isso, o autor sugere que o funcionamento das instituições capitalistas torna opacas as hierarquias valorativas, transvertendo-as em meritocracia, o que cria uma lógica implícita do sistema, responsável pela legitimação da desigualdade, que oferece o componente simbólico e cultural para a produção daquilo que denomina “subcidadania”.

Já a cidadania pressupõe o reconhecimento entre iguais ou, como coloca Jessé Souza, é definida por um conjunto de direitos e deveres que implica a noção de igualdade, o conceito subcidadania propõe caracterizar um grupo de indivíduos marginalizados e que não conseguem e não se veem capazes de adquirir as

características necessárias para alcançarem a cidadania. Ditos indivíduos existem em contraposição aos cidadãos, possuidores de características de *habitus primário*¹⁵⁰, que teriam internalizadas as características do *self pontual* de Taylor, ou seja, teriam incorporadas “as características disciplinadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas no contexto do capitalismo moderno” (Souza, 2003, p.91).

Seguindo essa rota, podemos pensar em um tipo de reconhecimento jurídico distorcido¹⁵¹, por assim dizer, que pode limitar a percepção de igualdade na medida em que algumas pessoas sentem que ser beneficiadas por serviços sociais é um privilégio, ou seja, o acesso a direitos é sentido mais como distinção e merecimento do que como justiça. Tal distorção no reconhecimento jurídico não possibilita a criação de solidariedade e a construção de demandas coletivas, uma vez que caracteriza um processo de individualização daquilo que deveria ser coletivo, como discutido anteriormente acerca das políticas públicas de moradia. Essa situação é bastante simbólica na luta por moradia analisada, pois há uma tensão constante entre a compreensão do direito como coletivo e o acesso à habitação dado individualmente.

Há, portanto, uma linha tênue entre a percepção do acesso à moradia como um direito individual e como importante para outros tipos de reconhecimento que levariam, dentre outras coisas, à ideia de direito à cidade proposta por Lefebvre (1991). Os movimentos sociais de moradia, historicamente, tiveram suas demandas

¹⁵⁰ Para complementar a teoria de Pierre Bourdieu acerca do *habitus*, que considera limitada por não analisar as transformações que podem se dar ao longo da história, Souza propõe “pensar em uma pluralidade de *habitus*” (Souza, 2003, p.86), pois transformações socioeconômicas poderiam ocasionar “mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças” (Souza, 2003, p.86). Segundo o autor, pode-se pensar em três tipos de *habitus* para caracterizar a sociedade brasileira: primário, secundário e precário. O primário é atingido quando existem condições para a generalização da igualdade; o secundário se dá quando existem critérios de distinção e gosto, ou quando a generalização do *habitus* primário é restrita a apenas uma camada da sociedade; já o *habitus* precário se aplica a um conjunto de pessoas que não compartilham características do *self pontual* de Taylor, que prevê a dignidade do agente racional, necessário para o compartilhamento da ideia de igualdade, ou igual valor. Este último tipo de *habitus* seria comum, segundo Souza, àqueles que não atendem às demandas sociais para serem considerados produtivos e úteis em uma sociedade moderna e competitiva. A classe que compartilha este tipo de *habitus* é denominada como “ralé” urbana e rural do país pelo autor, e estaria formada por pessoas que estão às margens. Estes indivíduos, chamados pelo autor de *subcidadãos*, existem em contraposição aos cidadãos, possuidores de características de *habitus primário*, ou seja, que têm incorporadas “as características disciplinarizadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas no contexto do capitalismo moderno” (Souza, 2003, p.91).

¹⁵¹ Dita distorção, no entanto, não se equipara ao *habitus* precário como descrito por Souza, na medida em que se refere a uma percepção distorcida do direito, alimentada por políticas públicas pautadas em meritocracia.

analisadas com base em sua luta por ter o direito à moradia reconhecido. No entanto, a partir da análise dos movimentos sociais contemporâneos, percebe-se que a luta também se dá para que as dimensões afetivas e solidárias do reconhecimento relativo ao lugar sejam efetivadas. O uso do termo direito à cidade como *frame* de luta dos movimentos traduz essa percepção, como será explorado mais adiante.

4.2

Moradia e dignidade: entre a depreciação do lugar e o autorrespeito

A lacuna para uma definição mais precisa da experiência de reconhecimento jurídico, para Honneth (2003), é não poder demonstrar empiricamente sua existência a não ser mostrando situações onde sua falta é sofrida. Ou seja, somente a partir de relações de desrespeito pode-se demonstrar a necessidade de autorrespeito para a obtenção da experiência de um reconhecimento jurídico. A partir desta perspectiva, é interessante observar como questões relativas à moradia impactam este sentimento. Lisa McKenzie (2015), ao analisar questões de classe e culturais presentes no cotidiano de moradores de um conjunto de moradias públicas no subúrbio de Londres, mostra que respeito e status são temas frequentes na vida de seus moradores. Sentimentos de desrespeito são comuns, segundo moradoras entrevistadas pela autora, que descrevem a perda de poder e controle pessoal como características comuns à realidade de exclusão.

Através das entrevistas, McKenzie (2015) mostra que a pobreza é apenas um aspecto da exclusão. Como exemplo disso, a autora cita o caso de uma das moradoras do conjunto habitacional analisado, que relatou que entendia exclusão como meramente econômica até o momento em que precisou contatar agências de benefícios e percebeu que algumas de suas características lhe eram “etiquetadas” (tais como mãe solteira e moradora de *estate*¹⁵²), e ela era julgada por isso:

Ela se sentiu “olhada de cima para baixo” e excluída por aqueles de fora do *estate* com quem precisou entrar em contato, e então percebeu que pertencer ao *estate* significava muito (...) Este é um elemento espacial da exclusão – aqueles que podem pertencer à sociedade e aqueles que são “pessoas imperfeitas”, um posicionamento de classe daqueles que vivem às margens da sociedade, e que podem ser identificados pelo resto da população. (McKenzie, 2015, p.75)

¹⁵² *Estates* ou *Council estates* são as formas como se denominam os conjuntos habitacionais públicos na cidade de Londres.

Esta separação espacial e simbólica imposta pela vida em moradia pública impacta o acesso a direitos – a moradora se sente excluída quando busca acesso a benefícios previstos legalmente – pois a pessoa é vista como não tendo atingido o status necessário para obtê-los.¹⁵³ Além disso, a sensação de desrespeito e de ser “olhado de cima para baixo” leva, muitas vezes, à reclusão. Lisa McKenzie (2015) mostra que o medo de receber este tipo de olhar diferenciado e de ser maltratado devido ao local de moradia faz com que “talentos, habilidades e conhecimento desenvolvidos no interior do *council estate* permaneçam lá, desconhecidos e não reconhecidos para além da vizinhança” (McKenzie, 2015, p.77)¹⁵⁴.

François Dubet (2013), ao analisar diferentes tipos de discriminação e suas consequências individuais e sociais, aponta algumas “experiências totais de discriminação”, que são aquelas que afetam todos os aspectos da vida, desde a compreensão de si e dos outros, como o próprio entendimento do mundo. Sua intenção não é medir o grau de discriminação em cada um dos grupos analisados, nem os mecanismos responsáveis por ela, mas sim conhecer as experiências daqueles que são afetados. O autor identifica três grandes modalidades dessas experiências totais: 1) cólera relativa àqueles que vivem em guetos, 2) esmagadora, que destrutura a si mesmo, e 3) reclusão.

O processo denominado por cólera se refere à situação vivida por jovens vítimas de discriminação relativa a seu local de moradia. O autor analisa jovens que vivem em guetos parisienses e percebe que eles passam por um processo de interiorização das lógicas de segregação, tais como estigmatização e abandono. Segundo Dubet, é esta conscientização acerca da segregação que produz os guetos, não somente as características relativas ao bairro – “o que faz com que o gueto não seja apenas uma soma das características objetivas do bairro é a consciência dos habitantes”¹⁵⁵ (Dubet, 2013, p.22 – a tradução é nossa). As particularidades que de certa forma segregam os guetos são também aquelas que os protegem, declara o autor, pois as estreitas relações sociais formadas entre os moradores os defendem do peso esmagador da má reputação coletiva.

¹⁵³ Este poderia ser caracterizado como um “efeito do lugar”, como proposto por Bourdieu (1997), ou uma “experiência de lugar” como coloca McDonald (1999).

¹⁵⁴ O autor analisa três grupos sociais: migrantes descendentes de migrantes, mulheres e minorias sexuais.

¹⁵⁵ “ce qui fait le ghetto n’est pas la seule somme des caractéristiques objectives du quartier, c’est aussi la conscience qu’en ont les habitants”.

Analisando um caso individual de uma moradora de um gueto em Paris, o autor expõe como a discriminação está presente em todos os aspectos da vida dela, desde a escola, que seria “um prolongamento do gueto” (Dubet, 2013, p.24) uma vez que os próprios professores são racistas, até a universidade, onde seus colegas a tratam como inferior. Para exemplificar a reação colérica que dá nome a sua caracterização, Dubet usa o caso de Nordine como exemplo, pois a experiência total de discriminação não destruiu sua energia e tampouco sua compreensão do mundo social. Ela, ao contrário, mobilizou a identidade que a estigmatizava e a utilizou como uma arma, se definindo como heroína por ter alcançado seus objetivos. O autor classifica a história de Nordine como uma cólera organizada, na medida em que ela convive com um racismo cotidiano, e luta contra ele todos os dias.

O processo esmagador (L'écrasement) é definido como uma sucessão de humilhações e se diferencia do processo anterior porque as pessoas que o sofrem não têm a mesma consciência do que estão passando¹⁵⁶, como Nordine tinha, por exemplo. Esse processo se caracteriza por uma conjugação de racismo, falta de qualificação, problemas familiares e violência masculina. Os sentimentos comuns naqueles que o experimentam são desespero e depressão. Os indivíduos se sentem esmagados por sofrerem discriminação em todos domínios da vida, chegando a um nível alto de dessocialização, invisibilização. Um processo que exemplifica tal experiência é o vivenciado por trabalhadores clandestinos e “sem papéis”, que são “progressivamente desprovidos dos recursos sociais, culturais e legais que lhes permitiriam resistir” (Dubet, 2013, p.46).

O terceiro processo de “experiência total de discriminação” identificado por Dubet é aquele que leva à reclusão. O autor assim o caracteriza pois percebe que alguns dos indivíduos sofrem discriminação por “desvantagens secretas” (*handicap secret*) (Dubet, 2013, p.46). É o caso dos homossexuais não assumidos, por exemplo, que se aprisionam em si mesmos de forma a interiorizar o estigma, “a experiência é total porque ela exige um controle de si a todos instantes, uma antecipação contínua da percepção dos outros” (Dubet, 2013, p.46). Esta reclusão interior faz com que os indivíduos não se expressem totalmente na esfera pública, pois perdem a capacidade de se perceberem sujeitos.

¹⁵⁶ Na chave de Honneth, estes indivíduos não podem nem sequer construir processos de autoconfiança.

Após analisar estas experiências que considera totais, Dubet mostrará as diferenças entre discriminação e estigmatização, que se mesclam nos exemplos anteriores. Para ele,

a discriminação é um mecanismo objetivo que faz você dizer ou constatar que se fecham oportunidades, como as de empregos a negros, mulheres, imigrantes etc. A estigmatização é um conjunto de atitudes depreciativas, estigmatizantes, pejorativas, que diz: “as mulheres são seres inconstantes”, “os imigrantes são pessoas desonestas”. Então, a estigmatização é um julgamento negativo. A discriminação é um mecanismo objetivo. (Dubet, 2013, p. 159 - a tradução é nossa)

Estes processos de discriminação total são fundamentais para pensar na ampliação do escopo proposto por Honneth, uma vez que o autor alemão não propõe a análise de processos que perpassam diversas dimensões da vida e que impactam todos os modos de reconhecimento. As formas de discriminação descritas por Dubet podem ocasionar a total apatia dos indivíduos, que deixam de participar da sociedade pois não se reconhecem mais como parte integrante dela.

Como mostrei na Introdução desta pesquisa, Dubet argumenta ainda que a discriminação afeta a reflexividade dos indivíduos, pois na medida em que sofrem injustiças cotidianamente, perdem a possibilidade de se autorreconhecerem como sujeitos que compartilham uma igualdade. Esta consequência da discriminação pode ser compreendida como uma situação de perda de autorrespeito, se nos voltarmos à concepção proposta por Honneth. Isso afetaria não só os sujeitos individualmente, por terem sua autoconfiança abalada, mas também a dimensão do reconhecimento relativa aos direitos. A importância em unir as dimensões propostas pelos dois autores se dá na medida em que Dubet oferece exemplos bastante claros de situações de discriminação que impactam as dimensões do reconhecimento propostas por Honneth, o que nos obriga a pensar as possibilidades de inter-relação entre elas.

Em contraposição ao caso descrito por Lisa McKenzie, podemos colocar o de uma moradora do conjunto de edifícios *NorthWold* e participante da mobilização política criada em defesa da moradia no local: Charlotte. Ela é locatária do imóvel (aluguel social), e se sente uma perdedora por morar em um *estate*, pois não se identifica como parte da classe trabalhadora que merece morar no conjunto de prédios – como Lucia, por exemplo. Ambas são professoras da rede pública de ensino, o que as possibilita morar em *estates* de forma subsidiada. Tanto Lucia,

como compradora, quanto Charlotte, como locadora, recebem subsídios do governo e pagam menos do que pagariam no mercado. Quando perguntei como e por que ela tinha ido morar em seu apartamento atual, Charlotte me respondeu:

Eu sinto ter falhado de alguma forma porque eu tenho, você sabe, um background de classe média, então todos os meus irmãos e irmãs têm suas próprias casas, que eles possuem, eles compraram. Então, eu me senti muito triste no começo, e eu ainda estou; ainda há uma espécie de resíduo, você sabe, eu acabei aqui, eu trabalhei tanto e as pessoas podem ter lugares, e professores muito bons moram em lugares bem legais (...) Então... eu... inicialmente eu estava muito consciente de que eu estava em um lugar supostamente mais sujo, eu estava cercada por pessoas que não eram necessariamente tão educadas quanto eu; e isso está mudando agora, como você sabe, porque as pessoas que estão se mudando estão comprando seus lugares, mas quando eu me mudei não era assim.¹⁵⁷ (Charlotte. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

A moradora mostra um sentimento de derrota ao falar do local onde mora, ainda que logo depois diga que adora seu apartamento por ele ser muito espaçoso, iluminado e em um andar alto, o que garante distância da rua e dos ruídos. No entanto, durante toda a entrevista ela se mostra arrependida por ter perdido oportunidades de compra de um apartamento melhor no passado. Ela teve que se mudar ao *estate* depois de ter sido despejada de um flat que alugava em uma área mais nobre da cidade, pois o locatário quis vender o local para uma incorporadora que faria reformas de valorização do edifício. A percepção de Charlotte reflete a forma como a vida nos *estates* é vista por grande parte da sociedade inglesa. Lynsey Hanley (2007) nota que esses locais são associados a “maus eventos” e sua arquitetura remete a prisões, onde as vidas individuais dos moradores e suas personalidades não são vistas, “onde os indivíduos deixam de ser notados pela sociedade convencional” (Hanley, 2007, p.XIV).

Charlotte se mudou para o *estate* em 2001¹⁵⁸, mas ainda tem caixas de mudança em seu apartamento, e me diz que não vai pintá-lo, ainda que esteja precisando, porque não sabe se ficará lá, como se esta situação fosse temporária. Até o envolvimento com o grupo de ativismo, por exemplo, ela não tinha

¹⁵⁷ “I felt a sense of failure because I'm, you know, from a middle class background so all my brothers and sisters have their own homes which they own, they bought. So, I felt quite sad at the beginning, and I'm still, there's still a sort of residual, you know, I've ended up here, you know, I worked so hard and people can get some quite nice places and teachers do live in quite nice places... initially I was very conscious that I was in a place that was I suppose dirtier, I was surrounded by people that were not necessarily as educated as me, and its changing now, because, as you know, people that are moving in they are buying their places, but when I moved in it wasn't so much that going on.”

¹⁵⁸ As entrevistas foram realizadas em 2017, quando se completavam 16 anos no apartamento.

conhecidos nos edifícios, ainda que more lá há tantos anos. A forma como Charlotte se relaciona com seu local de moradia não mostra nenhuma razão óbvia para seu envolvimento pela defesa de moradia – ela não é proprietária do imóvel, não estabeleceu nenhuma relação identitária com o local e com a vizinhança, e acredita que com seu contrato de aluguel, ela teria direito a se mudar para outro apartamento com as mesmas especificações que esse. Soma-se a isso o fato de ela, em vários momentos da entrevista, estigmatizar o local ou os moradores do conjunto de prédios. Por exemplo, quando fala dos benefícios de morar naquela localidade, diz

é muito bom para transporte público, você sabe, estações, pontos de ônibus, Clapton, o rio, o parque. É fabuloso em termos de localização. (...) é bem tranquilo geralmente, quer dizer, mas isso é moradia social, então às vezes eu ouço algo acontecendo na rua, mas na verdade não é tão ruim assim, porque não estamos na avenida principal (...) é minha chance de viver barato em Londres.¹⁵⁹ (Charlotte. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

Além de estigmatizar os moradores, ela se sente também estigmatizada por não ser reconhecida como parte daquele local. Comentando sobre o período em que começou a frequentar as reuniões do *estate*, disse:

eu lembro de ir a uma reunião e as pessoas diziam "isso não é para você", e eu fiquei tipo "não, eu sou uma de vocês, eu não sou proprietária". Então... você sabe, existe [discriminação], mas agora, claro, porque eu tenho ido às reuniões por um tempo, eles só pensam "há aquela estranha mulher metida"¹⁶⁰, "ela tem aquele sotaque metido, mas ela é uma de nós". Considerando que antes era como "ela não é uma de nós", então, você sabe, eles estão se acostumando agora. Então, aparentemente, eu sou parte dos pobres gentis, se isso é uma classe que nós temos, pobres gentis.¹⁶¹ (Charlotte. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

A razão pela qual resolveu se envolver com o grupo ativista, segundo ela, foi uma forma de dividir a experiência (vivenciar o perigo de ser despejada) com mais

¹⁵⁹ "it's very good for a public transport, you know, stations, bus stops, Clapton, the river, the park. It's fabulous in terms of location. (...) it's quite quiet generally, I mean, this is social housing so sometimes I hear something happening on the street, but actually it's not that bad, because we are not in the main road. (...) it enables me to live in London cheaply"

¹⁶⁰ A tradução literal para a palavra usada – *posh* – seria elegante, mas é utilizada para descrever pessoas com poder aquisitivo alto, lojas de roupas caras, bairros mais caros. Acredito que neste contexto a palavra metida/o explique bem.

¹⁶¹ I remember going to a meeting going on and people were like "this is not for you" and I was like "no, im am one of you, I don't own my place". So... you know, there is, but now of course because I've been going to the meetings for a while they just think "there's that weird posh girl", "she's got that posh voice but she's one of us". Whereas before it was like "she's not one of us" but, you know, they are getting used to it now. So, apparently I've been told I'm part of the gentile-poor, if that's a class that we have, gentile-poor...

peçoas, de não passar por isso sozinha.¹⁶² Ela foi diretamente influenciada pelos laços de amizade com Evelyn, quem iniciou o movimento, e durante as nossas conversas foi possível perceber uma tensão constante entre o que morar no edifício significa para ela e o que ela acredita ser justo como política pública. Ao mesmo tempo que acredita ser injusto ter que sair do edifício, vê como muito radical a forma como alguns membros do grupo se colocam publicamente:

Eu não sou como Evelyn, não sou política dessa maneira. Eu acho muito difícil ser *hardcore* assim, e isso é simplesmente a minha forma de ser, é meu *background*, é também um pouco de medo de... o problema com o ativismo, segundo minha experiência, é que às vezes as pessoas expressam pontos de vista de uma forma muito forte e muitas vezes com bastante ódio contra, você sabe, a Guinness¹⁶³ ou seja lá o que for. Eu gostaria que pudéssemos encontrar uma linguagem de ser forte, firme e tratável, mas sem esse sentimento de, você sabe, o ódio (...) Não é que eu não me importe com política e que queira enterrar minha cabeça na areia, é só que eu tento olhar para o quadro completo (...)

Neste caso em particular eu realmente não sei o que é melhor, porque sendo sincera o suficiente, (...) muitas pessoas não estão realmente interessadas na pesquisa ou na regeneração, porque pensam "Eu quero ser realocado" ou "Eu quero um apartamento melhor", eles acham que isso vai acontecer...¹⁶⁴ (Charlotte. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

Outro caso emblemático da relação entre local de moradia e autorrespeito é o de Cristina, uma das ativistas do *FocusE15*. Quando a questioneei sobre o que significava a casa em que morava, me disse:

Esta casa? Não significa nada para mim, sinceramente. São só paredes, porque eu não tenho ninguém aqui. Quer dizer, eu conheço algumas pessoas, mas ninguém muito próximo, como eu tive por muitos anos em Londres. Toda minha família está lá. Só uma casa, não tem nada muito... Como eu disse, eu tenho muitos problemas aqui, já vi ratos e tudo mais, é como se... Eu não me sinto em casa, de forma alguma.¹⁶⁵ (Cristina. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

¹⁶² Voltaremos a esse caso no capítulo 5, explorando o envolvimento da entrevistada no movimento.

¹⁶³ Guinness é a incorporadora imobiliária responsável pelos edifícios e pelas obras de redesenvolvimento ou regeneração.

¹⁶⁴ I'm not like Evelyn, I'm not political in that way. I find it quite difficult to be that hardcore, and that's simply me, its my background, its also I guess a little bit of fear of... the problem with activism in my experience, is that sometimes people express their views in a very strong and often this quite of hatred there, against you know, Guinness, whatever. I sort of think. I wish that we could find a language of being strong and firm and treatfull but without this feeling of, you know, the hatred (..) It's not that I don't care about politics, and I want to bare my head on the sand, its just that I tend to look at the whole picture (...) in this particular case I don't really know what's for best, because fairly enough, (...) a lot of people are not really interested in the survey or the regeneration at all, because they think "I want to be rehoused" "I want a better flat" they think that's gonna happen....

¹⁶⁵ "This house? Doesn't mean nothing to me, to be honest; it's just walls, because I have nobody here - I mean, I know some people, but nobody really very close, like I've knew some people for years in London, all my family is there or something. Just a house, there's nothing very much... As

Cristina é da Letônia e se mudou para Londres em 2005, com marido e filhos. Quando se separou do marido, não tinha condições de se manter na casa onde morava e pediu ajuda ao *Council*¹⁶⁶ local. A primeira casa a que se mudou consistia em um quarto com banheiro e cozinha, o que era bastante desconfortável para uma mãe com três filhos. Depois de algum tempo reclamando, ofereceram a ela uma casa em Birmingham, distante de Londres. Quando foi conhecer a propriedade, decidiu que não mudaria para lá de forma alguma. Segundo ela, a casa estava abandonada há anos, sem nenhuma manutenção. Além disso, havia uma escada muito alta que ligava o único banheiro da casa aos quartos, o que a preocupou em relação aos filhos (à época com 3, 4 e 6 anos). O *Council* que estava atendendo seu caso disse que ela deveria aceitar a oferta, pois em caso de recusa ela se autodeclararia sem teto, o que a tiraria da fila para ser beneficiada por uma casa. Este tipo de situação é comum na cidade, muitas pessoas que não aceitam a oferta de moradia dada pela prefeitura devem se autodeclarar sem teto – assinando um documento – e desta forma deixam de ter atendimento prioritário.

Foi quando se encontrava nesta situação que Cristina conheceu o *FocusE15*, indicado por uma vizinha. Ela procurou o grupo pelo *Facebook* pedindo ajuda, e a partir de então as outras integrantes passaram a acompanhá-la quando ia ao *Council*. Ela se recusou a aceitar a casa em Birmingham e foi instruída e acompanhada pelo grupo *FocusE15* em outra visita que fez à casa. Tirou fotos e demonstrou que não poderia viver lá. Após algum tempo, conseguiu outra oferta. Desta vez para se mudar a Basildon¹⁶⁷, também distante de Londres, mas não tanto quanto Birmingham¹⁶⁸. Comentando sobre a opção de se mudar a Basildon, ela diz que o governo não a deixaria morar em Londres porque significaria um problema para eles, já que ela poderia ir reclamar todos os dias, mas como sabiam que ela não aceitaria ficar muito longe, ofereceram essa opção. Cristina aceitou, pois a casa tem um bom tamanho e há escola próxima para seus filhos, mas reclama da vizinhança, que segundo ela é racista e a trata muito mal por seus filhos serem resultado de uma

I said, I have lots of disrepairs, like, I've had rats and mice and everything, and just like, I don't feel home, at all.”

¹⁶⁶ Ela é atendida pelo *Council* de Newham, mesmo bairro onde estava localizado o Hostel E15.

¹⁶⁷ Onde vive atualmente.

¹⁶⁸ De Londres a Birmingham, é necessário utilizar um trem intermunicipal que leva cerca de uma hora e trinta minutos. Para ir a Basildon, são trinta minutos.

união inter-racial e ela ser imigrante. Além disso, acredita que o fato de ser ativista faz com que a hostilidade aumente.

O caso de Cristina é emblemático porque atualmente ela participa ativamente das atividades do *FocusE15* e sua situação apresenta semelhanças com as vividas pelo grupo inicial de mães que foram expulsas do Hostel E15 – é mulher, mãe solteira, em situação vulnerável e tentaram fazer com que ela se mudasse para Birmingham¹⁶⁹. Ela encontrou no grupo *FocusE15* uma possibilidade de integração social que reestrutura alguns laços que haviam se rompido em sua vida. Antes de se tornar parte do grupo, ela se encontrava em um país diferente do seu, divorciada e sem moradia digna. Vários dos laços de integração social, ao quais Serge Paugam (2015) se refere, estavam rompidos neste caso, e sua vida estava baseada em estratégias de sobrevivência. Na verdade, ainda estão, segundo ela: “eu não tenho nenhum dinheiro extra. Eu não tenho! Eu quero viver também, eu não quero sobreviver. Mas, mesmo assim, eu continuo sobrevivendo...” (Cristina. Depoimento verbal prestado à pesquisadora). Sua situação atual reflete algo central na luta por moradia: ela teve acesso a um imóvel, mas a localidade não favorece o ingresso no mercado de trabalho, e as condições precárias da casa, junto com o tempo demandado para cuidar dos filhos, tornam difícil seu acesso a um trabalho remunerado. Ela recebe benefícios do governo e tenta sobreviver com isso.

Participar do *FocusE15* a fez perceber que a precariedade em que vive atualmente pode ser mudada:

Eu tenho mais conhecimento sobre a questão da moradia do que eu tinha antes, sabe? Eu não sabia que existiam casas vazias, eu não sabia o que significa austeridade, eu não sabia que isso estava acontecendo. Quer dizer, (...), eu poderia entender que tinha problemas de moradia, mas não sabia a dimensão e tal (...). Eu tenho mais conhecimento sobre moradia através dessa minha experiência, vamos dizer.¹⁷⁰ (Cristina, moradora. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

¹⁶⁹ A transferência/mudança à cidade de Birmingham foi oferecida a várias das mães que faziam parte do grupo inicial do movimento, e hoje em esta opção ainda é oferecida àqueles que são removidos do bairro de Newham (casos acompanhados pelo *FocusE15*). Os preços na cidade são mais baixos do que em Londres.

¹⁷⁰ “I have more knowledge about the housing then I used before, you know. I didn't know there were like empty houses; I didn't know what the austerity meant; I didn't know this was happening, I mean (...) I could understand there was a problem but I didn't know it was this wide in a way and stuff (...) I got more knowledge about the housing through all this... experiment of mine, let's say. (laughs)”

Neste sentido, o caso de Cristina pode ser compreendido como parte do processo de subjetivação descrito por Alain Touraine (1998), que se constitui pela ruptura com os mecanismos de reprodução cultural e de controle social e que possibilita o envolvimento em movimentos sociais:

O sujeito não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, a imagem ideal de si mesmo que ele esboça na intimidade, nos refulhos ocultos de sua existência social. É uma ação, um trabalho. Por isso, não coincide nunca com a experiência individual. A ideia de sujeito está (...) sobretudo, presente em toda parte onde se manifesta uma ação coletiva de construção de um espaço, ao mesmo tempo social, político e moral, de produção da experiência individual e coletiva. (Touraine, 1998, p.98)

O grupo *FocusE15* é uma importante fonte de ânimo para acreditar na mudança que deseja, segundo Cristina. Participar dos eventos do movimento e da parada semanal que promovem na avenida mais movimentada de Stratford, faz com que sua força para continuar lutando por melhores condições de moradia seja renovada, e conseguir mostrar a outros que a situação da moradia é injusta é muito importante. A ativista diz, a respeito de sua participação no ato mensal nas ruas: “eu posso dar a eles alguns conselhos e, sabe, dar suporte a essas pessoas da mesma forma que me deram, dizer ‘continue lutando’, e tudo mais”¹⁷¹ (Cristina. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa).

É interessante notar que o sentimento de dividir experiências com outras pessoas que passam pela mesma situação é comum a vários integrantes dos grupos analisados. A experiência compartilhada por moradia coloca em um mesmo patamar diferentes vivências individuais que envolvem preconceitos e estigmas. A partir do momento em que as pessoas se reconhecem como iguais – ao menos no que se refere à questão da moradia – se unem coletivamente para procurar mudar de maneira estrutural o acesso à habitação de qualidade. Pode-se dizer que a experiência compartilhada de discriminação leva à possibilidade de resgate do autorrespeito, que por sua vez é fundamental para a mobilização política (Honneth, 2003). Ademais, é possível pensar a experiência de igualdade compartilhada como a definição de um “sistema comum de referências” que Melucci (2001) aponta como fundamental à formação de movimentos sociais. A partir da luta contra diversos tipos de discriminação relativos à moradia, os movimentos, como propõe

¹⁷¹ “I can give them some advice and you know, support these people the way I've been supported, just so, you know, "Keep fighting!", and everything”

o autor, são capazes de colocar em xeque todo o sistema de relações que permitem a realidade existente.

4.2.1 Política como cotidiano

José, por exemplo, é um caso interessante para pensarmos a realidade brasileira a partir dessa perspectiva. Nascido na favela da Rocinha, se mudou para a Vila Autódromo em 1994, durante a Copa do Mundo, como faz questão de pontuar. O morador relata que demorou para decidir-se pela compra da casa na Vila, pois quis certificar-se que não haveria problemas de remoção. Soube pelos então futuros vizinhos que o governador Leonel Brizola estava beneficiando os moradores da localidade através do programa Cada Família, Um Lote e então se mudou para o bairro. Ele conta que:

antes de eu fechar negócio, eu vim aqui umas 5 vezes mais ou menos. Eu ia na padaria, outro dia no bar do vizinho, outro dia no bar do Zé da Kaiser, aí pedia uma cerveja. Isso antes de eu vir fechar. Na semana de fechar, vim aqui umas 3 vezes. Sempre perguntando... é incrível, né? Tem coisa que você tem que passar, não tem jeito. Se existe um livro da vida pra cada um, como muitos defendem essa tese, então no meu livro estava que eu tinha que passar por uma resistência. Porque tudo que eu perguntava era se aqui era seguro e se aqui tinha algum perigo de sair. Todas as vezes que eu vim aqui: “não, senhor. Aqui é muito seguro. Isso aqui não vai sair. O senhor não viu o outdoor lá na entrada?”. Eu falei “inclusive eu estou vendo um imóvel aqui porque eu vi esse outdoor e fiquei muito animado. Projeto pé de chão, do governador Leonel Brizola, vai dar tudo de posse”. “Então, aqui não vai sair, vamos receber o título”. E estava lá o outdoor *Projeto Meu Pé de Chão, Governo Leonel Brizola – Titularização*. Um outdoor enorme na entrada. Eu ia pra minha casa e falava pra minha mãe e pra minha esposa... ainda vieram aqui também, uma segunda vez, uma terceira. “Vai receber titularização, não tem perigo”. Aí fechamos negócio, vendemos lá, compramos aqui na transição da moeda, quando mudou de cruzado pra real. Era cruzado, né? Foi nessa mudança aí do Fernando Henrique, 1994. (José. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

O programa Cada Família, Um Lote mencionado por José, no entanto, acabou antes de sua mudança para a Vila. Leonel Brizola foi governador do Rio entre os anos 1983 e 1986 e entre 1991 e 1994. Seu primeiro governo representou uma oposição ao regime militar, e sua aliança com as classes mais vulneráveis o fez procurar atender às demandas da população mais vulnerável, alterando as políticas

voltadas às favelas, até então bastante direcionadas ao remocionismo¹⁷². O Cada Família, Um Lote foi o primeiro projeto de regularização fundiária do Rio de Janeiro e representou um hiato nas ameaças de remoção das favelas, o que pode ter sido fundamental para a decisão de José. Como coloca Mariana Cavalcanti, “o programa Cada Família, um Lote efetivamente acabou com o espectro da remoção ao trazer a regularização fundiária para o horizonte normativo de intervenções urbanísticas em favelas” (Cavalcanti, 2009, p.73).

No entanto, o programa falhou devido a incontáveis dificuldades, dentre as quais, a falta de apoio do governo federal. O governo visava a regularização de 400 mil imóveis “situados em favelas e em loteamentos clandestinos e irregulares da região metropolitana do Rio de Janeiro”, mas somente 16 mil títulos provisórios foram entregues e “em vários casos os documentos definitivos nunca foram outorgados” (Gonçalves, 2013, p.274). Foram diversas as dificuldades de operacionalização do programa: a estrutura institucional do estado era insuficiente e o governo não recebia apoio federal, além dos entraves relacionados a imóveis alugados. Segundo Rafael Soares Gonçalves (2013), o governo queria ceder um imóvel por família, mas nos casos relativos a imóveis alugados foi obrigado a intervir para que os inquilinos pudessem comprar a casa em que viviam. Essa intervenção, no entanto, se inseria em um amplo leque de transações que envolviam organizações criminosas que não estavam interessadas em se desfazer de seu capital imobiliário.

A proposta de regularização fundiária como solução à informalidade urbana traz ao centro do debate o acesso à propriedade privada, já levantado anteriormente. Gonçalves lembra que o projeto Cada Família, Um Lote foi inspirado no trabalho do economista Hernandes de Soto, para quem as áreas informais das cidades deveriam ser integradas à economia formal através da oferta de propriedades privadas aos seus moradores. Essa proposta, apesar de muito bem aceita e difundida pelo Banco Mundial, falha exatamente por tratar moradia como capital e não como bem social¹⁷³. David Harvey considera que o efeito simultâneo de políticas que

¹⁷² Os governos anteriores ao de Brizola trataram a favela como um problema de forma sistemática. Pode-se dizer que somente nos anos 1980 as favelas passam a ser reconhecidas: “apesar de existirem registros de favelas desde o início do século XX, até 1984 as favelas não eram reconhecidas *de jure*, ainda que existissem de fato” (Azevedo & Faulhaber, p.35).

¹⁷³ Tratar moradia como capital, ademais de interferir na coletividade das demandas por políticas públicas, como exposto, também interfere nas ações dos grupos traficantes de drogas, que passam a

oferecem acesso à propriedade privada “quase sempre consiste em destruir os modos coletivos e de não maximização dos lucros de solidariedade social e de apoio mútuo, enquanto o efeito agregado será quase certamente anulado pela falta de empregos estáveis e bem remunerados” (2014, p.57).

Colocar o acesso à propriedade privada como solução possível para a informalidade urbana significa também um risco de sucumbir a um economicismo que percebe o acesso a bens materiais como condição para que os indivíduos atuem na busca de valores imateriais e se envolvam em movimentos sociais identitários, por exemplo. Obviamente a regularização fundiária traria benefícios sociais e urbanos a todos, mas não se pode apontar o acesso à propriedade privada como a solução de uma necessidade puramente econômica e não levar em conta as transformações simbólicas que andam de mãos dadas com ela, tais como a construção do autorrespeito, apontada anteriormente.

O caso de José tipifica a precariedade em que vivem milhares de famílias no Rio de Janeiro: não têm acesso às informações jurídicas e burocráticas que envolvem o acesso à moradia privada e realiza transações com base em informações passadas oralmente por conhecidos; ou seja, não têm acesso a um sistema de atenção social básica que garanta a efetivação de seus direitos, dentre eles o acesso à moradia digna, ademais de estarem sujeitos a políticas públicas que não logram ser realizadas. Maria Alice Rezende de Carvalho (1995), ao tratar da violência crescente na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990, propõe o termo *cidade escassa* para explicar um tipo de fenômeno social onde “a experiência social se organiza com base em intensa fragmentação de juízos, o que torna muito frágil até mesmo o reconhecimento da propriedade, já que ela nada mais é do que um acordo quanto a limites” (Carvalho, M. A., 1995, p.5), ou seja, uma cidade que não está ao alcance de todos, onde os laços de cidadania são frágeis.

Por outro lado, José, aproveitando-se deste hiato remocionista, pôde construir sua casa e viver com sua família na Vila Autódromo por muitos anos. Essa experiência significou a construção de sua própria história na localidade e o estabelecimento de laços que foram valiosos para a resistência. Mariana Cavalcanti, ao analisar etnograficamente a consolidação de favelas, coloca que “a construção

ter, no acesso à moradia oferecida pelo Estado, um bem a ser negociado. Observei tal conduta em minha pesquisa de mestrado, realizada no Bairro Carioca, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida localizado em Triagem, no Rio de Janeiro. Ver detalhes em Sanches, 2016.

da casa e as melhorias coletivas dos espaços comunitários emergem, então, como atividades que constroem futuro e constituem os moradores como sujeitos de sua própria história, de sua própria melhoria” (Cavalcanti, 2009, p.69). A possibilidade de permanência nas favelas traz consigo a chance de construção de um futuro, o que é fundamental para a formação de atores sociais.

Se na Rocinha José vivia em uma casa de apenas um cômodo, na Vila ele e sua família conseguiram construir uma moradia ampla, que se tornou um importante aglutinador social da comunidade, pois sua esposa e filha ofereciam cursos de catequese e ele organizava atividades esportivas com as crianças vizinhas. Isso remete à importância do tempo e do cotidiano para a mobilização política, sobre o que aprofundarei no próximo capítulo.

Pedro, morador da Comunidade do Horto, também demonstra esse sentimento ao falar de seu envolvimento no movimento de luta por moradia da localidade:

A princípio, minha história que estava em risco, né? Então eu tenho que fazer alguma coisa pela minha história. Lógico que o coletivo se beneficia disso, mas é o que eu sempre falo: cara, não vai existir um Gandhi que vai salvar a Índia inteira. A Índia inteira tem que ter consciência que tem que lutar junto com o cara. Ele sozinho não vai fazer nada (Pedro. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

O morador nasceu na Comunidade do Horto, mas estava vivendo em outro bairro da cidade (onde morava sua namorada) quando as ameaças de remoção ganharam força. Ele, então, voltou ao bairro para se unir ao grupo que se organizava. Como mencionado no capítulo 3, a história das remoções da comunidade remonta aos anos 1980, quando é criado o Conama, mas nos anos 2000 as ameaças voltam com mais força e são realizadas algumas reintegrações de posse. Em 2005, foi realizada a primeira tentativa de remoção de caráter violento na comunidade, com a presença da Tropa de Choque da Polícia Militar. Nesta ocasião, Pedro relata que a comunidade se mobilizou e conseguiu resistir. A partir desse momento, os moradores passaram a se preocupar de forma mais sistemática em proteger a comunidade, e alguns projetos foram realizados no intuito de manter a história da localidade viva – construíram uma biblioteca comunitária e realizaram um projeto de resgate das memórias das brincadeiras de rua realizadas no Horto antigo. Os dois projetos, segundo Pedro,

surgiram no início dos anos 2000, nesse sentido mesmo de valorizar a autoestima das pessoas locais, de ter um espaço onde as histórias das pessoas daqui estejam representadas, sejam valorizadas. E foi superbom, porque surtiu muitos resultados positivos. Até das próprias crianças que hoje em dia já são tudo pai de família, mas eles têm uma noção muito melhor do que que é o mundo que cerca eles (Pedro. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Os projetos evoluíram, tiveram apoio do programa federal denominado Pontos de Cultura, e a partir disso criou-se o Museu do Horto, em 2010. Laura Olivieri de Souza (2012), que desenvolveu sua tese de doutorado acerca do Museu, apresenta da seguinte forma a iniciativa:

é um projeto social de memória, criado para dar visibilidade às características históricas de resistência e produção social, cultural e política dessa territorialidade, evidenciando que este lugar, tão tenazmente tratado pelos atuais agentes do poder público, possui e sempre possuiu uma importância econômica e uma integridade social capaz de gerar processos solidários criadores de sentido e representação, apesar de tantas tentativas de desqualificação e estigmatização. (Souza, 2012, p.23)

O Museu representa um dos repertórios de ação utilizados pela Comunidade do Horto em sua luta por moradia, assim como ocorre com o Museu das Remoções da Vila Autódromo. Nos dois casos, a história das comunidades – o tempo de vida no local – se relaciona fortemente ao espaço onde vivem. Não se trata apenas de preservar as relações sociais existentes, mas de localizá-las espacialmente e historicamente. Isso faz bastante sentido para os casos de luta por moradia brasileiros aqui analisados, uma vez que o próprio envolvimento nos movimentos representa um aprendizado cívico. Angela Paiva denomina como “pedagogia cívica” o processo de aprendizado levado a cabo no momento mesmo de participação dos atores em mobilizações políticas:

A própria ação que se inicia pode ser pedagógica, permitindo nova ampliação de seu mundo cognitivo, não apenas com as experiências vividas, e com as estratégias pensadas, mas principalmente, com os marcos interpretativos que são construídos e que fornecem novas visões de mundo para os atores (Paiva, 2013, p.36).

Trataremos especificamente das experiências relativas à participação nos movimentos sociais no capítulo 5, mas aqui é importante apontar o processo a partir do qual o residencial torna-se político, isto é, o momento em que as pessoas se percebem como agentes da mudança que desejam. Madden e Marcuse (2016) usam este termo – o residencial é político – para demonstrar que

a forma que o sistema habitacional adquire é sempre o resultado da luta entre diferentes classes e grupos. Tratar de moradia levanta, necessariamente, questões sobre a ação estatal e o sistema econômico. No entanto, a forma como os antagonismos sociais moldam a habitação é frequentemente esquecido (Madden & Marcuse, 2016, p.4).

Tomo o termo emprestado não só para mostrar estes antagonismos sociais que geralmente são esquecidos quando pensamos habitação, mas também para ilustrar este processo interno aos movimentos sociais, o momento em que os sujeitos decidem tratar sua questão habitacional individual como um problema público e coletivo.

A sociologia da experiência, nesse sentido, oferece um caminho bastante interessante na explicação das configurações sociais de formação dos movimentos sociais. Como dito no início desta tese, Dubet (1994) propõe três dimensões de experiência social: integradora, estratégica e cultural. Segundo o autor, as teorias de mobilização nos ajudam a entender os movimentos sociais, mas “não dizem verdadeiramente o que é mobilizado e que se conserva na experiência social dos indivíduos” (1994, p.228). Procurando trazer para a análise das mobilizações as diferentes experiências sociais involucradas, neste capítulo procurei lançar luz a como a precariedade habitacional afeta a formação dos sujeitos e como impacta a forma como os atores interiorizam os papéis relativos ao local de moradia. No próximo capítulo, se buscará traçar o caminho que leva essa identidade integradora a se transformar em estratégia de conflito, e nos capítulos 6 e 7 será abordada a própria dimensão estratégica de ação social.

5

O residencial é pessoal e político: das experiências pessoais à mobilização política

Jürgen Habermas (2014), quando trata das mudanças estruturais da esfera pública burguesa no início do século XIX, defende que os limites entre as esferas pública e privadas são enfraquecidos na vida nas grandes cidades atuais. Ele sugere que, na medida em que não há mais uma clara determinação do que é público e do que é privado, a esfera íntima é publicitada enquanto a pública é privatizada. Desta forma, definir o que é agir coletivamente de maneira politizada seria fundamental. Judith Butler, ao pensar sobre os movimentos mundiais de 2011 (Primavera Árabe/Praça Tahrir, por exemplo), também pontua tal necessidade:

nesse momento, a política não é mais definida como o negócio exclusivo da esfera pública, distinto do privado, mas cruza essa linha repetidamente, chamando a atenção para o modo como a política já está em casa, ou na rua, ou na vizinhança, ou mesmo naqueles espaços virtuais que são desvinculados pela arquitetura da praça pública. (Butler, 2011)¹⁷⁴

Nesse sentido, é interessante pensar como a percepção do direito à moradia – tanto individual como social – se transforma em motor para ação coletiva que busca mudança estrutural. Ou seja, analisar como experiências individuais em relação à precariedade habitacional ganham contorno político na medida em que a percepção do que é esfera pública também se amplia. Seguindo a trilha apontada no capítulo anterior, acerca dos processos que levam o residencial a tornar-se uma questão política, os resultados das entrevistas, expostas neste capítulo, revelam experiências que levaram os indivíduos a mobilizarem-se politicamente, sendo possível pensar em formulações acerca da cultura cívica de cada cidade.

Neste capítulo, analiso o processo de transição que os sujeitos encontram para transformar experiências íntimas de moradia em repertórios de interesse generalizado. Dois fatores aparecem como fundamentais: a experiência de classe que emerge do convívio cotidiano e troca de percepções sobre as dificuldades do dia a dia e os repertórios de ação criados a partir disso, que buscam tornar o direito

¹⁷⁴ Texto publicado em setembro de 2011 no site <http://eiccp.net/transversal/1011/butler/en>. Acesso em: 10 jan 2019.

à moradia digna tema generalizado, investindo em caminhos alternativos que dialogam com a cultura de classe de cada país.

A partir do exposto nos capítulos anteriores, parece estar evidente que diferentes experiências de lugar levam ao envolvimento em movimentos por moradia. Os movimentos aqui analisados nascem de um primeiro passo em direção a um processo de “descolonização do mundo da vida”, como diria Habermas, ou seja, quando as experiências em relação à moradia deixam de ser somente individuais e passam a ser coletivas, traduzindo-se em novos questionamentos. Mas a partir do momento em que os grupos estão formados, quais experiências de coletividade e de cidade os levam a tornarem-se movimentos sociais sustentados? Em contextos urbanos marcados pela exceção, quais são os “itinerários de reconhecimento”, nos termos propostos por Ananya Roy, percorridos pelos grupos?

A perspectiva de análise dos movimentos sociais a partir das lógicas de ação da sociologia da experiência de Dubet (1994), que percebe a concorrência como uma delas, é interessante nesse sentido. A luta dos movimentos se dá também como uma demanda por reconhecimento do Estado, de parte de uma camada da população que não se vê como beneficiada por políticas públicas que deveriam ser generalizadas.

Seguindo a linha metodológica descrita na Introdução, proponho que os movimentos sejam compreendidos como estratégia de ação dos indivíduos, na medida em que “são sustentados por uma racionalidade limitada que visa fins concorrenciais” (Dubet, 1994, p.123). Ou seja, a partir de uma lógica de ação estratégica (ou de concorrência) que difere da integradora na medida em que traduz os interesses dos atores de forma interessada.

Este capítulo tem a intenção de percorrer uma esteira já bastante conhecida nos estudos urbanos, que relaciona segregação urbana a conflito, mas que, unida à teoria dos movimentos sociais, explicita como a exclusão urbana pode induzir à formação de coletividades ao redor da questão da moradia. As diferenças entre as cidades de Londres e Rio de Janeiro fazem expor mais claramente as influências que a cultura cívica de cada país exerce sobre a mobilização social, e iluminam as relações possíveis entre espaços de moradia e luta por reconhecimento.

5.1 Experiências de identidade de classe

Assim que recebemos nosso aviso de despejo, houve uma reunião do grupo, e isso foi o maior erro deles [da incorporadora responsável pelo edifício], porque todas as mães estavam na sala juntas – e percebemos que não éramos uma ameaça umas às outras, éramos todas apenas mães – e então começamos a dizer "Bem, não vamos embora até vocês nos encontrarem acomodações, o que vai ter que acontecer", e nos disseram que provavelmente teríamos que sair de Londres. Então, as mães começaram a conversar juntas, começamos a nos organizar. Nenhuma de nós tinha um forte histórico político, nenhuma de nós jamais havia feito algo assim antes, mas, ...a primeira coisa que fizemos foi uma petição¹⁷⁵, solicitando que nossas famílias e tantas pessoas pudessem assinar, e escrevemos uma carta ao conselho. Também contatamos alguns jornais, mas não tínhamos ideia... nós contatamos jornais como *The Evening Standard*, *The Sun* e *The New Recorder*, que não são realmente de esquerda (risos), mas isso mostra o quanto nós realmente não fazíamos ideia sobre essas coisas. E de lá pra cá nós construímos essa comunidade incrível...¹⁷⁶ (Carla. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

Foi assim que Carla, uma das participantes do movimento *FocusE15*, relatou o início da formação do grupo. Apesar de viver por dois anos no edifício quando recebeu a notificação de remoção, ela ainda não conhecia suas vizinhas. Ela justifica essa falta de comunicação dizendo que a incorporadora que administrava o edifício havia aconselhado a todas que se mantivessem distantes umas das outras.¹⁷⁷ Como aquela era uma acomodação específica para pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo que grande parte vivia nas ruas antes de se mudar para lá, dizia-se que não se podia confiar em ninguém – todas eram potencialmente um perigo. As mães viviam com medo e pouco se encontravam nas áreas comuns

¹⁷⁵ Um tipo de repertório de ação bastante clássico na Inglaterra.

¹⁷⁶ "as soon as we got our eviction notice, there was a group meeting, which was their biggest mistake, because all of the moms were in the room together - and we realized we're not a threat to one another, we're all just moms - and then we started saying "Well, we're not leaving until you find us accommodation, what's gonna happen", and we were told that we'd probably have to move out of London. So then, uhm, us moms all started talking together, we began organizing; none of us had a strong political background, none of us had ever done anything like this before, but, uhm, the first thing we did was we put, uhm, a petition together, and got our families and as many people could to sign it and wrote a letter to the council. But, uhm, we also contacted some newspapers, but we had no idea, we contacted like *The Evening Standard*, *The Sun* and *The New Recorder* which are like, really not left wing (laughs), but that shows how much we really didn't know about that stuff. Then from there we just became this amazing community."

¹⁷⁷ É possível problematizar a fala de Carla, que responsabiliza a incorporadora pela falta de comunicação entre as moradoras. Talvez a incorporadora não possa ser responsabilizada, uma vez que seus funcionários apenas instruíram as mães a não se comunicarem entre si. No entanto, é bastante comum que moradores de um mesmo edifício não criem laços de amizade. O que é importante para a análise aqui proposta é o fato de as moradoras terem decidido se unir a partir de uma percepção de igualdade gerada a partir do encontro entre elas, e da solidariedade criada quando se percebem enfrentando as mesmas dificuldades.

do prédio, até terem a oportunidade de se encontrarem e perceberem que estavam todas na mesma situação: eram iguais, como identificou Carla. A partir desse primeiro encontro, as mulheres decidiram organizar um abaixo-assinado contra a remoção, mas ainda não tinham muito claro o que fariam a partir disso.

Carla se lembra que não tinha nenhuma experiência política anterior, e que as primeiras ações do grupo foram buscar a mídia e a administração pública local. A perspectiva de ação do grupo ainda estava muito centrada na forma de representação democrática baseada em grupos institucionalizados, tais como sindicatos, e foi somente quando entraram em contato com o *Revolutionary Communist Group* que passaram a organizar sua manifestação semanal nas ruas de Stratford e a compreender a demanda por moradia como uma luta coletiva, ampliando suas demandas. Carla colocou que atualmente vê o movimento como um grupo de pressão:

Eu diria que somos um grupo de pressão e queremos apenas construir o máximo de comunidade e solidariedade possível. Há tantas outras questões, não apenas habitação, e nós também falamos sobre elas – é realmente importante falar sobre racismo, é realmente importante falar sobre austeridade, e nós fazemos. Mas... nosso foco principal é a moradia, e é algo que afeta toda pessoa da classe trabalhadora, pode não ser agora, mas será, e é importante estar lá para quando as pessoas estiverem prontas para resistir à sua própria situação.¹⁷⁸ (Carla. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – tradução nossa.)

A moradia, segundo a fala de nossa entrevistada, é uma questão que afeta toda a classe trabalhadora no país. Este enfoque na luta de classes coloca como fundamental sua compreensão a partir da literatura clássica acerca dos movimentos sociais, que destaca como central seu contato direto com a política formal – significando isso governos e instituições. No entanto, o declínio da importância dos sindicatos e instituições tradicionais de participação ocorrido nas últimas décadas, e certa descrença no papel dos movimentos sociais como aqueles que nasceram nos anos 1960, faz com que também seja necessário adotar perspectivas que levem em conta as dificuldades experimentadas pelas democracias representativas e as novas formas de atuação dos movimentos frente a esses obstáculos.

¹⁷⁸ “I would say that we are, like, a pressure group, and we just want to build as much community, and solidarity as possible; there's so many other issues, not just housing, and we do speak about those as well - it's really important to talk about racism, it's really important to talk about austerity, and we do. But, uhm, our main focus is housing, and it is something that affects every working class person, it might not be right now but it will do, and it's just important to be there for when people are ready to resist their own situation”.

A questão do trabalho está no cerne da formação da classe trabalhadora inglesa. Bryan Turner (2001) mostra como, historicamente, a cidadania social esteve associada ao envolvimento dos indivíduos (homens, geralmente) ao mercado de trabalho, algo que foi fundamental para a construção do Estado de bem-estar social britânico. Os indivíduos tinham seus direitos adquiridos (aposentadoria, saúde, moradia etc.) através de sua atuação na produção de serviços ou bens, por meio de seu trabalho na cadeia produtiva. O autor procura mostrar que essas condições, colocadas como condições para a efetivação dos direitos, estabelecem um padrão de *participação social ativa* no Reino Unido, à medida em que geram a formação de um “capital social” relativo ao trabalho, compartilhado entre todos aqueles que estão envolvidos na cadeia de produção (sindicatos, associações de trabalho etc.).¹⁷⁹

Turner acredita, no entanto, que este padrão de acesso à cidadania sofre uma erosão por conta das transformações sociais, econômicas e militares, que eram as bases de efetivação dos direitos (trabalho, guerra e família)¹⁸⁰ desde a década de 1980. No caso específico do mercado de trabalho, o autor coloca que, ainda que os números do mercado mostrem um aumento de trabalhadores (especialmente mulheres), o modelo neoliberal prega menor participação do Estado, o que gera precarização e conseqüentemente menos acesso a direitos.

A forte concepção de classe do movimento *FocusE15* pode ser compreendida a partir dessa perda de direitos relativos ao trabalho de que fala Turner – a classe trabalhadora perde direitos por conta da precarização geral a que está submetida – mas é importante lembrar que esses direitos não foram excluídos somente devido à terceirização do trabalho, mas se referem também a forma como o acesso a direitos são condicionados a certas identidades. Nesse sentido, Turner propõe que “cidadania é tanto um processo de inclusão, que envolve a realocação de recursos, como um processo de exclusão, baseado na construção de identidades comuns” (Turner, 2001, p.192). Ter os direitos garantidos envolve a distribuição de recursos

¹⁷⁹ Turner lembra que estas instituições eram chamadas de intermediárias por Durkheim, pois mediam a relação entre o Estado e os indivíduos e providenciam regulação moral da sociedade.

¹⁸⁰ O autor defende que a cidadania efetiva estava baseada no trabalho (relativo à contribuição individual à construção e manutenção social), na guerra (defesa de fronteiras e garantia de soberania do Estado-nação) e na reprodução (constituição de famílias, reprodução da nacionalidade) e que com as transformações relativas ao trabalho (terceirização) e as tecnologias associadas à guerra (virtual), as duas deixam de ser rotas para a cidadania ativa.

através do Estado e, a um só tempo, estabelece papéis indentitários que não são somente judiciais, mas que envolvem julgamentos sobre religião, sexualidade e etnias.

No caso do *FocusE15*, a perda dos direitos está mais relacionada às identidades relativas à classe trabalhadora, dentre elas a que se refere às mulheres mães. Quando começou a ganhar notoriedade pública, o grupo recebeu críticas que se direcionavam ao fato de as mulheres serem mães muito jovens e não estarem trabalhando. Houve um julgamento público grande, que tinha caráter meritocrático e machista, à medida que colocava as mães como culpadas pela situação em que se encontravam. As críticas dialogavam com os debates acerca da situação econômica do país, em que se vinha buscando culpados desde a crise de 2008. Shani Orgad e Sarah De Benedictis (2015) discutem como a ideologia neoliberal cria a imagem da mulher feminista como sendo bem-sucedida ao passo que culpabiliza as mães da classe trabalhadora que permanecem em casa com os filhos, por não estarem contribuindo ao mercado de trabalho e dependerem de benefícios públicos. As autoras percebem a criação de imagens de mães boas e más ao mercado:

há uma prevalente e intensificada demonização da classe trabalhadora e da mãe solteira (...) em oposição à “mãe responsável”, resiliente e de classe média que representa a “mãe de qualidade” e reflete as normas da cidadania contemporânea (...) Esta visão normativa de “boa paternidade”, baseada no autogoverno de certos eus de gênero e interligados com a economia, está intimamente ligada ao imbricamento intensificado de maternagem e neoliberalismo.¹⁸¹ (Orgad & De Benedictis, 2015, p.3 – tradução nossa)

Este tipo de imaginário foi demonstrado pelo responsável do *Council* de Newham, em uma das demonstrações públicas que as participantes do grupo fizeram em 2014. O representante do bairro pediu a elas que se retirassem dali, pois aquilo era “um evento familiar”, desconsiderando-as como famílias por serem mães solteiras. Em outra ocasião, a mesma pessoa disse às mães que se elas não tinham

¹⁸¹ “there is a prevalent and intensified demonization of the working-class and the single mother (...) as opposed to ‘the responsible’, resilient, middle-class mother who represents ‘quality mothering’ and reflects the norms of contemporary citizenship (...) This normative view of ‘good parenting’ as predicated on self-governance of certain gendered selves and interlinked with the economy is intimately connected to the intensifying entanglement of mothering and neoliberalism.”

condições econômicas de viver em Newham, elas não poderiam morar no bairro (“*if you cannot afford to live in Newham, you cannot afford to live in Newham*”)¹⁸².

Reinhard Bendix (1996) já apontava essa relação entre trabalhadores merecedores ou não de direitos ao analisar as transformações da Inglaterra no século XVIII. Segundo o autor, a industrialização do país levou a uma intensificação das relações impessoais típicas da organização do mercado, mas manteve ainda graus de paternalismo e elementos educacionais presentes, gerando uma realidade em que os trabalhadores eram disciplinados a trabalhar exaustivamente para se mostrarem como merecedores de seus direitos frente aos empregadores. Essa realidade se traduzia em um paradoxo de importante valor político,

pois o elogio a bons hábitos e ao trabalho árduo conduz por si mesmo a julgamentos hostis de um teor muito provocativo. O trabalhador bom e honesto é um modelo a ser seguido como distinto do trabalhador preguiçoso e imprevidente, cujas deficiências são difundidas pelo rádio (...). A maneira pública pela qual esses “atributos coletivos” são discutidos transforma-os em questão política. A divisão moral das classes baixas em pobres diligentes e pobres imprevidentes não só desafia a complacência do indolente, mas também prejudica o auto respeito daqueles que permanecem pobres apesar dos mais ativos esforços. (Bendix, 1996, p.97)

A consequência desta negação dos direitos de cidadania às classes baixas inglesas acaba por despertar nelas um novo “sentido do direito”, fortalecido justamente pela difusão dos ideais de direitos iguais propagados através do próprio processo de industrialização, que derrubou os déspotas esclarecidos e difundiu a educação, tornando possível a disseminação de informações entre os trabalhadores, via panfletos e jornais. Thompson, ao analisar as transformações ocorridas na Inglaterra no mesmo século, concorda:

Por quase cem anos os pobres não eram os perdedores completos. Eles mantiveram sua cultura tradicional; conseguiram enfrentar parcialmente a disciplina de trabalho no primeiro industrialismo; talvez tenham expandido o escopo das Leis de Pobres forçando uma caridade que pode ter impedido que os anos de escassez se tornassem uma crise de subsistência; e desfrutaram da liberdade de se jogarem nas ruas, (...) o que quase erroneamente induziu-os a pensar que eram “livres”. A década de 1790 eliminou tal ilusão e, na esteira de experiências daqueles anos, a relação de

¹⁸² Ambas situações são descritas em alguns trabalhos, como o de Paul Watt (2013) e Ella Bradbury (2015). Um vídeo mostrando o evento em que o responsável pelo Council de Newham diz que aquilo era um evento familiar está disponível em: <https://youtu.be/gsPxancNiqk>. Acesso em: 3 jul 2018.

reciprocidade colapsou. Ao colapsar, naquele exato momento, a *gentry*¹⁸³ perdeu sua confiante hegemonia cultural. De repente, parecia que o mundo não estava, depois de tudo, ligado em todos os pontos por seus governantes e vigiado por seu poder. O homem era um homem "apesar de tudo". Nos afastamos do campo de força do século XVIII e entramos em um período em que existe uma reorganização estrutural das relações de classe e ideologia. É possível, pela primeira vez, analisar o processo histórico nos termos das representações de classe do século XIX.¹⁸⁴ (1979, p.61 – a tradução é nossa)

Em outras palavras, a classe trabalhadora passa a ter mais consciência de sua posição social por se perceber como excluída da comunidade cívica do país, construindo uma identidade própria ao longo dos anos. É interessante notar como o caso do *FocusE15* torna evidentes algumas das principais características da cultura política da Inglaterra, onde a classe trabalhadora demanda constantemente a efetivação de direitos civis que, apesar de estarem previstos em leis, lhes são negados.

Charles Tilly (2005), ao analisar as transformações nas formas de mobilização política na Inglaterra entre os anos 1758 e 1834 concorda com Thompson que a cultura cívica compartilhada é fundamental como criação de consenso e formação de classes sociais, mas procura mostrar que essa perspectiva (que denomina de “construção social”) não é capaz de elucidar por completo a realidade social. Ele propõe uma perspectiva que tem na agência um fator importante: “meus argumentos negam que toda a experiência social se reduz ao texto sem agente, e afirmam que o desenvolvimento da política nacional de massas diz respeito às ações verificáveis de pessoas reais”¹⁸⁵ (2005, p.39 – a tradução é nossa). Tilly considera que as ações sociais estão inseridas em quadros político

¹⁸³ Definição do Houaiss: gente da pequena nobreza ou de boa família, educada. Barrington Moore Jr. (1967) descreve tal classe como: “Média e pequena nobreza citadina ou rural, na Grã-Bretanha, cuja base econômica é fundamentalmente a propriedade de bens de raiz, compõe-se do conjunto dos gentlemen, isto é, dos que têm direito a usar armas e a envergar a cota, bem como de desafiar para duelo qualquer gentil-homem de duque para baixo.” (p.617)

¹⁸⁴ “Durante casi cien años los pobres no fueron los completos perdedores. Conservaron su cultura tradicional; lograron atajar parcialmente la disciplina laboral del primer industrialismo; quizás ampliaron el alcance de las Leyes de Pobres; obligaron a que se ejerciera una caridad que pudo evitar que los afios de escasez se convirtieran en crisis de subsistencias; y disfrutaron de las libertades de lanzarse a las calles, (...) y casi les indujo erróneamente a pensar que eran ‘libres’. Los años 1790 eliminaron tal ilusión y, a raíz de las experiencias de esos afios, la relación de reciprocidad saltó. Al saltar, en ese mismo momento, perdió la gentry su confiada hegemonía cultural. Pareció repentinamente que el mundo no estaba, después de todo, ligado en todo punto por sus gobernantes y vigilado por su poder. Un hombre era un hombre ‘a pesar de todo’. Nos apartamos del campo de fuerza del siglo XVIII y entramos en un período en que se produce una reorganización estructural de relaciones de clase e ideología. Se hace posible, por primera vez, analizar el proceso histórico en los términos de notaciones de clase del siglo XIX.”

¹⁸⁵ “my arguments deny that all social experience reduces to agentless text, and affirm that the development of mass national politics concerns the ascertainable actions of real people.”

culturais amplos que incluem memórias, experiências, condições materiais, poder e relações sociais. Para o autor, as ações coletivas refletem aprendizados baseados em distribuição geográfica, crenças e convenções, e são levadas a cabo por indivíduos que refletem mais do que classe social. A experiência individual é fundamental nessa perspectiva, mas não aquela que individualiza as ações sociais, mas que reflete as mais diversas relações que a cerca.

Kevin McDonald (2004) adota perspectiva semelhante ao notar que a concepção de identidade de classe cria uma correspondência entre o “eu” e o “nós” que acaba por transformar os sujeitos em agentes a serviço de uma categoria, gerando uma lacuna interpretativa da natureza subjetiva dos movimentos sociais contemporâneos (McDonald, 2004, p.583). Para o autor, grande parte da literatura acerca dos movimentos sociais aponta as relações que se formam a partir da coletividade, com o sujeito sendo parte do movimento – “where the ‘I’ understands itself as part of the ‘we’”; mas há, segundo ele, a necessidade de adotar-se uma perspectiva que compreenda o sujeito como “outro” – experiences of “I” as “another”. Ou seja, o autor propõe que os movimentos sejam analisados não por sua experiência coletiva, mas pela “experiência da diferença”,

como uma forma de experiência melhor analisada, não em termos da relação do indivíduo com o coletivo, mas em termos do relacionamento com o outro, no qual o eu se torna outro. Isso nos alerta para a ética emergente da presença em tais movimentos, para o crescente lugar do privado nas gramáticas do conflito, para a importância das formas de comunicação corporificada e para o surgimento de gramáticas de ação (McDonald, 2004, p.589)

No caso do outro movimento londrino, o *SaveNorthWold*, a questão de classe se apresenta como uma construção que dialoga com a perspectiva de McDonald (2004). A maioria das participantes do grupo não se via como parte de uma classe excluída oposta à elite, e não tinham experiência de vida de exclusão até que a possibilidade de remoção surgiu. Evelyn, quem inicialmente organizou o grupo *SaveNorthWold* e responsável pela manutenção do perfil do movimento nas redes sociais, experimentou a realidade de exclusão somente quando foi morar no edifício. Quando conversamos sobre os significados de sua moradia ali, ela me disse:

Eu sinto como se eu vivesse em um campo de batalha [desde que soube da possibilidade de remoção]... Eu pensei que poderia estar segura aqui, que eu poderia

viver aqui enquanto eu quisesse viver em Londres; era uma maneira de viver em Londres que eu poderia pagar. Eu sou uma profissional, eu sou altamente qualificada, mas trabalho com arte, e meu salário é relativamente baixo, e se eu mudasse daqui teria que morar fora de Londres. A comunidade significa muito para mim, eu conheci muito mais as pessoas por causa do movimento... É um bairro amigável e há muitos problemas aqui também, porque isso é moradia social – há muitas pessoas vulneráveis vivendo aqui, há pessoas enfrentando problemas com álcool, há pessoas com antecedentes criminais, há pessoas com problemas de saúde mental. É muito misturado, mas é real, se sente a realidade ao morar aqui.¹⁸⁶ (Evelyn. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa.)

Suas experiências de vida não são relativas à exclusão, e o movimento a colocou em contato com uma realidade desconhecida até então, mesmo que ela já vivesse no edifício por oito anos quando conversamos. Foi ela, juntamente com um professor da Universidade de Birkbeck, quem organizou a pesquisa acerca do perfil dos moradores do conjunto de edifícios e seu conhecimento acerca da possibilidade de remoção, da qual participei durante um período. Através da pesquisa com a vizinhança, Evelyn procurava disseminar a possibilidade de remoção, da qual muitas pessoas não sabiam. Quando entreguei os questionários preenchidos, e disse que algumas pessoas não quiseram responder porque não seriam afetadas, ela me disse: “todos serão afetados, ainda que seu apartamento não seja demolido!”.

A experiência de Evelyn a distancia de parte dos moradores do edifício, mas seu engajamento no movimento a fez adotar outra perspectiva acerca da realidade, quando diz que sente a realidade ao viver ali (“it feels real to live here”) é como se ela se desse conta que sua realidade sempre havia sido aquela. E. P. Thompson, ao descrever a formação da consciência de classe social na Inglaterra, mostra como foi importante a união entre educação acerca da história dos conflitos de classe e experiências pessoais de trabalhadores neste processo. O autor coloca que

a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente

¹⁸⁶ “I feel like I live in a battle ground. Part of that is because this is my palace, it’s my space, it’s my studio, it’s my work, my flat is my ongoing projects, it’s my garden, and I’ve made my flat into a garden... This is where... I thought I could be secure in here, I could live here for as long as I wanted to live in London, it was a way to live in London that I can afford. I’m a professional, I’m quite highly qualified, but I work in the arts, and my pay is relatively low, and if I moved out here I would have to live out of London. The community means a lot to me, I got to know people a lot more because of the campaign. I feel safe here, I feel much more safer here as a single woman living on my own than I would in a house on the street, I know there’s people that I could count on. It’s a friendly neighbourhood and there’s a lot of problems here as well, cause this is social estate, there are lots of vulnerable people living here, there are people facing alcohol problems, there are people with criminal records, there are people with mental health issues. It’s very mixed, but its real, it feels real living here”.

político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como “classes industriosas” e, de outro, a Câmara dos Comuns não reformada. (Thompson, 2012, p.414)

Por outro lado, algumas outras participantes do grupo não seguiram o mesmo caminho, talvez pela crença de que caso saíssem dali, teriam outra oportunidade de moradia, mas a falta de percepção de igualdade, ou de pertencimento à classe trabalhadora, parece ser uma boa explicação. Charlotte, como vimos, acredita que morar no conjunto é um fracasso pessoal, dizendo que seus irmãos e irmãs compraram suas próprias casas e que possui um *middle class background*. Além disso, acredita que merecia algo melhor: “trabalhei tão duro, e as pessoas conseguem lugares tão bons, mesmo professores [como ela] vivem em lugares bons também”. Participar do movimento a colocou em contato com pessoas da vizinhança, mas de forma distanciada:

Estou começando a fazer amigos através do *SaveNorthwold*, e certamente há muito calor humano e conhecidos talvez. Mas fora das atividades do *SaveNorthwold* eu realmente não encontro com as pessoas. Meus vizinhos são bons, tenho apenas uma vizinha, uma menina, quer dizer – ela coloca todas as coisas dela por aí, mas isso é porque, você sabe, há muitos deles lá [pessoas no apartamento], o que é um risco de segurança – mas ela é muito doce. Então eu não tenho grandes problemas realmente desse ponto de vista.¹⁸⁷ (Charlotte. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa.)

Charlotte expressa bem o imaginário acerca da classe trabalhadora na Inglaterra na contemporaneidade, e seu engajamento no grupo se acerca do que McDonald (2004) apontava como crescente caráter individual de engajamento. Durante a entrevista, Charlotte me disse que decidiu participar do grupo como forma de não ter que passar por aquela situação dramática sozinha: “Eu me envolvi somente porque senti que seria uma forma de não passar por toda essa experiência sozinha”¹⁸⁸, mas mantém uma postura discriminatória em relação à vizinhança. Sua perspectiva vai ao encontro do que Lisa McKenzie (2015) apontou ao analisar um bairro popular inglês. Segundo a autora, nos últimos anos, as palavras *council*

¹⁸⁷ “I’m beginning to make friends through the *SaveNorthwold*, and certainly there’s a lot of warmth and acquaintances maybe. But outside the *Northwold* activities I don’t really see people. The neighbours are fine, my neighbour is just a young girl, I mean, she puts all her stuff around but that’s because, you know, there’s too many of them there, which is a hazard safety risk, but she’s very sweet. So I don’t have any big problems really on that point of view.”

¹⁸⁸ “I got involved just because I felt there was a way of not going through the whole experience on my own.”

estates – usadas para descrever moradias públicas – têm sido associadas a uma grande quantidade de problemas sociais: “de moradia e desemprego a baixos salários, criminalidade e fracasso” (McKenzie, 2015, p.20). Essa associação faz com que os moradores de habitações públicas não queiram se identificar como tal, pois quando o fazem são logo estigmatizados como responsáveis por “quebrar o país”, uma vez que dependem de benefícios públicos.

A partir de uma grande pesquisa acerca das relações entre desigualdade e classes sociais no Reino Unido, realizada entre 2011 e 2013, Mike Savage et al. (2015) defendem que o conceito de capital cultural proposto por Pierre Bourdieu é fundamental para a compreensão das diferenças de classe inglesas: “o capital cultural opera através da organização das hierarquias culturais, que por sua vez operam por meio das classes sociais” (Mike Savage et al., 2015, p.337). Para os autores, os símbolos culturais associados à classe trabalhadora são muitas vezes negados pelos próprios indivíduos que a compõe, o que não deve ser entendido como falta de reflexividade ou ignorância, mas analisado através das várias nuances que se combinam na concepção dessa classe.

Ao não querer associar-se à imagem de moradora de *council estate*, Charlotte acaba não participando ativamente do movimento formado em sua vizinhança, talvez por pensar que participar do movimento – estar nas ruas fazendo demonstrações – faria parecer que ela faz parte da classe trabalhadora, o que faz questão de dizer que não. Como visto no capítulo 3, o movimento *SaveNorthWold* é formado majoritariamente por proprietários privados dos imóveis, comprados a partir do programa *Right to buy*. Além da possibilidade levantada no capítulo anterior, que relaciona a cultura individualista relativa à propriedade privada a uma possibilidade explicativa da mobilização no edifício, também pode-se discutir em que medida fazer parte de um movimento social, especialmente relacionado à moradia, pode ser compreendido como uma declaração de posicionamento dentro da luta de classes, e como isso impacta a adesão ao grupo. Há subjetividades involucradas na participação em movimentos de luta por moradia que vão além da demanda por habitação.

Em uma reunião de organização do movimento, realizada em um dos apartamentos do conjunto, uma das participantes cogitou a ideia de realizarem uma ação similar àquela que o *FocusE15* organiza todos os sábados – preparar uma manifestação na calçada, expondo as demandas do movimento e colhendo

assinaturas de apoio. Os demais participantes se dividiram acerca da proposta, e uma das mulheres disse: “eu não quero estar na rua como elas”. A manifestação foi organizada, mas não durou mais do que dois finais de semana, com baixa adesão do grupo. Durante o primeiro dia, os ativistas presentes conversaram com moradores do bairro, e perceberam que poucos sabiam sobre a proposta de demolição e reconstrução do conjunto de edifícios. A avaliação da manifestação foi positiva, segundo as organizadoras, como forma de criar “consciência local”, mas durou pouco devido a parte do grupo não se motivar a ir às ruas.

Os movimentos de luta por moradia são tradicionalmente compreendidos como de classe, uma vez que demandam o investimento em políticas públicas destinadas a pessoas que não possuem casa, mas é interessante perceber como acabam também se relacionando aos *estigmas* relacionados ao *preariado urbano*¹⁸⁹, que por sua vez se relacionam às identidades de classe – ou seja, não se relacionam à classe social apenas por seu caráter econômico, mas também identitário. Loïc Wacquant (2005) realizou uma comparação entre a periferia urbana na França (Paris) e nos Estados Unidos (South Side de Chicago) e percebeu a existência do que denominou “estigma territorial”, processo através do qual se evidenciam os “princípios de visão e de divisão sociais que moldam a consciência e as práticas de seus respectivos habitantes” (Wacquant, 2005, p.9).

O autor percebe um fenômeno comum aos dois casos acompanhados: a erosão do que denomina “sentido de lugar” e a ausência de um “idioma coletivo de reivindicações” (2005, p.10) causados pelas transformações da marginalidade urbana fomentadas pela expansão capitalista e consequente precarização do trabalho que acentuam as experiências de “desproletarização e destituição”. O estigma territorial, nessa leitura, é sentido como um peso difícil de suportar. Há um possível diálogo, portanto, entre o processo de perda do sentido do lugar e o efeito que Dubet percebe como recorrente em casos de discriminação: a dissociação. O autor sugere que este tipo de reação ocorre quando os sujeitos perdem a capacidade de se enxergarem nos demais, de se reconhecerem como iguais, ocorrendo uma espécie de desengajamento, adotado como uma forma de proteção. O sujeito se

¹⁸⁹ O termo *preariado*, como informado na Introdução, é bastante utilizado para tratar da classe de trabalhadores sem formalização de contratos ou terceirizados. O utilizo para descrever parte da classe trabalhadora, especificamente urbana, que convivem com a precariedade em relação à moradia.

desengaja da sociedade pois não se reconhece mais nela, e não acredita ser reconhecido pelos demais. Dubet argumenta ainda que a discriminação afeta a reflexividade dos indivíduos, pois na medida em que sofrem injustiças, cotidianamente, perdem a possibilidade de se autorreconhecerem como sujeitos que compartilham uma igualdade.

Alain Touraine (2007) defende uma hipótese se confirma a partir desta pesquisa, de que há uma relação sensível entre os indivíduos – definidos por suas identidades e pertencas – e o ser de direito – reconhecido por ser autônomo e livre. Esta relação de si para si, que para o autor é considerada como processo de subjetivação¹⁹⁰, parece ser ameaçada pelo crescente individualismo da sociedade, ou “o fim do social e o desaparecimento das sociedades” (Touraine, 2007, p.145) como o próprio autor coloca. Nos casos expostos acima, parece existir um processo de discriminação e de estigmatização tanto da sociedade em relação aos moradores do conjunto quanto na perspectiva dos próprios moradores de si mesmos. Em alguns casos, como o de Evelyn e Charlotte, a ameaça de remoção as levou a adotar uma perspectiva reflexiva, também apontada por Touraine. Segundo o autor, a relação de si para si se fortalece quando os indivíduos passam por situações em que os laços sociais se enfraquecem ou se reforçam.

A categoria reflexividade usada no sentido exposto por Touraine e Dubet foi elaborada por Anthony Giddens, ao pensar sobre as transformações sociais da modernidade. Segundo o sociólogo britânico, os processos sociais modernos agem de forma desgovernada, e os indivíduos buscam no cotidiano formas de dominá-los para não ficarem à mercê do “carro de jagrená”¹⁹¹. Uma das formas é a reflexividade, algo cotidiano entre todos os seres humanos (pois capazes de formarem e reformularem o autoconhecimento) mas que no caso de perda de referências tradicionais, como ocorre na modernidade, possibilita o que o autor denomina “reencaixe”, ou seja, a confiança nas relações entre pessoas distintas e nos sistemas abstratos que passam a fazer parte do dia a dia. A reflexividade

¹⁹⁰ Que o autor define como “descoberta do sujeito a partir do indivíduo empírico” (Touraine, 2007, p.144).

¹⁹¹ Anthony Giddens (2002) usa da imagem do Carro de Jagrená em sua interpretação das transformações ocorridas na contemporaneidade. A imagem se refere a uma divindade hindu que sai em um carro desgovernado pelas ruas, por onde os devotos se jogam de maneira sacrificial, não com a pretensão de morrer, mas de se oferecer. Alguns morrem. O carro não tem governo, mas uma orientação errática. Segundo o autor, nós viveríamos num mundo que se comportaria como esse carro desgovernado: uma multidão de processos interagindo uns com os outros, influenciando nas ações de cada qual, que podem terminar em desastres ambientais e em guerras.

possibilita uma segurança ontológica, ou seja, a confiança na constância dos ambientes que nos cercam e em relação aos outros, fundamental para a criação da autoidentidade.

Para Touraine, os movimentos sociais existem justamente nesse caminho de construção de subjetividades e de reflexividade. Segundo o autor, os movimentos nascem para “defender direitos fundamentais, para além da defesa dos interesses ou das ideias” e nesse sentido, se aproximam do próprio processo de subjetivação:

O termo “direitos fundamentais” indica aqui claramente que o que está em jogo vai além do social, e diz respeito à própria humanidade dos seres humanos. O que suscita um movimento social inicialmente é o fato dele não ser reconhecido e respeitado, de ser humilhado, ou, como se dizia, alienado, isto é, privado desta relação direta consigo mesmo sem a qual nenhum direito tem fundamento sólido. (Touraine, 2007, p.147)

Neste sentido, tanto Giddens quanto Touraine dialogam com Karl Marx e Friedrich Engels (2010), para quem é necessário dominar a história para fazer história, ou seja, tomar consciência para mudar a história. Ainda que em Marx e Engels os indivíduos sejam subordinados à sua própria classe até que suceda a eliminação da propriedade privada e do próprio trabalho¹⁹², os autores seguem caminhos similares no que tange à tomada de consciência através da *historicidade*:

Assim também se explica por que razão a consciência, ao preocupar-se com aspectos singulares que são passíveis de uma síntese mais geral, pode ultrapassar aparentemente as relações empíricas contemporâneas, de tal maneira que, nas lutas de uma época posterior as pessoas podem apoiar-se, como autoridade, em teóricos anteriores. (Touraine, 2007, p.99).

No caso do *FocusE15* fica bastante evidente o caráter de classe e das subjetividades relacionadas a ele. Os exemplos do *SaveNorthWold* servem como contraste: as entrevistadas não se reconhecem como os demais moradores do bairro, pois sabem pertencer a uma classe social distinta. Sem embargo, as ameaças de perdas de direitos as unem ao redor de uma demanda comum, possibilitando uma

¹⁹² “Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe, de resto, terminam por ser inimigos pela concorrência. Por outro lado, a classe torna-se independente dos indivíduos, de modo que eles encontram as suas condições de vida previamente estabelecidas e recebem de sua classe, completamente delineada, a sua posição na vida junto com seu desenvolvimento pessoal; estão desta maneira, subordinados à classe. E o mesmo fenômeno antes encontrado na subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho; e só pode ser eliminado por meio da abolição da propriedade privada e do próprio trabalho.” (Marx & Engels, 2010, p.91).

maior reflexividade sobre si mesmas e o histórico de lutas por moradia existente na cidade. Evelyn reconhece que sua luta tem uma dimensão maior do que sua própria realidade, em um processo de “descolonização do mundo da vida”, mencionado no início do capítulo:

Essa luta é sobre o princípio da habitação social – trata-se dos direitos dos indivíduos a terem casa, moradia social, a terem casa e comunidade; é também sobre os direitos dos arrendatários a continuarem com suas vidas, a viver onde escolheram, em um lugar que possam pagar. Nessa luta está a luta de não ser forçado a viver fora de Londres.¹⁹³ (Evelyn. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa)

Em diálogo com as perspectivas expostas, pode-se mencionar a terceira dimensão dos tipos de reconhecimento recíproco descritos por Honneth, que diz respeito à estima social, ou à capacidade de *empatia* entre os sujeitos, independentemente de seu *status*. Esta dimensão se relaciona mais às características individuais de cada um, a uma forma de vínculo criada pelo compartilhamento de subjetividades semelhantes. Dito de outra forma, este tipo de reconhecimento sugere um grau de igualdade entre indivíduos – tomando a concepção de indivíduo que nasce com a modernidade – que universaliza a ideia de “dignidade humana”. A partir desta igualdade básica fundada no princípio de dignidade, os sujeitos podem então reunir-se em grupos onde compartilham subjetividades que os unem.

5.1.1 Igualdade como fim do sujeito?

Tendo garantido um grau de igualdade com seus pares sociais, os indivíduos passam a contar com a possibilidade de sentirem-se valorizados por características subjetivas, pois “uma pessoa só pode se sentir ‘valiosa’ quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais” (Honneth, 2003, p.204). À medida em que os sujeitos desenvolvem este tipo de estima por si próprio, e que a sociedade lhes oferece esta possibilidade, pode-se falar em um “estado pós-tradicional de solidariedade social” (Honneth, 2003, p.210).

¹⁹³ “This fight is about the principle of social housing – It’s about individuals rights to their homes, social homes, and their homes and their community, It’s about the rights of leaseholders to go on with their lives, who have chosen to live somewhere they can afford, within that is the fight of not being forced to live out of London.”

Os tipos de relações solidárias que caracterizam esta realidade descrita pelo autor são fundadas em um princípio de simetria que promove a autonomia dos sujeitos que se percebem similares uns aos outros, ao mesmo tempo em que mantém interesse pelas particularidades dos demais; “simétrico” significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade (Honneth, 2003, p.211).

Essa experiência de si mesmo pode ser relacionada, em alguma medida, à própria formação das cidades ocidentais, e especialmente à forma como Londres se tornou a capital do país. Max Weber (1991), mencionado no capítulo 2, nos lembra que a formação das cidades – que tem sua tipificação ideal em Veneza – se dá a partir da associação estamental dirigida por linhagens de profissionais que se especializam em certas categorias. Há, antes da constituição da cidade, um processo de racionalização da administração da vida pública, que separa religião e poder, responsável pelas transformações que levam à queda de reis e soberanos que tinham seu poder fundamentado em herança divina. Weber nos mostra que é nas cidades ocidentais que o moderno se materializa, quando – em um tipo ideal – possibilita que as mesmas regras e direitos sejam desfrutados por todos aqueles que pertençam ao seu território. O ar da cidade torna livre, diz o autor, pois é neste espaço que a ascensão da servidão à liberdade se faz possível, por meio da execução de atividades monetárias.

Weber coloca que o sentido sociológico da unificação das cidades se dá na apropriação dos poderes de dominação e monopolização das oportunidades econômicas. No caso da Inglaterra, como visto, o autor nos lembra que a nobreza urbana não se formou pelas linhagens, como na Itália. A constituição urbana do país esteve relacionada ao poder da realeza, e um fator decisivo para a formação das cidades inglesas, principalmente Londres, foi a centralização dos interesses econômicos e fiscais.

Cabe observar como o exemplo do *SaveNorthWold* lança luz sobre o desenvolvimento de tal “estado pós-tradicional de solidariedade social”. As diferenças relacionadas ao pertencimento à classe trabalhadora não impedem a constituição da simetria de que Honneth fala, ao passo que os participantes do movimento, ainda que possuam diferentes status econômico, criam um grupo formado a partir da percepção de igual dignidade. Voltando à proposta de Touraine,

pode-se afirmar que os indivíduos são captados por dividirem uma situação social partilhada – suas distintas histórias de vida os levam a participar de um mesmo movimento social, ainda que diversas subjetividades as diferenciem.

No caso da Vila Autódromo, a percepção do pertencimento a uma classe tampouco estava evidente no início da formação do grupo, mas foi fundamental para sua permanência ao longo dos anos. Os moradores que continuam morando na localidade dizem que a princípio sua luta estava focada nas relações afetivas que mantinham com o bairro, e que o sentimento de injustiça aflorou durante as ameaças de remoção, num processo caracterizado como “colcha de retalhos” por uma das entrevistadas. Uma das moradoras relatou da seguinte forma o princípio de seu envolvimento no movimento social:

fui indo e fui tendo cada vez mais consciência e fui aprendendo e descobrindo o que era meu direito [às reuniões na Associação e de elaboração do Plano Popular]. E cada dia que foi passando eu fui vendo que eu não tinha que sair daqui, era um absurdo eu sair daqui se depois disso daqui ia virar um grande bairro. E eu que já estava aqui, que vi esse bairro crescer, essa comunidade crescer, e que nunca o governo fez nada por ela, e de repente vai ter um grande bairro com urbanização...eu me perguntava: por que que eu tenho que sair daqui? Por que que o novo vizinho não pode se adaptar a mim? Qual a diferença entre a gente? E onde é que fica o meu direito de cidadã? Então, comecei a indagar essas perguntas pra mim mesma. E cada dia que passava eu começava a perceber que eu podia ficar aqui sim, que eu tinha esse direito, sim, e que o cidadão que vem é que aprenda a lidar comigo. (Pilar. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Essa experiência de se perceber diferente – a consciência de que por ser pobre teria que sair do bairro – fez com que os moradores se organizassem em torno de sua igualdade, que era mantida justamente pela proximidade em que viviam. Os moradores relatam que se apropriaram mais de seus direitos a partir da troca estabelecida pela rede que se constituiu a partir das reuniões de mobilização e que, em meio às remoções, veio a gerar o *Museu das Remoções*, uma iniciativa que propõe “registrar as práticas sociais da Vila Autódromo e reconstruir a relação entre o território e a memória da comunidade” (Bogado, 2017, p.280), como mencionado no início da tese e assunto que será abordado mais adiante.

É interessante perceber as diferentes formas de identidade de classe que se constroem em cada país, gerando contrastes em torno do acesso aos direitos. Na Inglaterra, como vimos, a identidade cidadã está bastante relacionada ao mercado de trabalho, sendo que o Estado provê direitos àqueles que contribuem para sua sustentação. Um dos dados que chamou a atenção durante o desenvolvimento desta

pesquisa se refere justamente à inserção no mercado de trabalho por parte dos entrevistados. De dez pessoas entrevistadas na Inglaterra, oito trabalham formalmente, uma está aposentada e outra está desempregada (tem dificuldade em conseguir trabalho por ser imigrante, segundo ela). No Brasil, por outro lado, das onze pessoas entrevistadas, apenas uma trabalha regularmente, como microempreendedor individual (MEI), e as demais estão sem trabalho regular, vivendo de “bicos” ou de ajuda de familiares. Apesar de ser uma amostragem micro, esse dado leva a algumas considerações relacionadas à discussão anterior.

As realidades encontradas nos dois países apontam novamente o que Touraine (2007) diagnosticou como “fim do social”, ao menos do “social” como conhecido até recentemente. A crise representativa em relação à classe não atinge somente os trabalhadores, mas todos aqueles que se identificavam com fortes instituições que perderam seu peso na contemporaneidade. Segundo o autor,

O grande esfacelamento da vida social provocado pelo triunfo do capitalismo (...) fez desaparecer as formas de pensamento e de organização social que repousavam sobre as relações sociais, relações de hierarquia bem como de conflito. (...) Isso não significa que estas categorias ou estes problemas tenham desaparecido, mas que eles não têm mais a função estruturante que tiveram por tanto tempo, assim como as relações de parentesco e de vizinhança não têm mais a mesma importância em determinadas sociedades. (Touraine, 2009, p.219)

Duas consequências diretas desse processo são apontadas pelo autor: 1) “perda de sentido das categorias de ação coletiva”, em especial partidos e sindicatos, e 2) o esvaziamento do poder discursivo da esfera pública, ocasionado, em parte, pela crescente influência das mídias sociais. Touraine acredita que as transformações ocorridas com o avanço do capitalismo, portanto, modificam a estrutura organizacional das sociedades, que deixa de ser feita em torno de instituições estatais.

A sociologia, segundo o autor, para ser capaz de analisar a realidade que nasce a partir destas transformações, deve mudar seu foco e centrar-se na análise dos sujeitos. Isso porque as ideias de sociedade e Estado perdem a importância tradicionalmente outorgada a elas, ainda que continuem centrais à nossa área de estudos, e os sujeitos se afirmem eles mesmos como possuidores de direitos universais.

Há um aparente paradoxo presente nesta discussão: se são os sujeitos os protagonistas das sociedades contemporâneas, mas as instituições estatais ainda

operam papel fundamental na provisão de moradia, como relacionar a demanda por moradia aos sujeitos contemporâneos, para os quais relações como as de vizinhança não teriam mais tanto peso? Ao relacionar moradia à subjetividade pretendemos trazer à luz tal debate: quais as identidades às quais os sujeitos recorrem nas lutas por moradia contemporâneas? O que estas lutas revelam sobre os sujeitos? Judith Butler (2018) apresenta uma perspectiva importante nesse sentido, recorrendo à Hannah Arendt de forma a trazer a esfera privada ao debate acerca das ações públicas populares.

Butler questiona quais os significados das ações conjuntas em realidades onde as condições para tal “estão destruídas ou entrando em colapso” (2018, p.29) e recorre à categoria *precariedade* para unir experiências polissêmicas que acarretam ações coletivas. A autora percebe que as manifestações públicas ocorridas nos anos recentes são formas de resistência à condição precária e demandam que “as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vivíveis” (2018, p.76). É fundamental que as diversas populações submetidas à vida precária se unam em uma luta mais generalizada contra a precariedade:

A questão não é se reunir por modos de igualdade que nos mergulhariam a todos em condições igualmente não vivíveis. Ao contrário, a ideia é exigir uma vida igualmente possível de ser vivida, que também seja posta em prática por aqueles que fazem a reivindicação e isso requer a distribuição igualitária dos bens públicos (Butler, 2018, p.78)

Assim, a vulnerabilidade em relação à moradia, a falta de condições mínimas de sobrevivência – a precariedade vivida na esfera privada à qual Hannah Arendt se voltava – interferem na forma como as pessoas são capazes de agir coletivamente. Nesse sentido, Butler (2018) considera fundamental que o sentimento de precariedade una lutas identitárias àquelas relativas a direitos básicos de cidadania em um quadro amplo de demanda por justiça social.

A proposta de Butler, por sua vez, dialoga justamente com a definição de movimentos sociais proposta por Melucci e apresentada no Capítulo 2. O autor italiano pautava a importância em diferenciar fenômenos de agregação daqueles que constroem relações de reconhecimento amplas, tais como os movimentos sociais. O enquadramento da luta por moradia em demandas mais amplas de justiça social possibilita justamente a construção de relações de reconhecimento entre sujeitos

distintos, e se mostrou fundamental para a criação e manutenção dos movimentos aqui analisados.

As experiências dos sujeitos expostas nesta parte da tese mostram que a luta por moradia é capaz de unir distintas subjetividades. As estratégias de ação que os sujeitos encontram para mostrar a precariedade publicamente, no entanto, variam e diferem conforme a realidade em que se inserem, dialogando com a cultura cívica e o contexto político do país, como veremos na próxima parte da tese. Categorias como cidadania, direitos e dignidade são usados com frequência, e nos próximos capítulos veremos como são articulados nos repertórios de ação dos movimentos.

5.2

Estado, conflitos e subjetividades em movimento

Joana, uma das ativistas do *FocusE15*, definiu a atuação do movimento da seguinte forma:

A campanha não se trata apenas dessas jovens, mas de uma grande parte da população que não conta mais; que não proporciona nenhum ganho para a economia capitalista, para quem essas pessoas podem ser descartadas, de quem podem se livrar, independentemente dessas pessoas serem pobres, com problemas mentais, se são jovens, se são mães solteiras etc etc etc, simplesmente incrível! Então, de repente, tornou-se uma coisa maciça, e esse termo – "habitação social e não limpeza social", você sabe, assumiu um significado muito grande.¹⁹⁴ (Joana. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa.)

Nesta fala, a ativista expõe fatores que são cruciais para a análise aqui proposta: ela amplia o debate acerca da luta por moradia e traça características da população envolvida no movimento – pobres, descartáveis, mães solteiras – mostrando como a bandeira pelo fim da higienização social (adotada também no Brasil) é capaz de construir um repertório mais amplo do que a demanda por habitação.

Ações contrárias a processos de higienização social são comuns a todos os movimentos aqui analisados. É interessante pensar nessa categoria enquanto representante de um mesmo ethos, segundo o qual as populações pobres são

¹⁹⁴ “The campaign, it isn't just about these young women, it's about a massive section of the population who no longer count; they're not gonna provide any, you know, gain for the capitalist economy, so they can get out, they can, you know, they can be got rid of, whether they're, whether they're poor, whether they have mental problems, whether they're young, whether they're single mothers, etcetera etcetera, I mean, just incredible! Then suddenly it became a massive thing, and this term – ‘social housing, not social cleansing’, you know - took on a really big meaning.”

classificadas como patologias sociais. Axel Honneth defende que experiências de desrespeito podem causar patologias que impossibilitam o reconhecimento mútuo. O autor trata de relações de simetria entre indivíduos, ao passo que, no caso dos grupos analisados aqui, são eles os apontados como doenças. Ainda assim, é possível dizer que, ao se perceberem como alvo de processos de higienização social e lutarem contra isso, os movimentos se inserem em um processo de luta por reconhecimento que ultrapassa o caráter redistributivo segundo o qual as lutas por moradia são geralmente analisadas.

Michel Foucault (1998) sugere que o Estado, ao criar certas patologias, exerce seu domínio através de micropoderes, de forma a controlar as vidas e os dados dos sujeitos. A transformação social, neste sentido, só se daria através de ações cotidianas de transformação deste cosmos:

Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado em um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (Foucault, 1998, p.149)

Nos casos analisados aqui, creio que seria mais correto pensar que o poder não está localizado *apenas* no aparelho do Estado, de forma a não negar completamente este poder direto do Estado. Nos casos que exponho a seguir, a força estatal está presente tanto diretamente, através da força direta de seu aparato de poder, quanto simbolicamente, através de atos direcionados a determinadas populações discriminadas. Os movimentos traduzem muito bem esta situação, na medida em que constroem sua atuação nas brechas do aparelho Estatal e ao mesmo tempo tentam influenciar o nível mais elementar de que trata Foucault.

A demanda por dignidade, expressa nas falas dos integrantes dos movimentos, também aponta esse caminho de análise. Em estudo acerca dos repertórios de ação do movimento por moradia em São Paulo, Luciana Tatagiba et al. (2012) percorre os resultados de um *survey* aplicado no 11º Encontro Estadual de Moradia Popular, organizado pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), em São Paulo, em 2009. São expostos o perfil dos militantes (gênero, vinculação religiosa, escolaridade, dentre outros) e as razões pelas quais decidiram participar do movimento por moradia. A maioria dos militantes declara ter como objetivo central de participação o acesso à moradia, fazendo questão de qualificá-la como digna. Os autores constataam, então, que

a moradia digna contrapõe-se à realidade vivenciada por muitos: a moradia precária em cortiços, favelas, a moradia incerta que depende do Bolsa Aluguel ou da ajuda de parentes e/ou amigos, moradia “sem papel passado”, que espera regularização. A ideia da dignidade remete também a um cenário que pode integrar às demandas por moradia outras demandas, como uma moradia que permita acesso a outros bens e serviços essenciais, por exemplo, emprego, transporte, saúde e educação. A “moradia digna” é um referente simbólico que qualifica a luta e a conquista e diz sobre a natureza de um engajamento que, se está voltado a uma reivindicação concreta e urgente – de gozo individual –, tem potencialidade para ativar outros sentidos e motivações. (Tatagiba et al., 2012, p. 407)

Os sentidos e motivações de que falam os pesquisadores foram explorados durante esta pesquisa, justamente no intuito de aprofundar a análise acerca das motivações de engajamento em movimentos sociais de luta por moradia. As outras demandas referidas na passagem acima – emprego, transporte, saúde, educação – aparecem também como importantes bandeiras nos grupos analisados. Tanto na fala de Joana quanto na passagem mencionada, é interessante notar que os movimentos de luta por moradia transitam entre demandas para “gozo individual” – uma casa para morar e as representações coletivas que envolvem a institucionalização de políticas públicas de moradia, e o reconhecimento de identidades afetadas pela precariedade habitacional.

5.2.1 Precariedade e subjetividades

*Eu me envolvi só porque senti
que havia uma maneira de não
passar por toda a experiência
por conta própria.
Charlotte, entrevistada.*

No caso do *FocusE15*, ressalta-se que durante todos os sábados as ativistas pedem aos transeuntes para assinar um abaixo-assinado demandando mais moradia pública na cidade e se tornaram porta-vozes de muitas pessoas passando por ameaças de remoção, representando-os e acompanhando os casos junto ao poder público. Ao mesmo tempo, o movimento promove um amplo debate acerca das relações entre moradia e saúde mental, por exemplo, apontando a incidência de depressão e ansiedade em casos de remoção ou de sua ameaça.

Entre 2015 e 2016, pesquisadores das Universidades de Leeds e de Sheffield realizaram um estudo no bairro de Newham, com o apoio do movimento *FocusE15*,

examinando as experiências de pessoas do bairro que passaram por potenciais casos de remoção. Foram realizadas 64 entrevistas em profundidade com pessoas que buscaram o poder público para reportar que precisavam de casa ou que estavam enfrentando alguma dificuldade relacionada ao tema. Os resultados do estudo

refletem níveis extremamente altos e não divulgados de desabrigados; graves problemas de saúde física e mental que surjam ou sejam exacerbados como resultado de moradias inseguras e uma tentativa aparentemente sistêmica de remover as pessoas vulneráveis da cidade.¹⁹⁵ (Hardy & Gillespie, 2016, p.1 – a tradução é nossa)

A vulnerabilidade enfrentada por pessoas em situação precária de moradia é agravada com a ameaça de remoção ou mudança de endereço forçada pelo Estado. Cristina, uma das participantes do *FocuE15*, passou a ter ataques de pânico após sua mudança para Basildon e demonstrou muito stress durante a entrevista que realizei em sua casa. Me contou que em uma das situações não conseguiu levar seus filhos à escola por sofrer de ataques de pânico, por exemplo, e relatou ter se sentido invisível aos assistentes sociais, que segundo ela só se preocuparam com as crianças:

Tive um colapso nervoso: estava tremendo e não pude levar meus filhos para a escola. Eu liguei para a escola e disse: "Não posso ir porque não estou me sentindo bem". A escola, duas pessoas, entraram correndo, subiram as escadas, ficaram tipo "O que está acontecendo com as crianças?", e eu sentada aqui, apenas tremendo aqui, mas elas não se preocuparam comigo, subiram as escadas: "O que está acontecendo com as crianças? Talvez você as tenha espancado ou algo assim?", e eu perguntava "Vocês estão falando sério?". Mas eles não se importam comigo.¹⁹⁶ (Cristina. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa.)

Para Cristina, fazer parte do movimento *FocusE15* significa estar em uma rede de apoio, além de ser um canal de protesto. Ela diz que vai aos protestos todos os sábados como forma de dar suporte àqueles que passam pela mesma situação: “Eu posso dar-lhes alguns conselhos e, você sabe, apoiar essas pessoas da maneira

¹⁹⁵ “Its findings reflect extremely high levels of hidden homelessness; serious physical and mental health issues arising or being exacerbated as a result of insecure housing, and an apparently systemic attempt to remove vulnerable people from the borough.”

¹⁹⁶ “I had a nervous breakdown: I was just shaking and I can't take my children to the school. I call school and I said ‘I can't come because I'm not feeling well’. The school, uh, 2 people from the school just came running inside, they ran upstairs, they was like ‘What is happening with the kids?!’, and I'm sitting here and I'm just shaking here but they don't care about me, they just run upstairs, ‘What is happening with the kids?! Maybe you beat them up or something!’, and I'm like ‘Are you freaking serious’. And they don't care about me, I said, ‘You know, I'm not feeling well and everything’ and they just went. That's it.”

como fui apoiada, apenas para, você sabe, dizer ‘Continue lutando!’”¹⁹⁷ (a tradução é nossa).

Da mesma forma, outros relatos mostram o mesmo sentimento. Charlotte diz que não gostaria de passar pela remoção sozinha e se envolveu no *SaveNorthWold* para dividir essa experiência. Carla conta que participar do *FocusE15* a transformou radicalmente:

Isso me mudou completamente em todos os sentidos, assim... se tiver alguma coisa ruim acontecendo, uma briga na rua - antes eu teria medo e me afastaria -, mas agora eu acharia uma maneira de falar com todo mundo e qualquer pessoa sobre qualquer situação que esteja acontecendo, tentando e resolvendo as coisas e trabalhando com as pessoas. Eu acho isso tão importante, quero dizer, conversar com nossos vizinhos e ver nossas semelhanças e diferenças e mostrar apoio um ao outro.¹⁹⁸ (Carla. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa.)

No caso da Vila Autódromo, Fernanda coloca como fundamental o diálogo com outros movimentos:

Se fosse um movimento social só Vila Autódromo, sozinho, sem essa ajuda externa, acho que seria muito difícil da gente ter conseguido ficar. Porque foi justamente a resistência do morador... óbvio, isso é uma coisa que todos nossos apoiadores falam... porque a gente sempre agradece aos apoiadores... teve pessoas que se engajaram mais, pessoas que se engajaram menos, mas teve esse apoio... e as pessoas falam “gente, a gente só vem porque vocês estão aqui. Se vocês tivessem saído, não teria por que a gente vir. Então a resistência de vocês é muito importante”. Mas o apoio deles vindo até aqui, e propagando e compartilhando nas redes sociais, e falando nos seus meios sociais, foi muito importante, porque nos deu uma visibilidade. Se a gente tivesse ficado sozinho, só enquanto movimento social dissociado dos outros movimentos, a gente não teria alcançado a visibilidade que alcançou. (Fernanda. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Não só os indivíduos buscam os movimentos como rede de apoio, mas também os próprios movimentos dependem de uma rede para se manter, especialmente quando se trata de grupos tão marginalizados como os analisados aqui. Durante a fase das remoções, a situação da Vila Autódromo estava tão precária

¹⁹⁷ “I can give them some advice and you know, support these people the way I've been supported, just so, you know, "Keep fighting!””

¹⁹⁸ “It has completely changed me in every way, if like... even if there's a bad thing happening, like if there's a fight on the street - before I would've been scared and walked away, but know I have more an approach of just talking to everybody and anybody about whatever situation is happening, and trying and resolve things and work with people, it's - I just find it so important, I mean, talk to our neighbours, and... see our similarities and differences and just show support for one another.”

que, sem a rede de apoio estabelecida, teria sido muito difícil a permanência das vinte famílias.

Os movimentos sociais se mostram importantes lócus de compartilhamento de emoções e de suporte. Kevin McDonald, ao analisar dois movimentos sociais contemporâneos, aponta o sentido de se colocar no lugar do outro quando pessoas se unem em ações coletivas, algo que seria distinto de fazer parte de uma coletividade que se homogeneiza sob as mesmas demandas, como, segundo o autor, grande parte da literatura acerca dos movimentos sugere. O autor se propõe a explorar as experiências relativas à diferença dentro dos movimentos, ou “um modo de subjetividade que é construído em torno de experiências de ambiguidade e entre elas” (McDonald, 2004, p.587).

É possível perceber ambiguidades no envolvimento das pessoas com os movimentos durante as entrevistas realizadas. Charlotte, por exemplo, adota o discurso do movimento e se diz mais consciente de seus direitos a partir de seu envolvimento, mas em um momento de nossa conversa me diz: “eu me envolvi só porque senti que havia uma maneira de não passar por toda a experiência por conta própria”¹⁹⁹ (a tradução é nossa). O movimento social, nesse sentido, pode ser compreendido mais como uma forma de sociabilização e de compartilhamento de emoções do que uma ação coletiva racional.

O individualismo crescente nas sociedades contemporâneas tem reflexo nos movimentos sociais, que se tornam importantes locais de compartilhamento de emoções e de suporte. Mas isso não deve ser confundido com a morte dos sujeitos sociais, como lembra Touraine, já mencionado: “é nesta sociedade contemporânea na qual foi anunciada tantas vezes a morte do sujeito que este aparece em plena luz” (2009, p.226). A participação em movimentos pode ser motivada pelas emoções, mas a continuidade se constitui em aprendizado, como propõe Ângela Paiva:

A própria ação que se inicia pode ser pedagógica, permitindo nova ampliação de seu mundo cognitivo, não apenas com as experiências vividas, e com as estratégias pensadas, mas, principalmente, com os marcos interpretativos que são construídos e que fornecem novas visões de mundo para os atores. (Paiva, 2013, p.36)

¹⁹⁹ “I got involved just because I felt there was a way of not going through the whole experience on my own.”

Maria da Gloria Gohn lembra que os movimentos sociais contemporâneos colocam em perspectiva e obrigam a repensar os “paradigmas explicativos da realidade” (2014a, p.41) na medida em que parece haver ocorrido uma ruptura com os processos de modernização e racionalidade dentro dos quais estavam tradicionalmente inseridas as análises de ações coletivas. A mesma autora (Gohn, 1991) já apontava esse aparente paradoxo entre ordem individualista e demanda coletiva ao analisar os movimentos sociais de moradia dos anos 1990 em São Paulo.

Os movimentos de luta por moradia, por representarem demandas individuais por habitação que englobam identidades múltiplas, podem ser analisados como representantes desse debate acerca das subjetividades presentes na luta coletiva. O que mudou desde 1991, quando Gohn publicou sua pesquisa acerca dos movimentos, foram, principalmente, as políticas públicas de habitação levadas a cabo desde então e a diversificação de pautas que os movimentos propõem – cada vez menos dependentes exclusivamente de respostas estatais, ademais da ampliação dos próprios grupos de luta por moradia.

Na análise realizada por Gohn no início dos anos 1990, a socióloga percebeu que os movimentos de São Paulo encontravam nos mutirões de autoconstrução e nas ocupações soluções para a demanda por moradia, o que constituía, para a autora, “frentes de resistência” contra os especuladores imobiliários cada vez mais comuns em uma cidade em pleno crescimento, como era o caso. Ademais, a proposta autogestionária dos movimentos caracterizava-se como importante canal de diálogo com o Estado, segundo Gohn, ainda que se perguntasse como tal projeto poderia “estabelecer relações com o Estado de forma duradoura, fortalecendo-se e não se descaracterizando” (1991, p.176). A autora defendia então que seria necessário utilizar o espaço de diálogo aberto com o Estado para desenvolver ações de transformação social duradouras:

Mais importante que a busca da determinação do direito de configurar o espaço, escolher o tipo de casa ou de material, é a busca de participação na gestão administrativa da obra em suas diferentes etapas, na tentativa de compor com os quadros burocráticos. (Gohn, 1991, p.180)

A relação com o Estado constituía-se, portanto, importante fim da luta por moradia, ao passo que ofereceria maior controle decisório dos processos e decisões históricos. As transformações ocorridas desde então – inúmeras – ampliaram as demandas dos movimentos de forma a incluir novas subjetividades no debate. No

Rio de Janeiro, especificamente, os movimentos de favelados, analisados principalmente a partir de uma chave que colocava as relações clientelistas e paternalistas como explicativas das relações com o Estado, o fortalecimento da imagem dos sujeitos como conscientes de suas demandas por reconhecimento foi fundamental. Para tanto, a difusão da cultura produzida nas favelas foi fundamental.

A integração social por meio cultural não é novidade no Rio de Janeiro, como lembra Marcelo Burgos (2005), mencionado no capítulo 2. Ainda que a violência estatal, a difusão de uma cidadania pautada no consumo e o espalhamento de religiões com pauta individualizante tenham contribuído a certa atenuação de expressões culturais originadas na favela, Burgos percebe o surgimento de novas formas de manifestação com força transformadora:

novas formas de vocalização e de comunicação entre os territórios e destes com a cidade começam a surgir, com a formação de novos intelectuais (Gramsci, 1991), tais como os jovens universitários oriundos das favelas, cuja atuação local deverá contribuir para elevar o nível intelectual e moral dos moradores dos territórios, emprestando novo significado à atuação de suas associações representativas; com as novas formas de manifestações artísticas, construídas a partir de suportes culturais como esse hip-hop à brasileira, que formula uma crítica social baseada na valorização das identidades territoriais em face da cidade, e que ao fazê-lo denuncia a própria estreiteza da cidade (Burgos, 2005, p.211)

É interessante notar que, nessa passagem, Burgos menciona a “valorização das identidades territoriais frente à cidade”, sendo essas identidades muito relacionadas à cultura, às formas de construção de cidade e de espaço dependentes da própria história local. Nos movimentos sociais brasileiros analisados aqui, os museus sociais constituem importante repertório de ação, inserindo-se justamente na valorização da cultura local, resgatando a memória de constituição dos espaços onde se localizam as comunidades. Tais repertórios são possíveis a partir do processo de participação construído desde a redemocratização, sendo que o Estado abre brechas de participação social desde então. Nos casos londrinos, os movimentos pautam suas demandas num resgate da luta da classe trabalhadora e se utilizam de repertórios similares aos tradicionalmente usados na construção dessa identidade: reuniões presenciais, materiais gráficos e teatro. Explorarei mais essa questão adiante.

Voltando à questão das subjetividades, é interessante notar que os movimentos sociais analisados aqui – em especial o *FocusE15* e o da Vila Autódromo – demandam o fim da higienização social. Percebem que a existência

de pessoas em situação de vulnerabilidade nas cidades é vista como algo a ser eliminado e demandam o fim deste processo. Pode-se entender o termo higienização social a partir da conotação corporal que o termo contém – corpos pobres sendo sujos –, e a luta pelo fim desse processo como algo relativo a uma maior aceitação da diferença no espaço público, da exposição das necessidades íntimas dos indivíduos na esfera pública. A exposição dos corpos precários nas ruas é em si uma ação importante dos movimentos, pois demandam aceitação daquilo que são.

Kevin McDonald (2004) propõe que os movimentos sociais contemporâneos sejam analisados a partir das formas de incorporação das experiências de fazer parte das ações coletivas. O autor retoma Habermas, que pensava a esfera pública como domínio da ação comunicativa e a entendia nos termos da racionalidade e universalidade. Para McDonald, nos movimentos contemporâneos, é cada vez mais comum encontrar formas de comunicação incorporada, ou corporificada, que têm no corpo um local de experimentação das subjetividades. Ao recorrer à memória das remoções, por exemplo, a Vila Autódromo (através do Museu das Remoções) oferece aos visitantes a experiência de conhecer os escombros, de vivenciar um pouco do apagamento a que foram submetidos. A higienização social – a demolição das casas – é vista como o apagamento daqueles corpos, como mostrarei no capítulo 6.

Judith Butler (2011) promove um debate similar quando coloca como desafio a análise das manifestações de 2011 a partir da teoria democrática clássica, quando as pessoas que foram às ruas não o fizeram por estarem necessariamente conscientes de propostas para o futuro, mas de forma a demandar espaço e visibilidade em uma esfera que geralmente apaga a participação de parte da sociedade. Butler considera que as formas como o conceito de “esfera pública” vem sendo acriticamente utilizado não explicam as formas de representação do contexto atual. Para a autora, o poder de reunião das pessoas em 2011 foi bastante representativo, e as ações coletivas levadas a cabo naquele ano podem ser compreendidas como formas corporizadas de colocar em questão as noções reinantes de política.

As ações coletivas contemporâneas – as quais Butler denomina como assembleias públicas – podem ser entendidas como marcadas pela dependência e resistência, segundo ela. Esse aparente paradoxo se dá pois, ao passo que buscam a

ruptura com o sistema responsável pela precariedade, também demandam a preservação de condições mínimas para viver e agir – uma infraestrutura dependente dos Estados. Por essa razão, a autora defende que é politicamente importante que as pessoas se unam em assembleias para demonstrar que existem, para se fazerem visíveis socialmente. Seu aparecimento é em si um apelo amplo por justiça, pois demonstra que as pessoas dependem de instituições e infraestrutura para persistir:

Todos somos dependentes das relações sociais e de uma infraestrutura permanente para manter uma vida vivível, de forma que não é factível se livrar dessa dependência (...) Em outras palavras, ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa. (Butler, 2011, p.27)

É interessante notar que mesmo algumas linhas interpretativas de movimentos sociais não consideram as manifestações oriundas do precariado, utilizando métodos que invisibilizam suas demandas. Em análise feita acerca das classes sociais no Reino Unido, pesquisadores da *London School of Economics* notaram a baixa adesão daqueles que estão na base da pirâmide social – os mais pobres. A pesquisa buscava, através de um formulário a ser respondido on-line, traçar o perfil das classes sociais no Reino Unido do século XXI. No entanto, o acesso à pesquisa on-line se revelou um obstáculo – nem todos tinham acesso ao site, ademais de notarem que os mais pobres não precisavam responder às perguntas para saber que estavam na base da pirâmide, enquanto às classes mais elevadas parecia interessante observar sua situação no mapa. Os autores, percebendo essa disparidade, colocaram:

A cumplicidade entre receptividade a métodos particulares de pesquisa e desigualdade social é, em si, uma questão a ser contestada. Enquanto a elite agora comanda atenção e interesse, estando no centro da atenção da mídia e da pesquisa social, o precariado sai de vista, e isso limita nossa consciência da desigualdade social e das divisões de classe atualmente.²⁰⁰ (Savage et al., 2015, p.334 – a tradução é nossa.)

²⁰⁰ “The complicity between receptiveness to particular research methods and social inequality is itself an issue to be challenged. Whereas the elite now command attention and interest, lying at the centre of media attention and social research, the precariat recedes from view, and this limits our awareness of social inequality and class divisions today”.

O mesmo ocorre com os grupos analisados aqui, quando me questionam, por exemplo, se são realmente movimentos sociais. A falta de representatividade institucional a que estão submetidos os mais pobres está no centro do que propõe McDonald (2004). As instituições são cada vez menos representativas daquilo que os movimentos buscam, e os ativistas convivem com a dificuldade de se tornarem visíveis, e assim fazer com que suas demandas sejam percebidas como interessantes a uma parcela maior da sociedade. Os participantes percebem que é fundamental buscar maior porosidade em outras frentes de participação, trazendo à pauta as subjetividades relacionadas à luta por moradia, como forma de constituir e experimentar (importante fator!) espaços de participação.

Parece ser esse o ponto tratado por Charles Tilly (1995) quando aponta o aprendizado necessário para a criação de repertórios – os indivíduos precisam aprender e experimentar certas tentativas para determinar o que funciona como demanda. Como mencionado no capítulo 3, Tilly, McAdam e Tarrow apontam a importância das microrrelações para a formação dos movimentos sociais. Estas microrrelações, como se pode perceber ao longo da análise feita até aqui, são fundamentais para pensarmos os caminhos que levam os movimentos a adotarem seus repertórios de ação.

No caso dos movimentos sociais brasileiros, compreende-se que a baixa representatividade do Estado como principal opositor se dá devido à forma como reage às demandas dos grupos. Tanto na Vila Autódromo quanto no Horto, apesar de ser demandado frequentemente, o Estado não fornece documentos de titularidade dos imóveis aos moradores, mantendo-os alijados dos direitos básicos que dependem do acesso à moradia. Como já mencionado, o país conta com uma legislação urbana consolidada que prevê a moradia como direito fundamental e institui importantes passos através da criação do Estatuto da Cidade, em 2007. Mas isso parece não ser suficiente para que o Estado responda às demandas de maneira eficaz. Pelo contrário, os moradores são tratados como criminosos que ocupam áreas ilegais.

Percebe-se então este duplo fluxo nos movimentos analisados: ao passo que continuam buscando resposta estatal, não confiam que esta seja a única solução possível. O Estado ainda se coloca como importante opositor, mas os movimentos aprenderam que também é necessário tornar os espaços políticos e públicos mais porosos e abertos a distintas existências. Um exemplo é a demanda pela mudança

de nome da estação BRT Centro Olímpico feita pela Vila Autódromo, ou a ocupação dos apartamentos vazios pelo *FocusE15*: são ações que obviamente dialogam com o poder público, mas que o fazem de forma a abrir espaços, mudar a cultura de sua ocupação. As ações culturais levadas a cabo pelos movimentos também dialogam com essa perspectiva: no caso do Horto, são realizadas festas populares de resgate da tradição local; no caso da Vila Autódromo, os Ocupas Culturais; e no caso do *FocusE15*, teatro e coro. Estas iniciativas serão analisadas nos próximos capítulos, em que trato mais especificamente das ações relativas à lógica cultural descrita por Dubet (1994), que diz respeito à forma como os atores se relacionam com os valores dominantes de seu contexto.

5.3 Estratégias de ação coletiva

Se os movimentos aprenderam que uma forma de ação que lhes garante espaço é buscar pequenas transformações em espaços públicos, o fizeram também porque o Estado se mostrou pouco aberto às demandas, repreendendo-as ou criminalizando as ações e os sujeitos envolvidos. Ao analisar a formação de gangues no subúrbio de Melbourne, Kevin McDonald (1999) aponta esse fato, quando sugere que os jovens que decidem fazer parte dos grupos buscam aquilo que a exclusão social lhes nega: pertencimento, proteção. Os movimentos analisados aqui, que nascem justamente a partir de ações violentas do Estado, são em parte o resultado desta negação. Na atuação dos movimentos, como está se evidenciando, está incorporada a ação do Estado, na medida em que os movimentos sabem com quem tratam e pensam suas estratégias a partir dos limites que conhecem.

No entanto, por tratarmos de dois Estados tão distintos ao analisar os movimentos aqui propostos, é interessante trazer a lógica da estratégia, como proposta por Dubet, de forma a apontar a concorrência entre Estado e movimentos. Para tanto, trago dois casos emblemáticos de conflito com o Estado de forma a expor a atuação dos movimentos em conflito e as consequências disso: para exemplificar o conflito em Londres, exponho o conflito gerado durante uma das manifestações semanais do grupo *FocusE15*, quando a polícia reteve o material da campanha; para expor o conflito no Rio de Janeiro, trago o papel da igreja

localizada na comunidade no enfrentamento com o Estado (local onde muita gente viveu durante as remoções e único espaço que restou delas).

5.3.1

“The Focus E15 table is innocent – release it now!”: a ocupação do espaço urbano e seus símbolos

Em um sábado de dezembro de 2015, quando o movimento *FocusE15* acabara de completar dois anos, as manifestantes estavam, como de costume, nas ruas de Stratford realizando sua manifestação semanal, distribuindo panfletos, falando palavras de ordem ao microfone e pedindo assinaturas em apoio às suas demandas. Quando faltavam alguns minutos para acabar o período de duas horas semanais, um grupo de policiais se aproximou demandando o fim da manifestação, alegando que estavam interrompendo o fluxo de pessoas na calçada e produzindo barulho.

As manifestantes se opuseram à ação policial, esclarecendo que a mesma manifestação ocorria há dois anos, no mesmo lugar e hora, sendo utilizados cartazes, microfone e mesa desde então. Mas a polícia não se sensibilizou com a justificativa e decidiu retirar o material de campanha das ruas, levando a mesa do movimento ao camburão, como se estivessem prendendo a uma pessoa, segundo os relatos do grupo. A mesa ficou presa por alguns dias, e o movimento decidiu lançar uma campanha para sua liberação. Joana descreveu a situação da seguinte forma:

Então eles levaram a nossa mesa. Primeiro tentamos descobrir onde ficava a mesa, *blablabla*, e depois tivemos um evento chamado "Liberte a mesa e todos os presos políticos", e um monte de gente veio com as mesas. Então, na semana seguinte, tivemos um grande número de mesas e foi ótimo. E então eles devolveram a nossa mesa, e, você sabe, isso foi uma vitória. Eles tentaram todo tipo de tática e tentam desacreditar pessoas que revidam, mas você sabe que por si só não poderia fazer isso, mas juntos podemos!²⁰¹ (Joana. Depoimento verbal prestado à pesquisadora – a tradução é nossa.)

Pode-se analisar a prisão da mesa e os acontecimentos seguintes de ao menos duas formas: uma se relaciona à ocupação do espaço público em Londres, e outra

²⁰¹ “So they took our table; firstly we tried to find out where the table was, *blablabla*, and then we had an event, called "Free the Table, and all political prisoners", and loads of people came with tables. So the next week we had a huge number of tables and... it was great. And then they returned our table, and, you know, that was a victory. They tried all sorts of tactics, and they try and discredit, you know, people who fight back, but you know that on your own you couldn't do that, but together you can!”

diz respeito a forma que as manifestantes encontraram de responder à ação policial, integrando-se à luta pela liberação dos presos políticos.

Em relação ao uso do espaço público em Londres, é interessante notar o controle a que estão submetidas as manifestações de rua e o poder simbólico exercido pelos policiais ao prender a mesa da campanha, que serve de suporte ao material de divulgação. O papel da polícia neste acontecimento pode ser entendido como a tradução da relação do Estado com as margens na Inglaterra. No dia da prisão da mesa, o prefeito de Londres, Sadiq Khan, visitou a região de Stratford, e a retirada da mesa pareceu ser um tipo de limpeza para sua aparição. As leis que os policiais citaram no dia da apreensão parecem ter tomado corpo somente quando aquela parte usualmente marginalizada da cidade seria reconhecida como parte dela.

Quando soube deste fato, logo o relacionei às viagens de trem que eu mesma realizava para chegar em Stratford, e das diferenças na ordem urbana que percebia ao longo do trajeto. Saindo do centro de Londres, onde realizava a baldeação para tomar a linha em direção ao leste (eu morava no noroeste da cidade) parecia me deslocar entre cidades distintas, como é tão comum a alguém que mora no Rio de Janeiro. Entre a estação de metrô em Stratford e o local onde o movimento realiza sua campanha mensal existem muitos camelôs de roupas e frutas, as ruas são mais sujas e mais barulhentas do que no centro e as lojas são mais populares. Além disso, lá se encontram populações de países marginalizados socialmente, em feiras, vendendo produtos típicos de seus países; há, por exemplo, um salão de cabeleireiros brasileiros e barracas que vendem roupas típicas paquistanesas. O movimento *FocusE15*, inserido neste bairro, passa a dar voz a essas populações marginalizadas. Em diversas ocasiões, durante a manifestação semanal do grupo, as ativistas prestaram solidariedade à luta palestina e se posicionaram contra o golpe na Bolívia.

As transformações que ocorreram no bairro desde que a cidade começou a se preparar para as Olimpíadas não foram poucas. Um enorme shopping center e uma estação internacional de trem foram construídos na localidade, e muitas pessoas perderam suas moradias tanto por ações diretas do Estado, quanto pelo aumento do valor de vida na localidade. Durante as obras, Paul Watt (2013) realizou uma pesquisa na área, entrevistando jovens que viviam em habitações temporárias e antigos moradores do *Carpenters Estate*, um grande conjunto habitacional do

bairro. Os entrevistados descreveram um sentimento de expulsão do bairro; quando não diretamente (através da remoção forçada), simbolicamente. Ao ver anúncios de apartamentos à venda na localidade, um entrevistado de Watt disse: “isso não é pra gente” (“it’s not for us”) (Watt, 2013, p.113).

O movimento *FocusE15* nasce durante o período analisado por Watt, devido a uma ação direta do Estado, chamada pelo autor de *estate-led gentrification*, uma vez que o Estado é o grande impulsionador da política de avanço dos investimentos de capital no bairro. O grupo protesta não apenas contra o corte de moradia, mas também se coloca contra a apropriação do espaço urbano por investidores que percebem o bairro como “golden opportunity” (Watt, 2013), uma vez que os preços de casas no local ainda não são tão caros como nas áreas central e oeste de Londres, ao passo que tem se valorizado a um ritmo mais alto do que nas regiões mais visadas:

A diferença absoluta entre os preços das casas no centro de Londres e os dos bairros com preços mais baixos aumentou de 1995 para 2006, de modo que o centro e o oeste de Londres permanecem o epicentro do mercado imobiliário ainda relativamente dinâmico de Londres. Ao mesmo tempo, (...) os bairros com preços mais baixos – especialmente os do leste de Londres [Newham, Hackney, Tower Hamlets e Waltham Forest] – viram os preços aumentarem mais rapidamente em termos percentuais do que os que estão no topo no mesmo período (Watt, 2013, p.102).

Margit Mayer (2013) defende que os movimentos sociais urbanos contemporâneos não podem ser compreendidos pela estrutura analítica tradicional, e propõe que sejam analisados como uma fase de um amplo processo de resposta às transformações estatais dos últimos anos, particularmente com o avanço do neoliberalismo nos países do norte global. Algo que a autora pontua é a importância da reflexividade sobre classe e privilégio que os movimentos devem promover, de forma a pautar a divisão das cidades entre privilegiados e marginalizados para que as demandas por cidades mais justas não se esvaziem de sentido.

No caso de Londres, como visto, a divisão entre classes é bastante evidente na divisão espacial das cidades. Ainda que ocupem os mesmos bairros que a elite – algo cada vez mais difícil – as condições de moradia oferecidas demonstram total falta de respeito a uma parcela da população tida como não merecedora de dignidade. O afastamento espacial da oferta de moradias, cada vez mais evidente, aponta um padrão ainda mais excludente, uma vez que a cidade de Londres passa a

se concretizar como território de privilégios principalmente devido a ações do próprio Estado nesse sentido. Ao unir pautas distintas em suas manifestações, o movimento busca, de certa forma, mostrar a falência do sistema apontada por Butler (2018) e mencionada acima, acerca de um “fracasso social” generalizado.

O chamamento de parceiros e ampliação da pauta à liberação de presos políticos, no episódio da mesa, demonstra como momentos de confronto são capazes de unir indivíduos e movimentos distintos em torno de um mesmo discurso político, ainda que tenham ideias conflitantes. Se nota que o poder de união é exaltado por Joana, quando diz que sozinhos não conseguiriam tal resposta, mas juntos sim. Pois aos expectadores, as diferenças de pauta entre aqueles que levaram as mesas para a manifestação não se mostram, mas sim a força de mobilização do movimento e a luta pela ocupação do espaço e da liberação de presos.

Gabriel Feltran notou o mesmo ao analisar a arena pública formada em torno das organizações de direitos infanto-juvenis na periferia de São Paulo:

Compartilhar estes dramas, e transformá-los em discurso público, paradoxalmente cria um vínculo de proximidade entre os presentes, que passam então a compor, durante o evento, uma comunidade efêmera. É a partir da formação desta comunidade que ela pode se mostrar publicamente como um conjunto uno. E por isso quem vê um ato político desses vê uma comunidade que se manifesta em uníssono, e não um conjunto de indivíduos, cada qual com suas ideias próprias. No correr do ritual, o senador, o assistente social e o morador de rua compartilham a mesma posição pública (...). (2008, p.294)

Ao incorporar a luta de populações marginalizadas à demanda por moradia, o movimento *FocusE15* realiza algo comum aos movimentos analisados nessa tese: de forma simbólica, disputam o espaço das cidades e a intervenção em políticas públicas. Ainda que continuem a manifestar-se diretamente contra o Estado, também incorporam ao seu repertório novas formas de ação voltadas à transformação do perfil do espaço urbano, e com isso incluem um maior número de parceiros à causa. A apreensão da mesa e o posterior posicionamento do movimento mostram que contra a opressão e a criminalização do Estado, o movimento busca brechas por onde consegue atuar e respirar – tornando nítidas as transformações no perfil do bairro contra as quais lutam.

5.3.2

“A única construção que permanece é essa”: o papel da Igreja Católica na luta da Vila Autódromo

Durante a realização desta pesquisa, fui à Vila Autódromo em mais de 30 ocasiões; em todas elas, a Igreja de São José Operário era o ponto de encontro principal. Construída pelos moradores da Vila, e reconhecida como paróquia pelo Vaticano, é a única²⁰² construção da antiga comunidade que foi respeitada pela prefeitura municipal e não foi destruída por retroescavadeiras. Ela está presente nas falas de todos os moradores, quando relatam suas experiências durante as remoções e na luta por moradia²⁰³.

Fernanda, uma das ativistas e moradora da Vila, descreve a igreja como uma construção que cresceu junto à comunidade: “a capela foi crescendo junto com a comunidade, a capela era um barraquinho de madeira”, diz. Atualmente, a construção é grande e recebe missas todos os domingos, onde moradores de comunidades vizinhas comparecem. A igreja está localizada em uma pequena rua sem saída, paralela à rua Vila Autódromo (onde se localizam as casas da comunidade) e à margem da Avenida Embaixador Abelardo Bueno, como se pode ver na imagem abaixo.



Figura 18: Igreja de São José Operário. Fonte: arquivo pessoal da autora.

A religião católica representou um importante fator de coesão durante a organização da luta contra as remoções na Vila. Uma personagem fundamental do grupo era catequista e sua casa funcionava como local de acolhimento a uma parte

²⁰² Há também uma casa de um dos moradores atuais, que não foi demolida, mas está com processo de remoção transitando na justiça. A moradia está localizada em um terreno atrás da Rua Vila Autódromo e seu muro guarda inscrições contra as remoções. Não trato deste caso na tese pois envolve uma situação delicada de problemas de saúde de um dos membros da família, que é mantido nesta casa.

²⁰³ Ademais de proporcionar um importante fator de coesão do grupo, como será explorado ao longo desta seção, o espaço físico da paróquia também é fundamental para a atuação do movimento, afirmando-se como local de construção da ação social. A importância do espaço na luta por reconhecimento será explorada, nesse sentido, no capítulo 8.

da comunidade, ademais de representar um importante espaço de encontro entre os moradores.

Um antigo pároco, padre Fábio Guimarães, também é um importante representante do papel da Igreja na luta contra as remoções. Segundo relatos dos moradores, o padre se posicionou contra as remoções e esteve presente em atos contra durante diversos momentos, mobilizando a comunidade, inclusive fora dos dias de missa. Betânia, uma das moradoras e ativista da Vila Autódromo, descreve o padre da seguinte forma:

ele era um ativista, uma pessoa brilhante, sensacional. E o padre Fábio foi muito importante na construção dessa resistência contra a Olimpíada. Em determinado momento, ele é levado pro Vaticano. O papa Francisco chamou ele, porque esse papa Francisco é especial, né? E ele, o que ele faz quando ele assume? Ele leva pro Vaticano padres que tenham base no trabalho social, como o Padre Fábio tinha. Aí leva lá pra dentro. (Betânia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

A permanência da igreja como única construção²⁰⁴ que tenha permanecido de pé demonstra o forte papel que a comunidade católica representa nas lutas sociais por moradia na cidade. Angela Paiva (2003) defende que as Comunidades Eclesiais de Base foram essenciais à formação dos movimentos sociais do país na época da redemocratização. A autora se utiliza da categoria *afinidades eletivas*, de Max Weber, ao apontar as similaridades entre os valores católicos de justiça e solidariedade àqueles que são estabelecidos em nossa Constituição, relativos à igualdade e liberdade. Esta união de valores contribui à criação de discursos que extrapolam a vida religiosa, facilitando a construção de discursos similares voltados à transformação social.

A relação entre Igreja e habitação no Rio de Janeiro, no entanto, não se inicia a partir da Constituinte. Rafael Soares Gonçalves et al. (2010) mostram como a Igreja Católica esteve presente nos programas de habitação social levados a cabo na cidade, sendo o caso da remoção da Favela do Pinto e o posterior realojamento da população na Cruzada São Sebastião, um caso emblemático. A Igreja acreditava em um projeto de integração social via moradia, e se uniu ao Estado, exercendo

²⁰⁴ A igreja não era a única edificação de caráter religioso na Vila. Também havia o Terreiro de Nanã, que foi derrubado.

funções tradicionalmente sob responsabilidade estatal – tal como a oferta de abrigo à população moradora de rua.

Analisando o papel da Igreja Católica na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX até os anos 1990, Gonçalves et al. (2010) demonstram como esta união entre Estado e Igreja durante o período foi benéfica, ao passo que tornou a questão do déficit habitacional um problema que passa a ser compreendido como público, significando, no entanto, uma chancela à atuação violenta do Estado: “o poder institucional da Igreja conferiu às ações dos militantes a autoridade necessária para a definição do problema e das medidas a serem tomadas visando a sua resolução” (Gonçalves et al., 2010, p.115).

Ou seja, ainda que o problema tenha sido exposto e sua solução buscada, o envolvimento da Igreja Católica não arrefeceu a violência estatal. Outra questão levantada pelos mesmos autores se refere à dificuldade encontrada pela Igreja Católica em seu projeto de integração social, de transformar a percepção cultural que a classe alta residente da Zona Sul alimenta(va) sobre os favelados:

Contrariando o desejo de Dom Hélder Câmara e as previsões de “integração das classes” que sua política de urbanização preconizava, fazendo face à política de remoção, os moradores (...) das obras da Cruzada não se desembaraçariam, mesmo cinquenta anos depois, do espectro da favela e de seus estereótipos. (Gonçalves et al., 2010, p.113).

A partir dos anos 1960, a Igreja Católica afirma seu posicionamento, mencionado por Paiva (2003), se colocando ao lado dos pobres. Durante os anos 1990, no entanto, e especificamente em relação às políticas habitacionais, “segmentos mais progressistas da Igreja se posicionaram claramente contrários às iniciativas públicas, lutando tanto contra a remoção de favelas quanto pela implementação de mudanças na ordem jurídica capazes de assegurar uma política urbana mais justa e incluyente.

Marcia Pereira Leite (2004; 2009) traçou um amplo panorama das relações entre movimentos cívico-religiosos e a violência na cidade do Rio de Janeiro. A socióloga apontou o caráter dialógico entre agenciamentos público e religioso presente nos movimentos de mães que perderam seus filhos à violência, mostrando como sua inserção em manifestações políticas mescladas a cultos religiosos possibilitou a subjetivação necessária à luta por memória e pelo direito ao luto frente ao Estado. As redes criadas entre as mães e organizações políticas contra a

violência do Estado, segundo Márcia Leite, possibilitam a legitimação de sua própria existência e de “agenciamentos políticos e jurídicos em busca de justiça” (2004, p.43).

Relatando uma manifestação de um grupo de mães realizada em 2005, Marcia Leite mostra alguns dos resultados da interseção entre religião e movimentos sociais: as manifestações se inserem em um repertório amplo de luta por paz nas favelas cariocas, possibilitam às mães vivenciar o luto pela perda dos filhos, unem diferentes crenças em torno da luta por reconhecimento da injustiça das mortes e pela devida justiça, e ainda empreendem “um trabalho de limpeza moral dos filhos e também de si próprias, que haviam sido reiteradamente referidas como ‘mães de traficantes’” (2009, p.221).

Guardadas as devidas distâncias, uma vez que o caso da Vila Autódromo não se refere à luta de mães de filhos assassinados, pode-se pensar nas consequências que a união entre religião e política trouxe ao movimento aqui referido. Pilar, uma das moradoras da Vila, afirma que o movimento social já existia antes mesmo de sua mudança para o local, em 1994. Muito centrado na Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (Ampava), um grupo de moradores já se organizava na luta contra as remoções desde então. Pilar não se envolveu na luta assim que chegou, mas sua casa logo se transformou em um importante local de união, uma vez que ela era catequista. Com a construção da Igreja Católica, sua influência cresceu na comunidade, tornando-se fundamental à luta atual.

A própria noção que alguns moradores alimentam acerca do direito à moradia é notadamente pautada nas premissas da Igreja, relacionando-o ao direito à vida. Pilar resume bem o que diversos integrantes do movimento acreditam:

Todos nós temos que ter moradia. Ninguém nasceu pra ficar no relento, nem que seja uma cabana. Na época dos índios eles construíam as cabanas, mas tinha um lugar pra se proteger do sol, da chuva, dos bichos, dos animais. A nossa casa é nosso lugar acolhedor, é aquele lugar protetor (...) Então nossa casa é o lugar que a gente se sente protegido. É a base da família. Então, quando te tiram isso, você está destruindo uma vida. Eu fico muito triste quando eu passo e vejo um ser humano, um irmão dormindo na rua (...) Que mundo é esse, que país é esse, que estado é esse? Que gente somos nós que vimos nossos irmãos dormindo na rua e não fazemos nada? (Pilar, depoimento prestado à pesquisadora.)

Essa perspectiva que une noções de direito à moradia e à vida é bastante presente no movimento da Vila Autódromo, é como se a catequese se confirmasse

através da luta por moradia, como se a própria luta fosse uma forma de educação religiosa, em que os moradores propagam palavras como fraternidade, amor ao próximo e solidariedade – valores religiosos são ressignificados e constituem-se motor de ações coletivas, algo também apontado por Angela Paiva (2003) quando analisou o papel da Igreja Católica no processo de formação democrática do Brasil. As festas religiosas realizadas na comunidade até hoje – sendo a festa de São José Operário, realizada no Dia do Trabalhador, a mais celebrada – fortalecem um sentimento de pertencimento à comunidade católica que é fundamental no grupo e remetem à importância de eventos culturais como fundamentais na construção de nossa cultura cívica, tema já mencionado e que ainda será explorado no próximo capítulo.

Em uma carta de agradecimento à rede de apoiadores redigida em setembro de 2016, os moradores da Vila nomeiam as organizações que estiveram ao seu lado durante o processo de enfrentamento e em diversos momentos mencionam a importância da fé:

Mas Deus em sua infinita bondade usando de toda autoridade enviou seus representantes para salvar a nossa comunidade daqueles que são considerados os gigantes. Parecia a passagem de Davi versus Golias, quando menos se acreditava a Vila ressurgia. Perdemos várias batalhas, mas a guerra persistia. (Tanaka et al., 2018, p.236)

A noção de coletividade alimentada pela Igreja Católica foi na contramão das tentativas de negociação individual levadas a cabo pela Prefeitura Municipal, e a casa de Pilar – onde realizava as aulas de catequese – se tornou um importante centro de resistência. Ademais, o então pároco Fábio Guimarães foi importante figura de congregação da comunidade cristã em torno da luta pela moradia. Em entrevista à Rádio Vaticana realizada em agosto de 2016, ele falou sobre a luta na Vila:

Infelizmente, o novo poder público não tem desempenhado um papel honroso no que diz respeito ao reconhecimento e à guarda da dignidade e do direito dessas pessoas. O prefeito do Rio de Janeiro continua promovendo a todo custo iniciativas de remoção. Chegou ao ponto de propor a alguns moradores a assinatura de um documento que os classifica como pessoas “despossuídas”, sem moradia, onde eles renunciam à própria moradia para receberem um benefício financeiro. Sabemos que são atitudes que não contemplam a laicidade no que diz respeito à guarda da dignidade humana e que deixam muito a desejar sobre a condição em que nós

olhamos a presença e a qualidade do cidadão na nossa sociedade, isso em si já é grave. (Padre Fábio Guimarães)²⁰⁵

Betânia, que mencionou o papel do padre na luta contra as remoções, contou também que passou a se envolver mais na luta quando o pároco foi enviado ao Vaticano. O vazio deixado por ele precisava ser ocupado, disse. Assim, mesmo com a ausência dessa liderança católica, as ideias-guia de sua atuação continuaram a ser defendidas.

Ademais de propiciar o diálogo entre direito à vida e à moradia, um dos motores do processo de subjetivação do grupo, a união entre religião e movimento na Vila Autódromo possibilitou uma maior visibilidade e apoio externos. A construção da igreja, como já mencionado, foi a única que não foi derrubada durante as remoções, e isso ocorreu também devido a grande influência política do Vaticano, para onde o padre Fábio Guimarães foi chamado após sua atuação junto à Vila.

As emissões de posse aprovadas de modo rápido pela justiça durante o processo de remoção, seguramente não contariam com a mesma celeridade no caso da Igreja, uma vez que para que uma paróquia seja constituída há um amplo aparato burocrático prévio. Em contraste, outros templos religiosos foram destruídos durante as remoções, dentre eles o terreiro de Candomblé de Nanã, localizado no terreno da antiga casa de Dona Heloísa Helena Berto²⁰⁶, mãe de santo que teve importante papel durante a luta contra as remoções na Vila, as quais caracterizava como racistas e intolerantes a outras religiões (Bogado, 2017).

Atualmente, a Igreja funciona não apenas como local de encontro dos participantes do movimento, obviamente, mas também como espaço de sociabilidade entre os moradores da Vila e os de localidades vizinhas (dentre eles, ex-moradores), que participam das missas realizadas todos os domingos. As festas católicas realizadas na Vila constituem-se também importantes vetores de visibilidade e de socialização, sobre as quais tratarei no capítulo 6.

²⁰⁵ Disponível em: http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2015/08/13/no_vaticano,_ex-pároco_no_rio_fala_da_luta_contra_remoções/br-1164922. Acesso em: 13 mai 2020.

²⁰⁶ A casa e o terreiro foram removidos. Dona Heloísa e o terreiro foram homenageados com uma escultura criada na inauguração do Museu das Remoções, em maio de 2016, intitulada “Vila de Todos os Santos”. Tratarei de tal exposição no próximo capítulo. Além da Casa de Nanã, havia também um terreiro de umbanda e igrejas evangélicas na Vila, que são mencionados pelos moradores durante a realização do percurso expositivo do Museu.

Tanto o caso da retenção da mesa como o caso da Igreja podem ser compreendidos como concorrenciais entre atores e Estado, que procurou impor, através das ações relatadas, obstáculos ao reconhecimento e à expressão dos sujeitos. O controle que o Estado tenta impor aos usos do espaço pelas populações marginalizadas – evidente no caso da mesa – e aquilo que deixa permanecer – como a Igreja – apontam para o mesmo lado, descrito por Dubet como lógica concorrencial, que ativa a formação dos sujeitos:

Só esta lógica de ação permite explicar o que há de irracional e de excessivo nos movimentos sociais: esta ilusão lírica de um dom de si por vezes levado até o verdadeiro sacrifício, esta euforia, este sentimento de só existir plenamente na ação. Todo este universo emocional não é, nem um recurso nem a regressão à multidão, ele pode surgir como o momento fugaz no qual o ator se experimenta como sujeito. (Dubet, 1994, p.134)

O compartilhamento de dramas de que falava Gabriel Feltran (2008) refere-se à mesma lógica mencionada por Dubet. Partilhar o sofrimento causado por tipos semelhantes de violência faz com que os sujeitos se unam – criem comunidade, movimentos – para enfrentar a fonte de seus problemas em conjunto. As ações estatais descritas são parte de um cotidiano de violência sofrida pelos movimentos, a partir delas foi possível mostrar como o perfil das lutas se evidencia nestes momentos de tensão.

6

Movimentos sociais e culturas de participação

Como se tem mostrado ao longo desta tese, as culturas de participação na Inglaterra e no Brasil têm similaridades que remetem à formação das cidades e também marcam os movimentos sociais da atualidade. Luis Antonio Simas costuma falar em frestas ao descrever a forma que os cariocas encontram de subverter a ordem imposta na cidade²⁰⁷ e E. P. Thompson (2011, p.133) já denominava como “atitudes subpolíticas do povo” aquelas ocorridas a partir de 1790 em Londres.

Neste capítulo, exploro como a lógica de ação relativa à cultura está presente nos movimentos de luta por moradia aqui analisados. Seguindo a sociologia da experiência de François Dubet (1994), busco compreender as identidades sociais dos movimentos sociais e dos atores neles envolvidos a partir das suas atividades, da forma como agem culturalmente e experimentam suas ações frente ao Estado. O autor define a cultura como “uma definição do sujeito que permite a crítica social” (p.134), algo que está presente nas ações de contestação dos sujeitos, portanto, e não somente o “conjunto dos valores e das normas que cimentam uma sociedade” (Dubet, 1994).

Dito de outra forma, a lógica de ação referente à cultura se relaciona ao processo de subjetivação que permite aos atores a realização de uma crítica social permanente, que os transforma em “intelectuais”, como sugere o autor, na medida em que são obrigados a desprenderem-se de si e agirem a partir de sua “historicidade”, do que adquiriram em seu processo de formação, de sua própria cultura.

Nos casos específicos analisados aqui, os museus sociais constituem-se importantes vetores de difusão desta cultura. Eles são, como veremos mais adiante, uma importante maneira de transformação da cidadania a partir da cultura, de ações que buscam a ampliação da esfera pública. Em Londres, a recorrência à memória da classe trabalhadora também se mostra evidente nas formas de organização dos

²⁰⁷ “A lufada de esperança vaga que tenho é porque continuo apostando que nos deslocamentos e nas frestas — entre as gigantescas torres empresariais viradas em esqueletos de concreto, as ruínas de arenas multiuso e as vielas de lama e sangue — os couros percutidos continuarão cantando a vitória da vida sobre a morte no terreiro grande da Guanabara.” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/nas-frestas-do-mundo-21793788#ixzz6CQeNJBkN>. Acesso em: 10 jan 2020.

movimentos, que buscam maior capilaridade a estes tipos de expressão dentro de uma cultura cívica demarcada por outras formas de participação política, dentre elas o voluntariado, como também será explorado neste capítulo.

6.1

Os museus sociais da Vila Autódromo e do Horto: memória como instrumento de luta e de ampliação da participação

A preservação da memória como instrumento de luta é um tema fundamental na museologia social, e Mario Chagas, talvez o grande articulador deste conceito na cidade do Rio de Janeiro e um dos fundadores do Museu das Remoções e idealizador do Museu do Horto, defende a existência dos museus sociais como dispositivos estratégicos “para a defesa da dignidade social, da cidadania e do direito à criatividade e à memória” (Chagas, 2013, p.430).

Assim como o Museu das Remoções, já brevemente apresentado, o Museu do Horto nasce como uma forma de luta contra as remoções e pela permanência dos moradores em seu local de residência - a Comunidade do Horto. Um dos ativistas do Horto relata assim o histórico de formação do Museu:

Uma das ações que pode ser efetiva na luta contra a violência, é essa coisa da participação das pessoas na construção da sua própria história, e ter essa história divulgada, que é uma forma da pessoa ter sua vida valorizada (...)

Aí em 2008 e 2009 a gente fez isso, foi criado o Museu do Horto também por uma questão de instrumento de resistência. (Pedro. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

O reconhecimento institucional²⁰⁸ dos museus comunitários da cidade do Rio de Janeiro tem suas origens no Programa Cultura Viva, do extinto Ministério da Cultura, e posteriormente no Programa Pontos de Memória, criado em 2009, através de uma parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça. Segundo informações encontradas na página do programa na web, ele consistia em

um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e

²⁰⁸ Os museus sociais já existiam antes deste reconhecimento. É o caso, por exemplo, do Museu da Maré, reconhecido em 2006 como Ponto de Cultura. O Museu Sankofa, da Rocinha, também é anterior à política de reconhecimento destas iniciativas e foi inaugurado em 2003.

tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.²⁰⁹

A página informa ainda que as ações desenvolvidas visavam a garantir o direito à memória a populações que “requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais”.

O Programa Pontos de Memória identificou, inicialmente, doze²¹⁰ comunidades localizadas em bairros periféricos do Brasil (dentre elas, a Pavão-Pavãozinho, no Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro), reconhecidas por desenvolver “um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias” (Alcântara, 2019, p.173). As comunidades selecionadas integraram um projeto-piloto do programa e a experiência foi replicada nos anos seguintes, seguindo a mesma lógica. É interessante notar que a utilização do título de museu possibilita diferentes perspectivas acerca da proposta da denominada “museologia social”.

No Rio de Janeiro existem hoje diversos museus sociais, dentre eles o Museu do Horto, da Maré e Sankofa, da Rocinha. Em uma Conferência do Movimento Internacional por uma Nova Museologia, realizada no Rio de Janeiro em 2013, lançou-se um manifesto que propunha a

museologia com intenção de mudança social, política e econômica, a partir da mobilização social, por intermédio de um processo de conscientização vinculado à memória e que reconhece as tensões e os vários tipos de violências sofridas pelos seres e agentes portadores de memória. (Chagas, 2013, p. 432)

Os museus sociais, dentro dessa perspectiva, não visam a eternidade e têm um caráter que admite sua transitoriedade. Ou seja, podem existir temporariamente, mudar de lugar, mantendo o foco político em ações de agenciamento, como coloca Chagas (2013). A abordagem da Museologia Social se distancia da linguagem tradicional dos museus, que os incluía dentre as instituições de manutenção de hierarquias sociais. Myrian Sepúlveda dos Santos, ao propor uma análise sociológica dos museus tradicionais, conclui que

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/> Acesso em: 13 mai 2019.

²¹⁰ Brasilândia (São Paulo), Beiru (Salvador), Coque (Recife), Estrutural (Brasília), Grande Bom Jardim (Fortaleza), Jacintinho (Maceió), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre), Pavão-Pavãozinho – Cantagalo (Rio de Janeiro), São Pedro (Vitória), Sítio Cerrado (Curitiba), Taquaril (Belo Horizonte) e Terra Firme (Belém).

podemos perceber que há uma disputa pela legitimação de determinadas áreas do conhecimento e da cultura. O valor da obra de arte, o bom gosto, o paladar refinado, a genialidade do artista, todos são aspectos não só constituídos socialmente, mas capazes de dar poder aos que conseguem legitimar seus produtos culturais como bons ou autênticos. (2015, p.57)

Em outras palavras, pode-se dizer que a existência dos museus foi tradicionalmente entendida como um instrumento de distinção da elite. A proposta dos museus sociais, por outro lado, está muito mais interessada em transformações sociais do que na manutenção de hierarquias de classe através da apropriação de bens culturais, e luta justamente contra isso. Nesta medida, é interessante pensar em como a manutenção da memória é fundamental como instrumento de luta por moradia.

A proposta deste movimento de transformação museológica nasce no final dos anos 1970, de mãos dadas com os grandes movimentos sociais da época, tais como movimento feminista e movimento negro, todos buscando de certa forma explorar as possibilidades de descolonização do mundo em que estavam inseridos. Mario Chagas e Inês Gouveia (2014) mostram que em 1979 foi publicado um livro fundamental para o desenvolvimento da museologia social no mundo todo. Denominado *Os Museus do Mundo*, o livro trazia uma entrevista com Hugues de Varine, que apresentava experiências museais inovadoras ao redor do globo. Os autores mostram que, cinco anos após a publicação de referida entrevista, ocorreu em Quebec, no Canadá, uma conferência internacional que teve como resultado um documento de lançamento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Este caminho levou ao desenvolvimento do debate acerca do papel dos museus, e durante a ECO-1992, no Rio de Janeiro, passou-se a tratar do tema de forma mais específica na cidade, sendo o Ecomuseu de Santa Cruz o primeiro a ser reconhecido e reconhecer-se dentro desta nova perspectiva museal.

O ano de 1993 foi importante no desenvolvimento da perspectiva social dos museus. Foi então que os termos museologia social e sociomuseologia foram oficialmente registrados e passaram a ser utilizados para enfatizar o caráter político da proposta, assim definida:

A museologia social (...) está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social;

com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. (Chagas e Gouveia, 2014, p.17)

Os museus sociais formados na Vila Autódromo e na Comunidade do Horto podem ser entendidos, a partir do colocado, como parte de um movimento das classes subalternas de criação de uma identidade coletiva em contraposição à elite e de busca por amplo reconhecimento.

O movimento de luta por moradia no Brasil é marcado pela utilização do repertório de realização de ocupações de prédios públicos ou de áreas urbanas vazias (Tatagiba et al., 2012), especialmente em São Paulo²¹¹. No Rio de Janeiro, as ocupações não são tão comuns quanto na cidade paulista, uma vez que o movimento na cidade está historicamente mais ligado à luta pela permanência da população em suas vizinhanças e favelas, tendo como principal opositor o Estado e suas políticas de remoção.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, percebendo isso, em 1981, se propôs a investigar os movimentos sociais urbanos da cidade do Rio de Janeiro a partir da observação do cotidiano dos grupos analisados, no intuito de “fazer um esforço para saber quem aplica qual energia para mudar o quê e com que fim o faz” (Santos, C. N., 1981, p.12). Utilizando-se principalmente do conceito de movimento social urbano proposto por Manuel Castells²¹², o autor procurou encontrar na realidade carioca formas de conflito social diretamente relacionadas à cidade, as reivindicações específicas relacionadas à moradia e outros serviços urbanos.²¹³

Analisar os museus criados na Vila Autódromo e no Horto parte dessa mesma motivação. Ambos têm como objetivo preservar a memória da população que vive ou viveu nestes locais e servir como instrumento de luta coletiva. Ao passo que

²¹¹ Em São Paulo, ainda que conflitos urbanos pelo direito à terra em bairros da cidade tenham construído “genealogias do direito” que remetem a séculos passados, como forma de demandar justiça, esta não se caracteriza como uma ação de resistência. James Holston acredita que ações como as levadas a cabo em São Paulo, nos antigos bairros operários, caracterizam-se como de agência – na busca por serviços urbanos, direito à terra e trabalho – e diferenciam-se de ações de resistência (como as que exponho nesta tese). Para mais detalhes, ver Holston (2013).

²¹² “Por movimento social urbano, entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado.” (Castells, 2009 [1972], p.541)

²¹³ Os casos analisados por Ferreira dos Santos são relativos às favelas Brás de Pina e Morro Azul e do bairro Catumbi.

demonstram sua existência nos territórios por décadas, buscam negar a ideia de “ocupação irregular” tão utilizada como justificativa para remoções e políticas higienistas. Tanto no Museu do Horto quanto no da Vila Autódromo, onde uma quantidade maior de famílias foi removida, a proposta dos Museus é casada à luta por moradia, e sua existência marca a permanência das pessoas no território, procurando dificultar qualquer ameaça de remoção.

6.1.1 Museus e memória como repertórios de ação

A partir do exposto, os museus sociais do Horto e das Remoções podem ser interpretados como parte dos repertórios de ação dos movimentos sociais, ao passo que são fundamentais para a concepção de quadros interpretativos acessíveis à sociedade, ou seja, criam uma linguagem conhecida. Sidney Tarrow considerava fundamental a realização desta espécie de tradução que os movimentos são capazes de fazer:

Os movimentos tentam enunciar reivindicações em termos de quadros de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla; usam formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõe. (2009, p.45)

Dentro desta perspectiva, é interessante notar que os Museus das Remoções e do Horto são criados a partir da inspiração de outros museus na cidade e da formação de rede fomentada pelo Estado através do Instituto Brasileiro de Museus. O compartilhamento de estratégias de ação é fundamental para a criação de redes em torno do tema. Seguindo a linha interpretativa de Tarrow, a criação de quadros interpretativos compartilhados possibilita tanto que outros grupos copiem quanto inovem a partir deles, gerando uma “definição compartilhada de realidade” (Tarrow, 2009, p.138) e possibilitando a demarcação de opositores comuns.

No caso do Horto, por exemplo, uma das moradoras e ativistas explica como a iniciativa reverberou na comunidade. O museu nasceu a partir de um projeto de resgate de memória levado a cabo pela historiadora Maria Nilda Bizzo²¹⁴, em que os moradores se reuniam na Biblioteca Canto de Leitura (que não existe mais) e trocavam experiências acerca de sua vida na comunidade. Ao conhecer a iniciativa,

²¹⁴ Que deu origem ao livro *Cacos de Memória*.

o professor Mario Chagas, envolvido então com o Programa Pontos de Memória e com o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), incentivou a comunidade a organizar o Museu, e a proposta repercutiu entre os moradores:

porque uma comunidade que tem uma história, a memória dos moradores, memórias que têm mais de 100 anos em algumas famílias, não pode ser tratada como invasora. Isso aí é um absurdo. E o patrimônio maior da comunidade é justamente a memória de todos, o relato dos moradores, a identidade que tem o local, as histórias bucólicas que cada um conta de seus tempos, das brincadeiras... Enfim, isso é patrimônio nosso. Incontestável. (Anastácia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

A diferença entre as propostas dos museus sociais da cidade do Rio de Janeiro passa pela realidade de violência extrema vivenciada cotidianamente nas favelas cariocas, mas que não são comuns às comunidades aqui acompanhadas. Para Pedro, um dos ativistas do Horto, essa diferença é clara:

Porque a nossa violência era uma violência diferente do que sofria o pessoal lá do museu da favela do Cantagalo, ou da Maré, ou do Jacintinho lá em Alagoas, enfim... não era uma violência do narcotráfico em si, mas era uma violência do Estado que ameaçava a retirada das pessoas de suas casas para serem postas na rua, utilizando o discurso da oligarquia local de que essas pessoas eram invasoras. (Pedro. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Manter a memória da comunidade passa a ser, no caso, um instrumento de luta pois demonstra a permanência histórica daquela população naquela localidade, e ademais diz respeito ao sentimento de pertencimento que aquela população criou com o espaço. Memória aqui, como sugere Pollak (1992), deve ser entendida não somente como um fenômeno individual e afetivo, mas como algo coletivo e sujeito a diferentes apropriações. Alessandro Portelli (1996), em sua pesquisa acerca do massacre de *Civitella Val de Chiana* ocorrido na Toscana em 1944, mostra que a memória (tanto individual quanto coletiva) é moldada com o tempo – com o passar dos anos, os discursos coletivos sobre fatos coletivos vão moldando-se conforme o interesse da comunidade, e informações se perdem. O autor mostra que a manutenção da memória, mesmo que moldada pelo tempo, é importante para a criação de símbolos (ou de um mito, no caso analisado) que unem os indivíduos apesar de suas idiossincrasias e particularidades.

Isso é visível quando acompanhamos os diversos discursos dentre os habitantes do Horto, acerca da criação do Museu como instrumento na luta pela permanência e do pertencimento ao território. Alguns moradores parecem se sentir

como possuidores de mais direitos de permanecer no local porque vivem ali há mais tempo, enquanto outros acreditam que todos possuem os mesmos direitos. Usar a memória como instrumento de permanência, portanto, pode levar àqueles que têm menos memória acerca do lugar a não serem reconhecidos como possuidores dos mesmos direitos de permanência. Há uma disputa interna ao redor da própria história e memória da comunidade.

Alguns dos moradores mais antigos do Horto, que vivem há cerca de 70 anos na comunidade, acreditam que a solução habitacional da localidade deve ser analisada caso a caso. Um destes moradores disse, em entrevista:

a história dessa área aqui, ela teria que ser colocada em etapas, em épocas. Por exemplo, nós temos 80 anos, nós vivemos numa época muito mais antiga do que a maioria até que mora aí. A maioria que mora aí hoje são filhos, netos, agregados, ou qualquer coisa desse tipo. Essa é que é a verdade. (Inácio. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Procurando mostrar que no passado a comunidade era mais coesa por ser menor e por todos se conhecerem, o morador, que frequentava o Clube Caxinguelê no passado, conta que conhecia quase todo mundo que o frequentava, inclusive moradores que viviam na localidade há mais tempo que ele. Logo em seguida, o morador reconhece que a Associação de Moradores representa todos, mas assinala que, segundo sua percepção, os direitos são diferenciados: “a Associação está defendendo a comunidade. Só que está defendendo uma comunidade heterogênea, com direitos diferentes. Essa é que a verdade” (Inácio. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Uma outra moradora, também das mais antigas, acredita que o Jardim Botânico deveria ter controlado mais a entrada de moradores na área. Quando ela foi morar no bairro, em 1962, disse ter conhecido famílias que já viviam ali desde a época do Império:

Ali pra dentro do Horto tinham casas do tempo do Império. O Jardim Botânico era uma fazenda, tinha até lá na São Clemente, se você ler, a São Clemente... O portal da São Clemente pra cá era essa fazenda, e o imperador foi dando... Aquelas casas todas ali da São Clemente tudo foi doada. (...) E aí o que aconteceu? Instalaram-se esses funcionários do Jardim Botânico, do Ministério da Agricultura. Porque antigamente o Jardim era do Ministério da Agricultura, não era do Ministério do Meio Ambiente. (...) Veja bem: funcionário público, nível baixo, não nível superior, nível de jardineiros mesmo. O que foi acontecendo aí no Jardim Botânico: começou... dizem “ah, tem invasões, tem isso e aquilo”, na minha opinião, o Jardim Botânico teve uma época que tomou conta, zelou um pouco, então era proibido.... aí

eles viram que precisava, digamos, zelar pelo Jardim Botânico pra não haver invasões. Mas acontece que eu acho que, nesses 40 anos pra cá, houve um relaxamento da própria administração, porque se não houvesse, não teria acontecido o que eles chamam de invasões. Dessas 45 casas, hoje são 500. 500 casas que ninguém autorizou²¹⁵. Por que ninguém autorizou? Porque não pode, tinha que ter um limite... eram só aqueles trabalhadores e suas famílias e tal. (Julita. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Essa perspectiva mostra uma distinção que se estabelece, entre os moradores que são funcionários de nível superior e os demais, e ademais deixa claro que as “500 casas” que surgiram nos últimos 40 anos não são reconhecidas pela moradora como parte da comunidade.

A mesma moradora, dizendo que acredita que a solução para a comunidade seria mostrar maior cuidado e coesão interna, acaba por se colocar em um patamar cultural distinto, estigmatizando aqueles moradores mais recentes:

Então eu acho que o precisava era assim: cada morador ter sua responsabilidade, zelar, pagar sua luz, seu gás, fazer suas coisas normais, e fazer um jardinzinho em frente a sua casa. É tão bonitinho, né. E geralmente são jardineiros, eles sabem de plantas. Ter mais zelo, mostrar que a comunidade está unida, mostrar que a comunidade pode fazer da área uma área bonita. Eu acho que isso é importante. Eu acho que aí seria usar a inteligência com sabedoria. Mas eu não sei se eles fazem isso...você sabe que esse pessoal que não tem muita cultura, eles pensam... eles não têm tempo de pensar nisso que eu estou falando. (Julita. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Recorrer à memória como estratégia de permanência, portanto, pode acarretar consequências não esperadas. Quem determina a memória que será usada? Norbert Elias e John L. Scotson, em sua renomada análise da comunidade Winston Parva, percebem uma variação de distinções de valor entre os moradores antigos e mais recentes daquele local. A partir do que denominam “hierarquias classificatórias” (Elias & Scotson, 2000, p.166), os autores procuram apontar quais suas consequências à vida comunitária. Percebem que no caso analisado, os moradores mais antigos da comunidade recorriam à categoria tempo para referir-se a “relações sociais com propriedades específicas” (Elias & Scotson, 2000, p.172), ou seja, a um grau de coesão possível somente ao grupo estabelecido há mais tempo, utilizado

²¹⁵ Esse número não é oficial. As casas construídas são de conhecimento do Estado e do Instituto de Pesquisas, sendo que aparecem em estudos já mencionados, sem que se indique exatamente de quando datam suas construções. As casas são parte daquilo que Rafael Gonçalves denomina de “status jurídico e político sui generis”, quando as casas e comunidades são “toleradas, mas jamais consolidadas” (2013, p.123). Tal tolerância possibilita a existência das casas enquanto a falta de consolidação justifica a ausência do Estado.

como ferramenta de afirmação de status e manutenção do poder frente aos mais recentes moradores.

No caso de Winston Parva, a relação entre “estabelecidos e outsiders” possibilitou a interpretação do fenômeno de mobilidade social na Inglaterra a partir de diversos ângulos. Foi possível verificar, por exemplo, que o preconceito não é apenas um pano de fundo de toda a situação, mas “um elemento integrante” verificável tanto nas ações dos mais antigos quanto dos mais novos. Isso só foi possível, segundo os autores, pois eles buscaram estudar a configuração total daquela comunidade. Dito de outra forma,

A meta de um estudo das configurações, como vimos, não é enaltecer ou censurar um lado ou outro ou estudar o que se poderia considerar “disfuncional” (...) Nossa meta não foi avaliar, e sim, tanto quanto possível, explicar – explicar seres humanos em configurações, independentemente de sua “bondade” ou “maldade” relativas, em termos de suas interdependências. (...) Nenhum desses grupos poderia ter-se transformado no que era independentemente do outro. (Elias & Scotson, 2000, p.181)

A análise dos museus sociais como repertórios de ação dos movimentos sociais analisados nos oferece a possibilidade de explicar como as relações sociais das comunidades são encaixadas e a memória se torna um fator de coesão, ainda que em disputa. Por exemplo, uma outra moradora do Horto, que vive na comunidade há menos tempo do que Julita, disse, em entrevista:

Bom, eu, como boa esquerdista, eu acho que se eu tiver esse direito de ficar aqui porque meu esposo é filho de um funcionário... já que você já veio pra cá, e você não tem pra onde ir, você também tem esse mesmo direito. Agora, se você veio pra se aproveitar, você teria que ter um...

Tipo assim, por exemplo, eu tenho um cunhado que é casado com uma moça que já tinha uma filha. Essa filha casou, teve um filho, recebeu uma casa pra morar com essa filha, mas ela não quis ficar com essa filha na casa onde ela morou, botou aqui dentro. Então a filha se criou aqui. Aí ela arranja outro marido, esse marido tem mais duas ou três casas. Campo Grande, Rocinha, mas é casa deles. Estou dando um exemplo. Então, essas pessoas engravidam, e vêm ter o filho aqui pra registrar como se fossem nascidos, criados, como se fossem da família. Dão todos os endereços daqui, mesmo morando fora. Entendeu? Por exemplo, essa minha cunhada, a filha dela mora aqui no Humaitá, a filha dela tem três filhos. Deu nove meses, ela colocou aqui dentro, nasceu, registrou, depois foi embora (Bethania. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

A disputa pelo direito à permanência ou recebimento de indenização em caso de desapropriação é recorrente nos discursos dos moradores, e a memória aparece como elemento de coesão entre eles, mas ainda assim em constante disputa, como

vimos. Um dos moradores que encabeçou a iniciativa do Museu resume o papel que ele tem nessa disputa:

Através do Museu, a gente conseguiu também, além de conscientizar as pessoas de fora que queriam saber – porque tem gente também que não quer -, mas as que queriam realmente saber da verdade, a gente botou os fatos ali, e aí cada um tem o seu entendimento. Mas tão importante quanto isso foi a conscientização interna das pessoas daqui, porque muitas delas já tinham entregue os pontos, “ah, sou invasor mesmo, então é isso mesmo, vou perder minha casa, não posso fazer nada”. Não, não é assim. Aí a gente pegou esses moradores mais antigos, e muitos deles eram o avô ou bisavô da pessoa ali que já estava entregando os pontos. “Ó, cara, é tua família, você tem legitimidade pra morar aqui. Então...luta pela sua vida, luta pela sua casa, sua história”. (Pedro. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

No caso da Vila Autódromo, situações semelhantes acontecem. Uma antiga moradora da Vila, que hoje vive em outra localidade, mas que participou ativamente da luta pela permanência, acredita que a luta se desvirtuou do que deveria ser a partir do momento que se aceitou a proposta de construção das novas casas. Para ela, a luta era pela permanência da comunidade nas casas antigas, e não pela construção de outras casas. Morar nas casas atuais, segundo ela, é dar a vitória ao governo, “botar azeitona na empada de Eduardo Paes e de outros bandidos junto com ele” (Maria. Depoimento verbal prestado à pesquisadora). No entanto, ela defende que é importante a permanência das famílias e a criação do museu para manter viva a história:

O papel dos moradores que ficaram aqui... essas famílias que estão aqui são as que andavam na luta com a Associação. São as que acreditaram que podiam ficar, e que elas já estavam no miolo que ia ficar. Então, assim, eu vejo isso como que é a única coisa que restou da verdade da Vila Autódromo são essas famílias. Não as casas que elas estão (...) Eu não fiz uma luta junto com milhares de pessoas, centenas de pessoas, pra derrubar as casas e botar um projeto onde se vier os filhos casando, não tem mais onde ficar... Gente, o negócio era outra coisa. Já era área de especial interesse social. (Maria. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Percebe-se, pela fala de Maria, que há uma controvérsia acerca da solução dada pela prefeitura, na medida em que não atendeu ao apelo pela permanência nas antigas casas. A ex-moradora, no entanto, defende a organização do Museu das Remoções como forma de manter viva a memória da Vila Autódromo²¹⁶. O

²¹⁶ Ou seja, a ex-moradora é contrária à construção das casas atuais, mas é a favor da organização do Museu. Os sentimentos parecem conflitantes, e expõe o sofrimento ao qual foram submetidos os moradores e ex-moradores da Vila. A entrevistada gostaria de manter as casas antigas pois com sua destruição foram derrubadas as possibilidades de futuro que ela vislumbrava ali (local para os filhos morarem, como mencionou)

depoimento da entrevistada nos oferece um caminho para explicar como o Museu das Remoções se organiza para representar as memórias das remoções e da comunidade em si, a partir da mediação de conflitos inerentes a esse processo.

A constituição do Museu, segundo Bogado, ocorreu em três fases: a primeira foi a idealização e discussão da proposta entre apoiadores e moradores; a segunda, oficinas de memória realizadas sob a mediação dos alunos do projeto de extensão da Universidade Anhanguera, junto a moradores e ex-moradores da Vila Autódromo:

as dinâmicas de diálogo comunitário e resgate de memória prosseguiram com Roda de Leitura, oficina de fotografia aberta e coletiva com moradores e ex-moradores da Vila Autódromo, e de outras comunidades, conferindo autonomia aos participantes para registrar o cotidiano através do próprio olhar. (Bogado, 2017, p.284)

Ainda nessa etapa, foi realizada “oficina de conhecimento do lugar com *devir* pela comunidade” (Bogado, 2017, p.284), que consistiu no resgate de peças demolidas da comunidade para construção do acervo do museu, sob orientação de moradores. A terceira etapa foi a criação do espaço expositivo a céu aberto, ou seja, a demarcação dos lotes onde havia residências e a colocação das esculturas elaboradas a partir dos escombros pelos alunos do projeto. O Museu foi aberto oficialmente no dia 18 de maio de 2016, e o percurso expositivo²¹⁷ inaugurado dois anos depois.

As placas que compõem o percurso expositivo do Museu das Remoções foram pensadas por moradores e ex-moradores a partir das ruínas que ainda se encontram no território da Vila, e é interessante notar como reverenciam aqueles que permaneceram morando na comunidade com a frase “lutou e permaneceu”. As placas localizam-se em pontos específicos onde se encontravam as casas destruídas, ou fazem referência a episódios importantes na luta contra as remoções. São 21 placas no total, sendo:

- 1 – Igreja de São José Operário
- 2 – Ruínas da casa de Zezinho e Inês
- 3 – Pisos (ruína) da casa de Wilson e Iolanda
- 4 – Poste da casa da Jaqueline
- 5 – Associação de moradores
- 6 – Rua Vila Autódromo – Antiga Rua Nelson Piquet
- 7 – Rua Gilles Villeneuve

²¹⁷ Na ocasião, escrevi um artigo sobre o evento para o portal RioOnWatch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=36590>. Acesso em: 12 jul 2019.

- 8 – Origem do Museu das Remoções: mapeamento de memória e festivais culturais
- 9 – Contêineres: onde 9 famílias residiram por 73 dias
- 10 – Ruínas da casa de dona Denise: Lutou e permaneceu
- 11 – Local da antiga padaria
- 12 – Lote da família da dona Dalva: Lutou e permaneceu
- 13 – Rua Francisco Landi, onde residiu a família da Sandra Regina: Lutou e permaneceu
- 14 – Ruínas da casa do senhor Adão
- 15 – Final da rua Beira Rio, onde residiram a família da Iara e Gaúcho: Lutaram e permaneceram
- 16 – AEIS (Área de Especial Interesse Social – lei complementar 74/2005): onde famílias poderiam permanecer morando
- 17 – Últimas barricadas: (Herança da Luta)
- 18 – Parquinho das Crianças
- 19 – Espaço OCUPA
- 20 – Travessa da resistência
- 21 – Legado do Projeto “Futuro da Memória”²¹⁸

As ruínas fazem parte do cotidiano dos moradores atuais da Vila Autódromo. As placas estão expostas e podem ser vistas ao caminhar pela comunidade. Três placas dão nome às ruas da comunidade (Travessa da Resistência, Rua Vila Autódromo e Rua Gilles Villeneuve), e duas delas imitam o *design* das placas de rua utilizadas na cidade do Rio de Janeiro, como se vê na imagem abaixo. Foi uma forma de denunciar a falta de reconhecimento das ruas da Vila pela prefeitura e, ao mesmo tempo, tornar o bairro, ao menos simbolicamente, parte da cidade.



Figura 19: Placa de rua na Vila Autódromo. Fonte: Museu das Remoções.

²¹⁸ O Projeto Futuro da Memória foi financiado pelo Instituto Goethe e culminou na construção de um anfiteatro a céu aberto na comunidade. O resultado é visto de maneira controversa na comunidade, pois alguns moradores veem o espaço como algo imposto pelos arquitetos e não construído a partir do diálogo comunitário.

Myrian Sepúlveda dos Santos (2013), ao discorrer acerca da construção de um Ecomuseu nas antigas instalações das prisões de Ilha Grande, considera que a memória sempre carrega consigo o esquecimento. É interessante, nos casos aqui analisados, pensar nas formas de construção do que são as memórias a serem mantidas e aquelas que podem cair no esquecimento. As populações marginalizadas que vivem nas comunidades onde se formaram os movimentos lutam diariamente, de alguma forma, contra o esquecimento, quando não são lembrados como parte da sociedade que têm direitos assegurados, ou mesmo contra o apagamento²¹⁹, quando enfrentam a remoção. A produção de um discurso de permanência nos locais de moradia, a partir da memória daqueles que vivem nessas circunstâncias precárias, é moldada a partir dessas duas formas de anulação a que estão submetidas, e muitas podem resultar “uma ruptura em relação a este mesmo passado que se procura alcançar” (Santos, M. S., 2013, p.222), à medida que acabam elas mesmas por apagar parte significativa da história da localidade.

Segundo a mesma autora, “a dificuldade de se manter um vínculo com o passado torna-se mais nítida quando os objetos são ruínas e testemunhos” (2013, p.223), uma vez que impossibilitam o esquecimento dos sentimentos a que remetem. No caso da Vila Autódromo, as remoções marcaram intensamente todos os moradores. José, um dos que permaneceram, assim descreve os sentimentos que teve:

Eu fiz uma lista do que eu perdi, do que eu perdi nessa resistência, aí comecei a listar. Estava fazendo curso de teclado, tive que parar. Curso de inglês, tive que parar. Eu trabalhava em três empregos, perdi dois (...) E as coisas que deixei de fazer, o lazer, o social (...) As angústias que eu passei, as tristezas profundas, as depressões que só eu sei, tive que lidar pra passar sozinho com isso sem passar pra ninguém. A cada casa que eu via derrubando era uma facada no meu peito. Me senti traído. Porque as pessoas falam que estavam contigo, aí daqui a pouco está na mudança de madrugada e a gente não vê mais o cara. (José. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

²¹⁹ Myrian Sepúlveda dos Santos lembra do conceito “instituições totais” de Erving Goffman, ao tratar dos estereótipos hostis que são designados à população encarcerada. É como se existisse um apagamento dessas pessoas à medida que “a hierarquia é mantida a partir de uma série de estratégias que visam desestruturar a identidade daqueles que são considerados inferiores, como a proibição de lhes facultar a razão; a obrigatoriedade do cumprimento de regras sejam elas racionais ou irracionais; e a destituição de sinais que lhes são caros, como nome, vestimentas, corte de cabelo, e, até mesmo, posturas corporais” (2013). Pode-se pensar nas remoções como instituições totais nesse sentido, ao passo que é um processo de desestruturação identitária também.

Estar em contato com as ruínas das casas das pessoas que saíram significa um sofrimento constante para os moradores da Vila Autódromo, e é algo que na época das remoções ficava ainda mais latente. Alguns moradores veem como tática estatal o abandono de construções semidestruídas em comunidades passando por projetos de remoção, pois o contato direto com os destroços faria aqueles que permaneceram quererem sair o mais rápido possível, facilitando a ação do governo. A manutenção das ruínas serve, de alguma forma, para mostrar a crueldade dos processos de remoção que ocorreram e ocorrem na cidade, e também pode ser compreendida como elemento de criação de identidade frente à disputa por memória. Como colocam Mariana Cavalcanti e Paulo Fontes: “o sentido da ruína depende, nesse caso, mas talvez também em outras instâncias, em grande medida, de como cada sujeito constrói e narra a historicidade do espaço urbano que produziu a ruína” (2011, p.32).

É possível dizer, portanto, que os usos das ruínas e das memórias pelos moradores da Vila Autódromo adquirem significados distintos dependendo tanto dos sujeitos que recorrem a eles, como da temporalidade em que se dão e à qual se referem. A historicidade a que se referem os autores diz respeito aos contextos temporais, espaciais e societários. Constituem-se, desta forma, ferramentas para a permanência e reconhecimento dos moradores, sendo fundamentais na luta pelo direito à cidade, entendido como compartilhamento dos processos decisórios e participativos de construção do cotidiano local.

Essa perspectiva dialoga com aquilo que David Harvey (2014) observa ao analisar os movimentos sociais urbanos anticapitalistas. Segundo o autor, algumas qualidades da vida urbana cotidiana oferecem a arena fundamental para o estabelecimento de práticas políticas de contestação. Propondo uma releitura da perspectiva marxista²²⁰, Harvey sugere que os movimentos urbanos contemporâneos devem se concentrar na cidade (e não mais na fábrica) como local de produção de mais-valia e reivindicar “o direito de ter e controlar o objeto de sua produção” (Harvey, 2014, p.232).

De alguma forma, os movimentos sociais aqui analisados são construtores da cidade – procuram marcar a existência das comunidades na história do Rio de

²²⁰ Harvey considera que, seguindo a tradição marxista, as lutas urbanas seriam ignoradas ou repudiadas por serem “desprovidas de potencial ou importância revolucionária” (2014, p.217), uma vez que não estariam a serviço da abolição da relação de classe.

Janeiro e de Londres e demandar o reconhecimento como parte da urbe – e atuam no sentido de apropriarem-se de sua obra. O fazem através de um instrumento bastante original e propício, pois a criação de museus, historicamente relacionada ao poder (sua manutenção e demonstração) de países colonizadores, quando feita no sentido contrário demonstra o caráter contestatário desta prática de dominação, que tradicionalmente apaga a história dos colonizados.

É interessante traçar um paralelo entre a trajetória de criação dos museus analisados aqui e o próprio surgimento dos museus sociais na cidade do Rio de Janeiro. Os museus sociais da Vila Autódromo e do Horto simbolizam, assim como muitos outros casos (o Museu Sankofa, da Rocinha, é um deles), um embate com a cultura dominante, com a força do Estado. Tendo nascido justamente como parte do processo contra as remoções, esses museus se tornaram importantes ferramentas de luta contra um formato de Estado colonizador, que impõe determinadas formas de existência a certas camadas sociais, e que não reconhece o tipo de vida que essas pessoas levam como dignas de serem vividas.

É possível pensar nos museus sociais como *subaltern counterpublics* (Nancy Fraser, 1997) ou “esferas públicas subalternas”²²¹ (Perlatto, 2015), dada a forma como os grupos se transformam em “arenas discursivas paralelas em que membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, que por sua vez permitem formular interpretações antagônicas de suas identidades, interesses e necessidades”²²² (Fraser, 1997, p.81 – a tradução é nossa). Fraser propõe essa categoria como chave explicativa das esferas que se formam em países com alto grau de estratificação social, de forma a contestar a representação das identidades dominantes e de ampliar os espaços discursivos. O caráter emancipatório destes grupos reside no fato de se constituírem em espaços de união, entrega e aprendizado de formas de ação coletiva que atinja públicos extensos, segundo o autor.

Sérgio Costa, a respeito da proposta de Fraser, entende que tal projeto significa a “construção de esferas públicas particulares” (2002, p.33), e considera que isso acarretaria uma maior segmentação dentro de uma esfera pública já bastante diversa e desigual como a brasileira, podendo fragmentá-la ainda mais,

²²¹ O autor sugere o termo inspirando-se na proposta de Fraser, e o define como “diferentes espaços de sociabilidade nos quais os segmentos subalternos buscaram se organizar” (Perlatto, 2015, p.123).

²²² “Parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs.”

além de alimentar a intolerância na medida em que ilumina as diferenças sociais e culturais existentes.

O prisma proposto por Costa parece levar o debate muito ao pé da letra, pois o que Fraser defende não é uma maior estratificação social, mas a criação de categorias analíticas dos grupos que se formam, no sentido de reivindicar o reconhecimento de suas demandas e identidades dentro dessa esfera pública ampla. Os museus sociais, nesse sentido, podem ser compreendidos, pela proposta de Fraser, como produtores de “contradiscursos”, na medida em que encontram maneiras que dialogam com a cultura cívica de seus países e se fazem presentes nas esferas públicas.

Ao definirem-se como museus, as iniciativas buscam tanto traduzir suas demandas a públicos extensos, quanto colocar em xeque as propostas dos museus tradicionais, relacionados à distinção de classe, buscando também influenciá-los a tornarem-se mais diversos. Nesse sentido, os museus sociais se inserem na trilha traçada por Perlatto, ao discorrer sobre a existências de “esferas públicas subalternas” no Brasil desde sua independência:

os setores populares, no Brasil, foram capazes de resistir à imposição hegemônica construída na esfera pública seletiva, logrando estabelecer, em determinados momentos, esferas públicas subalternas, que a despeito de não conseguirem alçar suas demandas à esfera pública elitista e, por conseguinte, disputarem a hegemonia da sociedade, foram capazes de construir outros discursos, ancorados em uma cultura popular repleta de força inovadora, criatividade e potencialidade. (2015, p.133)

Há, portanto, através da formação dos museus sociais, uma demanda por agência na construção e participação da e na cidade. Esta demanda se situa no trânsito entre reivindicação material e sua significação simbólica, como denominado por Scherer-Warren (2009), e atende às demandas pontuadas pela autora como necessárias à formação de movimentos em rede. Ao traduzirem em linguagem acessível as reivindicações dos movimentos, os museus sociais promovem a possibilidade de engajamento de pessoas não diretamente atingidas pela falta ou precariedade de moradia, possibilitando o que denomino “solidariedade de repertório”, ou seja, a participação eletiva nos movimentos sociais por indivíduos que compartilham dos valores de uso e participação da cidade, publicizados pelos movimentos.

6.1.2 Memória como construtora de solidariedade

A utilização da memória como instrumento de luta também é feita nos casos dos movimentos sociais londrinos acompanhados, ainda que não tenham formado museus para institucionalizar tal demanda. O local onde o movimento *FocusE15* realiza seus encontros mensais, por exemplo, foi batizado como *Sylvia's Corner* em homenagem à Sylvia Pankhurst, uma sufragista londrina. No site do movimento, explicam:

O espaço do escritório é uma loja de esquina situada entre as ruas residenciais de Stratford. O nome Sylvia é um aceno à Sylvia Pankhurst, que era uma sufragista e organizadora socialista no East End de Londres. Ela se organizou com mulheres da classe trabalhadora, conversando com milhares de pessoas em reuniões de massa sobre os direitos das mulheres. Ao longo de sua vida, ela foi uma crítica aberta do Império Britânico e estabeleceu laços com a luta por uma Irlanda livre e independente. Ela era uma comunista nata, inspirada na Revolução Russa e depois se tornou uma organizadora antifascista. Ela era conhecida no leste de Londres entre as mulheres da classe trabalhadora como "nossa Sylvia". O movimento *Focus E15* foi iniciado por jovens mães, que se organizaram no East End e lideraram a luta por moradias decentes. Elas estavam preparadas para desafiar o sistema e confrontar a autoridade. Chamar esse espaço de Sylvia's Corner liga as lutas atuais lideradas por mulheres militantes às inspiradoras lutas revolucionárias do passado.²²³ (a tradução é nossa)

Ao recorrer à memória das lutas sociais das mulheres da cidade, as ativistas do *FocusE15* buscam, de certa forma, situar-se como parte da história de lutas da cidade e convidar outras pessoas a unirem-se ao movimento. Assim como o caso da mesa, relatado no capítulo anterior, é comum entre as participantes do movimento a autorreferência – parte de uma classe trabalhadora que historicamente se organiza na cidade, e especialmente no bairro – como forma de ampliar o repertório de demandas, sempre mantendo a moradia como central.

²²³ “The office space is a corner shop situated amongst residential streets in Stratford. The name Sylvia is a nod to Sylvia Pankhurst who was a suffragette and socialist organiser in the East End of London. She organised with working class women, speaking to 1000s of people in mass meetings about women’s rights. Throughout her life she was an outspoken critic of the British Empire and she formed links with the struggle for a free and independent Ireland. She was an early communist, inspired by the Russian Revolution and later became an anti-fascist organiser. She was known in the East End of London amongst working class women as ‘our Sylvia’. Focus E15 campaign was started by young mothers, who organised in the East End and who have been leading the fight for decent housing. They were prepared to challenge the system and confront authority. Calling this space Sylvia’s Corner links the current struggles led by militant women to the inspiring revolutionary struggles of the past”. Disponível em: www.focue15.org Acesso em: 9 abr 2020.

Ao buscarem inserção em lutas sociais da classe trabalhadora como um todo, e buscarem referências sobre a região de East End em especial, o movimento procura se inserir na memória coletiva de lutas da cidade e, mais do que isso, criar memórias a partir disso. Em um dos encontros do grupo em que estive presente, começava a se organizar uma exposição de fotos sobre a vida no bairro de Newham no *Sylvia's Corner*, apontando o fato de ser um bairro historicamente ocupado pela classe trabalhadora. Ademais, o movimento organizava encontros musicais semanais, em que os participantes cantavam músicas de resistência da classe trabalhadora e buscavam criar novos hinos.

O caminho que passa por usar as memórias como inspiração e instrumento de criação de solidariedade dialoga com a incorporação de que trata Kevin McDonald. O autor acredita que os movimentos sociais contemporâneos são marcados por experiências de ambiguidade e de “entrelugares” (*inbetween*), ou seja, experiências de troca e de se colocar no lugar do outro:

a gramática dessa experiência envolve uma experiência do eu e do outro, espaço e temporalidade, que não é de fusão, nem de separação, mas um modo de subjetividade que é construído em torno de experiências de ambiguidade e de entrelugares.²²⁴ (McDonald, 2004, p.587 – a tradução é nossa)

O uso das memórias se faz entre escolhas: a qual recorrer? Com quais identidades se relacionar? Quais repertórios utilizar com base naqueles já aprendidos? O que pode ser esquecido? Essas questões são fundamentais, por sua vez, na forma de atuação dos movimentos, em suas próprias ações coletivas de conflito e de colocar demandas publicamente.

O movimento *FocusE15* também mantém uma parceria constante com o *Museum of Homelessness*²²⁵, com quem participaram de uma exibição na *Tate*

²²⁴ “the grammar of this experience is one that involves an experience of the self and the other, space and temporality, that is neither one of fusion, nor separation, but a mode of subjectivity that is constructed around experiences of ambiguity and the ‘inbetween’.”

²²⁵ Para saber mais, acessar: <https://museumofhomelessness.org/about/>. Acesso em: 10 jan 2020.

*Modern*²²⁶ em 2017²²⁷ e fizeram campanhas coletivas nos últimos anos²²⁸. O *Museum of Homelessness* (MoH) foi fundado na Inglaterra em 2015 e funciona como uma instituição de caridade que tem por objetivo disseminar informações sobre pessoas em situação precária de moradia:

O MoH aborda a falta de moradia e a desigualdade habitacional, ampliando as vozes de sua comunidade por meio de pesquisas, eventos, oficinas, campanhas e exposições (...) também fornece apoio direto - bolsas, mentoria, treinamento e apoio prático.²²⁹

O Museu conta com um acervo de documentos doados durante a exposição realizada na *Tate* que conta a história da precariedade habitacional na cidade desde o século XVII. Diferentemente dos museus sociais da Vila Autódromo e do Horto, o *MoH* se constitui mais como uma rede nacional de conscientização acerca da situação habitacional inglesa do que como repertório de ação de movimentos por moradia. Suas ações, em geral, são mais voltadas à exposição e coleção de arte, história e cultura sobre a população que vive na rua ou de forma precária. Durante a crise decorrente da pandemia do coronavírus, por exemplo, a organização realizou distribuição de kits de alimentação e higiene aos moradores de rua, juntamente a outros grupos, e montou um memorial sobre as vítimas do vírus que viviam em situação precária.

A construção de identidade coletiva é fundamental para movimentos sociais, como aponta Melucci (2001), e a definição de memórias em comum com uma amplitude de atores se constitui importante forma de criação de solidariedade. É relevante, portanto, pensar a categoria memória como importante variável de influência de ativistas em suas formas de organizar discursos e frames em comum. Nicole Doerr e Noa Milman consideram que poucos estudos de movimentos sociais dedicaram-se a isso, e propõem um exame mais acurado acerca das “formas de

²²⁶ Para mais informações, ver: <https://www.tate.org.uk/whats-on/tate-modern/tate-exchange/workshop/state-nation-exchanges-on-homelessness>. Acesso em: 16 jan 2020.

²²⁷ Em uma reunião do *FocusE15* em que estive, no dia 1 de abril de 2017, havia um representante do MoH, com o objetivo de organizar a exposição realizada no final de semana seguinte. O representante pediu que as participantes do movimento levassem a mesma organização semanal para a exposição. O movimento participou distribuindo o material de campanha, como faz todos os sábados, como se estivesse em uma *streetstall* semanal. Não pude comparecer à exposição pois minha filha nasceu no final de semana em que ocorreu, dia 9 de abril daquele ano.

²²⁸ Como uma campanha de solidariedade a Andrew, um morador de rua da cidade de Londres. Disponível em: <https://focuse15.org/2017/02/09/building-campaigns-with-political-solidarity/>. Acesso em: 25 jan 2020.

²²⁹ Disponível em: <https://museumofhomelessness.org/about/>. Acesso em: 16 jan 2020.

contar histórias que ajudam a mediar as memórias de exclusão”²³⁰ (2014, p.215 – a tradução é nossa), de maneira a processá-las e incluí-las em um discurso que visa ao reparo social.

Doerr e Milman (2014), ao proporem uma análise de movimentos sociais focada nos usos que fazem das memórias, percebem que há um conflito permanente: enquanto os usos das memórias constituem-se um recurso interessante como inspiração aos movimentos – conhecer a forma como as demandas se deram no passado ou em outros locais é uma forma de inspiração e diálogo – também podem representar crises internas, na medida em que existem memórias conflitantes dentro dos próprios movimentos, como apontei na sessão anterior.

O tempo que tive para desenvolver minha pesquisa em Londres não me possibilitou a mesma perspectiva crítica acerca dos conflitos internos aos movimentos londrinos. No entanto, é possível supor que, quando uma das ativistas do *SaveNorthWold* negou a possibilidade de ir as ruas para montar o *streetstall*, fato já relatado, e disse não querer ser como outros grupos que se manifestam nas ruas, ela se retira de um tipo de manifestação tradicional na Inglaterra, buscando não se inserir nas lutas da classe trabalhadora. A proposta que faziam naquele dia baseava-se no conhecimento que outros movimentos adquiriram ao longo dos anos, passados através de gerações. Para a ativista que não queria ir às ruas, a proposta de realizar um levantamento sobre o histórico da construção do edifício em que vivia parecia mais adequado como ação a ser tomada. Tal repertório – que também se utiliza da memória – é distante das tradicionais lutas das classes trabalhadoras.

Os ativistas decidiram então realizar as duas atividades: *streetstall* e levantamento histórico. Para a segunda tarefa, recorreram ao fato de o conjunto de edifícios ser símbolo da construção do Estado de bem-estar social. O movimento entrou em contato com a organização *Architects for social housing (ASH)*²³¹ e foi produzido um documento mostrando como a construção deveria ser exemplo à política habitacional londrina, e não derrubado ou reformulado, como se propunha.

Os usos da memória, ainda que apresentem conflitos, parecem constituir uma importante forma de criação de identidades coletivas. Melucci entende que é cada

²³⁰ “ways of storytelling that help to mediate memories of exclusion get processed and included in such a way as to encourage social repair.”

²³¹ Disponível em: <https://architectsforsocialhousing.co.uk/2016/09/16/the-future-of-northwold-estate/>. Acesso em: 3 jan 2020.

vez mais difícil, na contemporaneidade, definir uma única essência dos conflitos, e por isso é tão importante analisar a produção de seus códigos culturais, que constituem “a principal atividade das redes submersas do movimento, além de condição para visibilidade da ação” (Melucci, 2001, p.26). A escolha das memórias a serem utilizadas pelos movimentos em sua representação se mostrou um código cultural fundamental à sua análise.

A sociologia da experiência da forma como proposta por Dubet possibilita a adoção de uma perspectiva ampla de explicação dos repertórios de ação dos movimentos, pois distanciando-nos de teorias atomísticas ou holistas é possível explicá-los a partir da disputa e das estratégias adotadas frente a ela. O uso da memória pelos movimentos pode ser compreendido como estratégia de criação de uma identidade social que integra as heranças do passado e o ser presente, de forma a unir recursos para disputar o cotidiano da cidade. Como coloca Dubet, ao descrever a lógica de ação concorrencial: “ela não se distingue, no seu conteúdo, da identidade integradora, ela é a realização desta última, a herança e o ser, do ponto de vista dos recursos numa relação de concorrência” (1994, p.122).

É interessante notar como as estratégias dos movimentos se constituem em diálogo com as experiências subjetivas dos atores envolvidos. Mesmo aqueles que não passaram ou não vivenciam situações de precariedade habitacional acabam por involucrar-se na construção dos repertórios dos movimentos, e trazem consigo outras lógicas de integração. Para Dubet, os movimentos devem ser capazes de mobilizar apoio externo justamente de forma estratégica similar ao funcionamento da concorrência de mercado:

É menos o descontentamento, a frustração relativa dos indivíduos que explicam a mobilização, do que a possibilidade de se assenhorear das oportunidades oferecidas pelo sistema político em especial (...) O sucesso de um movimento depende da estrutura das oportunidades que lhe são oferecidas, de sua capacidade de mobilizar recursos ou, mais precisamente, de utilizar as ligações comunitárias, as ideologias, por vezes os próprios adversários, como recursos. (1994, p.129)

Ademais, a formação dos museus pode ser compreendida como uma forma de institucionalização dos movimentos. Nesse sentido, Geoffrey Pleyers (2018) lembra que os estudos sobre movimentos sociais apontam dois principais caminhos a serem seguidos por eles: sua institucionalização ou sua dissolução, sendo a

institucionalização o destino encontrado após terem seguido a trilha de ciclos de protestos.

6.2

Entre institucionalização e criminalização: os caminhos das redes dos movimentos sociais

Nos casos apresentados, demonstrou-se a importância da formação de redes e envolvimento de apoiadores para a constituição e manutenção dos movimentos. Ilse Scherer-Warren (2009), analisando os Movimentos dos Trabalhadores sem Terra e sem Teto (MST e MTST), define que, para que se forme um movimento social em rede, três dinâmicas devem ser observadas: “1) A formação de uma identidade coletiva ou identificação em torno de uma causa comum; 2) A definição de uma situação de conflito e de seus adversários; 3) A construção de um projeto ou utopia de mudança” (Scherer-Warren, 2009, p.107)²³².

Essas dinâmicas, lembra a autora, dependem da historicidade em que se dão, e são sempre conflituosas, uma vez que se situam “entre a solidariedade e o conflito, da reivindicação material à sua significação simbólica, da participação em contextos institucionais às estratégias que visam a transformação do instituído” (Scherer-Warren, 2009), são processos transformativos e em transformação que visam a inserção ou mudança no quadro institucional dado.

Os movimentos sociais de luta por moradia foram tradicionalmente analisados através da perspectiva de reivindicação material, e a literatura acerca deles apontava caminhos de incorporação de políticas públicas por meio de processos políticos institucionais. No entanto, nos casos aqui analisados, fica evidente que os movimentos demandam também o reconhecimento das identidades relacionadas ao precariado e se distanciam do diálogo com o poder público, que por sua parte não reconhece tais identidades. Isso não significa que os movimentos não estejam se institucionalizando ou buscando a formação de redes transformativas. O movimento que os grupos têm feito nesse sentido aponta algumas direções, que exploro nos próximos parágrafos.

Uma das possibilidades de explorar os caminhos que os movimentos trilharam em busca de transformação institucional é observar sua relação com o Estado. No

²³² A autora se inspira na obra de Alain Touraine ao propor tal esquema interpretativo.

caso dos museus dos movimentos brasileiros, pode-se perceber os entrelaçamentos entre Estado e movimentos claramente – eles nascem de um programa do governo federal e procuram, dentre outras coisas, caminhos de reconhecimento jurídico para participação em convênios e editais de fomento. Os movimentos londrinos parecem trilhar caminho similar, mas mais voltados ao diálogo com organizações não governamentais²³³, tais como a *Architects for Social Housing* e a *Scheila Mckechnie Foundation*, de quem o *FocusE15* recebeu o prêmio *Housing and Homelessness Award*²³⁴, que pretende reconhecer “algumas das inúmeras campanhas de base no campo da habitação e falta de moradia” do país. Nos casos brasileiros e londrinos, no entanto, os movimentos não seguem modelos de institucionalização tradicionalmente utilizados em décadas anteriores.

Por sua vez, a aproximação a organizações do terceiro setor evidencia uma característica da tradição participativa na Inglaterra. A participação civil via organizações não governamentais e voluntariado no país faz parte de sua cultura cívica, e tem sido fomentada pelo Estado desde os anos 1980, durante o governo conservador de Margareth Thatcher, quando se passou a terceirizar principalmente a provisão de assistência social. A eleição do Partido Trabalhista em 1997, com Tony Blair como primeiro ministro, avançou em políticas chamadas “mistas”, aumentando os acordos entre organizações do terceiro setor e governo, em uma empreitada que se espalhou globalmente e influenciou governos a adotarem a denominada “terceira via”.

Armine Ishkanian e Irum S. Ali (2017) mostram que este tipo de parceria tornou-se primordial e se fortaleceu à medida que os formuladores de políticas governamentais abriram cada vez mais espaço às organizações não governamentais. No entanto, esta aproximação entre poder público e terceiro setor, segundo os autores, passou a desvirtuar tanto as organizações quanto o Estado – ao passo que as organizações perdiam o caráter autônomo ao obedecer certa burocracia estatal, o governo perdia o protagonismo:

embora a parceria tenha garantido um papel maior para as organizações voluntárias na prestação de serviços, ela também gerou “novos dilemas” relacionados à

²³³ O que corrobora a tipologia de Turner apresentada no capítulo 2.

²³⁴ Disponível em: <https://smk.org.uk/wp-content/uploads/SMK-2016-Awards-Brochure.pdf>. Acesso em: 4 fev 2020.

manutenção da autonomia e sua capacidade de abordar “mudança social e justiça”.²³⁵ (Ishkanian & Ali, 2017, p.8 – a tradução é nossa)

A análise de Ishkanian e Ali (2017) revela que essa tendência de estabelecimento de laços consensuais entre as organizações e poder público, que levaria a uma relação menos conflituosa, pode ser encarada como parte de uma tendência de “despolitização” do capitalismo tardio. Esse movimento é apontado por Charles Tilly (1995), ao comparar os repertórios de ação na Grã-Bretanha do século XVIII com o encontrado nos anos 1990. Embora não tenha realizado crítica semelhante acerca da despolitização – até porque o processo estava apenas iniciando – o autor mostra como poder público e movimentos estavam caminhando para este padrão:

Na Grã-Bretanha de hoje, por exemplo, a maioria dos grupos de pessoas prejudicadas tem a capacidade de demonstrar, solicitar, enviar uma delegação às autoridades e assim por diante através de várias rotinas para apresentar queixas e demandas. Todas essas rotinas envolvem pelo menos duas partes: um grupo de cidadãos prejudicados ou interessados e um detentor do poder que é o objeto de suas reivindicações. Embora as partes em uma interação frequentemente discordem profundamente de seus respectivos direitos e obrigações, essas rotinas articulam-se com amplas crenças compartilhadas: crenças na propriedade de uma difusão pública pacífica de queixas, nos direitos dos indivíduos à representação, nos limites da intervenção governamental e em outras instalações do governo representativo. Muitos britânicos realmente se juntaram na execução de algumas dessas rotinas. As rotinas alternativas constituem seu repertório de interação coletiva.²³⁶ (Tilly, 1995, p.45 – a tradução é nossa)

Ishkanian e Ali (2017) mostram que na Inglaterra, diante do contexto político exposto, alguns ativistas que buscavam participar de organizações como forma de contestar o Estado deixaram de fazê-lo ao perceber a tendência à perda do caráter conflituoso. Por conta disso, as relações entre organizações do terceiro setor e movimentos sociais também é impactada, pois grande parte dos ativistas deixa de acreditar que a participação via organizações do terceiro setor é realmente

²³⁵ “Many scholars now recognise that although partnership secured a greater role for VOs in service provision, it also generated ‘new dilemmas’ related to maintaining autonomy and their ability to address ‘social change and justice’.”

²³⁶ “In today's Britain, for example, most connected sets of aggrieved people have the ability to demonstrate, petition, send a delegation to authorities, and so on through a number of routines for stating complaints and demands. All such routines involve at least two parties: an aggrieved or interested group of citizens and a powerholder who is the object of their claims. Although parties to an interaction often disagree sharply over their respective rights and obligations, such routines articulate with broad shared beliefs: beliefs in the propriety of peaceful public airing of grievances, in the rights of individuals to representation, in limits to governmental intervention, and in other premises of representative government. Many Britons have actually joined in performing some of these routines. The alternative routines constitute their collective interaction repertoire.”

democrática²³⁷ e busca vias mais diretas de participação democrática. Os grupos ativistas atuais, segundo os autores, mudam suas formas de atuação, unindo esforços em uma ampla luta antiausteridade que busca cada vez menos formas de institucionalização ou de diálogo com o poder público. Essa mudança é vista como uma grande ruptura com os padrões de participação civil na Inglaterra, e aponta a demanda de exercício de uma chamada “democracia direta” pelos movimentos, que acreditam que as organizações estão mais preocupadas em manter as oportunidades de financiamento e sua sobrevivência do que buscando uma “mudança real” (Ishkanian & Ali, 2017, p.26).

No Brasil, os efeitos da redemocratização e posterior introdução da agenda neoliberal à participação civil foram analisados por Evelina Dagnino (2005). A autora assinala que, na contramão dos avanços realizados pós-88, houve uma crescente dimensão individualista da participação civil no país. Isso se deu principalmente porque o estado neoliberal, além de retirar de sua responsabilidade a oferta de direitos sociais básicos, instrumentalizou os acessos à participação. A autora apontou uma crescente confiança na solução individualista para problemas comuns, uma vez que, segundo sua análise, temas como pobreza e desigualdade foram retirados da pauta pública e tornaram-se de responsabilidade privada, passíveis portanto de soluções solidárias e filantrópicas:

Cidadania é, assim, reduzida a solidariedade aos pobres, usualmente compreendida como mera caridade: em um típico comercial de TV, exaustivamente divulgado no Brasil, uma reconhecida atriz de novelas, convidando o público a doar cinco dólares por mês a um programa de assistência a crianças, conclui enfaticamente: “Isso é cidadania!”. (Dagnino, 2005, p.20)

Segundo a autora, a privatização destes temas, colocada em prática desde o final dos anos 1990, dificultou a definição de um espaço público mais democrático no Brasil, onde predomina uma cultura cívica que não leva em conta as práticas cotidianas de exclusão e a completa privação de direitos a que é submetida grande parte da população. O resultado disso seria uma prevalente transferência de serviços de garantia de direitos (de bem-estar social) a terceiros, como ONGs, OSCIPs e fundações.

²³⁷ O estudo mostra que a taxa de credibilidade das organizações do terceiro setor na Inglaterra diminuiu muito nos últimos anos: “In 2013 60% of respondents reported having high levels of trust in VOs and in 2016 this had fallen to 32%” (Ishkanian & Ali, 2017, p.26).

Os movimentos sociais, no contexto exposto por Dagnino, passam a ser criminalizados, ficando a esfera da participação cívica circunscrita às organizações do terceiro setor, creditadas como confiáveis em um cenário de união entre valores neoliberais e provisão de direitos relativos ao bem-estar social na qual a compreensão de cidadania é erodida e passa a se confundir com participação. Há um rompimento entre as relações orgânicas anteriormente estabelecidas entre movimentos e ONGs, segundo nossa autora, uma vez que estas passam a responder a interesses das instituições financiadoras mais do que aos interesses de base.

A criminalização dos movimentos aponta o caráter repressivo dos Estados aqui analisados, especialmente em relação às populações marginalizadas, como já brevemente explorado quando menciono os dois exemplos de relação entre movimentos e governo (as remoções violentas versus manutenção da igreja e o confisco da mesa). O uso da força do Estado moderno é uma condição para manutenção de seu poder, como já nos informava Max Weber, mas o fenômeno corrente não pode ser explicado apenas por este enfoque, como indica Sergio Adorno, lembrando que no Brasil há grande arbitrariedade nas decisões judiciais, que atendem a diversos interesses:

Estudos demonstraram o quanto o inquérito policial é lugar de arbítrio e de abuso de poder. A ausência de controles faculta às autoridades policiais ampla discricionariedade na seleção das ocorrências que podem ser objeto dos mais distintos interesses. (2001, p.31)

Ao direcionar o aparato violento do Estado às populações das margens, se ilumina o fato de certas identidades ligadas ao precariado não serem aceitas. Loic Wacquant (2001) ao explorar as transformações estatais norte-americanas a partir do final dos anos 1970 aponta a passagem de um Estado-providência (ou caritativo) a um Estado-penal. Respeitando-se as devidas diferenças – o Estado-providência na Inglaterra foi realmente assentado por décadas, enquanto no Brasil consistiu em um suspiro – pode-se perceber uma tendência similar a partir das experiências apresentadas aqui.

A transição apontada por Wacquant se dá na medida em que os Estados perdem a capacidade de lidar com uma crescente população vivendo em situação precária. Se durante o início do século XX os Estados nacionais mantinham um controle baseado nas políticas públicas voltadas ao fornecimento de serviços básicos e direitos sociais – colocadas aqui as ressalvas já apresentadas, a respeito

dos mercedores ou não de políticas públicas –, nos anos mais recentes esse controle é mantido de duas formas principais, segundo o autor. A primeira delas dialoga com a política meritocrática explorada anteriormente, que passa a ser direcionada à vigilância das populações mais pobres: “consiste em transformar os serviços sociais em instrumento de vigilância e de controle das novas ‘classes perigosas’”, como por exemplo, condicionar “o acesso à assistência social à adoção de certas normas de conduta (sexual, familiar, educativa, etc)” (Wacquant, 2001, p.28).

A segunda forma de controle colocada por Wacquant relaciona-se à repressão da população pobre. O autor defende que a “guerra às drogas”, como define o governo americano, constituiu uma perseguição aos moradores de guetos que possuem trabalhos informais no setor do comércio, em uma realidade em que a desregulamentação do mercado de trabalho obriga os indivíduos a aceitar condições precárias de ocupação rentável. O aumento da população encarcerada nos Estados Unidos²³⁸, serve “à regulação da miséria, quiçá à sua perpetuação, e ao armazenamento dos refugos do mercado” (Wacquant, 2001, p.33), e a construção de prisões equivale a uma nova forma de provisão de moradia²³⁹.

Nicola Lacey e David Soskice (2013) argumentam que o sistema federativo descentralizado dos Estados Unidos favorece a política penal, na medida em que a tarefa de definir políticas sociais globais se torna uma prática impossível. Comparando as realidades americana e inglesa, os autores argumentam que os eleitores dos Estados Unidos tendem a preocupar-se majoritariamente com a manutenção de seus bens individuais, principalmente a propriedade privada de moradia, pois é a única garantia de qualidade de vida em uma realidade definida pelo Estado mínimo (em outros países liberais, o Estado ainda se responsabiliza pelo pagamento de pensões e benefícios sociais). Sendo menos presente, o Estado americano alimenta um tipo de concorrência entre os indivíduos, que votam para garantir a qualidade de vida local, o que acaba enfraquecendo políticas sociais globais. O caráter descentralizado, segundo os autores

²³⁸ A realidade norte-americana dialoga com a brasileira, onde a maioria da população encarcerada é negra.

²³⁹ O autor defendeu que “the construction of prisons has effectively become the country's main housing programme” em entrevista concedida ao programa Thinking Allowed, da BBC. Para ouvir, acessar: <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/b00n1jbd>. Acesso em: 11 jan 2020.

impede o desenvolvimento de uma política de justiça criminal nacional, ao mesmo tempo em que permite soluções locais variadas que tendem a uma variação regional significativa (e, devido a fatores sociais e econômicos, polarização); e que refletem desproporcionalmente os interesses dos relativamente favorecidos, e dos proprietários em particular. Além disso, o sistema político descentralizado implica uma situação em que o surgimento de instituições paralelas de governança social é mais ou menos inevitável – como testemunha a ampla influência de igrejas, associações de bairro e, de relevância mais direta ao nosso argumento, gangues. (Lacey & Soskice, 2013, p.37)

O contexto inglês, segundo os autores, se beneficia de ainda manter a centralização das políticas sociais, o que incentiva a participação civil nesse nível. Ou seja, aos cidadãos ingleses, a participação na decisão de programas sociais é mais convidativa, pois eles se veem como beneficiários dela, ao passo que nos EUA isso não ocorre. A descentralização federativa é apontada como fator bastante potente no aumento das políticas penais dos Estados Unidos, pois os atores mais propensos a votar são proprietários que buscam a manutenção de benefícios individuais, o que inclui políticas de segurança e controle da população marginalizada.

Uma análise bastante contundente acerca das transformações relativas ao fim do Estado de bem-estar social foi feita por Bryan Turner (2001), mencionada anteriormente, que apontou a erosão da cidadania na Inglaterra como efeito deste processo histórico. O autor demonstrou que o caminho à cidadania como concebido pelo Estado de bem-estar social, que passava pelo mercado de trabalho, é erodido conforme o Estado se ausenta de sua regulamentação e há um conseqüente aumento da terceirização da mão de obra.

A precarização do mercado de trabalho ocasionada pelo caráter neoliberal e conservador do Estado inglês nos últimos anos, unida a um forte sentimento de classe relacionado justamente às atividades laborais, direciona a criminalização dos movimentos sociais na Inglaterra às identidades relacionadas à classe trabalhadora, ou àqueles que dependem da presença do Estado para receber benefícios. Pode-se dizer que o sistema penaliza aqueles que não são capazes de fazer parte do mercado consumidor – o que inclui o mercado de imóveis (até mesmo os sociais, que são atualmente comercializados, como visto).

Analisando os movimentos sociais antiausteridade, Donatella Della Porta (2015) revela esse entrelaçamento entre instituições, Estado e identidades. Para a autora, os protestos característicos do neoliberalismo devem ser entendidos a partir

das “queixas, interesses, classes e identidades” daqueles que os constituem, uma vez que os movimentos atuais não podem ser considerados uma mera reação a crises econômicas e a precarização do mercado e do trabalho, mas também a uma “situação política em que as instituições são (e são percebidas como) particularmente fechadas às demandas dos cidadãos, ao mesmo tempo relutantes e incapazes de tratá-las de maneira inclusiva”²⁴⁰ (Della Porta, 2015, p.25 – a tradução é nossa).

O aumento de pessoas vivendo em condições precárias de moradia dialoga com a realidade exposta, assim como a criminalização dos movimentos sociais relativos ao tema. Ao longo dos capítulos anteriores, tenho defendido que a luta por moradia precisa ser analisada a partir da via do reconhecimento das subjetividades relacionadas àqueles que vivem em situação precária. Nesse sentido, é fundamental inserir a criminalização dos movimentos no distanciamento que os sujeitos procuram quando deixam de buscar no Estado as respostas às suas demandas.

Kevin McDonald (2004) via no fenômeno de distanciamento do Estado um processo de maior individualização e de busca por experiências subjetivas, algo que deve ser levado em consideração, como tenho demonstrado, mas é forçoso admitir que a criminalização opera papel fundamental nesse distanciamento. A lógica concorrencial de que fala Dubet (1994), que proponho como característica da relação entre movimentos e Estado, deve levar em consideração também a concorrência pela aceitação de certas identidades. A criminalização das identidades relacionadas ao precariado por parte do Estado leva os movimentos a buscarem outras formas de institucionalizar suas demandas, que não em políticas públicas.

No Brasil, a criminalização dos movimentos sociais tem sido acirrada nos últimos anos, caracterizados por uma “inflexão ultraliberal”, como sugere Santos Jr. (2019); mas o fenômeno não é recente. Apesar de promover um longo período de avanços em políticas de participação social, tais como a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e do Conselho Nacional das Cidades, os governos federais do Partido dos Trabalhadores não conseguiram criar um espaço decisório aberto à participação social, principalmente no que se refere à política urbana. Apesar de nos primeiros anos do governo Lula essa abertura ter sido alimentada pelo então

²⁴⁰ “a political situation in which institutions are (and are perceived to be) particularly closed towards citizens' demands, at the same time unwilling and incapable of addressing them in an inclusive way.”

Ministro das Cidades, Olívio Dutra, em 2005 há uma reconfiguração do Ministério, e o Conselho das Cidades é enfraquecido (Abers et al., 2004). Santos Jr. pontua que

grande parte das políticas estruturais do governo federal – tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida e o projeto da Copa do Mundo e das Olimpíadas – não teve qualquer participação do Conselho das Cidades na sua concepção e no seu desenho institucional. (2019, p.16)

No Rio de Janeiro, particularmente, os governos estaduais à época, do PMDB, apoiados pelo governo federal do PT, foram responsáveis pelas remoções da Vila Autódromo e pela extensão da área de pesquisa do Jardim Botânico, que afetou a comunidade do Horto particularmente, fatos que demonstram a falta de um pacto federativo em torno de uma política urbana justa. Os megaeventos representaram uma bandeira branca aos governos federal e estadual para operar a criminalização dos movimentos sociais, devido à pressão internacional sofrida no período após a repercussão das manifestações de junho de 2013²⁴¹.

A preparação do país aos megaeventos, como vimos, acirrou as características neoliberais do Estado brasileiro, e a criminalização foi uma das consequências deste processo. Em diálogo com autores que analisaram os efeitos do neoliberalismo aos movimentos sociais (Harvey, 2001; Della Porta, 2015; Santos Jr., 2019), pode-se dizer que o neoliberalismo prega um estilo de vida voltado ao consumo, sendo as populações marginalizadas vistas como desvirtuadas. A criminalização, portanto, se volta justamente a elas – não aos sujeitos em si, mas aos símbolos e identidades que carregam e que não condizem com o padrão buscado pelo sistema. Os sujeitos marginalizados, por sua vez, ao se sentirem violentados em sua dignidade e identidade, também por conta da criminalização ou do denominado “urbanismo militar”²⁴², buscam novas formas de reconhecimento (Honneth) alheias àquelas que o sistema impõe, sendo a utilização da memória uma delas.

Ananya Roy (2017) propõe o termo “urbanismo subalterno” para se referir às novas formas de reconhecimento dos espaços ocupados pela população periférica

²⁴¹ Em 2016, foi aprovada a Lei 13.260, conhecida como Lei Antiterrorismo. Os movimentos sociais não constam como passíveis de sofrer punição, devido ao veto da então presidente Dilma Rousseff, mas a aprovação da lei representou uma sinalização de maior controle às manifestações coletivas.

²⁴² Refere-se à presença frequente da polícia militar e/ou do exército em espaços periféricos das cidades – um tipo de urbanismo “marcadamente racializador, como instrumento de contenção dos conflitos sociais na cidade, sobretudo no contexto de acirramento da crise social (desemprego e pobreza, exclusão dos acesso das classes populares aos serviços privatizados, expansão das milícias nos territórios populares, estigmatização dos espaços populares, em especial as favelas etc)”. (Santos Jr., 2019, p.20).

ao redor do mundo. A ideia de ocupação do espaço não somente através do capital, mas também de ações cotidianas destes indivíduos, é fundamental para pensar as formas de ativismo por moradia que nascem daí:

O urbanismo subalterno é então um paradigma importante, pois busca conferir reconhecimento a espaços de pobreza e formas de agência popular que muitas vezes permanecem invisíveis e negligenciadas nos arquivos e anais da teoria urbana (Roy, 2017, p.7)

A falta de moradia, neste caso, é característica de um tipo de população subalternizada que ocupa espaços sociais que não se resumem a lugares materiais, ao mesmo tempo que os reivindicam.²⁴³

Os “repertórios de interação Estado-sociedade”²⁴⁴ (Abers et al., 2004) durante os anos de existência dos movimentos aqui analisados sinalizam importantes características e transformações ocorridas em sua própria organização, e parecem mostrar que a criminalização opera papel fundamental quando buscam outras formas de interação institucional e reconhecimento. Especificamente em relação à criação dos museus como repertórios de ação, percebe-se um direcionamento das ações reivindicativas para o setor cultural, capitaneado pelo IBRAM e pelo hoje extinto Ministério da Cultura. Pode-se argumentar que esse caminho é tomado devido às oportunidades políticas abertas por essas esferas (e fechadas pelo Ministério das Cidades, como se mostrou), o que não deixa de ser verdade, mas como já mostrado através de uma das falas de Pedro, morador do Horto, a demanda é maior do que o reconhecimento da memória da comunidade, e carrega também uma ampla luta contra a violação de direitos e a criminalização dos moradores.

No caso da Vila Autódromo, o Museu das Remoções carrega em si mesmo o peso da criminalização do movimento, ao passo que traduz em ações culturais as violências que moradores vinham sofrendo durante as remoções. Na comemoração de um ano de sua criação, em 2017, foram doadas partes dos escombros das casas da Vila Autódromo ao acervo do Museu Histórico Nacional, em uma ação que pretendeu apontar a luta contra a criminalização daquela população. Como consta

²⁴³ Dentro desta perspectiva, há também os trabalhos de Veena Das e Deborah Poole (2004), Gabriel Feltran (2014) e Veena Das e Shalini Randeria (2015), entre outros.

²⁴⁴ Definido da seguinte forma pelas autoras: “sugerimos complementar a noção original de *repertoire of contention*, de Tilly, através do conceito de “repertório de interação” entre Estado e sociedade civil. Esta ampliação permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (Abers et al., 2004, p.331-332).

no site do Museu, “este entendimento de que os vestígios de demolições fazem parte do processo recorrente de luta contra silenciamentos e opressões é importante para a manutenção da identidade de resistência do museu”²⁴⁵.

Orlando Santos Junior (2019) aponta o fato dos movimentos sociais, por serem essencialmente baseados na ideia de conflito, constituírem-se alvos mais visados em contextos de maior criminalização, em que não se aceitam reivindicações. Nesse contexto, o autor considera fundamental a análise dos movimentos sociais como “agentes de transformação radical, construindo novas alternativas societárias”, que possam assinalar as realidades que propiciam seu florescimento.

Neste capítulo e nos anteriores, assinalei algumas das características que foram fundamentais para a formação dos movimentos sociais analisados e as formas que estes têm encontrado de constituírem-se alternativas societárias em realidades de acirramento da austeridade e de criminalização de identidades precarizadas. Os entrelaçamentos entre criminalização e institucionalização são interessantes nos casos analisados. Isso porque, ao passo que as ações diretas de confronto são fonte de criminalização e de total oposição ao Estado, os movimentos também dialogam com a tradição de participação dos países onde se formaram.

Através da análise dos quatro movimentos sociais foi possível evidenciar as relações entre Estado e sociedade. Isso porque as ações coletivas apontam o caráter desigual da distribuição de direitos nos países, sendo que os movimentos de Londres enfatizam a retirada dos direitos sociais e o caráter meritocrático da distribuição de políticas públicas. No Brasil, o Estado deixa de ser percebido como único alvo contestatório ao mesmo tempo em que abre brechas para participação social, e os movimentos buscam a ampliação da esfera pública através da demanda por reconhecimento como parte da cidade. Isso faz com que atividades culturais que trazem à luz as subjetividades dos envolvidos sejam incluídas como repertórios de ação.

A criminalização das identidades relacionadas ao precariado urbano é convergente nos dois países, e a falta de reconhecimento de parte da população fica evidente. Nesse sentido, no próximo capítulo procuro desenvolver a categoria

²⁴⁵ Disponível em: <https://museudasremocoes.com/museu-historico-nacional/>. Acesso em: 10 jan 2020.

reconhecimento espacial como chave de interpretação sociológica aos casos analisados.

7

Reconhecimento espacial como lógica cultural de ação dos movimentos

La memoria popular nunca cuenta historias limpias, no hay memorias puras y diáfanas. No hay memoria propia. La memoria siempre es sucia, siempre es impura, siempre es un collage. En la memoria de los pueblos colonizados encontramos numerosos fragmentos de lo que en un determinado momento fue roto y que ya no puede ser reconstituido en su unidad originaria. Así pues, la clave de toda memoria al servicio de la emancipación está en saber cómo vivir lo perdido, con qué nivel de pérdida podemos vivir. (...) La memoria colectiva de los pueblos colonizados busca maneras de señalar y vivir aquello que no sobrevivió al incendio.

Achille Mbembe

Nos capítulos anteriores, explorei as distintas experiências subjetivas e coletivas em relação à precariedade habitacional e as formas de ativação e atuação dos movimentos sociais contrários a ela. Tomando como base metodológica a sociologia da experiência proposta por Dubet (1994), ficaram evidentes as lógicas de integração e de concorrência relacionadas à atuação dos sujeitos envolvidos nos movimentos contestatórios. A terceira dimensão apontada pelo autor, relativa à cultura, também foi observada a partir das formas reivindicativas adotadas pelos movimentos, que indicam uma percepção de cultura como algo cotidianamente transformado.

Algo que também se evidenciou durante a pesquisa, e ainda não analisado até aqui, diz respeito à relação entre os movimentos e as cidades em que se localizam, no sentido de “artealização” (Joseph, 1999)²⁴⁶, ou seja, da forma como os grupos produzem as cidades, as conexões entre identidades e ambientes construídos por eles alimentadas. Os movimentos se constituem símbolos da construção da vida cidadina, dos modos que os sujeitos fazem uso das cidades e as constroem através de suas ações, os sentidos dados ao espaço e sua relação com ele. Explorando este

²⁴⁶ O autor propõe o termo para transmitir a ideia de cidade como “teatro da ação”: “Fazer da paisagem urbana coisa pública, como o queriam os políticos da cidade, é, sem dúvida, apreendê-la não como coisa, mas como uma composição, produto de uma ‘artealização’ do meio ambiente. A este respeito, os especialistas da paisagem estão de acordo. Mas talvez seja necessário dar um passo a mais e decompor a coisa, para percebê-la como sociedade e como administração. Essa seria uma orientação mais pragmática que crítica, fazendo da paisagem urbana o teatro da ação, tanto para o político como para o cidadão, o espaço da disputa por excelência, tanto para os diferentes atores do projeto urbano como para os cidadãos que dele fazem uso e o põem em evidência ao organizar suas próprias perspectivas, individuais ou conjuntas, seus encontros com a coisa pública.” (Joseph, 1999, p.13)

caminho, proponho o termo *reconhecimento espacial* para analisar as demandas dos movimentos e as formas com que agem no espaço urbano, influenciando sua própria constituição. Dois temas parecem fundamentais dentro desse campo de análise: raça e gênero como formadores dos espaços e das identidades a eles relacionadas; o que nos leva a ver os sujeitos também como centrais na construção das cidades.

7.1

As esferas do reconhecimento espacial

Como visto ao longo dos últimos capítulos, as pessoas envolvidas nas lutas por moradia analisadas demandam distintas formas de reconhecimento, que podem ser localizadas nas dimensões propostas por Honneth (2003): buscam o direito jurídico de permanecer onde vivem ou de conseguir uma moradia legalizada; o fazem através de uma comunidade de valores; e na construção dos movimentos criam relações de afeto que lhes garante um mínimo de igualdade de participação. No entanto, pode-se questionar, como fez Allan Caillé (2008) ao procurar testar as teorias do reconhecimento como um paradigma sociológico da ação social: por quem e para quem querem ser reconhecidos os sujeitos? De que reconhecimento e de que forma os indivíduos querem ser reconhecidos? Caillé argumenta que o reconhecimento está principalmente vinculado àqueles com quem compartilhamos valores e cultura comuns, e não a sociedade generalizada.

O autor propõe a ideia de “valor social” para procurar responder às questões que coloca. Segundo ele, “lutar para ser reconhecido não significa nada além do que lutar para se ver reconhecer, atribuir ou imputar um valor”, e se questiona: “mas que valor?” (Caillé, 2008, p.158). Ao tratar dos jovens do subúrbio francês, o autor aponta o fato de buscarem as três dimensões do reconhecimento honnethiano quando demandam respeito, mas também identifica em suas atitudes a demanda por provas e testemunhos de gratidão, ou o “reconhecimento de uma dádiva” (Caillé, 2008, p.162). Ou seja, reconhecimento pelo que a pessoa faz perante a sociedade, por seu valor social. Sob esta ótica, as sociedades deveriam ser capazes de oferecer aos indivíduos os instrumentos para que eles pudessem aumentar seu valor social, sua capacidade de doação à coletividade.

Neste caminho, adiciono às questões propostas por Caillé (2008) a seguinte pergunta: onde querem ser reconhecidos? A meu ver, o valor social da forma como pensado por Caillé só pode ser aumentado a partir de uma igualdade mínima

relacionada à construção e participação dos espaços em que se constrói o cotidiano. Se adotarmos a premissa de que a vida na cidade exige um "acordo tácito, coletivo, não escrito, mas compreendido através da linguagem e do comportamento por quem usa a cidade" (Certeau, 2013, p.47), podemos assumir que os movimentos, ao demandarem fazer parte da cidade, pedem que sua linguagem – sua memória, sua história, suas formas de habitar – seja reconhecida como parte dela, e não apenas pela comunidade de valores composta pelos integrantes dos grupos. Dito de outra forma, os movimentos pedem que a cidade ofereça aos indivíduos as possibilidades de desenvolverem suas identidades de maneira plena. O uso do termo reconhecimento espacial indica a inclusão do espaço como dimensão fundamental de reconhecimento, da forma como explícito abaixo.

Estrutura das relações sociais de reconhecimento				
Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social	Valoração social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades	Memória
Formas de reconhecimento	Relações primárias	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)	Espacial
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização	Direito à cidade
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima	Autopercepção
Formas de desprezo	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa	Apagamento espacial/Remoção
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	"Honra" e dignidade	História de vida

Quadro 5 – Relações sociais de reconhecimento. Fonte: elaboração própria, baseado em Honneth (2003, p.211).

A estrutura das dimensões do reconhecimento, como proposta por Honneth e já mencionada ao longo da tese (espaço não sombreado no quadro), estipula distintas esferas pessoais e sociais de constituição de formas de reconhecimento necessárias para o desenvolvimento pleno da identidade e autonomia dos sujeitos sociais. O termo *reconhecimento espacial*, como indico aqui, une os conceitos direito à cidade (Lefebvre, 1991), valoração social (Caillé) e memória coletiva (Halbwachs) de forma a explorar os *efeitos do lugar* na formação subjetiva.

Henri Lefebvre, ao cunhar o termo direito à cidade, apontava a importância de pertencer à entidade coletiva e às formas de estar no mundo que brotam dela. Para o autor, a cidade pode ser vista como prática, como obra de quem mora nela e participa de seu modo de vida. Neste sentido, para aqueles a quem é negada a oportunidade de fazer parte de sua prática, o urbano e seus significados se tornam uma obsessão:

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não participantes, dos não integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do urbano. (Lefebvre, 1991, p.98-99)

É importante pensar nas categorias integração e participação utilizadas pelo autor. Emil Sobottka (2019) propõe o termo *integração espacial* para designar um tipo de relação construída por imigrantes nas cidades em que vivem, que não acompanha sua integração política ou cultural. Neste caso, o termo parece adequado pois oferece a possibilidade explicativa em casos em que os indivíduos buscam manter a identidade cultural de seu país de origem no contexto de vida encontrado nos países de residência. Denota situações transitórias, ou como define o autor: “se oferece como alternativa adequada para o encontro entre a expectativa do migrante e o cumprimento do dever ético de hospitalidade da comunidade acolhedora” (Sobottka, 2019, p.60). Lefebvre, no entanto, se refere a uma integração e participação capazes de transformar a vida nas cidades. O autor francês idealiza uma cidade efêmera, onde o “acordo tácito” de Certeau e a “gramática moral do conflito” de Honneth estariam em constante construção, ou seja, seriam sempre passíveis de mudança, conforme a necessidade de integrar formas insurgentes:

a cidade ideal comportaria a obsolescência do espaço: transformação acelerada das moradias, dos locais, dos espaços preparados. Seria a cidade efêmera, perpétua obra dos habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados para/por essa obra. (Lefebvre, 1991, p.134)

Ainda que o filósofo pense este tipo de cidade como ideal, é interessante desenvolver alguns questionamentos. Seria a efemeridade algo possível ao espaço urbano? Essa ideia de direito à cidade poderia dialogar com as demandas dos movimentos, que de alguma forma buscam a permanência onde estão? Como criar as linguagens comuns em espaços efêmeros? Para levantar possíveis respostas a essas questões, pode-se pensar na constituição de memórias coletivas como fundamentais ao estabelecimento de linguagens comuns em territórios em transição.

Isso porque as cidades, em certa medida, estão construídas e são vividas com base em *memórias coletivas*. Maurice Halbwachs (1990) foi o primeiro a propor este termo, para indicar como nossas memórias são constituídas em contextos sociais determinados e relacionadas a espaços. As cidades e os espaços construídos,

segundo o autor, são condição essencial para a criação de memórias coletivas, que por sua vez são condição para a vida nas cidades. Para o autor, ainda que tenhamos experiências de cidade próprias, de visitas que fazemos ou de nosso próprio cotidiano, nossa memória é quase sempre²⁴⁷ coletiva pois a construção dos espaços em que as criamos depende de outros: até mesmo a sinalização das ruas²⁴⁸, que serve de guia para deslocamento, depende da memória de outros.

O autor mostra que a manutenção dos espaços construídos é fundamental para que as pessoas possam reconhecer-se nas cidades, mostrando que há uma relação entre as construções e a vida social, e que essa é mantida cotidianamente pela memória. As memórias coletivas contêm uma espacialidade que é imprescindível à vida nas cidades:

Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (Halbwachs, 1990, p.143)

Halbwachs lembra que não há, no entanto, quadro sem figura. Ou seja, ainda que o espaço seja fundamental para a constituição de memória e de vida nas cidades, não pode ser separado das pessoas que o ocupam e como o fazem. No quadro relativo ao direito à cidade, pode-se dizer que os sujeitos são aqueles que o demandam. Lefebvre (1991) propõe o termo por considerar que o espaço urbano está dominado pela economia, expulsando os mais pobres (a classe trabalhadora) por esta camada da sociedade não poder consumir a cidade. Quando pauta o referido direito nos conceitos integração e participação, o faz de forma a antagonizar o foco no consumo do espaço urbano como ideal. Por este caminho, pode-se dizer que os sujeitos que demandam o direito à cidade são todos aqueles que desejam protagonizar a própria constituição dos espaços, distanciando-os do destaque econômico a eles relacionado.

A partir das perspectivas apresentadas, pode-se afirmar que o que se constrói cotidianamente nas cidades são as memórias coletivas relativas aos espaços. Há aí um possível ponto de diálogo entre os autores. Quando os movimentos pedem a

²⁴⁷ O autor considera que as memórias íntimas estão mais relacionadas a sensações e sentimentos.

²⁴⁸ Aqui é interessante pensar em como a luta por sinalização da Vila Autódromo através de placas na cidade constitui-se tentativa de inserção na memória coletiva do município.

permanência e lutam por manter a memória de suas classes e comunidades vivas, demandam o não apagamento de sua memória na cidade, sua história. O fazem criando uma linguagem comum de conflito (contra seu apagamento no espaço²⁴⁹), em uma tentativa de incluírem no “acordo tácito” as suas formas de vida. O termo *reconhecimento espacial* está ligado à ideia de memória nesse sentido, quando se demanda o espaço como dimensão de reconhecimento, se almeja que as memórias e a história criadas em determinados espaços sejam valorizadas de maneira a permanecer e constituir-se verdadeiramente em direito à cidade.

Como Nancy Fraser (2001) alertou, há certas formas de desrespeito, no entanto, que poderiam ser remediadas (não resolvidas) a partir de políticas redistributivas. É o caso, por exemplo, das desigualdades baseadas em gênero que não garantem aos casais homoafetivos o acesso às mesmas garantias materiais oferecidas aos heteronormativos. No caso das desigualdades habitacionais, um remédio óbvio seria a oferta de moradia. A partir das experiências analisadas ao longo desta pesquisa, no entanto, observou-se que a demanda por moradia está relacionada a diversas dimensões de reconhecimento que não se resolvem no acesso a uma unidade habitacional. A casa é necessária, mas depende de sua localização e da comunidade de valores que a circunda.

Ao unir a teoria do reconhecimento à noção de direito à cidade e aos conceitos valoração social e memória coletiva, indico esse termo *reconhecimento espacial*, pois dentre as demandas feitas pelos movimentos de luta por moradia há aquela relacionada a determinados espaços e de participação e integração neles. Os grupos lutam para se fazerem visíveis nas cidades de forma igualitária, de fazerem parte do tecido urbano, e o fazem construindo espaços através dos movimentos, transformando em linguagem comum suas demandas. O fazem porque a pobreza “é conceituada e localizada em espaços” (Roy, 2003, p.73), ou seja, é também subordinada do espaço. Quando recorrem à memória ou quando traduzem suas demandas em uma luta maior (como no caso da mesa), procuram apontar a necessidade de terem seus espaços de vida garantidos e reconhecidos para que sua identidade seja plenamente desenvolvida.

A partir dos conceitos gênero e informalidade urbana, bastante informativos acerca dos movimentos sociais aqui analisados, procuro defender o uso da

²⁴⁹ Contra higienização social e *against social cleansing* são termos usados pelos movimentos, como visto.

dimensão espacial relativa ao reconhecimento e apontar o que essas categorias nos dizem sobre as cidades. Este caminho dialoga com a lógica cultural de ação subjetiva proposta por Dubet, como será explicitado.

7.1.2

Moradia: substantivo feminino

*Woman has only two dwellings,
the house and the tomb.²⁵⁰*

Bourdieu, 1970

Como foi possível perceber no desenrolar da tese, a grande maioria das ativistas dos movimentos por moradia analisados é composta por mulheres. O recorte feito aqui representa uma realidade mais ampla: as mulheres são maioria em grande parte dos movimentos sociais contemporâneos (Gohn, 2007). Mas por quê? E o que isso nos informa sobre as cidades? Como dialoga com o termo reconhecimento espacial? As mulheres estiveram historicamente relacionadas ao espaço privado (Arendt, 2016; Butler, 2018), e ainda o são em diversas culturas, e seu protagonismo em movimentos por moradia parece obvio neste sentido, uma vez que estão mais envolvidas em questões relativas à manutenção de seu lar. Mas seu engajamento em movimentos nos informa mais do que isso.

O caso de Estela é exemplar da análise que procuro defender. Em uma conversa informal, a moradora da Vila Autódromo me disse uma vez: “eu me sinto presa aqui, não tenho mais o que fazer na rua e não consigo sair daqui”. Com 82 anos, a mulher me contava um pouco sobre sua vida antes e depois das remoções da comunidade. Ela me disse que costumava estar sempre nas ruas, indo ao mercado e visitando vizinhos enquanto cuidava da casa. Seu envolvimento nas lutas contra as remoções foi marcante, e até hoje é reconhecida por isso. No dia que destruíram sua casa, conta com lágrimas nos olhos, estava preparando um macarrão e a água ainda estava no fogão quando os tratores chegaram. Hoje ela vive com um de seus filhos e depende dele para tudo. Comprar pão, o que antes fazia na própria rua, agora demanda transporte, e ela não vai mais ao mercado por conta disso. Estela conseguiu permanecer na comunidade, mas sua autonomia foi perdida.

²⁵⁰ A mulher tem apenas duas habitações, a casa e o túmulo.

A breve história que Estela me contou dialoga com outras, de tantas mulheres entrevistadas. Cristina, do *FocusE15*, reclamou de situação similar. Morando em Basildon, distante de Londres, me disse que não se contentava em morar naquele local porque aquilo representava sobrevivência, mas não vida: “I wanna live as well, I don't wanna survive! But even then I'm surviving still” (depoimento verbal prestado à pesquisadora). Carla, também do *FocusE15*, quando me disse que não morava mais em Londres, ressaltou que aquela havia sido sua escolha, e não do governo, e que isso era fundamental. Ela se mudou para estar próxima de sua rede de apoio.

Dados mostram que as mulheres são as principais impactadas pela precariedade habitacional nos dois países analisados. Segundo a organização *Women's Budget Group*, do Reino Unido, as mulheres do país sofrem mais as consequências do fenômeno quando buscam comprar, alugar ou se dependem de benefícios. Isso porque seus salários são menores que os masculinos (“as mulheres precisam de mais de 12 vezes o salário anual para poder comprar uma casa na Inglaterra, enquanto os homens precisam de mais de oito vezes”), o que impossibilita também o aluguel (“Não há região na Inglaterra onde moradias particulares sejam acessíveis²⁵¹ com base nos ganhos médios das mulheres”) e estão sendo as mais afetadas pelos cortes dos benefícios estatais levados a cabo no país, uma vez que representam 60% dos beneficiários. Ademais, no país, as mulheres têm probabilidade quatro vezes maior que os homens de abandonar seu trabalho remunerado para assumir os cuidados não remunerados dos filhos e de parentes idosos, sendo essa uma das causas da disparidade salarial entre homens e mulheres e da desigualdade de gênero.

No Brasil, o número de famílias brasileiras chefiadas por mulheres cresceu 105% entre 2001 e 2015 (Cavenaghi, 2018). No entanto, dados mostram que o rendimento mensal das mulheres é equivalente a 76% do ganho masculino (eles ganham 24% a mais), e elas gastam quase o dobro de horas semanais com afazeres domésticos (10,5 horas é a média masculina, enquanto 18,1 é a feminina²⁵²). Colocados em conjunto, esses dados revelam a precariedade de vida das mulheres no país. Além de estarem em situação econômica pior, dependem mais da rede de

²⁵¹ Se considera moradia acessível aquela que representa até um terço dos ganhos.

²⁵² Dados de 2016.

apoio do que na Inglaterra, onde serviços básicos de educação e saúde são mais acessíveis. Como explica Lena Lavinas,

No caso das assimetrias de gênero, a coisa funciona mais ou menos assim: os homens dependem das mulheres para dispor de bem-estar e qualidade de vida, enquanto as mulheres precisam de serviços públicos acessíveis e a custos razoáveis para não serem as únicas provedoras responsáveis por assegurar, para além de suas capacidades, recursos e vontade, condições satisfatórias de reprodução da vida. Na ausência da provisão pública adequada, a carga repousa quase que exclusivamente sobre as mulheres, sobre o trabalho não remunerado e invisibilizado das mulheres. (2016, p.624)

Os países analisados aqui desenvolveram, nos últimos anos, políticas sociais que mercantilizaram alguns serviços que eram tradicionalmente oferecidos pelo Estado, dentre eles a moradia. No Brasil, “o período 2003–2016 ocultou o aprofundamento do processo de delegação, ao setor financeiro, de serviços tradicionalmente prestados pelo Estado no campo da proteção social” (Lavinas & Gentil, 2018, p.195), resultando um “incremento de 9 milhões de pessoas no número absoluto de pobres ao final de 2016” (Lavinas & Gentil, 2018, p.195). No Reino Unido, quase metade (48%) das famílias monoparentais vive na pobreza, em comparação com um quarto (24%) das famílias de casais. Na grande maioria (86%) dessas famílias monoparentais, a mulher é a chefe do domicílio.

Os governos nacionais, cientes desses dados, orientaram algumas políticas de enfrentamento da pobreza às mulheres, mas tal caminho se mostrou ineficiente. Lena Lavinas (2016) aponta que o direcionamento de transferência de renda às mulheres revelou-se incapaz de reverter as desigualdades de gênero de forma duradoura, uma vez que “tende a excluir os mais vulneráveis, negando-lhes cobertura e, por isso mesmo, é nociva às mulheres, sem contar seu efeito colateral no reforço a estigmas persistentes” (Lavinas, 2016, p.623). Maria da Gloria Gohn defende ponto similar, ao afirmar que

Temas fundamentais como liberdade, igualdade e diferença não são sequer considerados porque as mulheres são incorporadas nesses projetos visando apenas a gerar renda e condições econômicas de sobrevivência dentro de um modelo econômico que não está preocupado com a emancipação das mulheres como seres humanos em suas especificidades, ignorando a opressão e as discriminações a que são submetidas. (2007, p.60)

O reforço do estigma dialoga com a dificuldade exposta no início da tese, relativa a decisões acerca dos beneficiários de políticas públicas. Ademais, é

alimentado por preconceitos em relação às mães, no caso do *FocusE15*, por exemplo, quando são percebidas como dependentes do Estado. A partir dos dados expostos, é possível concluir que, nos dois países, o caminho da financeirização e de desmonte das políticas públicas, também voltadas à moradia social, afetam mais intensamente as mulheres. Sua autonomia é diretamente impactada, uma vez que as mulheres dependem não só das casas, mas das redes de apoio e de outros serviços básicos.

Incluir a dimensão do *reconhecimento espacial* como peça fundamental à capacidade de realização dos indivíduos e como potencial motivador de conflitos parece válido nesse sentido. Os casos analisados ao longo da tese mostram que as dimensões apontadas por Honneth – relativas ao amor, direito e solidariedade – são bastante explicativas das gramáticas de conflito construídas pelas ativistas. No entanto, creio que a dimensão espacial deve ser incluída, especialmente no caso das mulheres envolvidas na luta por moradia, por três principais razões, que exponho em seguida.

A primeira refere-se ao potencial evolutivo dessa dimensão, que considero traduzido pelo conceito direito à cidade da forma proposta por Lefebvre. A dimensão jurídica apontada por Honneth carrega um potencial normativo forte, pautado em uma leitura da realidade de países europeus onde a lei teria força reguladora na determinação e ampliação de direitos. Ora, vimos que, no caso das mulheres, os direitos sociais encontram impedimentos diversos, recaindo sobre elas o peso da exclusão. Ainda que as políticas públicas sejam direcionadas a minimizar os impactos das desigualdades de gênero, não logram ser efetivas ao passo que alimentam o estigma associado às mulheres dependentes de benefícios.

O conceito direito à cidade, neste sentido, parece apresentar um caminho de interpretação do direito para além de seu efeito normativo. Lefebvre defende o termo como “forma superior dos direitos”, ao passo que inclui “o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (1991, p.135). Ou seja, o termo traduz formas de uso e produção das cidades que ultrapassam a concepção do espaço como palco das relações sociais. O autor adota uma perspectiva filosófica para pensar o espaço e divide sua produção entre os usos, as representações e as formas que o vivenciamos – ou seja, os espaços vivido, concebido e percebido. O termo direito à cidade procura reunir essas

dimensões, de certa forma, ao se referir “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (Lefebvre, 1991, p.143).

A pesquisadora Tovi Fenster (2005), ao analisar as relações de gênero localizadas nas cidades a partir de três conceitos chave relacionados aos sentimentos e experiências em relação ao espaço – conforto, pertencimento e comprometimento –, sugere que o espaço é culturalmente construído como uma entidade pela qual mulheres e homens nutrem sentimentos distintos. A partir da análise de diferentes experiências femininas relacionadas às cidades²⁵³, a autora propõe uma classificação de distintas camadas de pertencimento a espaços: propriedade, memória, cidadania e pátria. Assim, para o caso relativo à cidadania, por exemplo, ela procura uma compreensão do termo que possa ser “usado normativamente para determinar como uma sociedade, sensível aos direitos humanos, deveria incorporar indivíduos e comunidades em quadros normativos de pertença”²⁵⁴ (Fenster, 2005, p.244 – a tradução é nossa), ou seja, adota uma perspectiva que amplia a noção de cidadania como relativa aos direitos e deveres estabelecidos nos limites de um Estado-nação para incorporar a noção de pertencimento ao país, incorporando o discurso em torno da exclusão ao debate. A autora menciona casos em que cidadãos de um mesmo país têm acesso diferenciado a direitos e serviços estatais para ilustrar o caso.

A partir disso, Fenster (2005) aponta a existência de “fronteiras de pertencimento” nas cidades, que são criadas, de forma simbólica, para determinar aqueles que são autorizados ou não a frequentar certos lugares. Exemplos mencionados pela autora são parques públicos, que têm seu uso controlado por guardas, e shopping centers que expulsam simbolicamente algumas pessoas. O poder de exclusão desses espaços é, segundo a autora, baseado em tais “fronteiras de pertencimento” que por suas vez são traduzidas no “poder do planejamento urbano, de monopolizar o espaço através do zoneamento, e no rebaixamento de

²⁵³ Londres e Jerusalém, na análise realizada pela autora.

²⁵⁴ “The concept is also used normatively to determine how a society, sensitive to human rights, should incorporate its individuals and communities in normative frameworks of belonging.”

grupos mais fracos da sociedade para espaços menos desejáveis e atraentes” (Fenster, 2005, p.249 – a tradução é nossa)²⁵⁵.

A abordagem de Fenster direciona o conceito direito à cidade ao debate acerca de gênero, demarcando a necessidade de incluir os sentimentos relacionados aos espaços na definição de suas utilidades, em sua constituição e construção. A desigualdade social afeta mais as mulheres não apenas por seu protagonismo à frente dos lares. A segregação urbana e a marginalização das moradias das mulheres mais pobres fazem com que estejam mais vulneráveis à violência de gênero, uma vez que circulam por locais mais perigosos e dependem mais de meios de transporte público. No entanto, há um hiato de dados específicos sobre a violência de gênero definida espacialmente²⁵⁶, o que reforça a necessidade de inclusão da dimensão espacial do reconhecimento quando se discute direito à cidade.²⁵⁷

A questão da constituição dos espaços também nos leva ao segundo ponto que defendo acerca da inclusão do termo reconhecimento espacial, que se refere à valoração social e à autopercepção. O apontamento feito por Fenster, que relaciona o planejamento urbano ao pertencimento espacial, remete a uma fala de Pilar²⁵⁸, em que mostra que sua autopercepção se transformou quando passou a sofrer as ameaças de remoção, ao não se sentir desejável no espaço dos Jogos Olímpicos.

A autopercepção, que defendo como autorrelação prática na estrutura de relações de reconhecimento, dialoga com a valoração social, como proposta por Caillé. Pilar se sentiu menos valorada socialmente quando a “expansão” da Barra da Tijuca se aproximou de sua moradia devido aos preparativos para os Jogos Olímpicos. Ela passou a ser reconhecida como precária para aquele espaço que se

²⁵⁵ “The power to exclude, which is based on “the boundaries of belonging,” becomes in many cities the power of urban planning, of monopolizing space through zoning, and the relegation of weaker groups in society to less desirable and attractive spaces”.

²⁵⁶ Conforme reforçam as plataformas e centros de pesquisa, no Brasil. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-negras-crime-estupro-brancas/> e https://eva.igarape.org.br/public_security. E no Reino Unido: <https://www.womensaid.org.uk/research-and-publications/> e <https://www.centreforwomensjustice.org.uk/policy-research>. Acesso em: 4 fev 2020.

²⁵⁷ Há uma iniciativa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que relaciona o acesso a meios de transporte a desigualdades de acesso a oportunidades de trabalho e consequente aumento da vulnerabilidade social. O relatório produzido pela iniciativa mostra que a segregação espacial reduz o acesso a oportunidades de trabalho e reforça a necessidade de pesquisas que comparem os diferentes fatores que contribuem para as desigualdades. Mais informações em: <https://www.ipea.gov.br/acessoopportunidades/>. Acesso em: 8 mar 2020.

²⁵⁸ Já mencionada no capítulo 5, em que diz: “E eu que já estava aqui, que vi esse bairro crescer, essa comunidade crescer, e que nunca o governo fez nada por ela, e de repente vai ter um grande bairro com urbanização... eu me perguntava: por que que eu tenho que sair daqui? Por que que o novo vizinho não pode se adaptar a mim? Qual a diferença entre a gente?”.

valorizava economicamente, ao passo que sua percepção de si também foi modificada. A demanda por reconhecimento, no caso, ultrapassava o direito à moradia, sendo mais bem traduzida pelo direito de permanência devido a sentimentos de pertencimento, por demandar reconhecimento de fazer parte da cidade.

O tema refere-se também à questão de gênero, uma vez que os espaços de participação relativos à moradia são dominados pelo feminino. Se pensarmos em sistemas de contrastes, como propõe Roberto DaMatta (1997, p.36) podemos supor que os espaços de participação masculinos são mais voltados “para fora”. Pierre Bourdieu (1970), ao realizar uma análise etnográfica de uma casa berbere (Berber house), também propõe sistemas de oposição como ferramenta de compreensão da constituição de seus espaços. Um dos exemplos que o autor aponta é a oposição entrada e saída:

enquanto, para o homem, a casa é menos um lugar para onde se entra do que para onde sai, a mulher só pode conferir a esses dois movimentos e as diferentes definições da casa que fazem parte integrante deles, uma importância e significado inversos, uma vez que o movimento para o exterior consiste sobretudo em atos de expulsão e é seu papel específico ser responsável por todo o movimento em direção ao interior, ou seja, da soleira à lareira.²⁵⁹ (Bourdieu, 1970, p.165 – a tradução é nossa)

Os sentimentos de pertencimento a espaços domésticos e a luta pela permanência em bairros específicos podem ser facilmente relacionados ao gênero feminino, seguindo esse caminho. Das 21 entrevistas em profundidade que realizei para essa pesquisa, apenas quatro foram concedidas por homens (José, Pedro, Inácio e Lucca). Dos quatro representantes do gênero masculino com quem conversei, apenas Pedro (também o mais jovem entre os participantes nos movimentos) se envolveu espontaneamente. José e Pedro²⁶⁰ o fizeram através de suas esposas, sendo que José me disse que se sentiu impelido a participar devido a sua família (esposa, sogra e filha já estavam envolvidas): “Gente, eu tenho que ajudar esse povo, minha casa está aqui, minha família está aqui, não é possível que

²⁵⁹ “whereas, for the man, the house is less a place one goes into than a place from which one goes out, the woman can only confer upon these two movements and the different definitions of the house which form an integral part with them, an inverse importance and meaning, since movement towards the outside consists above all for her of acts of expulsion and it is her specific role to be responsible for all movement towards the inside, that is to say, from the threshold towards the fireplace.”

²⁶⁰ Lucca não está diretamente envolvido em nenhum movimento específico, e sua atuação no Radical Housing Network foi impulsionada pela sua área de pesquisa – geografia urbana.

eu vou ser esse parasita a vida inteira” (José. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

Dialogando com o esquema interpretativo de Bourdieu, Lisa McKenzie (2017), ao analisar a realidade de um conjunto de edifícios de moradia pública inglês (St. Ann's), percebeu que os homens não estavam tão presentes na vida comunitária quanto as mulheres. Elas circulavam pelo bairro, indo às escolas e supermercados, enquanto eles utilizavam os espaços da academia e das barbearias como locais de socialização. Nos relatos que a pesquisadora analisou, as mulheres sentiam que pertenciam aos espaços, enquanto os homens percebiam o espaço como pertencentes a eles:

As mulheres focaram em "ser St. Ann's" como uma identidade e como prática de "pertencer". Por outro lado, os homens entendiam "ser St. Ann's" como um processo de território, e isso se relacionava com o edifício e o espaço como pertencentes a eles de forma transitória.²⁶¹ (McKenzie, 2017, p.91 – a tradução é nossa)

O espaço parece ser parte fundamental da construção identitária de gênero, tanto masculino quanto feminino, mas quando relacionado à moradia, se conecta mais ao reconhecimento feminino, pelas razões expostas. A inclusão da ideia de valor social no debate acerca do reconhecimento é proposta por Caillé justamente para ocupar a lacuna entre a igualdade demandada pela dimensão normativa e as diferenças intrínsecas aos sujeitos. A valoração social dialoga com a formação pessoal dos sujeitos enquanto obra²⁶², ou seja, no que as pessoas, enquanto diferentes, oferecem à sociedade. Em muitas entrevistas, as mulheres mencionam a casa como um bem, um templo, proteção, merecimento. Nesse sentido, lutar pelo reconhecimento relativo à moradia seria, de certa forma, pedir o reconhecimento por aquilo que criaram para a sociedade, o resultado do esforço de suas vidas.

A terceira razão pela qual considero fundamental a inclusão da dimensão espacial na estrutura de relações sociais de reconhecimento refere-se à memória e

²⁶¹ The women focused on “being St. Ann’s” as an identity and as practice of “belonging”. However, the men understood “being St. Ann’s” as a process of territory, and this related to the estate and the space belonging to them as they “passed by”.

²⁶² Caillé se inspira no termo de Hannah Arendt, para quem obra se diferenciava de trabalho. O primeiro termo é relativo ao que as pessoas produzem enquanto o segundo se relaciona mais à ação social: “A obra – a mesma distância da obrigação e da liberdade, do para si e do para outros – é de certo modo socialmente neutra. Apenas a ação, a capacidade de fazer acontecer do novo, de gerar o possível, reveste o valor propriamente social” (Caillé, p.160). Entendo que o autor use o termo para referir-se as formas como os sujeitos se colocam na esfera pública, como atores sociais. O termo dialoga com o processo de subjetivação de Touraine, para o qual é fundamental a historicidade.

história de vida, ou à capacidade das mulheres construírem sua própria historicidade, perspectiva que dialoga com Dubet, para quem a cultura pode ser interpretada como “a definição histórica do sujeito” (1994, p.134). Para além da estratégia dos museus sociais e dos usos da memória da classe trabalhadora, já analisadas em passagens anteriores, importa aqui recorrer especificamente ao tema da memória a partir das mulheres dos movimentos.

Lelia Gonzalez (1984), ao apontar o papel da mulher negra como revelador de diversos aspectos da formação da cultura brasileira, avalia que o apagamento de sua importância histórica se dá através de um discurso predominantemente masculino e branco. Para a autora, é necessário recorrer à memória da população negra para que haja reconhecimento de sua perspectiva acerca da formação cultural do país:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. (Gonzalez, 1984, p.226)

Embora a questão racial não tenha aparecido com frequência²⁶³ nas entrevistas que realizei, o debate interseccional²⁶⁴ parece ser bem-vindo nessa parte da tese, uma vez que trata, sobretudo, de desigualdades sobrepostas. O conjunto dos fatores que a perspectiva interseccional propõe levar em conta – raça, classe e gênero – direciona as trajetórias de vida das pessoas, uma vez que determina os privilégios e desvantagens que os indivíduos atravessam. O gênero é apenas uma das faces da pobreza, sendo que a desigualdade social recai ainda mais sobre as mulheres negras, no caso brasileiro, e negras e imigrantes, na Inglaterra.

²⁶³ Duas entrevistadas (ambas negras) mencionaram a questão racial nas entrevistas, uma em Londres e uma no Rio.

²⁶⁴ A perspectiva propõe que as categorias raça, classe e gênero devem ser analisadas em conjunto para uma melhor compreensão dos efeitos e causas das desigualdades socioeconômicas. O feminismo negro teve papel fundamental na divulgação de tal proposta interpretativa, pois a partir dela mostrou-se que as mulheres negras estão na base da pirâmide social, sofrendo as desvantagens sobrepostas relativas aos indicadores socioeconômicos de renda e trabalho, por exemplo. Para uma perspectiva geral acerca do tema, ver Flavia Biroli e Luís Felipe Miguel, 2015.

A perspectiva interseccional oferece uma valiosa contribuição à proposta que realizo nesse capítulo. Audre Lorde, uma das pioneiras nesse debate, defendia que as mulheres devem pensar suas distintas trajetórias de desigualdade (raça, idade, classe) pontuando que nenhuma delas é dominante – “Não sou livre enquanto qualquer mulher estiver presa, mesmo quando suas algemas são muito diferentes das minhas” (Lorde, 1984, p.244). As desigualdades que recaem sobre as mulheres, segundo Lorde, devem ser pensadas a partir de um prisma de interdependência em que as polaridades façam emergir uma força conjunta. A autora pontua a diferença entre tolerância e reconhecimento das diferenças. Para ela, “a mera tolerância à diferença entre as mulheres é o reformismo mais grosseiro” ao passo que “somente dentro dessa interdependência de diferentes forças, reconhecidas e iguais, é possível gerar o poder de buscar novas formas de estar no mundo, bem como a coragem e o sustento de agir onde não há cartas marcadas”²⁶⁵ (Lorde, 1984, p.205 – a tradução é nossa).

Mais recentemente, Patricia Hill Collins atualizou a proposta de Lorde, defendendo que as políticas sociais não devem buscar eliminar as diferenças, mas reconhecê-las. Isso porque, os estereótipos definidos como patamar de igualdade são excludentes e acabam por afetar a autoavaliação das mulheres, especificamente negras. Segundo a autora, os conceitos autodefinição e autoavaliação são fundamentais para entender o feminismo negro:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras. (Collins, 2016, p.102)

Os usos da memória levados a cabo pelos movimentos assinalam uma relação de interdependência entre passado e futuro que parece ser fundamental para o reconhecimento das desigualdades relativas ao espaço de moradia. A partir de um caminho que se une à interseccionalidade, a proposta de compreender memória como dimensão da personalidade afetada a partir do reconhecimento espacial, e história de vida como componente ameaçado em caso de sua ausência parece fazer

²⁶⁵ “Only within that interdependency of different strengths, acknowledged and equal, can the power to seek new ways of being in the world generate, as well as the courage and sustenance to act where there are no charters.”

sentido. Isso porque, como mostrei ao longo da tese, o protagonismo na construção dos discursos acerca dos locais de moradia é uma demanda colocada pelos movimentos, seja quando recorrem aos museus como estratégia, seja quando fazem aquilo que aprenderam a fazer, como já colocava Melucci. Recorrer ao debate interseccional parece fundamental, uma vez que as pessoas mais impactadas pelas desigualdades sociais são as que sofrem os mais variados tipos de apagamento, dentre os quais, o discursivo.

Quando Honneth estabelece as dimensões do reconhecimento, as lista como fundamentais no processo formativo de indivíduos autônomos, que encontram as possibilidades socialmente estruturadas de desenvolverem sua identidade. A autonomia das mulheres é severamente impactada quando o reconhecimento espacial não é dado – falar apenas em direito à moradia não dá conta do processo formativo de autonomia ao qual proponho aludir. O conflito ao redor do tema da moradia torna-se movimento unindo pessoas que percebem a injúria de diversas formas, e o termo reconhecimento espacial procura dar conta das características subjetivas relacionadas ao tema.

7.1.3 Planejamento urbano para quem?

Informal, subnormal, irregular, ilegal, removível: todas essas categorias foram utilizadas como referência às moradias das pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo realizada no âmbito desta tese ou para descrever as ações dos movimentos sociais organizados por elas, quando ocupam o espaço público das cidades. Em comum, carregam não apenas a ideia de precariedade, como remetem ao planejamento e controle do espaço urbano que assim as identifica. A partir da proposta do termo *reconhecimento espacial* e das dimensões elencadas como relacionadas a ele, procuro, nesta seção, discorrer sobre como seu uso pode ser bem-vindo nas discussões sobre planejamento urbano e movimentos sociais.

No Brasil, as políticas de remoção de favelas estiveram historicamente ancoradas no princípio da ilegalidade das ocupações ou do risco ambiental representado pelas construções. Mas a violência em relação a estes espaços não se resume às remoções, como procurei mostrar ao longo da tese. No caso específico do Rio de Janeiro, a falta de reconhecimento das favelas como parte do tecido

urbano da cidade representa entraves no cotidiano dos moradores. Anastácia, uma das moradoras e ativistas do Horto, descreve da seguinte forma a vida em sua comunidade, comparando-a a outras favelas da cidade:

A partir do momento que é discriminada, que o Estado considera a área como área informal e que ninguém tem seu registro, seu título de posse, é igual a outra favela qualquer (...) os Correios, eles não entregam as correspondências dentro da comunidade. Nem no Grotão, nem na Margarida, nem no 2040, nas áreas internas, que eles consideram “área informal”. As pessoas ali têm uma – na entrada do Caxinguelê – tem uma caixa de correio que serve pro Caxinguelê, pro Grotão e pra Margarida, e aqui em cima tem outro que o carteiro vai lá e coloca a correspondência de todo mundo, uma coisa totalmente sem segurança, sem privacidade. A Comlurb²⁶⁶ não varre, só vai lá recolher o lixo, quer dizer, não tem diferença. Não tem. É favela sim. No meu entendimento não tem diferença não. (Anastácia. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

O histórico da comunidade do Horto mostra que as casas ali localizadas foram majoritariamente construídas pelos próprios moradores, sendo o Conjunto Habitacional Dona Castorina construído para abrigar famílias removidas da Praia do Pinto, uma exceção. Na Vila Autódromo, a realidade é a mesma: autoconstrução. Até mesmo o sistema de esgoto da comunidade foi construído pelos moradores, através de um projeto conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz, depois de receber diversas negativas da Companhia de Água e Esgoto da cidade.

A política urbana brasileira, durante a primeira metade do século XX, tolerou a construção e a permanência de muitas favelas, como forma de “esquivar-se de reconhecê-las oficialmente”, afastando “a possibilidade de reivindicações sociais mais elaboradas”, como ressalta Rafael Soares Gonçalves (2013, p.232). O golpe militar de 1964, no entanto, transformou esse cenário. As favelas passaram a ser reconhecidas, mas como problemas a serem eliminados. Durante os anos de ditadura se produziu “um novo quadro normativo, permitindo uma intervenção estatal mais vigorosa nos diversos ramos de atividade, no interior das favelas” (Gonçalves, 2013, p.233). As remoções operacionalizadas pelo Estado, no entanto, foram marcadas por diversas negociações e arranjos que acabaram por estimular o mercado imobiliário das favelas, uma vez que as negociações eram feitas individualmente e incentivavam a busca por vantagens individuais por parte dos moradores. Ou seja, as construções não pararam de crescer, com o aval estatal, que

²⁶⁶ Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

se esquivava de reconhecê-las, a não ser em momentos limítrofes como os de remoção.

Somente nos anos 1980, políticas de urbanização começam a tomar forma no Rio de Janeiro, e muitas famílias passam a ter acesso a serviços públicos básicos, através de programas do governo de Leonel Brizola, tal como assinalado em passagens anteriores. Nos anos 1990, o plano diretor da cidade, através do programa “Favela-Bairro”, proporciona um alívio para os moradores das favelas, de forma a afastar o medo das remoções. Através dele, o governo de César Maia procurou intensificar as políticas públicas direcionadas às favelas, através de sua urbanização. O programa, no entanto, não foi levado adiante pelos governos posteriores.

À análise realizada por Lícia do Prado Valladares²⁶⁷ (2005), que busca remontar a história do surgimento e evolução das favelas no Rio de Janeiro, pode-se adicionar o período de tratamento da favela como locus de violência, a partir dos anos 1990, como propõe Marcia Leite (2012). A periodização do histórico de formação e consolidação das favelas cariocas, como colocado, tem como foco a forma como o Estado as reconhece. São raras as análises acerca dos movimentos sociais favelados, ou seja, aqueles organizados pelos moradores desses espaços da cidade. A academia, de certa forma, acaba por contribuir a uma análise centrada na ação do Estado, falhando em reconhecer as experiências de cidade e direitos a ela relacionados a partir da perspectiva das pessoas afetadas pela segregação espacial.

Por esse caminho, é válido questionar em que consiste a valoração social, proposta no esquema interpretativo como modo de reconhecimento relativo à dimensão espacial, no caso das remoções das favelas analisadas. O viés proposto por Allan Caillé (2008) pareceu válido ao tratar das demandas identitárias, como a de gênero, mas será possível pensar nesses termos para o caso das remoções? O próprio autor se questiona em que medida a ideia de reconhecimento a partir da ideia de valor social parece não explicar os casos em que as demandas são direcionadas também a bens materiais passíveis de redistribuição. No entanto,

²⁶⁷ Repetindo: 1) o mito de origem (anos 1920); 2) o momento de transformação da favela em problema social e urbanístico (Código de Obras de 1937 em diante); 3) a época em que passa a ser encarada como um problema administrativo (anos 1960); e 4) um último período, em que a favela passa a ser definida através de dados estatísticos oficiais (anos 1980).

defende que a partir do princípio das capacidades (*capabilities*), de Amartya Sen²⁶⁸, é possível propor um tipo de reconhecimento material baseado na valoração social.

Ainda que Caillé apenas aponte o caminho proposto por Sen, é possível explorar essa rota. Ananya Roy (2003), por exemplo, se utiliza da teoria das capacidades para analisar a desigualdade espacial em Calcutá, na Índia, relacionando a questão da oferta de políticas públicas (tais como regularização fundiária e moradia) ao aumento das capacidades dos indivíduos. Segundo ela, a pobreza pode ser aumentada por erosão de direitos, ou seja, quando políticas sociais não atendem à população, que acaba não tendo “capacidade” suficiente para desenvolver sua agência. Roy considera fundamental termos em mente que as ações de regularização e distribuição de terras pelo Estado não são neutras, mas direcionadas.²⁶⁹ Por esse caminho, pode-se pensar em termos de valoração social pelo Estado como fundamental ao reconhecimento espacial. Para tanto, recorro ao esquema interpretativo proposto no início do capítulo.

Honneth (2003) mostra como o desenvolvimento dos direitos ampliou o significado do reconhecimento jurídico, pois reconhecer-se enquanto pessoa de direito na contemporaneidade não se resume à “capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso” (Honneth, 2003, p.193). Esse pressuposto é fundamental à perspectiva que proponho aqui, pois a luta por reconhecimento jurídico se mostra não apenas como demanda por leis e participação política institucionalizada, mas também por ampliação do alcance social do *status* necessário para o acesso a direitos. Dito de outra forma, Honneth se preocupa em apontar as formas como as pessoas desenvolvem consciência de seus direitos e quais caminhos percorrem para se compreenderem enquanto sujeitos de direito.

É possível colocar em diálogo as noções de autorrespeito e de valoração social a partir da perspectiva do reconhecimento espacial. Levando-se em conta a gama

²⁶⁸ Amartya Sen (2000) propõe um modelo de desenvolvimento capaz de expandir as “capacidades” das pessoas de um país. Grosso modo, capacidades são a junção de recursos e agência. O autor propõe que as capacidades individuais podem ser aumentadas por políticas públicas, ao passo que o direcionamento dessas políticas é influenciado pela agência que os indivíduos adquirem com a expansão de suas capacidades.

²⁶⁹ A autora relaciona esse direcionamento de direitos também à questão de gênero: “It is clear that such entitlements are differentiated by gender, with the benefits of agrarian reforms, be they land titles or sharecropper deeds, having gone overwhelmingly to male heads of households. My research shows that, in urban arenas, the negotiation of both de jure and de facto land rights remains primarily a male and masculinist enterprise.” (Roy, 2003, p.75).

de experiências apresentadas nessa tese, em relação aos estigmas relativos ao local de moradia e participação em movimentos sociais, pode-se supor que a obtenção desse grau mínimo de autorrespeito depende de um sentimento de igualdade generalizado não encontrado em muitos dos casos. Em Honneth, o reconhecimento de equidade por parte do Estado parece ser necessário para uma formalização dos direitos, oferecendo aos indivíduos a capacidade de viver uma vida digna em sociedades em que os indivíduos já nascem com um pressuposto mínimo de igualdade. O papel do Estado em Honneth é praticamente neutro, tanto que os potenciais evolutivos do reconhecimento jurídico são “generalização e materialização”, ou seja, pressupõem realidades já colocadas que precisam do Estado para torná-las regra.

Quando define a esfera da comunidade de valores (solidariedade), Honneth tem em mente uma arena, diferente da jurídica, em que os sujeitos possam expressar suas individualidades. Dessa forma, estariam definidas as dimensões tanto da igualdade (jurídica) quanto da valoração social, em que os indivíduos podem demandar reconhecimento por identidades distintas. Como definem Giovanni Saavedra e Emil Sobottka:

No caso da forma de reconhecimento do direito, são postas em relevo as propriedades gerais do ser humano. No caso da valoração social, são postas em relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua singularidade. Portanto, Honneth parte do princípio de que a terceira forma de reconhecimento, a saber, a comunidade de valores ou solidariedade, deve ser considerada um tipo normativo ao qual correspondem as diversas formas práticas de autorrelação valorativa. (2008, p.12)

As formas de desrespeito relacionadas à dimensão jurídica, segundo Honneth, podem ser medidas através dos graus de universalização e materialização dos direitos. Ou seja, o autor define o Estado como tendo papel primordial na definição dos sujeitos de direito, ainda que antes mencione sentimentos de igualdade apenas possíveis na modernidade como condicionantes do autorrespeito. Por esse caminho, parece ser necessário levar em consideração fatores identitários e socioeconômicos que diferenciam a atuação do Estado, como os espaços de moradia. Ou seja, avaliar em que medida a dimensão jurídica também é passível de demandas por valoração social, necessárias ao desenvolvimento de autorrespeito.

No caso do Horto, Virginia Totti Guimarães e Paula Máximo defendem que o racismo ambiental ao qual a comunidade está submetida

é produzido por uma série de atos e omissões do Poder Público, mencionando-se a não adoção de ações para regularização fundiária em imóvel público para moradores que residem no local há décadas com base em manifestas e reiteradas permissões da União, bem como a prática de medidas diretamente relacionadas à remoção dos moradores. (2019, p.90)

Observa-se uma aplicação diferenciada da legislação. Comparando o caso da comunidade do Horto ao do Condomínio Canto e Mello, localizado dentro do perímetro do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico e composto por casas de alto padrão, as autoras discutem as razões pelas quais a primeira não tem o direito de permanecer na localidade, enquanto o segundo, ainda que tenha respondido à ação judicial, conseguiu permissão da União para tal, e apontam uma “disparidade do discurso ambiental no campo do Direito, bem como em relação ao tratamento dispendido aos envolvidos” (Guimarães & Máximo, 2019, p.100).

As autoras demonstram, através de peças jurídicas, que os moradores do Horto são considerados invasores pelo sistema, que desconsidera o histórico da comunidade, construída ali segundo diretrizes do próprio Estado há anos atrás, ao passo que os moradores do Condomínio Canto e Mello são autorizados a permanecer, sem nunca terem sido denominados invasores. Totti e Máximo defendem ainda que “a remoção dos moradores da Comunidade do Horto e a permanência das casas do condomínio afrontam diretamente as normas constitucionais e evidenciam o racismo ambiental” (2019, p.101).

O termo “racismo ambiental”, conforme definido por Ascelrad (2002) e já mencionado, busca explicar a realidade de minorias populacionais que são mais afetadas pela degradação ambiental devido à maior exposição a ambientes poluídos ou suscetíveis a desastres ambientais. No caso do Horto, o termo é utilizado devido às tentativas de expulsão dos mais pobres de um ambiente protegido e saudável, consequência da valorização deste espaço frente à expansão urbana, fenômeno que é comum também a outras cidades (Torres et al., 2019). O conceito carrega um tipo de valoração social na medida em que determina que o acesso a ambientes saudáveis de vida é prioritário à elite, instituindo aos mais pobres – e principalmente negros, no caso – a expulsão às margens do ambiente urbano, incluindo áreas verdes protegidas.

Ademais, o próprio conceito carrega em si a dimensão espacial, dialogando com a proposta interpretativa que defendo neste capítulo, ao passo que coloca como

fundamental a consideração do ambiente como possível vetor de desigualdades. Maria, ex-moradora da Vila Autódromo, sem se utilizar do termo, utilizou ideia similar para descrever sua percepção acerca das remoções realizadas na comunidade:

A minha opinião é que por detrás de um Parque Olímpico que foi usado como motivo pra tirar as famílias daqui, existem outros interesses na terra, porque pobre (como eles chamam), vamos dizer assim, pessoas de baixos recursos financeiros ou quase nenhum, não têm o direito de usar de uma natureza tão bonita como essa. (Maria. Depoimento verbal prestado à pesquisadora.)

De alguma forma, o conceito procura dar conta de um amplo debate acerca das disputas por espaços salubres típicas das grandes cidades, em que as populações pobres são as mais impactadas. Neste sentido, a pesquisadora Ida Danewid (2019) propõe o uso do termo “capitalismo racial” para descrever o fenômeno que segundo ela é comum a quase todas as grandes cidades mundiais. A autora analisa o incêndio da *Grenfell Tower*, edifício de moradia social localizado em Londres e devastado por um incêndio em junho de 2017. As vítimas – moradores do edifício – eram em sua maioria negros, árabes ou muçulmanos, e imigrantes do “sul global”. A mídia, segundo a autora, insistiu em classificar o ocorrido dentro de uma perspectiva que mirava a luta de classes típica das cidades neoliberais, sem mencionar a questão étnica contida ali. A proposta de uso do termo capitalismo racial parte de sua intenção em unir os fatores raça, classe e espaço à análise do fenômeno de Grenfell como símbolo de lutas globais.²⁷⁰

Em diálogo com os termos capitalismo racial e racismo ambiental, pode-se considerar os adjetivos dados à cidadania brasileira – “diferenciada” (Holston, 2013), “regulada” (Santos, 1979), “concedida” (Salles, 1994) – como tradutores dessa e de outras formas de valoração social feitas pelo Estado, que não pode ser considerado neutro ou um mero materializador de demandas sociais, nem tampouco a jurisdição dos direitos como suficientes para que sejam cumpridos. Nos casos analisados ao longo da tese, o próprio Estado é responsável pela violação de direitos por ele próprio estabelecidos, sendo os casos de remoção involuntária exemplos

²⁷⁰ Assim como nas experiências relativas a gênero, apresentadas na seção anterior, as desigualdades espaciais afetam mais os negros, tanto no Brasil quanto na Inglaterra: “Throughout the UK, children from brown and black families are more likely to live in dilapidated and overcrowded housing than white people, and they are 75% more likely to experience housing deprivation. Out of the 307,000 homeless that live on the streets in London, one in three are non-white.” (Danewid, 2019, p.8)

claros. Os espaços de moradia e as formas de ocupação das cidades são determinados pelo Estado, e essa determinação carrega em si valorações diversas, que produzem e reproduzem as desigualdades do espaço urbano. A dimensão relativa ao reconhecimento espacial procura lançar luz a essa realidade, que muitas vezes ultrapassa as fronteiras puramente legislativas.

As dimensões do reconhecimento como propostas por Honneth consideram as possibilidades de privação de direitos e exclusão, mas as remoções e a violência do Estado a elas relacionadas, a meu ver, devem ser consideradas como forma de violação que atinge tanto a integridade social quanto física, e a dignidade da pessoa. A inclusão da dimensão espacial ao reconhecimento não busca deslegitimar as demais, apenas enfatizar como a precariedade no acesso a um local de moradia afeta de forma emocional, socioeconômica a valorativa as pessoas por ela atingidas. A diferença principal entre autorrespeito e autopercepção, segundo a proposta defendida aqui, refere-se a forma como o espaço de vida influencia na constituição de sujeitos capazes de desenvolver suas capacidades. Os espaços de moradia são referência para a construção de história de vida e memória, sendo ambas fundamentais também à constituição das cidades. A proposta dialoga com os termos utilizados por Hill Collins e expostos acima – autodefinição e autoavaliação – mas é relativo à percepção do espaço.

O direito à cidade, como defendido por Lefebvre, visa espaços que se constituem como obra dos que neles habitam. Há na formulação do conceito a responsabilidade dos sujeitos em ser parte da construção das cidades. No Brasil, a realidade de autoconstrução de bairros inteiros poderia ser considerada oportunidade de formulação por parte dos moradores, mas, não sendo acompanhada de políticas públicas que garantem infraestrutura básica, permite que esses espaços permaneçam incompletos e precarizados. As comunidades analisadas, por exemplo, foram autoconstruídas e, também por isso, a memória tem tanto peso em sua realidade, mas o não reconhecimento posterior por parte do Estado as manteve em situação precarizada. O Estado, quando reconhece a existência destes espaços no tecido urbano da cidade, o faz (na maioria das vezes) no intuito de removê-los. O reconhecimento significa remoção, aproximando a realidade atual daquela analisada por Gonçalves (2013), que apontou o mesmo fenômeno nos anos 1960.

Exceção a essa regra foi a permanência das vinte famílias na Vila Autódromo. O reconhecimento jurídico, a partir do apoio da defensoria pública do Estado, foi

dado a partir do levantamento de precedentes de ocupação do espaço²⁷¹, o que ratifica a importância da dimensão espacial. As perspectivas dos moradores acerca de seus próprios direitos se transformaram ao longo do período de luta pela permanência, sendo que eles mesmos tomaram conhecimento de seus direitos a partir desse levantamento, como relataram em diversas entrevistas.

O zoneamento urbano estabelecido pela Prefeitura Municipal em 2005²⁷² também foi de grande importância no processo de luta pela permanência da Vila, pois constituía a área como de especial interesse social. Esse fato reafirma a importância do Estatuto da Cidade na luta por reconhecimento espacial. Estabelecendo que municípios de mais de 20.000 habitantes devam organizar planos diretores, o Estatuto significou um passo importante na luta por moradia, à medida que orienta os municípios a estabelecer formas de ocupação dos espaços das cidades, definindo áreas de moradia social.

A legislação brasileira estabelece a função social da propriedade desde 1988, mas a luta dos movimentos de moradia – especialmente através do Fórum Nacional de Reforma Urbana – foi fundamental ao estabelecimento do Estatuto da Cidade. Ambos podem ser considerados arenas essenciais ao reconhecimento espacial, constituindo-se canais de participação dos movimentos sociais atualmente existentes no país. O Estatuto orienta a gestão democrática das cidades, a partir de colegiados e fóruns coletivos²⁷³, significando um importante instrumento de efetivação do direito à cidade.

7.2

Movimentos, espaço e cultura da cidade

A proposta de inclusão da dimensão do reconhecimento espacial no esquema interpretativo de Honneth constituiu-se um exercício de colocar em diálogo as diferentes lógicas de ação dos sujeitos, seguindo a proposta metodológica da sociologia da experiência de Dubet. O autor francês considera que a lógica da

²⁷¹ Como foi o caso do termo de concessão de uso de um dos imóveis da Vila, do morador Ayrton Xerez, concedido em 1996. Disponível em: <https://museudasremocoes.files.wordpress.com/2018/04/titulo-de-posse-output.pdf>. Acesso em: 25 jan 2020. Através dele, a defensoria pode defender que os moradores da comunidade viviam ali de maneira legal.

²⁷² O zoneamento da área foi alterado em virtude dos jogos Parapan-americanos e Olímpicos, como mencionado no capítulo 3.

²⁷³ Capítulo IV, acerca da Gestão Democrática das Cidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 9 abr 2020.

subjetivação, relativa à transformação cultural, se dá a partir do momento em que os sujeitos adquirem consciência de sua historicidade, sendo capazes de reivindicar a transformação da cultura dominante²⁷⁴. A partir do compartilhamento de experiências sociais semelhantes e de interesses compartilhados, os indivíduos podem buscar a transformação da cultura que os cerca, afirmando-se como parte dela.

Nas cidades e comunidades analisadas, os movimentos sociais constituem-se retratos das demandas de transformação cultural da estrutura de segregação e precariedade a qual estão submetidos e, colocando-se como parte desse quadro, procuram transformá-lo também através da mudança da percepção de sua imagem de não merecedores de políticas públicas. Os cidadãos convertem-se em sujeitos políticos frente à precariedade em que vivem, pois demandam o reconhecimento daqueles espaços como parte integrante de sua personalidade.

Isaac Joseph (1999), ao explorar as relações entre experiência cidadina e paisagem urbana, aponta os usos que os cidadãos e políticos fazem dos projetos urbanos como evidências das disputas em torno da “coisa pública”. O autor mostra um relato de transformações urbanas ocorridas na França durante o período de urbanização das cidades, e as “modificações que introduzem na ordem das distâncias e das proximidades”, e conclui que as transformações afetam “a própria matéria do meio ambiente estético e da ordem cívica, sua matéria ótica e sonora”, ou seja, a própria “coisa pública”.

Fazendo essa tarefa, Joseph pretende lançar um olhar diferenciado sobre as cidades, distanciando-se das análises acerca de multidões. O autor mostra como os espaços das cidades são ocupados e transformados de diversas formas pela mesma população e explora os significados disso. Considerando que as experiências relativas aos espaços públicos geram disputas, o autor se questiona em que medida podem ser percebidas como coletivas:

Considerar uma paisagem como coisa pública é, assim, propor uma dupla questão ao mesmo tempo: como transferir para a descrição da experiência estética, tomada como objeto pelas teorias da paisagem, os conceitos das filosofias da ação e da linguagem comum? Como levar em conta os interesses democráticos com os quais se confrontam os filósofos do espaço público, interrogando, como se partíssemos de

²⁷⁴ Dubet se diferencia de Touraine por não centrar as transformações nas formas de produção capitalistas. Não há uma hierarquia entre as lógicas de ação de Dubet, como ele mesmo defende (1994, p.155).

zero, a relação sensível com uma paisagem urbana, quer se trate de uma praça, rua ou estação viária? De que se compõe, exatamente, uma paisagem urbana? (Joseph, 1999, p.20)

Recorrendo à Hannah Arendt e Habermas para pensar sobre as questões colocadas, Joseph lembra que toda ação é “mediatizada ou refletida em um espaço dramático da aparição” (1999, p.24). Ou seja, o espaço em que se dão as experiências urbanas, inclusive as de precariedade aqui apresentadas, é transformado ou utilizado como arena, palco ou obra. Nesse sentido, Joseph se aproxima de Butler (2018, p.83), quando, também recorrendo à Arendt, procura entender as manifestações públicas contemporâneas a partir das “dimensões corporais da ação” em espaços que sofrem transformações históricas a partir de ações coletivas.

Por caminho similar, Abdou Maliqalim Simone, ao analisar a realidade de segregação socioespacial de Johannesburgo, propõe que os cidadãos sejam considerados como infraestrutura das cidades. O autor aponta o fato que a infraestrutura das cidades é geralmente entendida em termos físicos capazes de tornar as cidades funcionais, “posicionando seus moradores, territórios e recursos em conjuntos específicos onde as energias dos indivíduos podem ser implantadas e contabilizadas com mais eficiência” (2004, p.407) e propõe que os cidadãos sejam incluídos na categoria:

As cidades africanas são caracterizadas por cruzamentos incessantemente flexíveis, móveis e provisórios de residentes que operam sem noções claramente delineadas de como a cidade deve ser habitada e usada. Essas interseções, principalmente nas últimas duas décadas, dependem da capacidade dos moradores de envolver combinações complexas de objetos, espaços, pessoas e práticas. Essas conjunções se tornam uma infraestrutura - uma plataforma que fornece e reproduz a vida na cidade. (Simone, 2004, p.407, tradução nossa)²⁷⁵.

O autor considera que a mescla de provisoriedade e permanência dos territórios urbanos constituídos na cidade analisada revela-se um desafio para a pesquisa. Isso porque os sujeitos criam formas de interação com o espaço que se distanciam do planejamento urbano como idealizado pelo Estado, constituindo sua regularidade a partir de sistemas provisórios e flexíveis.

²⁷⁵ “African cities are characterized by incessantly flexible, mobile, and provisional intersections of residents that operate without clearly delineated notions of how the city is to be inhabited and used. These intersections, particularly in the last two decades, have depended on the ability of residents to engage complex combinations of objects, spaces, persons, and practices. These conjunctions become an infrastructure – a platform providing for and reproducing life in the city.”

O planejamento urbano africano, muitas vezes distanciando-se dessas formas de organização espacial encontradas pelos sujeitos, procura tornar legíveis os espaços da cidade a partir de categorias que falham ao limitar a designação dos espaços urbanos somente a partir de categorias baseadas na “divisão social do trabalho e na consolidação da individuação” (Simone, 2004, p.409), e considera as cidades africanas incompletas por não disporem de todos os serviços que os modelos de cidade europeus assinalam como necessários. A proposta do uso da ideia de “pessoas como infraestrutura” procura descrever as formas de fazer cidade encontradas por indivíduos que vivem em situação de precariedade mas que encontram incentivos suficientes para agir nesse sentido: “pessoas como infraestrutura indicam as necessidades dos residentes de gerar atos e contextos concretos de colaboração social inscritos com múltiplas identidades”²⁷⁶ (Simone, 2004, p.419 – a tradução é nossa).

Ainda que a análise de Simone esteja centrada principalmente nas redes de colaboração voltadas a constituir infraestruturas e formas de sobrevivência paralelas às do Estado, ocupando um vazio de planejamento deixado por não se levarem em conta as relações sociais construídas em certos espaços da cidade, o termo parece adequado para colocar em diálogo as diferentes linhas interpretativas apresentadas neste capítulo.

As experiências relativas aos ativismos dos movimentos sociais analisados ao longo da tese podem ser interpretadas como ações de *sujeitos como infraestrutura*, uma vez que agem politicamente no sentido de transformar as cidades em locais mais porosos à participação. Sua ação transforma os espaços da cidade na medida em que oferece visibilidade à população usualmente apagada da esfera pública. O aparecimento desses sujeitos nos espaços urbanos significa apropriações da “coisa pública”, usando o termo de Joseph apresentado no início do capítulo.

Tomando como exemplo as formas de ocupação que os movimentos fazem nas cidades e as transformações urbanas propostas, pode-se afirmar que as ações dos movimentos sociais têm buscado a efetivação do direito à cidade, em que as diversas formas de ser possam estar inscritas e sejam alvo de políticas públicas. Quando as mães do *FocusE15* ocuparam as ruas com seus carrinhos de bebê, ou quando os ativistas da Vila Autódromo realizaram um evento cultural na estação

²⁷⁶ “People as infrastructure indicates residents’ needs to generate concrete acts and contexts of social collaboration inscribed with multiple identities”

do BRT, buscaram fazer parte do espaço público de forma distinta. Por seu lado, o Estado, ao transformar o antigo espaço de casas da Vila em estacionamento ou propor o “redesenvolvimento” do *NorthWold Estate*, informa que aquele tipo de existência não é aceito ou está ultrapassado dentro do projeto de austeridade.

Situações mais recentes também apontam o mesmo caminho. No dia 29 de fevereiro de 2020, um sábado, as integrantes do *FocusE15* se depararam com uma placa no exato local onde costumam montar sua *streetstall* semanal, informando que era proibido obstruir aquele espaço com qualquer estrutura temporária, como mostra a imagem abaixo:



Figura 20 - Proibição ocupação espaço público. Fonte: Facebook do *FocusE15*.²⁷⁷

O movimento logo se manifestou nas redes sociais e nas ruas, com o seguinte texto:

O *Newham Council* colocou essa nova inscrição diretamente em nossa *streetstall*. Dizemos ao *Newham Council* que ofensivo é recusar abrigar pessoas sem-teto nas centenas de casas vazias nesse bairro. "População de rua": criada quando um *Council* ignora as necessidades de moradia dos moradores, obstrui a dignidade das pessoas e continua a manter 410 casas em *Carpenters Estate* vazias no bairro com a maior taxa de desabrigados do país.²⁷⁸ (a tradução é nossa)

²⁷⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/focuse15/photos/pcb.2877580745618592/2877578705618796/?type=3&theater>, acesso em: 9 abr 2020.

²⁷⁸ “Newham Council has put this new sign up directly at our street stall. We say to Newham Council it is an OFFENCE to refuse to house homeless people in the hundreds of empty homes across this borough.” Street Population”: Created when a Council ignores residents housing needs, obstruct

Ademais, durante a crise e confinamento devido ao novo coronavírus, o movimento realizou sua manifestação semanal on-line, discutindo a importância de moradia nesse cenário em que “ficar em casa” não foi possível a todos que não têm casa.

A proposta de incluir a dimensão do reconhecimento espacial procura dar conta da dimensão afetiva do espaço na constituição de sujeitos autônomos, entendendo afeto tanto no sentido de impactar socioeconomicamente – como procurei mostrar nos casos de gênero (mulheres mais afetadas pela pobreza) e de ocupação do espaço urbano (expulsão dos mais pobres) – quanto emocionalmente, quando a negação dos espaços significa a não aceitação de determinadas histórias de vida e o apagamento de memórias que são parte do tecido urbano.

Ademais, as formas de ação dos movimentos se inscrevem na lógica de ação cultural ou subjetiva, seguindo a linha metodológica interpretativa da sociologia da experiência de Dubet. Essa lógica procura descrever as ações dos sujeitos a partir da construção de um olhar crítico acerca de sua própria situação. A lógica se realiza quando os sujeitos se veem como construtores de sua própria cultura, percebendo-se como parte dela. Ao incluírem em seus repertórios de ação a demanda por formas diferentes de aceitação, de ser parte da cidade e sua memória preservada, os movimentos se inserem nesse processo construtivo.

8

Considerações finais

E. P. Thompson, em um livro de 1978 traduzido ao espanhol e titulado *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, inicia sua análise colocando em perspectiva a descrição de duas realidades distintas que se aproximam quando vistas de longe – uma descreve a *gentry* inglesa no século XVIII e a outra os donos de escravo do Brasil colonial. Nos dois casos, o autor mostra estar presente o paternalismo dos grandes donos de terra, a relação de poder que exercem sobre seus empregados, a vida em torno de grandes propriedades. Os dois países se assemelham muito vistos assim, de longe, e até hoje a posse de terras é um fator determinante na estrutura de classes. Thompson defende que o paternalismo não pode ser uma categoria suficiente para descrever uma sociedade por completo, mas que consiste em um “componente profundamente importante não só da ideologia, como da mediação institucional das relações sociais” (1978, p.20) e se propõe a verificar como pode ser usado para compreender a Inglaterra do século XVIII.

Sem buscar me comparar a Thompson, mas tomando-o como referência, busquei aproximar duas realidades tão distantes quanto as mencionadas pelo autor a partir da análise da arena pública formada ao redor da precariedade habitacional causada pela austeridade estatal nas cidades de Londres e Rio de Janeiro, traçando relações entre direitos, cidadania e participação. Assim como Thompson, também entendo que as relações sociais de um país não podem ser resumidas a um padrão marcadamente mais presente que outros, mas que, ao escolher um como enfoque, é possível desenhar uma multiplicidade de questões fundamentais às realidades analisadas. Partindo da forma como políticas públicas específicas de moradia são desenhadas nos dois países, foi possível traçar categorias interpretativas acerca de como são experimentadas pelos cidadãos e o que nos dizem sobre a realidade.

A análise desenhou um panorama da questão da moradia no Brasil e na Inglaterra, a partir do acompanhamento de quatro movimentos sociais organizados nas duas cidades, buscando compreender as distintas *experiências sociais* relativas ao tema, informadas por interlocutores que, em distintos momentos da vida, decidiram unir-se demandando o alargamento das políticas habitacionais e da justiça urbana nas cidades. O debate se insere em um amplo quadro interpretativo

já bastante trilhado, que explora os limites entre privatividade e publicidade de questões relativas à moradia.

Lutar por moradia, a partir da análise apresentada, pode ser entendido como lutar pelas inter-relações que a casa em que se vive proporciona, seja pelo lugar social onde se localiza, ou pelo pertencimento à cidade relacionado. Nesse sentido, foi fundamental adotar a metodologia da sociologia da experiência, de François Dubet. Através dela, foi possível categorizar as distintas experiências relativas à moradia e aos movimentos sociais relacionados à sua demanda, em distintas lógicas de ação. Após os capítulos iniciais de apresentação, a tese foi estruturada a partir destas lógicas, o que se mostrou um importante caminho argumentativo. As experiências sociais que levaram os entrevistados a engajarem-se nos movimentos, por exemplo, foram categorizadas a partir de classe social, de sentimentos de pertencimento, de discriminação.

Os capítulos introdutórios – 2 e 3 – ofereceram um panorama da realidade das duas cidades e dos movimentos acompanhados durante a pesquisa e propõem o terreno de análise em que está assentada a tese. No capítulo 4, percorremos experiências individuais relativas à moradia, de forma a lançar luz à lógica de ação integradora e sua relação com o lugar. Sentimentos de pertença e integração se mostraram fortes condutores à ação coletiva, mas observou-se que seus opostos – desintegração e diferença – também levam à formação do conflito. Foi interessante mostrar como o Estado representa um fator desintegrador quando ameaça grupos inteiros, sendo esta característica fundamental à forma de atuação dos movimentos, que passam a direcionar suas ações de confronto não apenas a ele.

No capítulo 5, mostrou-se que as experiências reivindicativas realizadas pelos movimentos sociais dialogam com a cultura cívica dos países em que se formam. No caso do *FocusE15*, por exemplo, percebeu-se que sua atuação é conflituosa não apenas com o aparelho central do Estado, mas com as diversas camadas que compõem o poder estatal. No caso da Vila Autódromo, a forma de atuação do grupo aponta à importância da formação de redes com instituições diversas que garantem maior visibilidade às demandas da população favelada. Tais estratégias de ação garantem um compartilhamento mais amplo das demandas dos movimentos, na medida em que as traduzem em linguagem comum, e ao mesmo tempo abrem brechas de participação institucionalizada, demonstrando a necessidade de maior porosidade estatal.

O capítulo 6 demarcou a importância do uso da memória como estratégia dos movimentos sociais analisados. O exercício de tradução das demandas por moradia em quadros mais amplos, realizado pelos grupos, levou-os a localizarem suas demandas no tempo e no espaço, mostrando que a luta por moradia engloba o direito a permanecer onde há cotidiano e histórias de vida, assim como demarcar a importância de sua permanência para a cultura das cidades como um todo, na medida em que bairros e pessoas são parte dela.

Por fim, o capítulo 7 traz a proposta do termo reconhecimento espacial como categoria-chave interpretativa dos movimentos de luta por moradia. Tal proposta dialoga com a lógica cultural proposta por Dubet, segundo a qual os sujeitos são compreendidos como partes integrantes e fundadoras da realidade que os cerca, capazes de influenciar e criar cultura. Ademais, essa categoria apresentada se inscreve na proposta analítica de Honneth (2003) constituindo-se como uma dimensão paralela às demais, propostas pelo autor.

Alguns temas sobressaem ao final da análise. O primeiro diz respeito às condições sociais que possibilitam o desenvolvimento dos conflitos. A partir dos aspectos desenhados ao longo da tese, mostrou-se que a luta por reconhecimento operada pelos movimentos sociais nasce a partir de diversas situações de desrespeito e sentimentos de injustiça, mas algumas condições são fulcrais ao progresso dos grupos: a cultura de participação das comunidades, a ausência de grupos de crime organizado, o apoio de mediadores institucionais – tais como universidades, quadros políticos, ONGs e movimentos já estabelecidos.

Outra questão que merece ser demarcada diz respeito à precariedade em que vivem os ativistas. Pelos relatos das experiências percebe-se como a precariedade imposta pela possibilidade de remoção ou pela insegurança da permanência no local de moradia afeta diversas dimensões da vida e leva os indivíduos a demandarem reconhecimento de vidas a serem vividas. Moradia aparece como condição para pertencer às cidades e participar ativamente na esfera pública, ao passo que a falta de políticas públicas relativas a sua provisão revela um amplo fracasso social. Dois pontos parecem fundamentais nesse sentido: a manutenção dessa precariedade pelo Estado e as formas que os sujeitos encontram de torná-la pública a partir da consciência de sua existência.

As diferenças entre as culturas cívicas dos países, apresentadas no capítulo 2, apontam as formas como a precariedade é mantida pelos Estados. A partir da

tipologia de constituição da cidadania proposta por Bryan Turner (1990), os dois países se mostraram semelhantes em relação à forma como os direitos foram passivamente conquistados historicamente. Na Inglaterra, a dominação institucional da aristocracia relacionada à Coroa ainda é bastante presente, fato que vem fortalecer uma longa tradição de participação política em movimentos relacionada à classe trabalhadora, que esteve historicamente excluída e pede mais democracia na forma como os direitos são efetivados. As políticas públicas de moradia se transformaram radicalmente nos anos de Margareth Thatcher, com a privatização do acesso à moradia social e a vulnerabilização daqueles que não têm condições de comprar casas. A cidade de Londres é marcada pela desigualdade no acesso à terra e sua democratização constitui importante pauta dos movimentos sociais, que veem nessa possibilidade uma forma de democratizar também o acesso à moradia social, que deixaria de ser voltada ao lucro daqueles que detêm os direitos sobre os terrenos. A luta dos movimentos, especialmente do *FocusE15*, possui um caráter bastante anticapitalista, por conta disso.

No Brasil, os direitos relativos à modernidade também tiveram como força propulsora a vontade estatal, que operou numa via de mão dupla, regulando a concessão de direitos com a manutenção dos privilégios da classe política, que por sua vez herda de Portugal amplo caráter burocrático e de circunscrição do poder. A análise histórica apontou o objetivo ordenador das políticas sociais desde o início do século XX, sendo que os programas de moradia estiveram marcadamente preocupados em manter a pobreza afastada dos centros urbanos – em seu “lugar social” devido – de forma a conservar uma aparência ordenada e moderna às cidades, especialmente o Rio de Janeiro, capital do país à época.

A questão da ordem urbana aparece como central nos dois países ao final do século XIX e início do XX. As políticas públicas de moradia são primordialmente estabelecidas de forma a manter um padrão mínimo de salubridade à classe trabalhadora, mas seu desenvolvimento envolve decisões que diferenciam a população entre mercedores ou não de políticas públicas, sendo o Estado a entidade responsável por designar tais diferenças. Tais julgamentos traduzem características bastante próprias de cada país, sendo que no Brasil se evidencia um modelo de cidade propositalmente desigual, na medida em que não são designadas políticas públicas que visem à igualdade. Ao longo do século XX arranjos informais de moradia foram mantidos de forma conveniente, sendo que o reconhecimento das

favelas muitas vezes levou à sua remoção, como assinalado. A segregação espacial é alimentada por políticas de expulsão dos mais pobres de áreas valorizadas da cidade, e as primeiras políticas habitacionais direcionam-se àqueles que têm atuação no mercado de trabalho formal, deixando em situação mais vulnerável os que mais necessitam.

Na Inglaterra, por sua vez, os efeitos da Segunda Guerra Mundial levam à universalização dos programas de bem-estar social, fato que expande a capacidade dos mais vulneráveis em adquirir o mínimo de segurança, e marca a cidade de Londres, que possui edifícios de moradia social em bairros centrais. Tais políticas sofrem uma transformação radical no final dos anos 1970, quando passam a ser estruturadas de forma desigual, com o governo conservador propondo uma perspectiva de programas sociais voltados aos indivíduos e não às coletividades, e oferecendo a possibilidade de compra de moradias sociais. A desigualdade promovida pelos Estados nacionais a partir da adoção de políticas voltadas à mercantilização da moradia pública aproxima as duas realidades. No Brasil, o processo é descrito como “confluência perversa” por Evelina Dagnino (2005). A autora percebe a transferência ao setor privado de algumas responsabilidades estatais a partir do final dos anos 1990.

Em países em que o peso do Estado é marcadamente forte, como os apresentados, é interessante apontar as formas de insurgência que os sujeitos encontram para se manifestar publicamente. O enfoque dado às experiências pessoais frente à precariedade mostrou que as ações sociais são alimentadas pela forma que reverberam e geram solidariedade. Os sentimentos relativos aos locais de moradia são díspares, mas se aproximam a partir da experiência compartilhada de ameaça. O que une as experiências é a possibilidade de remoção que todos entrevistados vivenciaram – fato que uniu experiências tão distantes como as de Lucia e Charlotte, apesar de viverem no mesmo conjunto de edifícios.

Apesar das semelhanças expostas, não se pode deixar de mencionar a violência do Estado brasileiro em relação às populações marginalizadas. Ainda que as experiências relatadas nos informem muito acerca dos aprendizados e da consciência que os moradores tomaram a partir da possibilidade e da efetivação de remoção, especialmente no caso da Vila Autódromo, é de se frisar a enorme violência estatal pela qual passaram. Os museus sociais são marcadamente uma forma encontrada de demandar a existência das populações frente a um Estado tão

opressor quanto o brasileiro, e do Rio de Janeiro em particular. O Museu das Remoções, particularmente, frisa as experiências de remoção como uma forma de denunciar a violência estatal, ao passo que o Museu do Horto se orienta à questão racial, levantando a bandeira do racismo ambiental. Lutar por subjetividades, nos casos brasileiros apresentados, pode ser encarado como uma imposição frente à criminalização das vidas imposta pelo Estado.

Nesse sentido, pode-se propor uma terceira via ao que Geoffrey Pleyers (2018), a partir das teorias acerca dos movimentos sociais, apontou serem os dois principais caminhos a serem tomados pelos movimentos: institucionalização ou dissolução. A análise exposta aqui mostrou que é possível traçar um caminho alternativo entre esses dois, sendo que a criminalização da própria existência em territórios faz com que os moradores se unam buscando brechas de atuação. Pode-se pensar em uma via cultural de atuação dos movimentos, nos moldes do que Orlando Santos Jr. (2019) propõe frente à “inflexão ultraliberal e conservadora” que vivemos. Tal via cultural se mostra como alternativa dentre os “repertórios de interação” (Abers, 2014) com o Estado. Ao passo que os caminhos institucionais relativos às políticas urbanas se fecham ou fomentam a individualização das políticas, os movimentos têm encontrado possibilidades de diálogo a partir da cultura, sem ser possível se institucionalizarem enquanto política de moradia.

Um ponto que contribui à manutenção da precariedade são as políticas de austeridade, comprovadamente problemáticas à constituição de políticas públicas de moradia, assim como o modelo de construção das cidades voltadas ao lucro (Harvey). Os mais atingidos pelos cortes em projetos sociais e pelo incentivo às remoções são os mais pobres, expulsos tanto por ação direta do Estado quanto pela impossibilidade de continuar vivendo em bairros onde o custo de vida é elevado. Outro fator que contribui à precarização é a individualização das políticas públicas operada pelos Estados analisados, algo que, por sua vez, se direciona no sentido inverso ao da solidariedade, promovendo a desintegração dos grupos e vizinhanças. Emil Sobottka (2015) denomina tal processo como “individualização institucionalizada”. Individualizando o atendimento, as políticas públicas de moradia remediaram o acesso às unidades habitacionais sem, no entanto, reconhecer moradia como direito a ser coletivamente garantido. A análise desta realidade apontou o desestímulo à integração em movimentos sociais gerado pela individualização.

As políticas públicas de moradia nas duas cidades são bastante distintas, sendo que em Londres a herança dos anos de reconstrução pós Segunda Guerra Mundial representa um amplo aporte de residências sociais, enquanto no Rio de Janeiro a manutenção da informalidade dos assentamentos precários constitui marca da política pública relacionada ao tema: o Estado permite a autoconstrução de moradias e de bairros completos, para somente depois reconhecer sua existência, seja para removê-los, para criminalizar a população, ou para oferecer serviços públicos. Nos casos analisados, tais fatos ficaram evidentes: em Londres os movimentos surgem principalmente para demandar a manutenção ou recuperação de espaços de moradia construídos durante os anos de crescimento das políticas sociais no país, enquanto no Brasil buscam o direito de permanência em espaços autoconstruídos.

A partir da análise de atuação dos movimentos sociais, percebe-se que há um forte caráter impositivo e subjetivo nas decisões de transformação urbana dirigidas pelo Estado, ao passo que outras opções de realocação das populações removidas foram comprovadamente apresentadas (como é o caso do Plano Popular da Vila Autódromo e da Ocupação do *Carpenters Estate* pelo *FocusE15*). Tal caráter subjetivo também é alimentado pela individualização de atendimento realizada pelo Estado, que deixa de oferecer moradia pública a um coletivo de pessoas em situação vulnerável e passa a fazer atendimentos por pessoa, realizando uma análise caso a caso.

A metodologia da sociologia da experiência possibilitou um enfoque nas políticas públicas de moradia a partir da história de vida dos entrevistados, o que ofereceu uma perspectiva capaz de apontar os fatores que procuram romper com ciclos de “apropriação simbólica” (Sobottka, 2015) levados a cabo pelo Estado e capazes de manter os cidadãos convencidos de que políticas públicas são como favores a serem agradecidos com reciprocidade. Ao trazer as percepções pessoais acerca da moradia, foi possível lançar luz aos sentimentos e experiências que levam os indivíduos a tomar consciência de seus direitos e a lutar por eles, organizando movimentos sociais. O conceito historicidade, como proposto por Touraine, foi colocado em evidência a partir do exposto, uma vez que se demonstrou a importância da autopercepção de si e de seus direitos como centrais ao engajamento dos sujeitos aos movimentos.

Outro tema que sobressai a partir da análise exposta é a necessidade de inclusão das formas de ativismo analisadas à teoria acerca de movimentos sociais. Pode-se afirmar que a própria academia opera certo apagamento das formas de insurgência que são organizadas nas periferias ao não entendê-las como movimentos sociais, como apontou Alexis Cortés. Compreender os grupos brasileiros formados como movimentos sociais a partir da teoria proposta foi fundamental para trazer os sujeitos favelados ao centro da análise. Mostrou-se que há um forte descrédito da resistência organizada em favelas como passível de ser incluída na categoria movimento social, e tal fato denota o caráter segregacionista que a própria academia adota quando entende as demandas das populações precarizadas como clientelistas ou menos dirigidas por uma racionalidade que seria característica dos movimentos.

Os repertórios de ação definidos pelos movimentos sociais, ademais, apontam uma característica recentemente percebida nos movimentos contemporâneos, que não centram mais suas demandas exclusivamente ao Estado. Os repertórios contenciosos, como propunha Tilly, parecem sofrer uma transformação a papéis mais interativos (como propõe Abers, 2014) ou relativos à experiência (McDonald, 2004). Defendo que estas são formas que os movimentos encontram de existir de maneira autônoma ao Estado (não se institucionalizarem como parte dele) sem, no entanto, serem criminalizados. O Estado, no entanto, ainda opera papel central nas demandas, mas novas formas de interação são encontradas frente aos contextos políticos de cada país.

Colocar os sujeitos precarizados no centro da análise foi fundamental nesse sentido. Os movimentos analisados adotam repertórios de ação que não têm no Estado seu único opositor, apesar de existirem em locais em que essa presença é tão marcante, e talvez essa seja uma das razões desta supressão. A partir da análise exposta aqui, é possível considerar tal realidade como uma resposta social a essa presença do Estado como detentor do poder de definição das políticas públicas. Os movimentos buscam espaços relativos às subjetividades relacionadas à moradia como forma de existirem e terem voz em países onde os direitos são definidos a partir de cima e mantêm uma parcela da população alheia às esferas de decisão ou criminaliza sua existência. A participação em movimentos sociais, a partir disso, pode ser considerada um valor em si. Ou seja, a atuação dos sujeitos via movimentos constitui-se como espaço democrático que deve ser apreendido nas

análises acerca da cultura cívica dos países, e a afetividade das relações de participação enfatizadas.

Em Londres, as subjetividades relacionadas à vida nos *Estates*, os edifícios de moradia social, são iluminadas pelos movimentos de forma a demonstrar os estigmas relativos à classe trabalhadora: o lema *social housing, not social cleansing* e a luta pela não demolição de um edifício símbolo das políticas de bem-estar social apontam a demanda por aceitação da existência e permanência das pessoas que vivem em moradia social, que passam a ser vistas como “sujas” em um ambiente urbano direcionado ao mercado. A pesquisa apresentou distintas experiências em relação à vida nesses locais, desde uma autopercepção fragilizada a sentimentos que incluem a conquista de ter uma casa. A heterogeneidade dos sentimentos relativos ao local de moradia representa a multiplicidade de fatores que levaram tais indivíduos a engajarem-se em movimentos sociais em defesa de suas casas e pelo direito à moradia. As políticas públicas de moradia na cidade mostraram-se bastante seletivas entre aqueles considerados merecedores ou não, e o fato de dependerem do Estado parece estar estampado na face daqueles que o fazem. Os repertórios de ação dos movimentos mostram que a luta por moradia é também uma demanda por ampliação das identidades aceitas no espaço urbano.

No Rio de Janeiro, cidade marcada pela segregação socioespacial, as comunidades onde se formam os movimentos analisados constituem-se casos privilegiados de análise, por não conviverem com policiamento extensivo e tampouco com a existência de tráfico de drogas em seus territórios. Esta pesquisa só pôde ser realizada por conta disso. As duas comunidades situam-se em bairros que passaram por grande valorização nas últimas décadas, mas os processos de remoção aos quais foram submetidas ou ameaçadas devem-se não somente a isso, como também aos processos de definição daqueles que fazem parte do tecido urbano, algo que envolve estigmas relacionados à raça e à classe social, como vimos. Recorrer à memória das comunidades torna-se fundamental como forma de reivindicação de pertencer à cidade e maneira de transformar a própria percepção que os moradores têm de si.

Mostrou-se muito interessante acompanhar os processos decisórios dos movimentos e seus embates internos na definição de estratégias. Os conflitos expostos não buscam deslegitimá-los, mas mostrar como os repertórios são definidos a partir da formação de frames comuns que buscam ser legíveis a grande

parcela da sociedade. Ao apresentar as disputas em torno da definição das memórias dos museus sociais, por exemplo, buscou-se demonstrar como há conflito interno, e como ele é fundamental à atuação posterior dos movimentos. Parece ser fundamental frisar que a formação dos movimentos é marcada por conflitos internos, que por sua vez são essenciais à formação dos repertórios. Não expor tais conflitos significaria realizar uma análise incompleta das relações sociais que se estabelecem e que viabilizam a organização dos grupos. Seria como oferecer uma receita de formação dos movimentos sem incluir o ingrediente fundamental ao seu crescimento.

A tese mostrou ser possível estabelecer categorias dialógicas entre cultura e política a partir das experiências de sujeitos, compreendidos como parte da constituição da sociedade. O processo de definição de historicidade dos sujeitos foi apresentado amplamente e em diálogo com a realidade que os circunda. Um fato que se evidencia aqui é a heterogeneidade do campo relativo à moradia. A partir da sociologia da experiência foi possível explorar as distintas dimensões relativas à precariedade habitacional, desde sentimentos relativos aos lugares de moradia à forma como os sujeitos procuram transformar a esfera pública das cidades em que vivem, marcadas pela segregação social.

A faixa temporal abarcada na pesquisa não foi estabelecida de forma exata, uma vez que os processos de austeridade estatal que desencadearam os movimentos não nasceram de um dia ao outro, mas acumulam efeitos ao longo de década. Foi necessário explorar o processo histórico das políticas públicas relativas a direitos sociais para demonstrar a relevância da análise da precariedade habitacional como enquadramento, uma vez que as políticas habitacionais (como exemplo das políticas sociais) são especialmente afetadas em períodos de erosão de direitos. É relevante frisar que tanto a realização dos Jogos Olímpicos quanto as mais recentes eleições nos dois países se mostram como períodos em que há acirramento da austeridade. Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em 2018 e em pouco tempo, o Ministério das Cidades foi extinto, assim como os principais programas desenvolvidos no âmbito de políticas habitacionais federais. A Inglaterra, por seu lado, optou pelo candidato Boris Johnson no mesmo ano. Do partido conservador, o primeiro ministro é forte defensor da diminuição do Estado e propõe políticas de congregação dos benefícios sociais em apenas um programa (Universal Credit), o que deixaria em situação mais vulnerável grande parte da população precária, que

possui especificidades que devem ser levadas em conta, como é o caso das mães solteiras, aqui discutido. Tais eleições acirram um caminho que já vinha sendo trilhado há décadas, com a terceirização de políticas públicas ao mercado e diminuição de políticas sociais voltadas aos mais pobres, como demonstrei ao longo da tese. As políticas públicas de moradia são bastante afetadas em contextos como o atual, o que reitera a relevância de pesquisas que revelem como a precariedade habitacional se relaciona à cultura cívica dos países.

Os movimentos sociais têm buscado o alargamento das esferas de decisão, abrindo brechas de participação em Estados ainda bastante marcados pela burocracia e pelo autoritarismo. A criminalização dos movimentos e dos residentes em favelas demonstra o caráter segregacionista das políticas urbanas, ainda pouco abertas à participação popular, e os repertórios de ação dos movimentos, voltados ao pertencimento e à memória dos e nos bairros, aponta uma luta por reconhecimento pela via subjetiva, ao passo que o reconhecimento normativo não é efetivado porque não houve anteriormente o espraiamento da ideia de igual dignidade.

Nesse sentido, é interessante pensar nos movimentos como mensageiros do futuro, como propôs Melucci (2001). Os casos analisados se mostram como força contrária à mercantilização das políticas por moradia, e apresentam caminhos que poderiam levar à criação de cidades mais justas. Ao propor o termo reconhecimento espacial, procuro oferecer uma possibilidade analítica ao conjunto de mensagens que os movimentos apresentaram ao longo da pesquisa. A partir da categorização das experiências dos sujeitos e movimentos, tomando como guia a sociologia da experiência, foi possível propor um esquema interpretativo que leva em consideração as dimensões afetiva, normativa e social relativas ao espaço de moradia e incorporar os potenciais evolutivos de cada uma delas ao tipo de reconhecimento proposto como chave analítica, tomando como guia a tipologia proposta por Honneth.

A proposta de utilização da dimensão reconhecimento espacial como categoria analítica vai ao encontro do caminho concebido por Tino Buchholz (2016), por exemplo, que buscou unir a teoria crítica de Honneth à filosofia urbana de Lefebvre. O autor considera que as lutas por moradia incorporam tanto o caráter normativo relativo à posse de um imóvel quanto o desejo mais amplo por direito à cidade, utopicamente desenhado por Lefebvre. O termo que proponho vai por

caminho similar, mas dando menos peso ao caráter normativo da posse, uma vez que, pelo apresentado, isso se mostrou menos relevante²⁷⁹ nos dois países analisados. Ao propor a esfera de reconhecimento espacial procuro lançar luz aos sentimentos de pertencimento (construído a partir de memórias coletivas e individuais) e valoração social relativos ao local por moradia, sendo o direito à cidade um dos potenciais evolutivos de tal dimensão.

Os movimentos assinalam a necessidade de sociedades mais voltadas à reconstrução de um sistema protetivo, às mulheres, à qualidade da moradia, aos espaços de criação de solidariedade a partir do afeto e da divisão de tarefas. Em meio à crise provocada pela pandemia do coronavírus, isso se torna ainda mais evidente, sendo que sociólogos como Alain Touraine²⁸⁰ propõem o mesmo caminho.

Resta voltar a Thompson e lembrar que a partir do enfoque dado a características específicas e comuns aos dois países analisados foi possível apresentar diferentes experiências sociais que levam à formação de sujeitos. Para tanto, foi essencial mostrar que a participação deve ser abarcada enquanto processo político, em que tanto o papel dos Estados, quanto dos sujeitos são de imensa relevância:

Las clases acaecen al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro del conjunto de relaciones sociales, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. De modo que, al final, ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la verdadera formación de clase en una determinada etapa del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a si misma en su efectivo acontecer.

Por fim, vale lembrar que a construção democrática dos dois países permite que os movimentos se manifestem publicamente. As democracias analisadas, ainda

²⁷⁹ A propriedade privada do imóvel não deixa de ser importante, mas opera ao mesmo tempo um fator de direito (no Brasil) e de desintegração, como visto.

²⁸⁰ Touraine acredita que o mundo pós-pandemia deverá se voltar mais ao cuidado, como disse em entrevista recente: “Existem agora duas decisões fundamentais para a Europa. Primeiro, a libertação por meio das mulheres. Ou seja, a derrubada da razão no centro da personalidade e a recomposição dos afetos em torno da razão e da comunicação, uma sociedade do care [em inglês, cuidados]. E segundo, a recepção dos imigrantes, que considero um problema de peso. Nossos países europeus se definem hoje por sua atitude em relação aos imigrantes.”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-31/alain-touraine-choque-economico-do-coronavirus-pode-produzir-reacoes-fascistas.html>. Acesso em 2 jun 2020.

que com tropeços, possibilitam a construção do que Geoffrey Pleyers (2018, p.57) denomina como “espaços de experiência”, ou seja, ações coletivas de lutas por direitos e de construção de historicidade dos sujeitos nelas envolvidos. Há, no entanto, a necessidade de ampliação de instituições capazes de absorver as demandas dos movimentos e de políticas públicas de moradia participativas, capazes de incluir as reivindicações das populações subalternas, que possuem, como demonstrado, as ferramentas necessárias para construir cidades mais porosas.

9

Referências bibliográficas

ABERS, Rebeca, et al. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.57, n.2, p.325-357, 2014.

ADORNO, Sergio. O Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. São Paulo: Anpocs/Editora Sumaré/CAPES, 2001.

ALCÂNTARA, Camila de Fátima Simão de Moura. Museus em periferias urbanas brasileiras. **Horizontes Antropológicos** [On-line], n.53, 2019. Disponível em : <http://journals.openedition.org/horizontes/2939> Acesso em: 22 mai 2020.

ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiaraju. Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ASCELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.5, p.49-60, 2002.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmos / Santos: Martins Fontes, 1967.

BAYAT, Asef. Plebeians of the Arab Spring. **Current Anthropology**, v.56, Supplement, 11, 2015.

BEAUREGARD, Robert; BOUNDS, Anna. Urban citizenship. In: ISIN, Engin F. (ed.). **Democracy, citizenship and the global city**. London: Routledge, 2000.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.

BIZZO, M. (org.) **Cacos de Memória – experiências e desejos na (re)construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2005.

BOGADO, Diana. **O Museu das remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos**. Tese de doutorado, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, Pierre. The Berber House, or the World Reversed. **Social Science Information**, p.151-170, 1970.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOXILL, Bernard R. Self-respect and protest. **Philosophy & Public Affairs**, v.6, n.1, p.58-69, 1976.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado** - Trabalho e Neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRENNER, Neil. O que é teoria crítica urbana? **E-metropolis**, n.3, ano 1, 2010.

BRODIE, Janine. Imagining democratic urban citizenship. In: ISIN, Engin F. (ed). **Democracy, citizenship and the global city**. London: Routledge, 2000.

BRUM, Mario. **Cidade Alta**: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BUCHHOLZ, Tino. **Struggling for recognition and affordable housing in Amsterdam and Hamburg**: resignation, resistance, relocation. PhD Thesis, University of Groningen, 2016.

BURAWOY, Michael et al. **Ethnography Unbound**. Power and Resistance in the Modern Metropolis. Berkeley: University of California Press, 1991.

BURGOS, Marcelo. Cidade, Territórios e Cidadania. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.48, n.1, 2005.

BURGOS, Marcelo B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. **Favela**: uma forma de luta pelo direito à cidade. In: Favelas Cariocas: ontem e hoje. Garamond, Rio de Janeiro, 2012.

BUTLER, Judith. **Bodies in Alliance and the Politics of the Street**. Set 2011. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/1011/butler/en>. Acesso em: 15 abr 2020.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAILLÉ, Alain. Reconhecimento e Sociologia. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.66, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. morar e cozinhar.** Petrópolis: Vozes, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CALHOUN, Craig. Social theory and the politics of identity. In: CALHOUN, C. (ed.). **Social theory and the politics of identity.** Cambridge: Blackwell, 1994.

CARDOSO, Adalberto. Desigualdade, injustiça e legitimidade. Uma investigação empírica sobre aspectos da sociabilidade brasileira. In: SCALON, Celi. **Imagens da Desigualdade.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CARDOSO, Adauto et al. (orgs). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras 1991.

_____. **A Construção da Ordem: a elite política.** Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **Cidade e Fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira.** Dissertação de mestrado, Departamento de História, Unicamp, 1983.

_____. **Cidade escassa e Violência Urbana.** Série Estudos, IUPERJ, 1995.

_____. Cidade escassa e violência urbana. In: MESSEDER, Carlos Alberto et all (orgs.). **Linguagens da violência.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Redes de indignação e de esperança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Edição Digital.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, p.69-80, 2009.

CAVALCANTI, Mariana; FONTES, Paulo. Ruínas industriais e memória em uma “favela fabril” carioca. **Revista História Oral**, v.14, n.1, p.11-35, 2011.

CAVENAGHI, Suzana. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios.** Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CEFAI, Daniel. **Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l’action collective.** Paris: La Découverte, 2007.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...O que nos ensina o pragmatismo. **Novos estudos, Cebrap**, São Paulo, v.36, n.2, p.129-142, 2017.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Lucy; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano**: 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHAGAS, M.; ASSUNÇÃO, P; GLAS, T. Museologia Social em Movimento. **Anais... XV Conferência Internacional do MINOM**. 2013.

CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação”. **Cadernos do CEOM**, ano 27, n.41, p.9-22, 2014.

CHATTERJEE, Partha. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v.31 n.1. 2016.

CONCEIÇÃO, W. S. Agora você é madame! Os encontros de integração do AC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre. XI Congresso Argentino de Antropologia Social. Rosario - Argentina, 2014. **Anais...** v. 1. p. 1-17.

_____. **Minha casa, suas regras, meus projetos**: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CORTÉS, Alexis. **Favelados e pobladores nas ciências sociais**: A construção teórica de um Movimento Social. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

COUTINHO, Bruno. “**Não tem essa de separação, aqui é tudo Complexo do Alemão!**” Uma etnografia dos espaços urbanos em um conjunto residencial no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.103-115.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n.5, p.139-164, out 2004.

_____. **Meanings of Citizenship in Latin America**. Brighton: IDS Working paper, Institute of Development Studies, 2005.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena; RANDERIA, Shalini. Politics of the Urban Poor: Aesthetics, Ethics, Volatility, Precarity. **Current Anthropology**, v.56, n.S11, 2015.

DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements in Times of Austerity**: Bringing capitalism back into protest analysis. Cambridge: Polity Press, 2015.

DENNIS, Richard. Modern London. In: CLARK, Peter (org). **The Cambridge Urban History of Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, p.219-250, 2010.

DOERR, Nicole e MILMAN, Noa. Working with images. In: DELLA PORTA, Donatella. **Methods of Social Movement Analysis**. Oxford: Oxford University Press: 2014

DRIVER, Felix. Moral geographies and the urban environment in mid-nineteenth century England. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v.13, n.3, p.275-287, 1988.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUBET, François et al. **Pourquoi moi? L'expérience des discriminations**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015 [1887].

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.72, 2014.

FENSTER, Tovi. Gender and the City: The Different Formations of Belonging. In: NELSON, L.; SEAGER, J. **A Companion to Feminist Geography**. Oxford: Blackwell, 2005.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. (O legado da “raça branca”). 5.ed. Rio de Janeiro: Globo, 2008. E-book.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização. **Anais...** UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista”. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n.29, p.101-128, 2013.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. New York: Northeastern University Press, 1986.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, n.11, p.41-70, 2007.

_____. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2014a.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014b.

GONÇALVES, Rafael Soares et al. 2010

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas; Ed. Puc-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael; VALE, J. Remoções e megaeventos no Rio de Janeiro: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo. **Revista de Políticas Públicas**, v.23, n.1, p.441-455, 2019.

GONZALEZ, Lelia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Unesp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HANLEY, Lynsey. **Estates: an intimate history**. Londres: Granta, 2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf> Acesso em: 4 nov 2019.

HARDY, Kate; GILLESPIE, Tom. **Homelessness, health and housing participatory action research in East London**. Leeds Social Sciences Impact Acceleration Account, Universidade de Leeds, 2016. Disponível em: http://www.e15report.org.uk/Resources/Downloads/E15_Final_report_PAR_in_East_London.pdf Acesso em: 12 set 2019.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**. Londres: MIT Press, 1995.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Freedom's right**: the social foundations of democratic life.: New York: Columbia University Press, 2014.

IPJBRJ - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. **Reintegração de ocupações irregulares, intervenções propostas**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Ambiente e Tecnologia. Disponível em: http://aplicacoes.jbrj.gov.br/divulga/fundiaria/intervencoes_propostas.pdf. Acesso em: 4 fev 2020.

ISHKANIAN, Armine; IRUM, Ali. From Consensus to Dissensus: The Politics of Anti-austerity Activism in London and Its Relationship to Voluntary Organizations. **Journal of Civil Society**, 2017.

JONES, Owain; GARDE-HANSEN, Joanne. **Geography and Memory**: Explorations in Identity, Place and Becoming. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

JOSEPH, Isaac. Paisagens urbanas, coisas públicas. **Caderno CRH**, Salvador, n.30/31, p.11-40, jan./dez. 1999.

KOVARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KUMAR, Ashok. Want to cleanse your city of its poor? Host the Olympics. **Ceasefire Magazine**. Disponível em: <https://ceasefiremagazine.co.uk/olympics-opportunity-cleanse-city/>. Acesso em: 14 jul 2018.

LACEY, Nicola; SOSKICE, David. Why are the Truly Disadvantaged American, when the UK is Bad Enough? A political economy analysis of local autonomy in criminal justice, education, residential zoning. **LSE Law, Society and Economy Working Papers**. London School of Economics and Political Science, 2013.

LAVINAS, Lena. É a macroeconomia, idiota! **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n.2, 2016.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, v.37, n.2, p.91-211, mai-ago 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Marcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.” **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.6, n.2, p.374-389, 2012.

_____. Religião e Política no espaço público: moradores de favelas contra a violência e por justiça. In: ALMEIDA, Ronaldo; MAFRA, Clara (orgs.). **Religiões e cidades**: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

_____. Dor, sofrimento e luta: fazendo religião e política em contexto de violência. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 15, n.9, p.31-47, 2013.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. E-book. 1984.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. **In defense of housing** – The politics of crisis. London: Verso, 2016.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAYER, Margit. The ‘right to the city’ in the context of shifting mottos of urban social movements. **City**, v.13, n.2, p.262-374, 2009.

_____. First world urban activism: beyond austerity urbanism and creative city politics. **City**, v.17, n.1, p.5-19, 2013.

McADAM, Doug et al. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p.11-48, 2009.

McDONALD, Kevin. **Struggles for subjectivity**: identity, action and youth experience. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. L'intervention Sociologique After Twenty-five Years: Can it Translate into English? **Qualitative Sociology**, v.25, n.25, Summer 2002.

_____. Oneself as another: from social movement to experience movement. **Current Sociology**, v.52, n.4, p.575-593, 2004.

McKENZIE, Lisa. **Getting By** – Estates, class and culture in austerity Britain. Bristol: Policy Press, 2015.

MEDEIROS, Mariana. **Parque olímpico contra Vila Autódromo**: o papel das parcerias público-privadas no empreendedorismo urbano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente** – Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTON, Anna. **Big capital**: who is London for? Londres: Penguin, 2017.

MIRANDA FILHO, A. **Direito, justiça e realidade**: o caso do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, a comunidade do Horto sob judice. Brasília: Kiron, 2013.

MULLINS, David; MURIE, Alan. **Housing policy in the UK**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

OLIVEIRA, Fabrício et al. A batalha da Vila Autódromo: o Plano Popular contra a remoção. In: TANAKA, Giselle et al. (orgs.). **Viva a Vila Autódromo**: o plano popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

ORGAD, Shani; DE BENEDICTIS, Sarah. The 'stay-at-home' mother, postfeminism and neoliberalism: Content analysis of UK news coverage. **European Journal of Communication**, v.30, n.10, p.418-436, 2015.

PAIVA, Angela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão**: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, edição dupla, n.12, p.29-42, 2013.

_____. Movimentos sociais e teoria crítica: notas sobre a redemocratização brasileira. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **Redemocratização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

PAUGAM, Serge. **Vivre ensemble dans un monde incertain**. Paris: Éditions de l'Aube, 2015.

PARNELL, Susan; PIETERSE, Edgar. The "Right to the City": Institutional Imperatives of a Developmental State. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.34, n.1, p.146-162, 2010.

PARKER, Julia. **Social policy and citizenship**. Londres: The Anchor Press, 1975.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista Sociologia e Política**. V. 23, n. 53, 2015

PLEYERS, Geoffrey. Movimientos sociales en el siglo XXI : perspectivas y herramientas analíticas. Buenos Aires: Clacso, 2018. Colección Democracias en Movimiento.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e Abusos da História Oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p.103-130.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Luiz Cesar (org). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RODRIGUES, J. B. **Hortus Fluminensis**; ou Breve Notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.11, n.2, 2009.

_____. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.227-249, 2014.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **E-metropolis**, ano 8, n.31, 2017.

SAAVEDRA, Giovani; SOBOTTKA, Emil. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.9-18, 2008.

SANCHES, Taísa. “Lá eu sou respeitada”: Reconhecimento e Direito à Cidade em um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida. **O Social em Questão**, ano XX, n.37, p.91-108, 2017.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Myrian Sepulveda dos. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do CEOM**, v.27, p.47-70, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SANTOS Jr., Orlando. “Governança empreendedorista: a modernização neoliberal”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar (org). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro, Letra Capital: 2015.

_____. Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. **E-metropolis**, ano 10, n.39, 2019.

SALLES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **RBCS**, n.25, junho de 1994.

SASSEN, Saskia. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SAVAGE, Mike et al. **Social Class in the 21st century**. Londres: Penguin Books, 2015.

SCALON, Celi. **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface**, v.1, n.1, p.105-124, 2009.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIMBO, Lucia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado** – a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital de mercado. Tese de doutorado, USP, São Carlos, 2010.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **MANA**, ano 11, v.2, p.577-591, 2005 [1903].

SIMONE, Abdul M. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. Public Culture. **Project MUSE**, v.16, n.3, p. 407-429, 2004.

SOBOTTKA, Emil Albert. Reconhecimento: novas abordagens em teoria Crítica. São Paulo: Annablume, 2015.

SOBOTTKA, Emil. Constelações pós-nacionais e a questão da integração social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 47-62, 2019.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

SOUZA, Laura Olivieri. **Horto Florestal**: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro – a construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória. Tese de doutorado, Puc-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.

SPAROVEK, Gerd et al. Who owns Brazilian lands? **Land Use Policy**, n.87, 2019.

TANAKA, Giselle et al. (orgs.). **Viva a Vila Autódromo**: o plano popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

TATAGIBA, Luciana et al. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v.18, n.2, nov 2012.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. Lucha de classe sin classe? 1979

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TILLY, Charles. **Popular contention in Great Britain 1758 - 1834**. London: 1995.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TORRES, Pedro; VIVIAN, Mariana; SANCHES, Taísa. Produção capitalista do espaço e meio ambiente: ativismo urbano-ambiental e gentrificação verde no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v.21, n.46, p.689-713, 2019.

TOTTI, Vivian; MAXIMO, Paula. Racismo ambiental e aplicação diferenciada das normas ambientais: uma aproximação necessária entre os casos da comunidade do Horto Florestal e do Condomínio Canto e Mello (Gávea/RJ). **Desigualdade & Diversidade**, v.2, n.17, p.89-106, 2019.

TURNER, Bryan. Outline of a Theory of Citizenship. **Sociology**, Londres, v.24, n.2, 99, pp.189-217, 1990.

_____. The erosion of citizenship. **British journal of sociology**, School of Economics and Political Science, Londres, v.2, n.52, 2001.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.39, n.3, 1996.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WATT, Paul. 'It's not for us'. **City**, v.17, n.1, p.99-118, 2013.

_____. A nomadic war machine in the metropolis: En/countering London's 21st-century housing crisis with Focus E15. **City**, v.20, n.2, p.297-320, 2016.

WATT, Paul; BERNSTOCK, Penny. Legacy for Whom? Housing in Post-Olympic East London" In: WATT, Paul; COHEN, Phil. **London 2012 and the Post-Olympics City: a Hollow Legacy?** Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1991.

WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. **Social memory technology: theory, practice, action.** New York: Routledge, 2016.

Consulta aos sites:

<https://focuse15.org>

<https://www.facebook.com/focuse15>

<https://museudasremocoes.com>

<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>

<https://www.facebook.com/museudasremocoes>

<https://www.facebook.com/groups/209920549413313>

<https://twitter.com/SaveNorthwoldE5>

<https://twitter.com/FocusE15>

<https://twitter.com/vilaaudromoo>

https://twitter.com/our_MoH

<http://www.museudohorto.org.br>
https://m.facebook.com/groups/158341551026074?multi_permalinks=1263733770486841¬if_t=group_activity¬if_id=1580255255419232&ref=m_notif
<https://m.facebook.com/comunidadehortoflorestal/>
<https://www.ipea.gov.br>
<https://www.ibge.gov.br>
<https://www.gov.uk/government/statistical-data-sets>
<https://www.londonlives.org>
<https://www.facebook.com/Museu-do-Horto-171077956243078>
<http://www.museudohorto.org.br>
<https://museumofhomelessness.org>
<https://www.gov.uk>
<https://www.gov.uk/leasehold-property>
<https://www.bbc.com/news/business-51605912>
https://england.shelter.org.uk/professional_resources/housing_and_mental_health
<https://www.rioonwatch.org/?p=6600>
<https://www.housing-rights.info/index.php>
https://england.shelter.org.uk/professional_resources/housing_databank
<http://pma.jbrj.gov.br>
<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>
<https://ceasefiremagazine.co.uk/olympics-opportunity-cleanse-city/>
<https://counterolympicsnetwork.wordpress.com>
<https://www.vozdascomunidades.com.br>
<https://www.theguardian.com/sport/datablog/2012/jul/19/olympic-legacy-boroughs-compare-children>
<https://www.independent.co.uk/voices/rio-2016-protests-police-poverty-olympics-didnt-help-london-2012-a7179086.html>
https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html
<https://rioonwatch.org.br/?p=17453>
<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/03/05/olimpiada-e-copa-trazem-prejuizo-social/>
<http://www.anf.org.br/rio-pos-olimpico-77-mil-removidos-vila-autodromo-vira-rua/>
<https://rioonwatch.org.br/?p=6158>

<http://nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/mapeando-comunidades/comunidades-do-rio-de-janeiro/horto/>

<http://www.hortofica.com.br>

<https://apublica.org/2017/03/no-rio-comunidade-fundada-nos-tempos-da-escravidao-luta-para-ficar/>

Apêndice A

Termo de consentimento - Brasil

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Documento em duas vias. Após as assinaturas das duas vias, uma delas será entregue ao participante voluntário da pesquisa e outra ao pesquisador responsável)

Dados de identificação

Título do Projeto: Dimensões da luta por moradia no Rio de Janeiro e em Londres: discriminação, integração e reconhecimento.

Pesquisador Responsável:

Táisa Sanches – (21) 994220856 – taisasanches@gmail.com

Orientador do Projeto:

Prof. Angela Paiva – (21) 3527-1555 – apaiva@puc-rio.br

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-Rio

Nome do
voluntário:

Idade: _____ anos Doc. de Identidade: _____

Tipo: () RG () CNE

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa Dimensões da luta por moradia no Rio de Janeiro e em Londres: discriminação, integração e reconhecimento de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Táisa Sanches, que tem por objetivo compreender as diferentes razões que levam os indivíduos a se engajarem na luta por moradia.

Serão realizadas vinte entrevistas semiestruturadas, seguindo modelo pré-estabelecido junto ao Comitê de Ética da universidade, que serão gravadas e transcritas. Em nenhum momento da pesquisa, a identidade dos participantes da pesquisa será divulgada. Todas as informações levantadas através desta pesquisa serão confidenciais. Não há nenhum risco relevante envolvido na participação nesta pesquisa.

Pretende-se, através da pesquisa, avaliar como a luta por moradia é compreendida pelos atores sociais nela envolvidos e quais são as questões que levam as pessoas a se engajarem em movimentos sociais relativos ao tema,

apontando para as diferenças entre as cidades do Rio de Janeiro e Londres, onde a pesquisa já foi desenvolvida com aprovação da Universidade responsável.

Caso o voluntário da pesquisa queira dirimir quaisquer dúvidas com o pesquisador responsável, poderá fazê-lo através do e-mail e/ou telefone acima citados.

A participação nesta pesquisa é *voluntária* e este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem nenhum tipo de penalidade ou constrangimento.

Eu, _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em participar,
como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Nome do Voluntário Participante

Nome do Responsável pela Pesquisa (Aluno que irá realizar a
Pesquisa)

Apêndice B

Termo de consentimento - Inglaterra



PARTICIPANT INFORMATION SHEET (PIS) AND CONSENT FORM

Research title: Housing and citizenship: from discrimination to recognition.

The aim of this Information Sheet is to invite you to take part in a research study about how different experiences of housing affect people's political and civic participation in the United Kingdom and Brazil. The study is being undertaken by Taísa Sanches for her PhD at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro in Brazil. The UK part of the study is based at Middlesex University in London.

In order to decide whether or not to take part in this study, it is important to understand why the research is being done and what it will involve. Please take time to read the following information carefully and discuss it with others if you wish. Ask us if there is anything that is not clear or if you would like more information.

By comparing the experiences of struggles for housing in Rio de Janeiro and London, I will be able to explore the different meanings that 'legal housing rights' take on in both cities, as well as look at the bases of citizenship in both countries. This will focus on the **different ways people turn personal experiences such as housing into public, political issues.**

We are asking you to consider taking part in this research because of your involvement in collective action around housing in London. The research is looking to involve a wide cross section of people, so please do not hesitate to let other people know about this project.

If you decide to take part you will be given this information sheet to keep and be asked to sign a consent form. If you decide to take part you can of course withdraw at any time and without giving a reason.

The research involves

1. Interviews

2. Focus group discussions with representatives of external organizations (eg government departments, local authorities, etc). These will be decided by the people participating in the research.

You may decide to participate in one or both stages of the research.

No identifying details about participants (name, address etc) will be kept. Some quotes from participants will be used in the research related articles and reports, but all will be presented using pseudonyms. All data will be stored, analysed and reported in compliance with the Data Protection Legislation of the relevant country where the study is being conducted. The results will be published as a doctoral thesis in 2020 and in academic articles during the next years.

This research has been approved by the Research Ethics Committee of Middlesex University's School of Law.

Contact for further information: Taísa Sanches taisasanches@gmail.com
 Supervisor: Professor Kevin McDonald – k.mcdonald@mdx.ac.uk
 Thank you very much for considering being involved in this study!

London, _____ 2017

Participant Identification Number:

CONSENT FORM

Title of Project:

Name of Researcher:

1. I confirm that I have read and understand the information sheet datedfor the above study and have had the opportunity to ask questions.
2. I understand that my participation is voluntary and that I am free to withdraw at any time, without giving any reason.
3. I agree that the information I give during the study can be used in any related publications, such as reports and academic articles.
4. I understand that my interview may be taped and subsequently transcribed.

5. I agree that anonymised quotes can be used in any publications related to the study.
6. I agree that the dissertation supervisor and associated examiners can review my anonymised interview transcript if required. I am assured that anonymity and confidentiality will be upheld in this case.
7. I agree that if it is selected as part of audit processes to ensure quality assurance this form bearing my name and signature may be seen by a designated auditor
8. I agree to take part in the above study.

_____	_____	_____
Name of participant	Date	Signature
_____	_____	_____
Name of person taking consent (if different from researcher)	Date	Signature
_____	_____	_____
Researcher	Date	Signature

1 copy for participant; 1 copy for researcher

Apêndice C

Entrevista semiestruturada Brasil



Departamento de Ciências Sociais - CIS/PUC-Rio

Roteiro para entrevistas - Projeto de Doutorado

Título: Dimensões da luta por moradia no Rio de Janeiro e em Londres:
Discriminação, integração e Reconhecimento

Linha de Pesquisa: Desigualdades socioeconômicas e políticas no
Brasil contemporâneo

Aluna: Taísa Sanches
Orientadora: Angela Rodolpho Paiva

Parte 1 – Experiências em habitação e relações de vizinhança.

Habitação

Desde quando você mora aqui?
Há quanto tempo você mora aqui?
Você gosta de morar aqui?
Como foi sua mudança para este lugar?
Qual sua experiência em habitação social?
O que moradia significa pra você?

Vizinhança

Como você descreve sua vizinhança?
Como você se relaciona com seus vizinhos?
Você tem amigos na vizinhança?
Quem mora na sua vizinhança?
Você considera importante ter família e amigos na vizinhança?

Você se identifica com seus vizinhos? Como?
Você considera importante se identificar com seus vizinhos?
O que faz seu bairro especial para você?
Como você acha que pessoas de outras partes da cidade veem o bairro?

Remoção

Você já foi removido de seu local de moradia?
Você pode descrever o porquê e como isso aconteceu?
Qual o impacto que isso teve na sua vida, para sua família e na relação que você tem com seus vizinhos?

Parte 2 – Ativismo

Em que tipo de ativismo ou movimento social você está envolvido? Como você descreve ele a mim?

O que é importante para você neste movimento? Me fale sobre isso.
O que você tem tentado fazer através do movimento? Me explique, por favor.

Como você se envolveu com questões da sua vizinhança, primeiramente?
Como isso mudou a sua percepção acerca da sua vizinhança?
Como isso mudou sua compreensão da comunidade em que vive?
Quais são suas motivações para se envolver?
Como isso afeta a você?
Você mudou desde que começou a se envolver?
Como seu envolvimento mudou a experiência que você tem com sua vizinhança?
Antes de se envolver, como você lidava com as questões ligadas ao seu local de moradia?
Você acha que vai continuar se engajando em movimentos sociais no futuro?
Você pode listar outros grupos que se relacionam com o seu? O que vocês têm em comum?

Apêndice D

Entrevista semiestruturada – Londres

Interview Guide

Research title: Housing and citizenship: from discrimination to recognition.

First part – experience on housing and neighborhood.

Housing:

What's your experience on social housing?

What does your house mean to you?

Neighborhood:

How would you describe your neighbourhood?

How do you get with your neighbors?

How often do you visit your neighbors?

Do you have friends in your neighborhood?

Who lives in your neighborhood?

Is it important to have family and friends on your neighborhood?

Most of your friends live locally?

Do you feel safe where you live?

Do you identify with your neighbors? How?

How important is to you to identify with your neighborhood?

What makes your neighborhood special?

How do you think that your neighborhood is seeing by people from other places of the city?

How do you think people from other neighborhoods see you?

Have you ever been evicted from your home?

Can you describe why, and what happened?

What impact has this had on you, your family, and your relationship with your neighbours?

Second part: activism

What kind of activism are you involved? How did you describe it to me?

How? What is important about that? Tell me about that.

What have you been trying to do?

How did you first get involved in neighbourhood issues?

Has this changed what 'community' means to you?

What are your motivations for doing it?

How does it affect your life?

Have you changed since you're involved?

Has this changed your experience with neighborhood?

Before getting involved, how did you deal with your housing issues?

Do you think you will continue participating in social activism in the future?

Could you list other activism groups that are related with yours? What do you have in common?

Anexos

Anexo 1 - Parecer Comissão de Ética em Pesquisa – PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Câmara de Ética em Pesquisa da PUC - Rio

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO (2018-08)

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: *Dimensões da luta por moradia no Rio de Janeiro e em Londres: discriminação, integração e reconhecimento* (Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

Autora: Taísa de Oliveira Amendola Sanches (Doutoranda do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

Orientadora: Angela Randolpho Paiva (Professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

Apresentação: Estudo comparativo que objetiva compreender como a habitação pode afetar a ação política dos indivíduos em movimentos sociais, como isso afeta a maneira como esses indivíduos se reconhecem como cidadãos e como eles atuam quando enfrentam discriminação e sentimentos de injustiça relacionados a eles. Londres e Rio de Janeiro tiveram suas políticas habitacionais transformadas nas últimas décadas, tanto decorrente de financeirização para habitação pública dos respectivos projetos, quanto nas mudanças de que ambas as cidades foram submetidas para a preparação dos Jogos Olímpicos, que Londres hospedou em 2012 e Rio de Janeiro em 2016. A pesquisa prevê abordar participantes de diferentes movimentos sociais: em Londres, entre outros, os envolvidos com o movimento Focus E15 e no Rio de Janeiro, por exemplo, aqueles residentes (removidos ou não) do bairro Vila Autódromo através de entrevista semiestruturada e acompanhamento respectivo de suas atividades 'on-line' em mídias sociais. A abordagem metodológica está apoiada em Bourdieu (2009) e Dubet (2013). A pesquisa em Londres recebeu a anuência para sua execução da Middlesex University, London.

Aspectos éticos: O Projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido explica com clareza os objetivos da pesquisa, o compromisso de sigilo sobre a identidade dos participantes e a possibilidade destes deixarem de participar dela em qualquer fase, sem sofrerem nenhuma penalização ou constrangimento.

Parecer: Considerando os elementos expostos acima somos de parecer **Favorável** à aprovação do projeto quanto aos princípios e critérios estabelecidos pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900.
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527 1619 FAX (021) 3527 1132.
E-mail: vrac@puc-rio.br